

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Tese

Memórias traumáticas da ditadura civil-militar no Brasil e na Argentina a partir dos usos de retratos de mortos e desaparecidos nas Instituições de Memória e Manifestações Sociais

Katia Helena Rodrigues Dias

Pelotas, 2021

Katia Helena Rodrigues Dias

Memórias traumáticas da ditadura civil-militar no Brasil e na Argentina a partir dos usos de retratos de mortos e desaparecidos nas Instituições de Memória e Manifestações Sociais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Francisca Ferreira Michelin

Coorientadora: Ana María Sosa González

Dados de catalogação na fonte:
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

D541m Dias, Katia Helena Rodrigues

Memórias traumáticas da ditadura civil-militar no Brasil e na Argentina a partir dos usos de retratos de mortos e desaparecidos nas instituições de memória e manifestações sociais / Katia Helena Rodrigues Dias. – 331 p. : il. – Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2021. – Orientadora Francisca Ferreira Michelin ; co-orientadora Ana María Sosa González

1.Memórias traumáticas. 2.Ditadura civil-militar. 3.Uso de retratos de mortos e desaparecidos. 4.Instituições de memória. 5.Manifestações sociais. 6.Brasil. 7.Argentina. I.Michelin, Francisca Ferreira. II.Sosa González, Ana María. III.Título.

CDD: 321.9098

Katia Helena Rodrigues Dias

Memórias traumáticas da ditadura civil-militar no Brasil e na Argentina a partir dos usos de retratos de mortos e desaparecidos nas Instituições de Memória e Manifestações Sociais

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Francisca Ferreira Michelin — PPGMP/UFPel (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ana María Sosa González — PPGH/UFPel (coorientadora)

Prof.^a Dr.^a Teresa Lenzi — PPGH/FURG

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo — PPGCP/UFPel

Prof.^a Dr.^a Maria Leticia Mazzucchi Ferreira — PPGMP/UFPel

Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes — PPGMP/UFPel

Dedico esta pesquisa a todas as vítimas das ditaduras de Estados autoritários e repressivos, aos mortos e desaparecidos políticos e seus familiares e aos atores sociais que lutam por um mundo mais justo e humano.

Agradecimentos

Inicialmente à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Instituição Pública de Ensino Superior de referência nacional e de projeção internacional por suas pesquisas científicas e pensamento crítico a qual tenho orgulho de fazer parte da comunidade e que oportunizou os meus estudos de graduação e pós-graduação. Em especial ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) pela possibilidade de aprofundar conhecimentos na área das Ciências Humanas e oportunizar, por meio do Programa Centros Associados para Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina, um doutorado sanduíche na Universidade de Buenos Aires (UBA).

O presente trabalho foi realizado com o apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de financiamento 001. Meus agradecimentos, à CAPES, instituição brasileira de fomento à pesquisa que concedeu-me uma bolsa de estudo para o desenvolvimento da pesquisa de campo na Argentina.

Ainda no âmbito das instituições, ao *Programa de Posgrado en Economía Política de la Cultura — Estudios sobre Producciones Culturales y Patrimonio* da Universidade de Buenos Aires (UBA), instituição parceira do PPGMP/UFPel.

À minha orientadora, professora doutora Francisca Ferreira Michelin, pelo incentivo e inspiração em seguir os meus estudos. Francisca acompanha a minha trajetória acadêmica desde a graduação e teve papel fundamental para o desenvolvimento desta tese. Obrigada pela compreensão, pelo apoio, pelo direcionamento e pela condução da pesquisa.

À minha coorientadora, professora doutora Ana María Sosa González, que ao aceitar o convite em participar desta pesquisa possibilitou a ampliação das nossas discussões sobre o tema. Conheci a professora Ana em 2016, quando me matriculei na disciplina de Políticas Públicas de Memória no Mercosul, a qual ela ministrava junto à professora doutora Rita Juliana Poloni.

Aos professores argentinos que me receberam muito gentilmente em Buenos Aires: professor doutor Ricardo González, coordenador do programa de fortalecimento institucional UBA-UFPel, que operacionalizou os trâmites necessários para a realização e concretização do doutorado sanduíche, obrigada pelo apoio e pela agilidade em fornecer a documentação necessária; e professor doutor Juan

Besse, meu coorientador na Argentina, que indicou fontes (lugares e pessoas) e literatura relacionadas à pesquisa bastante úteis para o estudo, além das indicações de restaurantes e cafés que tive a oportunidade de conhecer. Agradeço também pela oportunidade de participar do grupo de estudos de pós-graduação no Seminário Interno do Projeto Grupos Consolidados UBACyT.

Ainda na Argentina, a Ana Laura Condrac, que me recebeu na cidade de Rosário e apresentou-me a equipe do Museu de Memória da cidade e mostrou-me a perspectiva do acolhimento e suporte oferecido pelo serviço público argentino para as vítimas da ditadura. Agradeço também a Andrea Ayres e Mónica Rubalcaba pelas dicas, orientações e apoio durante minha estadia em Buenos Aires e pelas indicações de alguns dos fotógrafos contactados.

A Eugênia Gonzaga, Procurada Regional da República/SP e ex-presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e Maurice Politi, ex-presos político e diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política, ambas instituições promotoras das Manifestações Sociais no Brasil. Obrigada pela atenção e colaboração com a pesquisa.

Às colegas de doutorado Frantieska Schneid e Jossana Peil Coelho por compartilharmos momentos agradáveis durante o nosso doutorado, pela troca de informações relativas à pesquisa acadêmica e pelo estímulo mútuo durante o estudo.

À amiga Ana Carolina Uchôa Vasconcelos, “Carolzita”, pelo suporte na confecção dos gráficos e tabelas e por nossas conversas divertidas.

A Nathália Ferreira, amiga e consultora fisioterapeuta por deixar meu corpo e mente mais leves após longos períodos de sedentarismo, sentada em frente à tela do computador e muitas vezes sem seguir regras ergonômicas. Obrigada também pela torcida e carinho.

A Daniela Vilas Bôas do, Instituto Profícere, pela tradução do resumo e a Giovana Leticia Reolon, pela revisão geral e formatação da tese.

À Coordenação de Comunicação Social da UFPel, local onde desenvolvo meu trabalho como fotógrafa e que oportunizou a liberação das minhas atividades laborais durante o período dessa formação acadêmica.

À minha família por todo apoio, atenção, estímulo e torcida durante o período do doutorado e na vida. E à minha companheira Adriana Etges, que sempre acreditou em mim, obrigada pela ajuda e pela dedicação.

Meu muito obrigada aos fotógrafos que gentilmente colaboraram com as suas fotografias obtidas nas Manifestações Sociais e compuseram o *corpus* documental desta pesquisa. Na Argentina: Carlos Brigo, Mónica Hasenberg, María Horton, Nicolás Aboaf, Paola Olari Ugrotte, Matias Jovet, Catriel Gallucci Bordoni, Julieta Bugacoff. E no Brasil: Péu Robles, Milton Bellintani, Oswaldo Oliveira Santos Júnior, Tiago Macambira, Alice Vergueiro, Ana Patrícia Almeida, Martin D'Horta, Alessandro Carbone Romano.

Aos atores sociais, aos empreendedores de memórias, aos familiares e às pessoas da sociedade civil engajadas na luta por reparação, memória, verdade e justiça. Sem vocês nada disso teria sentido. Obrigada por não desistirem e por tentarem fazer do mundo um lugar mais humano.

Os agradecimentos resumem a minha gratidão pela oportunidade recebida de poder estudar, conhecer e contribuir para a área de Memória Social e retribuir e valorizar as pessoas e instituições aqui mencionadas pela relevância dos trabalhos e atividades desenvolvidos por elas.

*“La vida no es la que uno vivió, sino la que uno recuerda y
como la recuerda para contarla.”*

Gabriel García Márquez

Resumo

DIAS, Katia Helena R. **Memórias traumáticas da ditadura civil-militar no Brasil e na Argentina a partir dos retratos de mortos e desaparecidos**. Orientadora: Francisca Ferreira Michelin. 2021. 306 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A pesquisa doutoral apresentada nesta tese teve como objeto de estudo os usos atribuídos aos retratos de mortos e desaparecidos das ditaduras civis-militares ocorridas no Brasil (1964–1985) e na Argentina (1976–1983). A violência política proveniente do Estado teve como saldo traumático um clima generalizado de terror na sociedade daquela época e vitimou, de forma direta e indireta, centenas de milhares de pessoas, entre as quais muitas estão mortas ou desaparecidas. Restaram as memórias traumáticas de um passado recente que se apresenta entre a dicotomia do lembrar e do esquecer e a luta por reparação. O campo de observação da pesquisa teve como ponto de partida o contexto mencionado e os processos de transição política e redemocratização de cada país. Nesse sentido, é importante destacar o papel dos atores sociais como protagonistas e sujeitos ativos nos processos reivindicatórios de memória, verdade e justiça dos contextos relativos às memórias traumáticas provenientes do período autoritário e repressivo das ditaduras civis-militares nesses países. Observou-se que esses sujeitos utilizam retratos como instrumento de testemunho, denúncia e luta pela memória daquele passado. Buscou-se conhecer em que medida esses retratos, os quais foram incorporados na cena pública como potentes dispositivos de sensibilização e transformação de sentidos, impactaram na consolidação das políticas de memória de cada um dos países. A metodologia empregada no trabalho foi o estudo comparativo oportunizado pela pesquisa de campo aplicada na análise dos usos atribuídos aos retratos. Tal método demonstrou-se útil ao comparar dois casos similares em seus contextos de origem e nos usos dados aos retratos inseridos nesse campo de observação e indicou as seguintes fontes: a) retratos expostos nas Instituições de Memória provenientes das políticas de memória; e b) retratos empunhados ou carregados nas Manifestações Sociais organizadas a partir dos atores sociais em conjunto com a sociedade. Em ambos os casos essas ações tiveram o propósito de dar visibilidade à memória da ditadura e ao que ela representou, além de homenagear as vítimas. O uso intensificado e continuado dos retratos de mortos e desaparecidos, o modo como eles são apresentados, a carga de emoção agregada e a visibilidade dada aos usos podem ter contribuído para uma maior sensibilização à causa relativa às memórias traumáticas e às violações de direitos humanos e, portanto, maior solidarização da sociedade de um país em comparação à de outro. Essa visibilidade e esse apoio foram fundamentais para a formulação e implementação de políticas de memória e os retratos foram utilizados como potentes instrumentos reivindicatórios de reparação, reconhecimento e não esquecimento.

Palavras-chave: Memórias traumáticas. Ditadura civil-militar. Usos de retratos de mortos e desaparecidos. Instituições de memória. Manifestações sociais. Brasil. Argentina.

Abstract

DIAS, Katia Helena R. **Traumatic memories of the civil-military dictatorships in Brazil and Argentina told by the portraits of the dead and missing ones.** Advisor: Francisca Ferreira Michelon. 2021. 306 p. Thesis (Doctorate course in Social Memory and Cultural Patrimony) — Human Sciences Institute, Federal University of Pelotas, Pelotas, Brazil, 2021.

This doctoral research studied the attributed uses of the portraits of the dead and missing people in the civil-military dictatorships in Brazil (1964-1985) and Argentina (1976 – 1983). The political violence perpetuated by the State imposed to the society a traumatic atmosphere of terror and victimized, directly or indirectly, hundreds of thousands of people, being many of them dead or missing. The traumatic memories that have remained from that time are situated between what should be remembered and forgotten and the fight for atonement. This research departed from the context mentioned before and followed the routes of the political transition and redemocratization processes of each of these countries. Therefore, it is important to highlight the role of the social actors as protagonists and active individuals who claim for the memory, the truth and the justice regarding the traumatic memories derived from the authoritarian and repressive regimes of the military dictatorships in these countries. These individuals have used portraits as means of testimony, denouncement and fight for the memory of that past. It was important to try to understand how these portraits, which were incorporated in the public scene as powerful devices for creating awareness and promoting transformation, have influenced the consolidation of the memory policies in each of these countries. This comparative study analysed the uses attributed to the portraits. The method showed efficiency in comparing two similar cases in their original contexts and the uses given to the portraits, identifying the following sources: a) portraits exhibited in Memory Institutions derived from the memory policies; and b) portraits depicted in placards and carried in social manifestations organized by the social actors along with the society. In both cases, these actions aimed at giving visibility to the memory of the dictatorships and what they represented, and were a way to honour the victims. The intense and continuous use of the portraits of the dead and missing, the way they were presented, the emotional power aggregated to them, and the visibility they received may have contributed to a greater awareness regarding the traumatic memory and the violations of the human rights, which resulted in more solidarity in a country compared to the other. Such visibility and support were fundamental to the elaboration and implementation of memory policies, and the portraits were used as powerful tools to claim for atonement, recognition and memory.

Key words: Traumatic memories. Civil-military dictatorship. Uses of portraits of the dead and missing. Memory Institution. Social manifestation. Brazil. Argentina.

Lista de Figuras

Figura 1 — Fotografia da Marcha do Dia da Memória por Verdade e Justiça, Argentina, 2016.....	53
Figura 2 — Fotografia de manifestantes na <i>Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia</i> , Argentina, 2016.....	53
Figura 3 — Fotografia do momento em que uma das <i>Madres</i> , Nair Amoedo, discursa durante a <i>Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia</i> , Argentina, 2018.....	54
Figura 4 — Fotografia da 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.....	56
Figura 5 — Fotografia com vista geral da 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.....	57
Figura 6 — Fotografia do 1º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2014.....	57
Figura 7 — Fotografia da fachada do <i>Museo Sitio de Memoria</i> e do <i>Piel de Vidrio</i> com retratos dos mortos ou desaparecidos que ali estiveram presos, Argentina.....	61
Figura 8 — Fotografia com detalhes do <i>Piel de Vidrio</i> , Argentina.....	62
Figura 9 — Fotografia da exibição do vídeo da Cella 2 do Memorial da Resistência de São Paulo com retrato de Olavo Hansen, Brasil.....	62
Figura 10 — Fotografia da exibição do vídeo com retratos de mortos e desaparecidos da Cella 2, Memorial da Resistência de São Paulo, Brasil.....	63
Figura 11 — Fotografia de uma faixa azul com retratos durante a Marcha do <i>Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia</i> , Argentina, 2017.....	63
Figura 12 — Fotografia de um retrato sendo carregado durante a Marcha del <i>Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia</i> , Argentina, 2019.....	64
Figura 13 — Fotografia do 4º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2017.....	64
Figura 14 — Fotografia de um retrato sendo carregado durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.....	65
Figura 15 — Fotografia do retrato de Santiago Maldonado durante a Marcha del <i>Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia</i> , Argentina, 2018.....	69
Figura 16 — Fotografia da faixa central com retrato de Marielle Franco durante a 1ª Caminhada do Silêncio, 2019, Brasil.....	69
Figura 17 — Fotografia de fotógrafos durante a Marcha del <i>Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia</i> , Argentina, 2016.....	75

Figura 18 — Fotografia de fotógrafos durante o 6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2019.....	76
Figura 19 — Fotografia de um protesto na Cinelândia, Brasil, 1964.	89
Figura 20 — Fotografia de uma manifestação pós-anistia, Brasil, 1979.	90
Figura 21 — Fotografia de um protesto na Cinelândia, Rio de Janeiro, Brasil.	90
Figura 22 — Fotografia de uma manifestação por anistia na Câmara de São Paulo, Brasil, 1979.	91
Figura 23 — Fotografia de manifestantes durante a votação do projeto da Lei da Anistia no Congresso Nacional, Brasil, 1979.	92
Figura 24 — Fotografia da ronda das <i>Madres de Plaza de Mayo</i> , Argentina, [1979 ou 1980].	103
Figura 25 — Fotografia de Delia Cecilia Giovanola e Pina Aramburú de Ogando na ronda das <i>Madres de La Praza de Mayo</i> , Argentina, 1980.	103
Figura 26 — Fotografia das <i>Madres de Plaza de Mayo</i> sendo reprimidas pela cavalaria em plena ditadura militar, Argentina, 1982.	105
Figura 27 — Fotografia da última marcha das <i>Madres bajo la dictadura</i> , Argentina, 1983.	106
Figura 28 — Fotografia de Gertrudis Fontanella e Claudia Perepichay, <i>Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora</i> , na 7ª Marcha da Resistência, Argentina, 2006.....	108
Figura 29 — Quadro de sistematização dos conjuntos fotográficos.....	121
Figura 30 — Quadro com exemplo dos descritores dos conjuntos.	121
Figura 31 — Gráfico do total geral de fotografias e total de fotografias com usos de retratos nas Manifestações Sociais na Argentina e no Brasil.....	125
Figura 32 — Gráfico comparativo entre o número de fotografias na Argentina e no Brasil.	126
Figura 33 — Gráficos com processo metodológico empreendido na pesquisa.....	134
Figura 34 — Fotografia da fachada do <i>Museo Sitio de Memoria</i> , Argentina.	144
Figura 35 — Fotografia do <i>Piel de Vidrio</i> , <i>Museo Sitio de Memoria</i> , Argentina.....	145
Figura 36 — Fotografia de Marcelo Brodsky durante divulgação do seu livro no <i>Museo Sitio de Memoria</i> , Argentina, 2017.	148
Figura 37 — Fotogradia da exposição permanente localizada no porão do <i>Museo Sitio de Memoria</i> , Argentina.	149

Figura 38 — Fotografia de visitantes observando o painel expositivo <i>El Informe de Basterra</i> , Argentina, 2017.	150
Figura 39 — Fotografia dos retratos expostos em <i>El Informe de Basterra</i> , Argentina, 2017.	150
Figura 40 — Fotografias dos <i>banners</i> com retratos de mortos e desaparecidos da ESMA expostos no Pavilhão Central do Espaço de Memória e Direitos Humanos, Argentina, 2017.....	152
Figura 41 — Fotografia do sobrevivente Víctor Basterra em uma vista ao <i>Museo Sitio de Memoria</i> em frente ao painel com os retratos obtidos por ele, Argentina, 2016.....	152
Figura 42 — Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2 com foco em retratos de Olavo Hansen.	160
Figura 43 — Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2 com foco no retrato de Eduardo Collen Leite.	161
Figura 44 — Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2 com foco em retratos de Devanir José de Carvalho.	162
Figura 45 — Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2 com foco em retratos de Luiz Hirata.	163
Figura 46 — Fotografias das <i>Madres da Asociación Madres de Plaza de Mayo</i> chegando à Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2019.	167
Figura 47 — Fotografias das <i>Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora</i> chegando a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2017 e 2019.....	168
Figura 48 — Fotografia de pessoas se apresentando no entorno da <i>Plaza de Mayo</i> , Argentina, 2017.....	169
Figura 49 — Fotografia de performances ocorridas no entorno da <i>Plaza de Mayo</i> , Argentina, 2017.....	169
Figura 50 — Fotografias de apresentações artísticas ocorridas no entorno da <i>Plaza de Mayo</i> , Argentina, 2017 e 2019.	170
Figura 51 — Fotografia do Palanque em que representantes das organizações, familiares e personalidades discursam durante Dia da Memória Verdade e Justiça, Argentina, 2016.	171
Figura 52 — Fotografia de representantes discursando durante Dia da Memória Verdade e Justiça, Argentina, 2016.	171

Figura 53 — Fotografias que demonstram o uso coletivo dos retratos na <i>Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia</i> , Argentina, 2015 e 2017.	175
Figura 54 — Fotografia que demonstra o uso coletivo dos retratos na <i>Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia</i> , Argentina, 2016.....	175
Figura 55 — Fotografia de Adelina Dolores Rizzo Molina carregando o retrato de Carlos Alberto Rizzo Molin durante a Manifestação Social do Dia da Memória, Argentina, 2018.	176
Figura 56 — Fotografia de Juan Colomer Perrier carregando o retrato de Enrique Alberto Colomer durante a Manifestação Social do Dia da Memória, Argentina, 2019.....	177
Figura 57 — Fotografia de María Adela Antokoletz vestindo uma camiseta com o retrato de Daniel Antokoletz durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2015.....	179
Figura 58 — Fotografia de Alberto Teszkiewicz carregando o retrato de Monica Teszkiewicz durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2018.	181
Figura 59 — Fotografia de uma senhora carregando um retrato de Nestor Ruben Antoñanzas durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2018.	183
Figura 60 — Fotografia de uma mulher carregando a foto de Rosa Luján Taranto de Altamiranda durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2017.	184
Figura 61 — Fotografia de Carmem Isabel Rodino de Cobo carregando a foto de Inés Adriana Cobo e Ruben Alberto Storkdale durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2018.....	186
Figura 62 — Fotografia de Fabiana Pérez carregando uma foto de Walter Teófilo Perez Loza durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2017.	188
Figura 63 — Fotografia de pessoas segurando cartazes com retratos de mortos e desaparecidos produzidos pelo Núcleo Memória destacando a frase na parte de trás do cartaz, Brasil, 2015.....	194

Figura 64 — Fotografia do momento em que falas, testemunhos e apresentações artísticas e culturais ocorrem no palco instalado à frente do prédio da tortura, Brasil, 2019.	195
Figura 65 — Fotografica de retratos e rosas colocados ao chão próximo ao prédio onde ocorriam as torturas, Brasil, 2015.....	196
Figura 66 — Fotografia do 4º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2017...	196
Figura 67 — Fotografias de retratos sendo levantados pelo público durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.....	199
Figura 68 — Fotografias de apresentações artísticas durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.....	200
Figura 69 — Fotografia de manifestantes durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.	201
Figura 70 — Fotografia de manifestantes e faixa da 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.	201
Figura 71 — Fotografias de manifestantes depositando retratos, rosas e velas aos pés do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos do Parque do Ibirapuera, Brasil, 2019.	202
Figura 72 — Retratos, rosas e velas aos pés do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos do Parque do Ibirapuera, Brasil, 2019.	203
Figura 73 — Fotografia de Paulo César Pedrini carregando o retrato de Alfeu de Alcântara Monteiro durante o 6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2019.	208
Figura 74 — Fotografia de Eleonora Menicucci de Oliveira carregando o retrato de Ísis Dias de Oliveira durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.	210
Figura 75 — Fotografia de Vera Paiva carregando o retrato de seu pai, Rubens Paiva, durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.	211
Figura 76 — Fotografia de Valdirene Gomes carregando o retrato de Antônio Benetazzo durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.	213
Figura 77 — Fotografia de Carlinhos Marighella carregando o retrato de seu pai, Carlos Marighella, durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.	215

- Figura 78 — Foto de uma mulher carregando o retrato de Edson Luiz de Lima Souto durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.....217
- Figura 79 — Fotografia de Mariluce Moura, esposa, e Tessa Moura Lacerda, filha, carregando o retrato de Gildo Lacerda Macedo durante o 6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2019.218
- Figura 80 — Fotografia de Angela Maria Mendes de Almeida, companheira, e Tatiana Merlino, sobrinha, carregando o retrato de Luiz Eduardo da Rocha Merlino durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019. ..220

Lista de Tabelas

Tabela 1 — Quantitativo de fotografias	115
Tabela 2 — Usos de retratos.....	115
Tabela 3 — Quantitativo de fotografias por conjunto fotógrafo da Argentina	123
Tabela 4 — Quantitativo de fotografias por conjunto fotógrafo do Brasil	124
Tabela 5 — Subdivisão por planos cinematográficos — fotografias Argentina.	128
Tabela 6 — Subdivisão por planos cinematográficos — fotografias Brasil.	129
Tabela 7 — Processo de seleção objetivando o uso individual de fotografias da Argentina.....	130
Tabela 8 — Processo de seleção objetivando o uso individual de fotografias do Brasil.	130
Tabela 9 — Processo de seleção das fontes na Argentina.....	133
Tabela 10 — Processo de seleção das fontes no Brasil.	133

Lista de abreviaturas e Siglas

AAA	Alianza Anticomunista Argentina
ADPF 153	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APAC	Associação Pinacoteca Arte e Cultura
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCDTeE	Centros Clandestinos de Detenção, Tortura e Extermínio
CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CELS	Centro de Estudios Legales y Sociales
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CFMDP	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
CIA	Central Intelligence Agency
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CMDP	Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONADEP	Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas

CONDEPHAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSJN	Corte Suprema de Justiça da Nação
DECON	Delegacia de Defesa do Consumidor
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DOI–CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ERP	Ejército Revolucionário del Pueblo
ESMA	Escola de Mecânica Armada
EUA	Estados Unidos da América
FBI	Federal Bureau of Investigation
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
HD	Hard disks
IEM	Instituto Espacio para la Memoria
IML	Instituto Médico Legal
IPES–IBAD	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

JP	Juventude Peronista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
Molipo	Movimento de Libertação Popular
OLAS	Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
POC	Partido Operário Comunista
Polop	Organização Revolucionária Marxista Política Operário
PPGMP	Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RUVTE	Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado
SEDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SN	Segurança Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal
TUCA	Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UBA	Universidad de Buenos Aires

UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URSS	União da República Socialista Soviética

Sumário

INTRODUÇÃO	23
1 RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS COMO SEMIÓFORO DAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DA DITADURA	42
1.1 OS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA TRAUMÁTICA DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	42
1.2 O CONCEITO DE SEMIÓFORO E A SUA RELAÇÃO COM OS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	60
2 A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E NA ARGENTINA	78
2.1 ASPECTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA.....	78
2.2 BRASIL: TRANSIÇÃO NEGOCIADA.....	87
2.3 ARGENTINA: TRANSIÇÃO POR RUPTURA.....	100
3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS	114
3.1 COLETA DE DADOS: IDENTIFICAÇÃO E OBTENÇÃO DAS FOTOGRAFIAS.....	115
3.2 SISTEMATIZAÇÃO: ORGANIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS E CONSTITUIÇÃO DO ACERVO.....	119
3.3 SELEÇÃO PARA ANÁLISE: INDICADORES COMPARATIVOS	127
3.4 OS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS NAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA	135

4	OS USOS DE RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS EM INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS	137
4.1	INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA: ARGENTINA E BRASIL.....	141
4.1.1	<i>Museo Sitio de Memoria</i> ESMA (Buenos Aires/Argentina)	141
4.1.2	O espaço expositivo do <i>Museo Sitio de Memoria</i> e os usos dos retratos de mortos e desaparecidos.....	143
4.1.3	Memorial da Resistência (São Paulo/Brasil)	153
4.1.4	O espaço expositivo do Memorial da Resistência e os usos dos retratos de mortos e desaparecidos.....	156
4.2	OS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS NAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS: ARGENTINA E BRASIL	164
4.2.1	Marcha do Dia da Memória Verdade e Justiça	164
4.2.2	O Ato Unificado Ditadura Nunca Mais e a Caminhada do Silêncio	190
4.3	ANÁLISE SOBRE OS RETRATOS E SEUS USOS	224
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237
	REFERÊNCIAS FOTOGRÁFICAS	249
	APÊNDICES	255
	ANEXOS	311

INTRODUÇÃO

Antecedentes

Inserida no campo das ciências humanas, na área interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a pesquisa doutoral apresentada nesta tese é decorrente de um percurso pessoal e profissional que abrange o estudo da imagem fotográfica, o qual parte de conceitos gerais para desenvolver o pensamento sobre essa forma documental. No âmbito acadêmico, desde a graduação em Artes Visuais (2005–2009) a fotografia já fazia parte do meu cotidiano enquanto prática e apreciação e, à medida em que o curso avançava, passava a ser objeto de estudo, instrumentalizado por teorias e reflexões sobre a linguagem fotográfica enquanto arte. Foi na graduação também que tive a oportunidade de ser aluna da Professora Doutora Francisca Ferreira Michelin, pessoa que teve papel fundamental no meu estímulo à pesquisa acadêmica, e não por acaso tornou-se minha orientadora de mestrado e doutorado.

No mestrado (2010–2012) não foi diferente. A fotografia tornou-se objeto de estudo e fonte para pesquisa enquanto acervo documental pertencente a uma instituição museológica. Em decorrência disso, definiu-se a minha profissão: primeiro, durante um curto período, na docência (2009–2010), com a disciplina de fotografia do mesmo curso em que me formei; e, posteriormente, como fotógrafa de uma Instituição Pública de Ensino Superior — na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 2012 e desde 2013 na UFPel.

Em 2013 solicitei redistribuição da FURG para a UFPel e em agosto do mesmo ano a transferência foi concretizada. Ao ingressar na Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da UFPel, setor responsável por produzir material informativo referente à Universidade e divulgá-lo para o público em geral, observei que, entre os registros documentais, havia um conjunto de fotografias antigas sistematicamente produzidas desde a inauguração da UFPel (1969). Guardadas em caixas, essas fotografias despertaram meu interesse em conhecer seu conteúdo e saber as ocasiões mais fotografadas os motivos mais fotografados. Diante de um considerável volume de fotografias históricas sem o devido tratamento, foi

intermediada a transferência do conjunto fotográfico para a Fototeca Memória da UFPel¹, a qual denominou-o como Coleção CCS e iniciou o processo de sistematização.

Destaca-se que em 1969 o contexto político era o da ditadura civil-militar e, portanto, parte significativa do conjunto certamente teria sido produzida durante esses anos. Diante desse conjunto, observou-se que as fotografias referentes ao período ditatorial eram inexpressivas: havia poucas e o que havia não indicava nada relacionado ao contexto vivido naqueles anos.

Naquele período, conforme pontua Motta (2014), as universidades eram alvos de controle, vigilância e repressão do regime autoritário ditatorial. A movimentação ideológica de intelectuais e o movimento estudantil contrapondo-se ao regime, conforme acontecia em outras localidades do país, certamente ocorreu em Pelotas, sobretudo dentro da UFPel. As fotografias do conjunto referentes a esse período não mostram essa face, o que existe são os registros habituais de reuniões, inaugurações, prédios, laboratórios, sala de aula etc. Portanto, o enquadramento observado pontua uma realidade parcial, o que, de fato, sabemos que é uma condição da fotografia: um recorte da realidade visível. Entretanto, diante do cenário político autoritário de terrorismo de Estado e da censura, a não existência de fotografias indicativas do contexto político no âmbito acadêmico talvez seja um indicativo do que se queria ocultar².

Conforme evidenciou-se pela sistematização do conjunto da Coleção CCS e pela publicação de Michelin e Bandeira (2020) alusiva aos 50 anos da UFPel, cujo primeiro capítulo, intitulado “Retrospecto”, indica a característica da Coleção CCS não possuir fotografias relativas ao contexto político que acontecia naquela época, ou seja, a documentação fotográfica referente ao período de inauguração da UFPel (1969) até a década de 1980 é inexpressiva. Talvez porque ainda não existisse um

¹ A Fototeca Memória da Universidade Federal de Pelotas, vinculada ao Departamento de Museologia, Conservação e Restauro do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, inaugurada em junho de 2009 e em pleno funcionamento desde então, foi concebida e estruturada pela Professora Doutora Francisca Ferreira Michelin, a qual a coordena e mantém até a atualidade. A Fototeca tem como objetivo a preservação da memória visual da UFPel e prima pela disponibilização do acesso aos seus conteúdos de diversas formas, desde consulta local — compreendendo diversas ações, como exposições e catálogos —, até base de dados *online*, vislumbrando maior abrangência ao acervo.

² Destaca-se, de acordo com Motta (2014), que a UFPel, assim como muitas outras Universidades Federais, foi inaugurada em pleno regime político militar e que, certamente, teria sua ideologia alinhada à essa política, portanto, é possível que as fotografias institucionais produzidas nesse período demonstrem isso.

setor de comunicação na Universidade, ou por a fotografia, na época, ser uma tecnologia cara e utilizada com parcimônia, ou simplesmente por não haver um sentido para organização e guarda institucional e, assim, tal documentação ter sido perdida. O fato é que a Coleção CCS não tem um mínimo de fotografias representativas do período da ditadura, então não há, portanto, como afirmar que houve produção fotográfica e, se houve, se de alguma forma o estado político daquela época estaria representado através dela. O que importa salientar é que a partir da Coleção CCS levantou-se a questão, não pelo que ela evidencia ou oculta, mas pelo contexto no qual ela foi gerada.

Adicionado a isso, na época do tratamento dessa coleção fotográfica (2014–2015) houve um acirramento na polarização política brasileira. Entre tantas manifestações nesse cenário, a ditadura foi relativizada, gerando uma polêmica em esfera nacional que permanece até a atualidade. As violações de direitos humanos do nosso passado recente promovidas por governos autoritários repressivos, representados pelas ditaduras civis-militares que acometeram diversos países latino-americanos, são, sem dúvida, um assunto muito atual, haja visto a posição de alguns governantes em relação ao período da ditadura no atual cenário nacional brasileiro. Diante do exposto acima, meu interesse aguçado pelo tema da ditadura, aliado ao meu percurso acadêmico e profissional na área da fotografia, suscitou possibilidades de pesquisa unindo fotografia, memória e história.

Em decorrência disso, em 2016 retomei meus estudos na área de Memória Social e Patrimônio Cultural e matriculei-me como aluna especial na disciplina “Políticas Públicas de Memória no Mercosul”, do PPGMP/UFPel, ministrada pelas professoras doutoras Ana María Sosa González, que atualmente é minha coorientadora no doutorado, e Rita Juliana Poloni. A partir de então, surgiram ideias iniciais de possibilidade de pesquisa, planejadas em um projeto que impulsionou minha participação na seleção para o doutorado, e, assim, em 2017 iniciou-se um percurso que se finaliza com a realização desta tese.

É importante destacar que no final do meu primeiro semestre de doutorado foi aberto no PPGMP um edital de seleção para bolsa de estudo por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa Centros Associados para Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-

Argentina³, o qual oportunizou o convênio entre o *Programa de Posgrado en Economía Política de la Cultura — Estudios sobre Producciones Culturales y Patrimonio*, da Universidad de Buenos Aires (UBA), e o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas.

Para a seleção foi necessário elaborar um projeto de pesquisa alinhado à área de pesquisa dos programas de pós-graduação de ambas as instituições, então surgiu a ideia de fazer um estudo comparativo entre os dois países. O ponto de partida convergente foi o contexto histórico das ditaduras civis-militares argentina e brasileira e a fotografia veio como consequência natural do meu interesse pessoal e profissional. Aprovada na seleção, no segundo semestre do curso⁴ eu iniciava o doutorado sanduíche em Buenos Aires, Argentina, com o apoio e o financiamento da CAPES, o que possibilitou a realização desta pesquisa.

O período de estudo e pesquisa na Argentina foi decisivo na reconfiguração do projeto de pesquisa e a parceria entre a CAPES e o PPGMP/UFPel oportunizou a pesquisa de campo no país vizinho ampliando e qualificando a pesquisa como um estudo comparativo. Considerando a Argentina um país com histórico e bases teóricas consolidadas na área do conhecimento da memória social, a vivência no país contribuiu para a elaboração dessa tese. Diante a uma quantidade significativa de lugares de memória — entre os quais arquivos, museus, memoriais, organizações sociais e variadas manifestações relativas às memórias traumáticas da ditadura —, após o meu retorno ao Brasil foi possível verificar as semelhanças e diferenças entre os contextos e estabelecer parâmetros comparativos em relação aos usos dos retratos em ambos os países.

Pesquisas sobre o passado recente de países que tiveram regimes autoritários têm sido amplamente problematizadas nos últimos anos no meio acadêmico⁵. Contribuir com essas questões tão caras para a sociedade é uma forma de manter essa memória viva e colaborar para que tais lembranças tenham mais um momento de reflexão no intuito de conscientizar a sociedade para que nunca mais ocorram atos de violência, autoritarismo e repressão. É também uma forma de refletir

³ Programa CAPES/CAFP–BA (projeto 046/13).

⁴ É importante destacar aqui que, graças ao aproveitamento dos meus créditos obrigatórios cursados no mestrado, pude fazer o doutorado-sanduíche no início do curso. Ter concluído os créditos obrigatórios era um dos requisitos para a seleção.

⁵ Catela (2008, 2012, 2019), Gallo (2015, 2016), Jelin (2002, 2004, 2008, 2017), Padrós (2008, 2009, 2012), Zaverucha (2005, 2012).

sobre a importância das imagens para a nossa sociedade, visto que elas adquirem novos usos e novos significados lhes são atribuídos à medida que circulam, gerando — ou pelo menos deveriam —, através de sua disposição ao público, consciência sobre os episódios que denunciam.

Motivada por reflexões em torno da imagem fotográfica, seus usos, suas funções e suas significações, desejei saber mais sobre os retratos fotográficos de mortos e desaparecidos utilizados em atos e Manifestações Sociais e nos espaços expositivos de Instituições de Memória. Sobre esse tema, os artigos de Dias e Michelin (2019, 2020a, 2020b) indicam parte do desenvolvimento da pesquisa. Pelo contraste entre as trajetórias, por amostragem, a investigação deteve-se nos países Argentina e Brasil.

Contexto geral, campo de observação e delimitação do objeto de estudo

O regime político ditatorial conduzido pelos militares e consolidado com o apoio de alguns setores da sociedade civil que emergiu na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970 foi caracterizado por sua conduta hostil e violenta contra seus opositores políticos. O governo militar dos países Brasil e Argentina levou a cabo uma sistemática ação de controle e censura da população em geral, tendo como prática rotineira perseguições, apreensões, torturas e desaparecimentos massivos de pessoas que protestavam e lutavam contra a tomada de poder imposta através da força. Essas pessoas, segundo a concepção autoritária de tais governos, representavam grande perigo à sociedade por estarem aliadas aos ideais comunistas e revolucionários que ganhavam força no contexto mundial daquele período (Guerra Fria e Revolução Cubana), servindo esse contexto como justificativa para o Golpe de Estado e para a propagação do terrorismo de Estado.

De acordo com Ferreira e Michelin (2015), a violência política proveniente do Estado nesses países deixou marcas na sociedade, entre elas as fotografias que as autoras denominam como “cicatrices da memória”. Conforme os novos usos atribuídos a elas, tais marcas, como os retratos de mortos e desaparecidos, adquirem outros significados. Dos múltiplos meios utilizados como função memorial, entre suas especificidades a fotografia tem a inerente característica de suporte de memória, cujo potencial pode ser explorado no contexto desta pesquisa.

Quando se trata de memórias traumáticas relativas a eventos que violaram os direitos fundamentais do ser humano em esferas e graus gigantescos de abusos de poder e força, os usos dados à fotografia têm se mostrado um significativo recurso reivindicatório de memória, verdade e justiça (FERREIRA; SOSA, 2014). Observou-se que determinadas circunstâncias inicialmente inimagináveis transformaram os retratos de mortos e desaparecidos em potentes dispositivos ao ressignificá-los, instrumentalizando as ações dos atores sociais⁶.

Inicialmente produzidos para o uso no âmbito privado, servindo como objeto de recordação ou identificação, os retratos passaram ao âmbito público, adquirindo, ou preterindo adquirir, maior visibilidade a partir dos novos usos, dadas as circunstâncias adversas. De acordo com Catela (2012), esses retratos eram originalmente objetos de recordação familiar ou de identificação documental, e em ambos os casos indicavam a existência do indivíduo. A medida em que a noção dos desaparecimentos se consolida, os retratos passam a “representá-los igualmente em sua condição oposta, a de desaparecidos, negados pelo Estado que os registrou com uma fotografia em seus DNIs” (CATELA, 2012 p. 115). Passaram, portanto, a ter função inversa: simbolizar a ausência.

A partir do contexto político-social mencionado acima, com as mortes e os desaparecimentos relacionados à violência política cada vez mais evidentes, esses retratos aparecem reconfigurados nas mãos dos familiares dos desaparecidos, impulsionados pelo desespero de não saberem onde estavam os seus parentes. Em um primeiro momento os usos desses retratos tiveram como objetivos a busca, o testemunho e a denúncia de tais desaparecimentos, mas à medida em que o tempo passava a ausência tornava-se cada vez mais presente, consolidada e irreversível, fazendo com que pouco a pouco esses retratos se tornassem um símbolo de luta e resistência.

Nesse sentido, introduzo a reflexão sobre o valor simbólico e sentimental que determinados objetos carregam em si. Para tanto, o conceito de semióforo desenvolvido pelo filósofo Krzysztof Pomian (1984) foi bastante útil para a análise dedicada ao estudo dessas fotografias-objetos, ou melhor, desses retratos-objetos — os retratos de mortos e desaparecidos expostos nas Instituições de Memória e

⁶ Inicialmente familiares, amigos das vítimas e indivíduos ligados aos direitos humanos começaram a se agrupar em organizações que reivindicavam verdade, memória e justiça, transformando esses retratos em um símbolo de resistência e luta.

carregados e/ou empunhados por familiares e população em geral nas Manifestações Sociais.

Partindo do princípio básico, o termo semióforo designa objetos que perdem sua funcionalidade e passam a ter valor simbólico agregado, que “representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (POMIAN, 1984, p. 71). Nessa perspectiva, a eles são atribuídas significações simbólicas que transcendem a sua função original a partir dessa mudança de condição existencial do indivíduo ali retratado — na dualidade presença-ausência e no valor sentimental incorporado a esses retratos, poder-se-ia pensar em classificá-los como objetos semióforos. Em outras palavras, ao agregar aos retratos de mortos e desaparecidos o conceito de semióforo, designa-se a eles uma função de instrumento ideológico, com potencial transformador, conferindo o seu valor para além de sua materialidade.

Outra proposição de Pomian sobre os objetos semióforos é que estes passam de uma função específica e utilitária para outra de valor sentimental, sem valor comercial ou de uso. Entretanto, no caso aqui analisado, embora exista forte carga sentimental e simbólica agregada a esses retratos e não haja valor econômico ligado a esses objetos-retratos, sem dúvida alguma eles têm, sim, valor utilitário, com função clara e objetiva: potencializar as causas ligadas aos direitos humanos e à luta por memória, verdade e justiça; e, portanto, são inseridos em um discurso que transcende a imagem.

Cabe aqui destacar o papel dos atores sociais como sujeitos atuantes nesses processos. Os atores sociais podem ser relacionados ao termo “empreendedores de memória”, empregado por Jelin (2002), pois, de acordo com a autora, “el emprendedor se involucra personalmente en su proyecto, pero también compromete a otros, generando participación y una tarea organizada de carácter colectivo” (JELIN, 2002, p. 48). Diante do exposto, a referida autora desenvolve o tema e aprofunda as questões de luta que envolvem a fixação das memórias relativas a acontecimentos conflituosos ou traumáticos, como, por exemplo, os períodos pós-ditaduras.

Foram verificadas dificuldades enfrentadas na região do cone sul-americano nos “procesos posdictatoriales de transición” (JELIN, 2017, p. 45), tensionado por

disputas entre setores da sociedade⁷ e o Estado. Em sentido mais amplo, a luta política incluía, na sua agenda, “outros temas urgentes”, então questões sobre o passado recente violento e controverso que para muitos deveria ser esquecido não foram consideradas e integradas em pautas políticas. A partir da década de 1990, a temática adquiriu mais força nesses países e foi possível verificar um avanço na implementação de políticas de memória como um conjunto de medidas que tenta conciliar os interesses entre a sociedade de um modo geral e o Estado.

Desse modo, é possível atestar que as ações coletivas (da sociedade civil organizada) empreendidas pelos atores sociais podem impactar na implementação de políticas de memória de cada país. Essas políticas têm como propósito estabelecer ações de reparação às vítimas do terrorismo de Estado, sejam pecuniárias ou simbólicas. As simbólicas compreendem o reconhecimento do Estado sobre a responsabilização dos crimes, a fixação de datas, as placas, os monumentos, os memoriais e as Instituições de Memória. As pecuniárias remetem-se a valores econômicos pagos às vítimas sobreviventes, que podem ser ex-presos ou familiares de mortos ou desaparecidos. Nessa dinâmica, com a luta pela implementação e manutenção de políticas de memória entre setores da sociedade e Estado, pode-se observar os usos dos retratos de mortos e desaparecidos como um dispositivo memorial que, entre outros atributos, serve como instrumento de busca pela reparação simbólica⁸ por intermédio dos atores sociais. Enfim, “empreendedores de memória”: familiares e amigos de vítimas, sobreviventes e pessoas que se solidarizam com a causa dos direitos humanos.

O panorama exposto acima evidenciou o contexto geral da investigação a partir da redemocratização e dos processos de transição política⁹, ambos considerados neste estudo¹⁰. A partir disso, especificamente no que tange os usos dos retratos de mortos e desaparecidos em situações nas quais as memórias traumáticas são empregadas para reparação das violações aos direitos humanos, a delimitação do campo de observação foi pautada pelo estudo comparativo entre os países Argentina e Brasil, evidenciado pela recorrência dos usos desses retratos em

⁷ Podem ser organizações e movimentos sociais, vítimas, familiares e sociedade em geral.

⁸ Ao mesmo tempo serve como um dispositivo de testemunho, denúncia e luta, conforme abordado na análise comparativa.

⁹ Do regime político autoritário da ditadura para o democrático.

¹⁰ O segundo capítulo desta tese é dedicado a essa temática.

ambos os países em Manifestações Sociais e Instituições de Memória¹¹ dentro do período compreendido entre os anos de 2014 a 2019. A delimitação espaço-temporal está relacionada ao fato de haver situações análogas analisáveis em ambos os países a partir do ano de 2014 e em 2019, ano em que ocorreram as últimas manifestações antes da conclusão desta pesquisa. Em 2020, devido à pandemia gerada pelo Coronavírus, as manifestações precisaram ser canceladas em ambos os países e as instituições foram temporariamente fechadas.

Cabe aqui destacar que parte dos métodos e recursos da pesquisa foram redefinidos em consequência da pandemia. Inicialmente, o programado era a coleta de dados diretamente na fonte primária, ou seja, eu, enquanto pesquisadora e fotógrafa, faria o registro nas referidas manifestações no ano de 2020 e, portanto, produziria e proveria os dados a serem analisados. A pandemia desestruturou a lógica inicial, entretanto, a partir disso busquei outros caminhos na obtenção dos dados — as fotografias. Diante do isolamento social referente aos primeiros meses pandêmicos, a busca deveria acontecer de forma remota, e assim foi. Primeiro, busquei matérias jornalísticas com fotografias publicadas na internet, e para isso defini dois jornais representativos e de grande circulação para cada país: na Argentina o *La Nación* e o *Clarín* e no Brasil o *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Entretanto, devido às dificuldades de retorno pela maioria dos jornais, não foi possível obter informações sobre a autoria de parte significativa das fotografias e tão pouco autorização para utilizá-las como fonte na pesquisa¹².

Diante do exposto, empreendi uma nova busca por meio de canais de comunicação das instituições organizadoras das manifestações, e por esse caminho, embora não tenha conseguido identificar a autoria de todas as fotografias publicadas, obtive retorno institucional e indicação de outros meios — tais como *Facebook*, *Flickr* e *Instagram* — para obtenção das fotografias. Através desses meios, a publicação é feita pelo próprio fotógrafo, que, ao publicar, marcar e compartilhar a fotografia nas redes sociais das instituições, indica, também, a sua procedência. Conseqüentemente, por meio dessa rede de propagação e compartilhamento foi possível identificar a autoria das fotografias, estabelecer contato direto com os

¹¹ As Manifestações Sociais e as Instituições de Memória serão indicadas abaixo, no item “Fontes”.

¹² Apenas um dos quatro jornais respondeu. Não houve negativa por parte dos outros jornais, entretanto não obtive respostas, ficando sem saber a autoria das fotografias e sem a autorização para publicá-las na tese.

fotógrafos e, assim, obter o consentimento para utilizá-las na tese. Esses contatos foram estabelecidos majoritariamente por meio de comunicação remota (*e-mail*, redes sociais, *WhatsApp*) e dessa forma foi composto um conjunto fotográfico analisável. Ao todo foram selecionados dezesseis fotógrafos, oito para cada país, dos quais cada fotógrafo apresentou um conjunto de fotografias diversas que passaram por uma seleção criteriosa para definição da documentação fotográfica representativa para a análise¹³.

Nesse aspecto, eu gostaria de salientar que, no caso das Manifestações Sociais, o significativo aumento das fontes (dezesseis fotógrafos) foi um ganho exponencial para a pesquisa. A diversidade de olhares sobre um determinado evento, a quantidade de fotografias produzidas e em muitos casos a familiaridade do(s) fotógrafo(s) com a manifestação e as pessoas que ali participavam e circulavam geraram uma maior amostragem dos dados. Em conjunto, essas fotografias têm um maior potencial legitimador do fato se comparado ao pretense único olhar da pesquisadora. Em relação às Instituições de Memória, a pesquisa de campo nesses locais aconteceu em momento anterior: em 2017 na Argentina, durante o doutorado sanduíche, e em 2018 no Brasil. Nessas ocasiões a observação direta oportunizou o levantamento de dados e informações diretamente da fonte, sendo possível verificar como cada Instituição de Memória explora a imagem do morto ou desaparecido.

Resumidamente, a pesquisa tem como ponto de partida as ditaduras civis-militares argentina e brasileira, inseridas dentro do contexto geral das memórias traumáticas e dos processos que envolvam a luta contínua por reparação simbólica no pós-ditadura. Nesse aspecto, evidencia-se o campo de observação "*Manifestações Sociais e Instituições de Memória*", no qual aparece o objeto de estudo: os usos dos retratos de mortos e desaparecidos.

Problema da Pesquisa — Questionamentos e Hipótese

Argentina e Brasil, países vizinhos que passaram por um contexto autoritário e repressivo semelhante, como as ditaduras civis-militares, diferem em seu período posterior, durante a redemocratização e a democracia. O saldo traumático é

¹³ A metodologia está detalhada no terceiro capítulo desta tese.

inegável. Esse fato pode ser observado pelas ações memoriais empreendidas por parte da sociedade e reivindicadas perante o lema de verdade, memória e justiça em ambos os países. No que se refere ao objeto de estudo da pesquisa, essa peculiaridade despertou meu interesse em investigar os processos pelos quais se apresentam no contexto pós-ditatorial os usos dos retratos de mortos e desaparecidos e a visibilidade atribuída e alcançada por meio deles.

Para tentar compreender esses processos, alguns questionamentos surgiram e tornaram-se parte central da pesquisa. Nas ações memoriais geradas a partir do contexto das ditaduras civis-militares nos países pesquisados, percebe-se a predominância do retrato como principal gênero fotográfico. A partir disso, questiona-se: de que maneira os retratos de mortos e desaparecidos e os usos a eles atribuídos estabelecem uma relação presença-ausência que serve para discursar visualmente sobre a violação dos direitos humanos? Existe relação? E, se sim, qual a ligação entre os usos atribuídos aos retratos fotográficos em questão e as políticas de memória desses países? Em relação às Manifestações Sociais, quais foram os caminhos percorridos para o estabelecimento delas como um evento periódico e sistemático? E qual é a dinâmica performativa e visual observada nesses eventos?

Essas perguntas são essenciais para o desenvolvimento da reflexão que a pesquisa suscita. Afinal, saber mais sobre os processos da construção simbólica da imagem, conhecer as narrativas de vida por trás desses retratos e estabelecer parâmetros comparativos são uma excelente forma de analisar o fenômeno pela perspectiva dos usos dos retratos e, além disso, contribuir nos estudos na área de Memória Social, correlacionada a estudos sobre memórias traumáticas no âmbito dessas reflexões.

A busca por respostas aos questionamentos levantados contribuiu na formulação da seguinte hipótese: através da observação dos usos dos retratos de mortos e desaparecidos no campo de observação da pesquisa em ambos os países é possível indicar como cada país trabalhou suas memórias traumáticas. De acordo com o referencial documental selecionado para a pesquisa, países que demonstraram um maior uso dos retratos de mortos e desaparecidos tiveram um maior avanço na implementação de suas políticas de memória. Essa hipótese sugere que os países com uma história de luta e conquistas referentes às questões relativas à verdade, à memória e à justiça contra os abusos ocorridos naquele período também deram, ao longo de suas trajetórias, uma maior circulação a imagens de desaparecidos, logo,

uma maior visibilidade. Tal afirmação é indicativa de que a implementação de políticas de memória pode ser reflexo dos êxitos alcançados a partir das ações empreendidas pelos atores sociais, e talvez isso aponte uma relação intrínseca entre o uso dessas fotografias e o desenvolvimento das ações sociais ampliadas para o campo político.

Com o olhar sobre esse contexto histórico marcado pela repressão e violência política das ditaduras em questão, inserido em um panorama no qual o uso de retratos de mortos ou desaparecidos adquire a visibilidade que o Estado tentou apagar e que ressurgiu como um dispositivo carregado de significados e intentos, contrapor dois casos contrastantes (Argentina e Brasil) a partir de situações similares nos usos dos retratos parece ser uma excelente maneira de elucidar a hipótese levantada.

Pesquisar esses processos conectando as ações sociais e institucionais no campo da memória e entender como cada país conseguiu reelaborá-las sob a ótica dos usos dados aos retratos pareceu ser uma boa maneira de analisar esses fenômenos aliando reflexões sobre fotografia e memória. Ademais, este estudo poderá contribuir para a inesgotável compreensão intrínseca do documento fotográfico com memória, não necessariamente no tempo em que ele foi gerado, nem mesmo para o fim ou propósito de sua produção, mas no tempo em que se dá a ele um uso, no tempo estendido e no contínuo processo de significados oportunizados por sua essência memorial.

Objetivos

A pesquisa teve como objetivo geral o desenvolvimento de uma análise comparativa dos usos atribuídos aos retratos de mortos e desaparecidos na Argentina e no Brasil a partir do contexto das ditaduras, evidenciando-se como cada país tratou suas memórias traumáticas relativas às violações dos direitos humanos durante seus períodos. Como desdobramento, os objetivos específicos foram:

- a) Verificar na Argentina e no Brasil as Manifestações Sociais e as Instituições de Memória relativas ao tema “ditadura” que evidenciem os usos dos retratos de mortos e desaparecidos;
- b) Identificar as ocorrências dos usos desses retratos em ambos os países;

- c) Selecionar e sistematizar as fotografias nas quais se observa o uso dos retratos de mortos e desaparecidos em ambos os países, a fim de constituir um acervo documental de pesquisa;
- d) Estabelecer indicadores para análise a partir de parâmetros comparativos nos usos desses retratos em ambos os países;
- e) Gerar e sistematizar indicadores comparativos (tabelas e gráficos);
- f) Selecionar as fotografias para análise a partir dos indicadores gerados;
- g) Descrever as fotografias selecionadas;
- h) Estabelecer categorias de análise;
- i) Analisar comparativamente o *corpus* documental selecionado e sistematizado para a pesquisa considerando as categorias de análise conceitual.

Metodologia

De caráter qualitativo, exploratório e documental iconográfico, a pesquisa foi desenvolvida nos parâmetros da metodologia comparativa, oportunizada pelo acesso direto às fontes, o que propiciou a observação e a análise do objeto de estudo por meio da pesquisa de campo. Foram consideradas leituras embasadas nos referenciais teóricos nos campos de estudo de memória, memórias traumáticas e história do passado recente. O método de pesquisa utilizado foi a análise comparativa dos usos atribuídos aos retratos de mortos e desaparecidos¹⁴ das ditaduras civis-militares no Brasil (1964–1985) e na Argentina (1976–1983). Essa análise foi delineada a partir do estabelecimento de **indicadores para análise**, abaixo explicitados, como parte de um método específico conforme a constituição do conjunto documental. Antes, porém, destaco alguns aspectos gerais sobre a metodologia comparativa.

A perspectiva comparativa quando utilizada na área das Ciências Humanas e correlatas mostra-se, conforme expõem Badie e Hermet (1993), um eficaz

¹⁴ Os usos de retratos de mortos e desaparecidos são considerados documentos sociais, uma vez que foram incorporados a Instituições de Memória e/ou arquivos a partir das ações sociais que utilizaram tais retratos como instrumento reivindicatório de memória, verdade e justiça.

instrumento científico substitutivo do método experimental¹⁵. A análise comparativa auxilia na identificação das semelhanças e diferenças em relação ao objeto de estudo, na verificação de contextos históricos semelhantes e nos desdobramentos relativos a essas memórias no campo visual e propicia o estabelecimento de conexões entre as análises empreendidas, ou seja, nos casos pesquisados. Especificamente sobre o objeto deste estudo, o uso de uma perspectiva comparativa mostrou-se bastante útil, viabilizada pela possibilidade de aplicação de categorias de análise observáveis em ambos os países. Assim, a comparação justifica-se por haver parâmetros comparáveis e conexão entre os contextos analisados.

Para as Manifestações Sociais, a análise comparativa foi estabelecida considerando dois aspectos:

Primeiro, a observação dos usos dos retratos de mortos e desaparecidos inseridos no campo de observação da pesquisa operacionalizada e subdividida nas seguintes etapas: **a) coleta de dados** através a localização e identificação das fontes, oportunizada pela pesquisa de campo; **b) sistematização**, em que fiz a seleção e organização das fotografias a partir do estabelecimento de critérios — identificação de autoria, autorização para utilização na pesquisa, gênero fotográfico jornalístico e recorte espaço-temporal; **c) elaboração dos indicadores para análise**, visto que, a partir da constituição e sistematização do conjunto, pode-se estabelecer indicadores analisáveis em ambos os casos; **d) identificação do plano fotográfico fechado** relativo ao tipo de enquadramento, priorizando-se o uso individual (pelo indivíduo que carrega ou empunha o retrato); **e) conteúdo informativo**, ou seja, o quanto de informação a fotografia fornece e/ou é possível acessar a partir dela; e, **f) impacto visual**, relativo ao *punctum*, conceito definido por Roland Barthes (1984) sobre aquilo que detêm o olhar do espectador na fotografia, o que instiga a imaginação sobre a cena retratada.

O levantamento de dados na Argentina e no Brasil, respectivamente, indicou os seguintes números de fotografias com presença de retratos de mortos e desaparecidos: **360** e **211**. Essas fotografias passaram por um criterioso percurso de seleção, estabelecido pelos indicadores comparativos elencados acima, e, dessa maneira, chegou-se gradativamente aos seguintes números para cada país: **66** e **45**;

¹⁵ Partindo do raciocínio de Durkheim (1987), o método experimental, desenvolvido para estudos na área da educação, não pode ser aplicado aos fenômenos sociais, pois acontece em um ambiente de pesquisa em que as variáveis são controladas e/ou produzidas pelo pesquisador.

constituindo-se, assim, o *corpus* passível de análise da pesquisa. Diante desses números, selecionei **oito** fotografias de cada país para compor o conjunto analisável. Para essas fotografias foram criadas fichas descritivas com informações relativas aos conteúdos informativo e visual dessas imagens, as quais instrumentalizaram a análise.

E **segundo**, o referencial teórico referente ao percurso histórico dos países pesquisados no período, em que foram verificadas as similaridades e as diferenças do contexto geral dessas ditaduras. Ressalta-se que foi considerado o contexto da ditadura e a transição política (redemocratização) com ênfase nos processos que geraram a implementação de políticas públicas voltadas à memória do passado ditatorial nesses países.

Para as Instituições de Memória, a análise comparativa também foi estabelecida conforme exposto nos itens (a) e (b) relativo ao **primeiro** aspecto acima indicado, o diferencial está na seleção que, neste caso, está dada pela própria exposição dos retratos de mortos e desaparecidos no espaço expositivo. No *Museo Sitio de Memoria*, na Argentina, havia retratos na fachada do prédio e em murais expositivos em uma das salas da instituição. No Memorial da Resistência, no Brasil, retratos em uma projeção de vídeo eram exibidos dentro de uma das salas expositivas da instituição, denominada Cella 2.

Ambas as situações têm o cerne na manutenção da memória do que representou a ditadura e na intenção de reparação para com as vítimas. Embora ocorram em ambos os países, a dinâmica observada dos usos dos retratos a partir desse contexto configurou-se de maneira e intensidade diferentes na Argentina e no Brasil, reiterando a justificativa e reforçando a dimensão metodológica. No caso brasileiro, esse fenômeno é menos representativo que no argentino, portanto, a perspectiva comparativa mostrou-se bastante oportuna e eficaz para identificar e analisar a condição memorial de cada país frente às memórias traumáticas geradas através das violações dos direitos humanos em cada país.

Ao final desse percurso metodológico, oportunizou-se a análise comparativa dos usos dos retratos de mortos e desaparecidos em ambos os países e, como consequência dos critérios acima elencados, evidenciou-se as categorias de análise

representativas e comuns a esses países: **testemunho**, **denúncia** e **luta**¹⁶. Por fim, através do intercruzamento entre as análises históricas e os usos dos retratos, cheguei a respostas aos questionamentos levantados e à elucidação da hipótese.

Fontes

A definição das fontes foi estabelecida pela especificidade do estudo comparativo e, portanto, pela necessidade de haver fenômenos representativos semelhantes¹⁷ que apresentassem parâmetros comparativos entre os países. Em relação às Instituições de Memória destacadas abaixo, ambos os países dispõem de espaços similares instituídos pela ação dos governos¹⁸ como forma de Política Pública de reparação simbólica à memória das vítimas da repressão. Quanto às Manifestações Sociais, foram considerados os eventos que acontecem em espaços públicos com periodicidade sistemática anual nas datas da instauração dos regimes políticos ditatoriais nesses países, que ficaram conhecidos como Golpe de Estado¹⁹.

Portanto, conforme as recorrências dos usos nas duas condições evidenciadas nas linhas acima, as fontes provenientes do campo de observação²⁰ da pesquisa são os retratos de mortos e desaparecidos expostos nas Instituições de Memória e as fotografias que evidenciam os usos de retratos de mortos e desaparecidos nas Manifestações Sociais, pormenorizadas nas linhas a seguir.

Na Argentina, os retratos expostos em caráter permanente no espaço da Instituição de Memória **Museo Sitio de Memoria** são duas: reproduções na fachada do prédio dos retratos fornecidos pelos familiares; e reproduções de retratos obtidos por um sobrevivente do local, dispostos em um painel localizado no porão, local onde ocorriam as torturas e também ficavam as instalações do centro de documentação e laboratório fotográfico. As fotografias da Manifestação Social **Marcha do Dia da Memória pela Verdade e Justiça**, com ênfase na imagem do indivíduo morto ou

¹⁶ Analisáveis em ambos os casos, tais categorias são representações dos usos atribuídos a esses retratos, servindo de testemunho e denúncia dos desaparecimentos e representando a luta por memória, verdade e justiça.

¹⁷ Os usos atribuídos aos retratos de mortos e desaparecidos.

¹⁸ Instituído no Brasil em 2009, pelo Governo do Estado de São Paulo, e na Argentina em 2015, pelo Governo da Nação.

¹⁹ Em 30 de março de 1964 no Brasil e em 24 de março de 1976 na Argentina.

²⁰ Trabalhos memoriais relativos às memórias traumáticas dessas ditaduras.

desaparecido, foram registradas por fotógrafos cuja autoria foi identificada, sendo disponibilizadas e autorizadas para uso nesta pesquisa.

No Brasil, os retratos expostos em caráter permanente no espaço de Instituição de Memória **Memorial da Resistência** estão disponibilizados em formato de projeção de vídeo documentário, apresentado em uma das celas onde ficavam os presos políticos na época da ditadura. As fotografias das Manifestações Sociais **Ato Unificado Ditadura Nunca Mais** e **Caminhada do Silêncio**, com ênfase na imagem do indivíduo morto ou desaparecido, foram registradas por fotógrafos cuja autoria foi identificada, sendo disponibilizadas e autorizadas para uso nesta pesquisa.

Em ambos os casos, argentino e brasileiro, pôde ser constatado o potencial de sensibilização no discurso visual dessas imagens, assim como a característica similar do uso da representação da ausência e do forte caráter memorial.

Estrutura da tese

A estrutura da tese foi desenvolvida e organizada em seis tópicos. No primeiro tópico, a “Introdução”, foram delimitados os aspectos necessários para uma compreensão geral da pesquisa e apresentados os itens constitutivos e fundamentais da tese. Na sequência, o primeiro capítulo, intitulado “Retratos de mortos e desaparecidos como semióforo das memórias traumáticas da ditadura”, compreende os conceitos sobre memória social e memórias traumáticas, ambas discutidas e analisadas no âmbito das reflexões que a pesquisa sugere, bem como aborda a fotografia enquanto um potente dispositivo ativador e evocador de memórias. Considera-se também o potencial simbólico desses retratos empunhados pelos atores sociais, sujeitos ativos no processo de transmissão e compartilhamento das memórias traumáticas provenientes da violência política durante os regimes ditatoriais em questão. De maneira mais ampla, esse capítulo é dedicado aos usos dos retratos de mortos e desaparecidos das ditaduras civis-militares argentina e brasileira e aos trabalhos memoriais relativos a essa temática.

O segundo capítulo, intitulado “A ditadura civil-militar no Brasil e na Argentina”, contextualiza a ditadura nesses países e significa o que representou esse período para a sociedade. A intenção nesse capítulo foi identificar e pontuar as semelhanças e as diferenças dessas ditaduras, considerando desde os antecedentes da

instauração do regime político ditatorial militar até os processos de consolidação do poder militar, suas práticas e formas de atuação, e os de redemocratização de cada país. Nesse capítulo foi abordada a maneira como se configuraram o fenômeno social a partir da transição política ocorrida em ambos os países e a ação dos atores sociais e do Estado na legitimação dessas memórias. Em síntese, o desenvolvimento desse capítulo tangencia o objeto deste estudo, ou seja, os usos de retratos de mortos e desaparecidos. Quanto ao período da redemocratização, é destacada a transição política, seus legados e desdobramentos na formulação da agenda de políticas de memória desses países. Além disso, também são fornecidos subsídios para fundamentar a discussão dos próximos capítulos.

O terceiro capítulo, intitulado “Metodologia de análise dos retratos de mortos e desaparecidos”, é dedicado a pormenorizar o processo metodológico utilizado na pesquisa. O capítulo demonstra o caminho para o estabelecimento dos critérios para obtenção dos dados, explica como sucedeu-se a organização e sistematização do material coletado, apresenta o acervo constituído, esclarece o processo de seleção a partir do estabelecimento de indicadores comparativos do conjunto e, por fim, indica as categorias de análise conceitual examinadas por esta pesquisa (testemunho, denúncia e luta). Nesse capítulo também são apresentados os instrumentos metodológicos utilizados durante o processo, tais como: tabelas indicativas dos conjuntos fotográficos, quadros explicativos da sistematização, gráficos ilustrativos de resultados e fichas descritivas das fotografias.

O quarto capítulo, intitulado “Os usos de retratos de mortos e desaparecidos em Instituições de Memória e Manifestações Sociais”, compreende a análise comparativa do objeto de estudo. Esse capítulo contextualiza o campo de observação em que foram verificados os usos dos retratos, apresenta as fotografias selecionadas e estabelece pontos de contato com os referenciais teóricos e as reflexões propostas a partir dos questionamentos e da hipótese levantada. Esses pontos são inseridos na dinâmica de como cada país, a partir dos desdobramentos de suas ditaduras, conseguiu trabalhar suas memórias traumáticas, relacionando-a com os usos dos retratos de mortos e desaparecidos por meio dos processos reivindicatórios de memória, verdade e justiça. O desenvolvimento desse capítulo evidenciou os usos dos retratos de mortos e desaparecidos inseridos nesse contexto a partir da identificação das três categorias conceituais de análise: testemunho, denúncia e luta. Considerando os aspectos simbólicos e as camadas de

significações incorporadas aos usos dos retratos, o passado traumático foi problematizado a partir da produção de novos sentidos e reinterpretações por meio das recorrências que evidenciam os usos dos retratos.

Por fim, no último tópico da tese, as “Considerações Finais”, retomo os principais pontos tratados, apresento o resultado da pesquisa e concluo o estudo comparativo, verificando a hipótese por meio do atingimento dos objetivos enunciados. Também verifico a contribuição do estudo ao campo da memória social e da compreensão da multiplicidade de usos que podem ser atribuídos à fotografia. A conclusão da tese tem também como objetivo provocar novas possibilidades de estudos.

1 RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS COMO SEMIÓFORO DAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DA DITADURA

1.1 OS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA TRAUMÁTICA DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Os retratos de mortos e desaparecidos de pessoas que tinham em comum uma ideologia política diferente de outras pessoas e, por isso, representavam uma ameaça a um poder político que se mostrou autoritário, repressivo, coeso e fortemente paramentado para impor a sua ordem ideológica e, para tanto, não mediu esforços para afastar ou aniquilar qualquer ameaça ou contraponto. Nesse contexto era tudo ou nada para ambos os lados e, como consequência disso, as vidas perdidas e outras tantas sacrificadas ou afetadas não foram poupadas. Um período que ficou marcado por traumas na sociedade, que muitos renegam ou preferem esquecer, mas que alguns ou muitos outros precisam trabalhar para enfrentar os desafios pós-traumas, coletivamente ou individualmente, e suportar o insuportável: a dor de perder um filho, marido, pai, mãe, irmão ou tio de uma maneira cruel e desumana. Para quem viveu e sobreviveu a essa dor e para quem se solidariza com ela, esses retratos são uma forma de tentar dar um sentido maior às mortes e significá-las ou ressignificá-las para o futuro.

Os usos dados a esses retratos são algumas das maneiras encontradas para tentar transformar o que houve em algo que não se repetirá. Voltar no tempo não é algo literalmente possível, mas figurativamente sim, e a memória opera muito bem nesse sentido. Lembrar é uma forma de lutar, e esses retratos utilizados como instrumento de denúncia, luta e testemunho nos fenômenos memoriais podem ser observados e analisados em ambos os países que viveram contextos históricos bastante semelhantes e, portanto, comparados os seus usos nos lugares de memória a partir de contextos semelhantes como uma maneira de verificar o seu potencial enquanto objetos evocadores de memória. Para além disso, é possível verificar se seus usos impulsionaram e de algum modo corroboraram a implementação de políticas de memória e justiça de transição.

Sobre o conceito de memória existe um vasto campo de produção acadêmica em diversas áreas das ciências sociais, mais recentemente exploradas nas áreas interdisciplinares que abordam, transversalmente, os assuntos correlatos.

O presente capítulo foi estruturado em duas partes: a primeira foi desenvolvida a partir dos conceitos relativos ao campo de estudo da memória social e sua vertente relativa à memória traumática, considerando os estudos sobre política de memória; e a segunda desenvolveu-se sobre reflexões em torno da imagem fotográfica e sua relação com o campo de observação da pesquisa — os usos de retratos de mortos e desaparecidos a partir dos contextos de violência política proveniente das ditaduras civis-militares argentina e brasileira²¹.

Os conceitos apresentados a seguir exploram os princípios desenvolvidos por investigadores teóricos com significativa produção científica relativa à memória enquanto fenômeno social. Partindo de Halbwachs (1990), nossas memórias estão ancoradas em influências externas e, mesmo enquanto indivíduos, não lembramos sozinhos, pois nossas lembranças são consequências de informações de outras pessoas, constituídas dentro de um grupo social e transmitidas por esse grupo. A concepção social da memória trazida pelo sociólogo leva em consideração não apenas a correlação entre a memória individual e a memória coletiva, mas também o papel da história, do tempo e do espaço. De acordo com o autor, “[...] não há memória coletiva que não se desenvolva em um contexto espacial” (HALBWACHS, 1990, p. 143).

O referido autor parte do princípio de que todo indivíduo está inserido em um coletivo social — família, religião, amigos e trabalho — denominado por ele como “quadros sociais da memória”, e que é dentro desses grupos que a memória é constituída. O ponto-chave para esse pensamento está na afirmação de que a memória individual existe a partir da memória coletiva. Na esfera da memória coletiva, acontece o sentimento de pertencimento a um grupo social, sendo a essência disso o compartilhamento da memória (no campo histórico, político, cultural). Essa “memória compartilhada”, sobretudo no campo simbólico, confere o sentido de pertencimento ao grupo. É dessa maneira que nós, enquanto indivíduos, constituímos nossas lembranças dentro de um grupo social.

²¹ Ao longo desta tese os países Argentina e Brasil serão sempre apresentados por ordem alfabética.

Sobre as lembranças, Halbwachs (1990) salienta que enquanto houver “lembrança viva”, ou seja, enquanto existirem pessoas que as vivenciaram, é inútil tentar fixá-las no tempo através da História. Nesse aspecto, o autor é incisivo na impossibilidade de escrever a História do tempo recente, porquanto ela está diretamente contaminada pelas lembranças ainda vivas. Para escrever História, na visão do autor²², é necessário um distanciamento seguro para que os acontecimentos a serem classificados não sejam afetados por elas. Ele também exemplifica que a memória se constrói no tempo presente, tendo o trabalho de recompor o passado com as ferramentas e materiais de hoje.

Em consonância ao exposto, Nora (1993) complementa que a memória trata-se de um fenômeno sempre atual e vivido no eterno presente. Diante desses aspectos, ambos os autores corroboram as peculiaridades que distinguem a História da memória. De acordo com eles, ambas são representações do passado, porém, enquanto a História é uma operação intelectual e pretensamente laica, a memória é vivida e produzida no tempo presente, sendo passível de emoções e aberta à dialética da lembrança e da amnésia, portanto, vulnerável a utilizações e manipulações diversas. De acordo com Nora (1993), se a primeira procura estabelecer um relato perfeito e absoluto, a outra não pode reconhecer nada além do relativo, ou seja, as experiências e o subjetivo podem influenciar as lembranças, ou melhor dizendo, o modo ou a intensidade como o indivíduo ou a sociedade lembram do passado.

É a partir dessa fundamental distinção que Ricoeur (2007) aprofunda a reflexão de que a memória é a matriz da história, representativa do próprio presente no passado, e, nesse aspecto, pondera em que medida e em relação a quais eventos o dever de memória deve ser evocado. O autor também destaca o fato de que o próprio presente se representa no passado. Embora todas essas constatações valham tanto para a História quanto para a memória, é no plano memorial que melhor se percebe a influência de um projeto coletivo na leitura do passado, dadas as suas características de maior maleabilidade em comparação com a história.

²² Naquele momento, na década de 1920, em que a compreensão da História como campo de conhecimento tinha uma forte influência positivista.

Quando a memória é relativa aos traumas vividos, é importante destacar que o processo de constituição dessas memórias geralmente é bastante difícil e conflituoso, por isso o filósofo francês Michael Pollak (1989) reflete sobre o silenciamento evidenciado no discurso oficial de uma nação e nos grupos envolvidos diretamente em situações que geraram tais memórias. Partindo de um exemplo sobre o nazismo, o autor indica uma compreensão para tais silenciamentos: por parte dos opressores e simpatizantes do regime nazista, tais ações são condenáveis, visto que falar sobre elas seria assumir culpa; por outro lado, por parte das vítimas, é bastante complexa a razão do silêncio, como, por exemplo, vergonha de expor situações degradantes e preferência por poupar a dor da revivificação daquele momento.

O autor aponta como outro determinante pelo silêncio o fato de não haver sido oportunizado pela sociedade como um todo e pelo Estado um “espaço de escuta” para as vítimas, uma minoria fragilizada. De acordo com a sua reflexão, “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p. 06), ou seja, é preciso haver consonância e apoio de outros setores da sociedade. Aglutinam-se a esses silêncios outros tipos de medo, como a angústia de não haver ressonância na sociedade ou, pior ainda, de serem mal compreendidos, gerando frustrações e mais dor. Isso permite compreender a recusa de grande parte dos sobreviventes de vivências traumáticas — como por exemplo os que sofreram tortura — de falar sobre suas experiências. Resume-se ao exposto, de acordo com as palavras do autor, “a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável” (POLLAK, 1989, p. 08), contrapondo-se “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos” a “uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLAK, 1989, p. 08).

No entanto, a consideração da memória individual numa escala coletiva pode apresentar um potencial mais favorável ao testemunho, à denúncia e à luta. Os trabalhos memoriais relativos às memórias traumáticas provenientes das ditaduras civis-militares argentina e brasileira são exemplares do exposto acima. Em ambas as situações se evidencia o trabalho coletivo nas ações memoriais, entretanto, na Argentina os trabalhos iniciados pelas *Madres de Plaza de Mayo* conseguiram ressonância social e política — a sociedade, alguns sindicatos, entidades e partidos políticos, ao se solidarizarem com a dor das mães, apoiaram a causa. Isso pode

ser observado pela visibilidade dada e pela forte aderência e participação da população nas Manifestações Sociais²³ relativas às memórias da ditadura. Na Argentina, de modo geral, há um maior repúdio a ditadura e a tudo que ela representou. É importante salientar que mesmo após o país ter resolvido, dentro do possível²⁴, as questões ligadas às memórias traumáticas da ditadura, a luta e a manutenção da memória são um trabalho contínuo e, como indica a documentação fotográfica dos eventos, foram incorporadas pelas gerações mais novas.

Entretanto, em sentido oposto ao exposto acima, quando a tônica e intensidade – nesse sentido “acentua caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, 04), o autor expõe outra situação ofuscada, esmaecida, mas latente, denominada por ele como memórias subterrâneas, “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, 04). De acordo com o autor:

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples 'montagem' ideológica, por definição precária e frágil. (POLLAK, 1989, p. 09)

É possível verificar o exposto, por exemplo, no Brasil atual a partir do cenário político da última década, quando houve manifestações de diversas naturezas de grupos ou indivíduos que relativizavam a ditadura, enalteciam oficiais torturadores e faziam apologia à tortura. Em meio à generalizada e significativa insatisfação política, essas atitudes geraram uma forte reação e repúdio por parte da sociedade, algo como um despertar pós-letárgico de um desânimo generalizado por não ter havido no país um “espaço de escuta” e suficientes avanços na Justiça de Transição²⁵.

²³Tais manifestações tiveram origem ainda nos anos do regime militar e gradativamente, sobretudo a partir da redemocratização, foram adquirindo potência e maior visibilidade.

²⁴ Com reconhecimento do Estado e julgamentos dos oficiais repressores da ditadura.

²⁵ A Justiça de Transição está vinculada aos processos de transição de regimes autoritários a democráticos. Refere-se aos instrumentos jurídicos para tratar sobre crimes ocorridos em um passado recente e/ou atuais situados dentro de um contexto de guerra (civil ou militar) e terrorismo de Estado (Quinalha, 2013; Ambos, 2009).

Nesse cenário político-social, em 31 de março de 2019 ocorreu a 1ª Caminhada do Silêncio. Na ocasião, questões relativas à memória, à verdade, à justiça e à defesa da democracia foram alguns dos temas levantados durante a referida Manifestação Social. É importante salientar que, diferentemente do que aconteceu no país vizinho, a Argentina, no Brasil houve uma significativa reação contrária ao que se defendia por essa manifestação social por parte de outro grupo que exaltava a intervenção militar em manifestações espalhadas pelo país. Isso denota a existência de uma disputa memorial²⁶, mas também, sobretudo, indica o efeito ocasionado por não ter havido esse espaço de escuta para essas memórias, além de denotar que essas questões não foram de fato resolvidas no Brasil e que o esquecimento e a prevalência de uma visão de reconciliação nacional e de projeção para o futuro foram uma “solução” imediata e ineficaz ao não enfrentamento das feridas mal cicatrizadas da ditadura civil-militar brasileira.

Na passagem da esfera individual para coletiva, evidencia-se, sobretudo em relação a contextos violentos, as divergências nos conflitos entre memórias que têm origem nos próprios conflitos de formação da sociedade. Segundo Ricoeur (2007), no que diz respeito à memória coletiva, deve-se considerar um outro elemento: o dever de da memória. O que parece fundamental na análise é saber para quais acontecimentos a memória se apresenta como um dever. Nessa questão, Todorov (1995) enfatiza que “quando os eventos vividos por um indivíduo ou por um grupo são de natureza excepcional ou trágica, este direito torna-se um dever: o de se lembrar e de testemunhar” (TODOROV, 1995, p. 16).

Assim, de acordo com Ferreira (2011), o “dever de memória” apresenta-se como uma forma de reparação de sofrimentos aos quais foram submetidos sujeitos e comunidades no passado e “como um imperativo moral, por vezes associado ao arrependimento, o ‘dever de memória’ adquire força quando é a voz da vítima que o eleva e faz dele um emblema da luta por aquilo que considera como o justo reconhecimento” (FERREIRA, 2011, p. 107). O dever de memória está relacionado diretamente a uma apropriação do passado para uma construção de futuro. No campo de observação sobre as memórias traumáticas, o devir vem da sombra desse passado e projeta-se como uma luz para o futuro. No caso específico de memórias

²⁶ A memória enquanto objeto de disputa é uma reflexão de Pollak (1992) que ainda será abordada neste capítulo.

relativas a contextos dolorosos, fazem todo o sentido os diversos usos dessas memórias e o reconhecimento pelo Estado como forma política de reparação simbólica e econômica, assumindo, assim, a responsabilidade de seus atos de violência sistemática durante as últimas ditaduras.

Quando se trata de memória política, de acordo com Chagas (2009, p. 138), “a intervenção dos juízos de valor é notável”. Assim, estabelece-se, a memória também como fator político para as narrativas dos sujeitos, deste modo, a memória é um ato político, portanto, de poder, cuja transmissão pode ocorrer não apenas pela oralidade ou pela História oficial, mas também pelos variados tipos de documentos e pelas expressões artísticas e culturais nos atos e Manifestações Sociais, como observado por essa pesquisa. Para o autor, “essa memória é a construção que se atualiza no presente e projeta-se para o futuro” (CHAGAS, 2009, p. 138) e, para esse fim, a memória utiliza múltiplas fontes. É nesse sentido que o autor afirma que “é a ação política, não necessariamente partidária, que faz coincidirem memória, identidade e representação nacional” (CHAGAS, 2009, p. 136). E conclui:

Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir, incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar o passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente. (CHAGAS, 2009, p. 136)

A citação acima é indicativa de que tanto o ato de lembrar quanto o de esquecer são excludentes e tendem a beneficiar um grupo forte e, portanto, o caráter nacional de um país privilegia um em detrimento de outro, como pode ser observado nos países analisados pela presente pesquisa. A memória é um fenômeno experienciado no tempo presente, ou seja, embora remeta ao tempo passado, é no tempo do eterno agora que ela é evocada. Como afirma Jelin (2017, p.15), “En verdad, la memoria no es el pasado, sino la manera que los sujetos construyen un sentido del pasado, un pasado que se actualiza em su enlace con el presente y también com un futuro deseado en un acto de recordar, olvidar y silenciar.”

A lembrança é uma experiência individual. Segundo Duarte (2009, p. 306), a formação da memória social ocorre a partir de “micromemórias pessoais”, as quais se unem em “uma cadeia maior”, a da memória coletiva. Em consonância a esse conceito, Ferreira e Michelon (2016, p. 483) complementam: “É na crença no

compartilhamento que se explica como uma memória passa da dimensão individual à coletiva, e dessa retorna ao individual num movimento constante.” Entretanto, o compartilhamento de lembranças dá origem a memórias compartilhadas, as quais se estruturam como uma função política da memória quando relacionadas ao que se denomina memórias fortes²⁷. A esse respeito, Ferreira (2011, p. 106) relativiza que, na “busca de uma coesão ou de uma ideia de compartilhamento de passado, o Estado aparece como um agente que propõe, através de vários instrumentos, essa convicção de compartilhamento memorial”.

O fenômeno, exposto acima, destaca Jelin (2002), tem origem no papel desenvolvido pelos “empreendedores de memória” e pode ser compreendido como os atores sociais mobilizados politicamente na pauta de implementação de políticas de memória por parte do Estado, as quais, aliadas ao clamor popular, podem constituir em menor ou maior grau as ações desempenhadas pelo Estado. De acordo com isso, Jelin (2017) enfatiza que as conquistas no âmbito político com o objetivo de legitimar, na esfera pública, o debate social e a implementação de políticas de memórias são resultado das ações sociais, logo, tais conquistas “nunca suceden por azar, sino que es producto de la presencia de sujetos activos en un escenario político de lucha en el presente, un presente ligado a acontecimientos pasados” (JELIN, 2017, p. 264). As políticas de memória são, portanto, “una respuesta que el Estado da a aquellos actores sociales – a menudo liderados por víctimas y familiares – que reclaman reconocimientos simbólicos a través de materialidade y materializaciones de la memoria” (JELIN, 2017, p. 156).

O termo “políticas de memória”, apresentado no parágrafo anterior, é abordado por diversos autores que aprofundam a discussão a partir da definição mais ampla de que estas são políticas públicas, portanto provenientes do Estado, voltadas à memória de um período político social violento e traumático. O cientista político Juan Delgadillo (2015) conceitualiza o termo como “un conjunto de medidas políticas instrumentadas desde el gobierno, tendientes a interpretar el pasado y reparar a sus víctimas” (p. 42), ou seja, as políticas de memórias são uma forma específica de política pública, com conteúdo específico voltado à memória de um período autoritário e de violência política. É importante destacar que tais políticas,

²⁷ Baseado em Candau (2011), memórias fortes são caracterizadas por serem memórias comuns a um grupo social, portanto, aceitas e legitimadas por um grupo, compartilhadas e propagadas mais facilmente do que, por exemplo, as memórias fracas, que não são tão palatáveis de compartilhar.

conforme o autor indica, são medidas provenientes do Estado, que tem a intenção de implementar uma série de ações de reparação às vítimas (diretas e indiretas) e à sociedade, mas a formulação da agenda geralmente tem origem nos movimentos sociais.

Segundo Delgado (2015), as políticas de memória podem ser divididas em medidas de justiça e de reparação. A primeira tem o intuito de estabelecer a verdade sobre os crimes e responsabilizar os culpados; como exemplo, o autor cita a criação de Comissões da Verdade, que têm a intenção de criar condições para que os julgamentos aconteçam. A segunda pode ser dividida em dois tipos: a) reparação econômica, destinada às vítimas sobreviventes ou familiares de mortos ou desaparecidos e dividida em pecuniária e prestacional²⁸; e b) reparação simbólica, destinada à memória das vítimas, aos familiares e à sociedade em geral, por meio de, por exemplo, Instituições de Memória (espaços públicos, museus) e medidas educativas voltadas aos direitos humanos.

Ainda sobre políticas de memória, Johann Michel (2010, p. 14) aprofunda a reflexão sobre políticas de memória e sua relação com o esquecimento partindo da afirmação de que as políticas simbólicas advindas do poder público são um “conjunto de dispositivos e ações colocadas em prática pelas autoridades públicas para fabricar uma imagem idealizada e consensual da ordem nacional e proceder ao mesmo tempo uma autolegitimação do poder”, o que denota uma tendência a uma política de esquecimento, por mais paradoxal que isso possa parecer. O autor afirma que no estabelecimento da memória oficial de uma nação prevalecem os valores de um grupo dominante ou com poder político para definir o que deve ser lembrado ou esquecido.

Pode-se chamar de políticas da memória o conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas (comemorações oficiais, programas escolares de história, leis memoriais, panteões, etc.). A construção de uma narrativa coletiva feita pelos poderes públicos é parte integrante desse modo de ação pública. Essas narrativas se orientam a supostamente unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mesmo se essas configurações narrativas dizem mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva sobre a qual supostamente se apoiaria. (MICHEL, 2010, pp. 14–15)

²⁸ Referente à prestação de serviços de saúde, como, por exemplo, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais etc.

Com o intuito de compreender como o esquecimento pode operar “na realidade social e política” MICHEL, (2010, p. 14), propõe uma reflexão a partir da indicação de duas tipologias de esquecimento: a) involuntário e passivo; e b) voluntário e ativo. A primeira está ligada a um esquecimento inerente ao próprio indivíduo em não conseguir lembrar e rememorar todo o passado, e a segunda ao esquecimento intencional, quando, por razões específicas, há preferência de esquecer ou silenciar algum acontecimento que poderia prejudicar o espírito de união e conciliação de um povo ou nação. Nessa intenção, o autor descreve:

As formas ativas de esquecimento mobilizadas pelos poderes públicos podem estar vinculadas a instrumentos próprios às políticas de reunificação nacional. A dissimulação deliberada dos acontecimentos ou ações passadas julgadas humilhantes para a identidade coletiva e o poder político, se apresenta igualmente como uma prática corrente nas políticas de unificação nacional. São tão verdadeiros os rituais comemorativos quanto as narrativas oficiais da memória coletiva - do local ao nacional, e as técnicas de esquecimento são muito mais empregadas pelas autoridades legítimas quando se trata de silenciar as perturbações advindas de problemas passados, para não reanimar o círculo infernal da vingança. Em nome da reconciliação da nação com ela própria, em nome da refundação de um viver junto, em nome da concórdia civil, o esquecimento pode ocupar um lugar de vazio narrativo nos discursos oficiais (narrativas comemorativas, abordagens nos programas escolares oficiais de História e nos Manuais de ensino, etc.). (MICHEL, 2010, pp. 18–19)

O exposto acima revela a intencionalidade do Estado, mesmo democrático, de ocultar, manipular e, em alguns casos, até mesmo negar fatos históricos. Entretanto, quando os fatos e acontecimentos traumáticos que pessoas tentam esquecer ou apaziguar são relativos a um passado recente, cujas pessoas atingidas, as vítimas sobreviventes, fazem parte desses processos memoriais, a definição das políticas de memória pode ser delineada a partir da demanda advinda desses atores da sociedade. Em casos de violência política proveniente de um período autoritário como tais ditaduras, as sequelas tendem a ser minimizadas pelo Estado como forma de “cicatrizando provisoriamente as feridas coletivas” (MICHEL, 2010, p. 17).

De todo modo, conforme as palavras de Michel (2010, p. 19), as “formas de esquecimento institucionalizados não são jamais irreversíveis”. Ele se refere às ações provenientes dos atores sociais e ao papel desempenhado por eles como “empreendedores de memória”, com o objetivo claro de colocar em cena o que se pretende ocultar. De acordo com Delgadillo (2015), os atores sociais desempenham papel fundamental para a formulação da agenda política e para a implementação de políticas de memória. O autor aponta a heterogeneidade existente entre esses atores

e a união entre setores diversos, tais como organismos de direitos humanos e movimentos sociais na formação de conexões fortes e coesas capazes de alcançar a visibilidade nacional e política desejadas. Conforme as palavras de Delgadillo (2015, p. 55), “organizaciones de la sociedad civil pueden incidir en las políticas públicas en la medida en que dispongan de ciertas capacidades como: capital político, capital económico, capital organizacional y capital simbólico”. Por fim, o autor confere ao tema a significância da formação da opinião pública para que o Estado desempenhe o papel de fundamentar as políticas de memória pretendidas e pontua a influência dos meios de comunicação para a elaboração da agenda política.

Nessa linha de pensamento, outro aspecto a ser considerado diz respeito à memória enquanto um “objeto de disputa”, passível de “conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (POLLAK, 1992, p. 204), conferindo à memória a característica de ser consolidada por meio de luta entre setores da sociedade engajados em fixar a memória oficial de uma nação, como, por exemplo, as memórias subterrâneas, ou seja, memórias de períodos marcados por repressão e violência. De acordo com o exposto, Pollak (1992) reflete sobre como se consolidam as datas oficiais de uma nação.

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são, comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, p. 204)

Nesse sentido, na Argentina o dia 24 de março, marcado pelo Golpe de Estado e pela instauração da ditadura civil-militar ocorrida no ano de 1976, foi incorporado no calendário oficial como feriado nacional imóvel²⁹ desde 2006 após anos de luta engajada pelos atores sociais³⁰. Nessa data comemora-se o *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, também conhecido como Dia da Memória, e ocorre a marcha multitudinária intitulada *Marcha del Día de la Memoria, Verdad y Justicia*, conhecida também como “Marcha do Dia da Memória”. As

²⁹ Um feriado fixo no dia 24 de março, independente do dia da semana, independentemente de ser dia útil. Houve uma tentativa por parte do governo de puxar esse feriado para o final de semana próximo ao dia 24 de março, entretanto, a luta das organizações sociais conseguiu manter a data fixa no dia 24.

³⁰ Na ocasião das comemorações dos 30 anos do golpe militar.

fotografias em plano aberto abaixo (Figuras 1 e 2) mostram a abrangência do público participante. É, conforme afirma Jelin (2017), um dia de comemoração nacional, momento em que uma multidão de pessoas das mais diversas agrupações sociais desloca-se rumo à icônica *Plaza de Mayo*, local originário da luta iniciada na época da ditadura. A concentração acontece ao longo do dia em pequenos ou grandes grupos, com pessoas que chegam de diversas localidades para homenagear a memória dos mortos e desaparecidos da ditadura, celebrar as conquistas alcançadas no que se refere à luta por verdade e justiça e, ao mesmo tempo, contribuir para a continuidade da luta e dos trabalhos memoriais.



Figura 1 — Fotografia da Marcha do Dia da Memória por Verdade e Justiça, Argentina, 2016.
Fonte: Brigo (2016).



Figura 2 — Fotografia de manifestantes na *Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, Argentina, 2016.
Fonte: Brigo (2016).

A manifestação é um evento em que acontecem diversas apresentações artísticas e culturais simultaneamente no entorno da *Plaza de Mayo*. Ao longo do dia, no palco central situado em frente à Casa Rosada, ocorrem discursos³¹ proferidos por personalidades ligadas às organizações sociais, tais como as *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*, entre outras, conforme ilustra a Figura 3.



Figura 3 — Fotografia do momento em que uma das *Madres*, Nair Amodeo, discursa durante a *Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, Argentina, 2018.

Fonte: Hasenberg (2018).

Esses discursos têm a intenção de homenagear a memória das vítimas, representadas pelos usos dos retratos de mortos e desaparecidos, e a prerrogativa dada pela importância da continuidade da luta. Embora essa manifestação represente a dor, o sofrimento e as injustiças de um passado recente, ela também é, conforme observado pela sua dinâmica performativa, um evento festivo e alegre, afinal, a magnitude apresentada pela manifestação é reflexo das conquistas alcançadas no que se refere à luta por memória, verdade e justiça. Nesse sentido, a citação a seguir complementa o exemplo acima:

³¹ Os discursos são também relativos a assuntos da atualidade, principalmente com foco político.

Los actores sociales y políticos habitualmente tienen la intención o voluntad de presentar una narrativa de pasado en los escenarios públicos de su actuación, y luchan por imponer su versión del pasado como la dominante y convertida en hegemónica, legítima, “oficial”, normal. Frente a pasados de violencia política y represión estatal e situaciones límite, la intención político-estatal puede ser llegar a una narrativa que logre consenso y permita una solución o sutura, como cierre final de las cuentas con ese pasado. Sin embargo, estas tentativas serán siempre cuestionadas y contestadas, ya que los procesos de construcción de memorias son siempre abiertos, y nunca acabados. (JELIN, 2017, pp. 17–18)

É possível identificar, conforme analisa Hobsbawn (1997), o entrecruzamento de memórias e as diferentes percepções existentes sobre os contextos violentos, como, por exemplo, os períodos autoritários ditatoriais. Há aqueles que viveram esse passado recente e os que nasceram ou cresceram na reabertura política ouvindo as histórias de horror que ocorreram na época ou os grandes feitos transformadores da ordem e progresso conquistados por tais regimes políticos. De acordo com o exposto, Pollak (1992, p. 205) confere a memória e a identidade como “valores disputados em conflitos sociais” e define-as enquanto um fenômeno socialmente construído, portanto, seletivo. Afinal, o processo de construção implica sempre organizar, selecionar, incluir ou excluir, e isso está ligado à subjetividade do indivíduo ou do grupo que consegue ressonância social e política.

O fato de não haver no Brasil, por exemplo, uma data oficial — ou seja, instituída pelo poder do Estado — em homenagem à memória das vítimas da ditadura e que represente e enalteça a luta e a resistência dos atores sociais em prol da verdade e da justiça não significa que não tenha havido ou que não haja nenhum movimento, ação e desejo para que isso aconteça. Na verdade, isso indica, sobretudo, que a dor e a luta relativas a esse contexto não alcançou eco suficiente na sociedade, predominando-se uma política do esquecimento, com um olhar voltado para o futuro em detrimento da importância do conhecimento do que significou os acontecimentos relativos ao passado recente marcado por autoritarismo e violência política.

As Manifestações Sociais relativas às memórias e lutas das ditaduras que acontecem no Brasil — Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, desde 2014, e Caminhada do Silêncio, desde 2019 — são exemplos da luta empreendida pelos atores sociais, mas, diferentemente da Argentina, a data não foi incluída no calendário oficial. Tais manifestações ocorrem geralmente nos finais de semana

próximos ao dia 31 de março³² — data que marcou o Golpe de Estado Civil-Militar, ocorrido no ano de 1964 — e são realizadas pela articulação e ação das entidades e movimentos sociais que organizam atos em defesa da democracia, contra a impunidade e em prol da memória, da verdade e da justiça. As fotografias a seguir são ilustrativas das referidas Manifestações Sociais brasileiras, as Figuras 4 e 5 mostram em plano aberto uma cena geral da 1ª Caminhada do Silêncio no Parque do Ibirapuera e a Figura 6 mostra a participação do público no 6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais no pátio interno do antigo DOI-CODI, ambas as manifestações ocorridas em 2019.

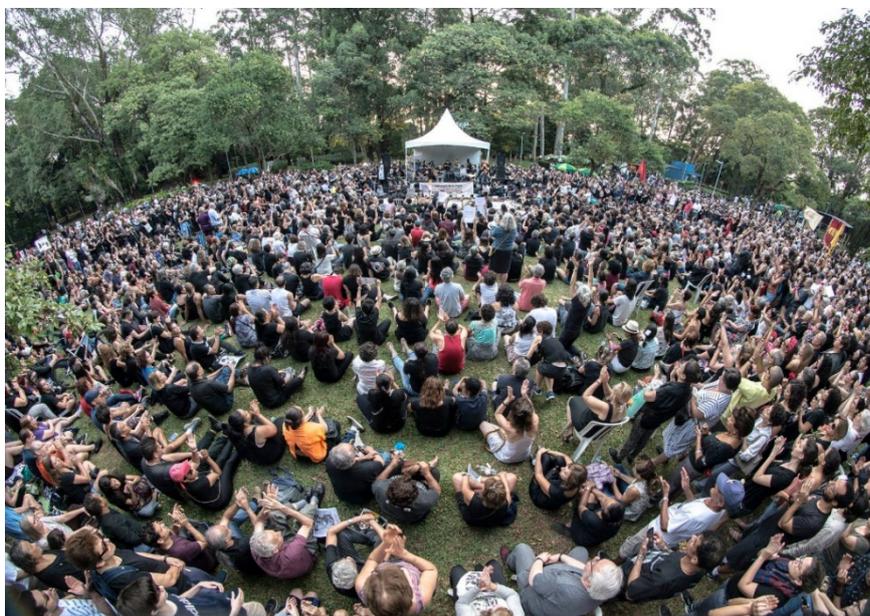


Figura 4 — Fotografia da 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.
Fonte: Macambira (2019).

³² Embora haja divergências em relação a determinação dessa data, pois apesar da articulação ter ocorrido anteriormente, a consumação do golpe ocorreu durante a madrugada do dia 1º de abril de 1964.

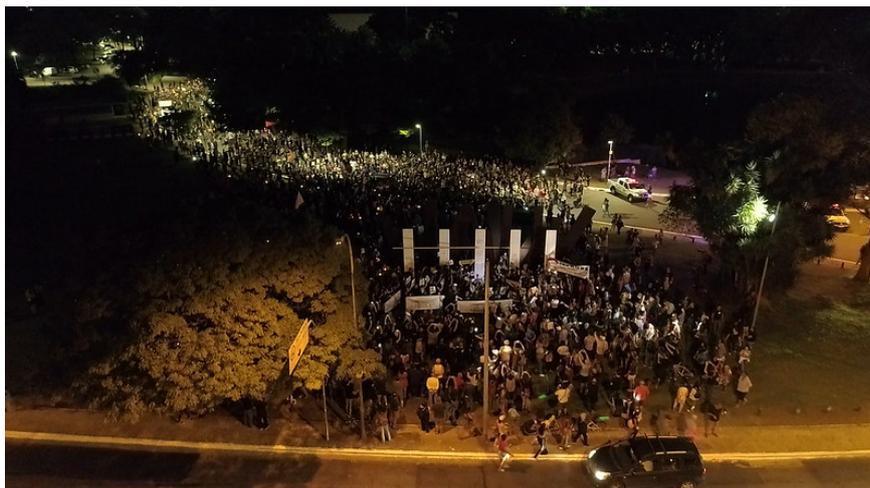


Figura 5 — Fotografia com vista geral da 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.

Fonte: Carbone e Taveres (Nexo Filmes) (2019).



Figura 6 — Fotografia do 1º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2014.

Fonte: Robles (2014).

Diante de uma série concatenada de teorias e reflexões acerca da memória, Candau (2011) reafirma alguns dos conceitos já fundamentados e explora e desenvolve outros pensamentos que se conectam entre si. Partindo da ideia da memória ligada ao processo de socialização nas formas de compartilhamento de lembranças e esquecimentos e do conceito de metamemória³³. O autor aponta algumas memórias mais ou menos fáceis de serem compartilhadas e denomina os

³³ Compressão e representação de como cada indivíduo transmite as suas memórias.

“sociotransmissores”³⁴ como elementos atuantes nessa transmissão. A memória coletiva parte da ideia de um compartilhamento de lembranças, entretanto, mesmo vivências iguais geram lembranças diferentes, pois cada indivíduo transmite-as de acordo com sua subjetividade.

As memórias que envolvem acontecimentos conflitivos e dolorosos, nos quais evidenciam-se os traumas e o peso de um passado, reconfiguram-se no presente por ações de indivíduos engajados em não deixar que o esquecimento prevaleça. Referente às memórias traumáticas, há a difícil missão de mantê-las vivas, ativas e propositivas nas questões que envolvam atos reivindicatórios de verdade e justiça. O esforço de alguns de “não deixar esquecer” é um ato político de resistência e de respeito aos que foram, aos que ficaram e aos que virão. Os retratos de mortos e desaparecidos utilizados como forma de reelaborar o trauma da perda e representar a ausência são exemplos de como o ato simbólico de empunhar esses retratos, fazê-los circular e visibilizar o ocorrido, mesmo passados tantos anos e com a mínima possibilidade de encontrar as pessoas e tudo mais que se perdeu, é uma forma de (re)existir, lutar e de não esquecer. E de alguma forma ao trazer simbolicamente o ser ausente e ao fazer isso de algum modo colocar em evidência o que a ditadura tentou ocultar. Os retratos ressignificados trazem o desaparecimento e a morte como forma de testemunho, denúncia e luta.

Os estudos sobre memória, de acordo com Jelin (2005), ajudam a elaborar as experiências traumáticas ou dolorosas ligadas às situações de violência e repressão ditatorial e aos momentos de transições democráticas, diferenciando o presente “democrático” e o passado “autoritário”. As pesquisas sobre memória não somente indicam a reconstrução daqueles anos, mas também ajudam a analisar o processo social de lembrar e esquecer. Investigar sobre memória implica, inclusive, refletir sobre presenças, sentidos e significações do passado em nossas sociedades, examinando “las marcas simbólicas y materiales en las cuales se anclan estos procesos de rememoración” (JELIN, 2002, p. 02). A partir desses processos iniciados pelos atores sociais/empreendedores de memória, estabeleceu-se “una cultura material de las memorias”, implementada e observada nos “edifícios, colecciones de documentos, lugares, trayectos urbanos de marchas y movilizaciones, archivos,

³⁴ Pode-se estabelecer uma analogia entre este termo e os termos “atores sociais” e “empreendedores de memória”.

documentos y movilizaciones virtuales en redes sociales.” (JELIN, 2017, p. 156), podendo ter ou não o apoio do Estado enquanto políticas de memória.

Em consonância, Ricoeur (2010, p. 323) explicita que “talvez haja crimes que não devam ser esquecidos, vítimas cujo sofrimento grite menos por vingança do que por narrativa. Somente a vontade de não esquecer pode fazer com que esses crimes não ocorram nunca mais”. Essa frase sintetiza em poucas palavras a importância do dever de memória.

Em síntese, a transmissão de memórias traumáticas pode ser também compreendida como um compartilhamento da vivência e da dor de um indivíduo com o outro, possibilitando que a experiência da perda e da ausência não se repita. Para isso, o *continuum* ato de recordar nas ações sociais, na formulação de agenda de políticas públicas de memória e na luta por verdade, memória e justiça é essencial para que as gerações futuras saibam o que de fato ocorreu, por qual motivo ocorreu e o que significaram tais contextos políticos para a História da sociedade desses países. Conforme o exposto, há uma heterogeneidade de reflexões a serem exploradas sobre a memória no campo social. Quando essas memórias são relativas, por exemplo, a contextos políticos que geraram terror, violência e crimes contra a humanidade, não é somente uma questão de lembrar ou esquecer, mas sim um compromisso com a verdade e com a justiça em reconhecer e reparar, para que algo do tipo jamais volte a acontecer. Assim, lutar contra o esquecimento é lutar contra a repetição do horror.

Sobre contextos marcados por violência política que acarretaram atos de prisões arbitrárias, torturas e desaparecimento de pessoas pela ação de um Estado autoritário e ditatorial, a discussão permite, sob a ótica da memória social, exemplificá-los e problematizá-los em certos aspectos dentro do campo de observação desta pesquisa, ou seja, pelos usos dos retratos de mortos e desaparecidos relativos a esses contextos. Os estudos e reflexões sobre memória foram, portanto, um dos eixos deste capítulo, já a utilização da fotografia, predominantemente do gênero retrato, nas ações reivindicatórias de memória, verdade e justiça³⁵ compõem outro eixo.

³⁵ É importante destacar que, no contexto, há também documentação fotográfica de caráter jornalístico que foi consultada ao longo da construção desta tese e utilizada para, por exemplo, demonstrar os usos atribuídos aos retratos de mortos e desaparecidos observados nas Manifestações Sociais.

1.2 O CONCEITO DE SEMIÓFORO E A SUA RELAÇÃO COM OS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

De acordo com os conceitos de memória abordados anteriormente, é possível verificar a sua aplicabilidade no campo de observação da pesquisa e estabelecer relações com os usos e significações atribuídos aos retratos de mortos e desaparecidos das ditaduras civis-militares na Argentina e no Brasil a partir da redemocratização e, sobretudo, no contexto relativo às memórias traumáticas e aos trabalhos memórias desenvolvidos pela ação dos atores sociais. A abordagem aqui desenvolvida é acerca da imagem fotográfica sob o viés da representação simbólica, partindo do pressuposto de que a fotografia é um excelente objeto evocador de memória.

A natureza da fotografia está essencialmente no tempo passado, sendo ressignificada no tempo presente, assim, a memória estabelece um paralelo com a fotografia, como uma “construção que se atualiza no presente e projeta-se para o futuro” (CHAGAS, 2009, p. 138). A memória utiliza-se de diversos dispositivos de rememoração, dentre os quais o recurso da imagem fotográfica é um potente ativador para processos memoriais e é exemplar nos casos estudados por essa pesquisa.

A relação intrínseca entre memória e o ato de lembrar coaduna-se com as bases conceituais de diversos autores do campo da memória (Halbwachs, 1990; Nora, 1993; Jelin, 2002; Candau, 2011) e é a partir dessa premissa, aparentemente simples, que se constrói um imaginário sobre o passado vivido ou não pelo indivíduo. Imaginário esse que, de acordo com o filósofo e historiador de arte, Georges Didi-Huberman, constitui-se no plano das lembranças por meio de imagens. Segundo o autor, “a imagem não é um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 207), ela se constrói no plano da imaginação e “assim como não há forma sem formação, não há imagem sem imaginação” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208). Tal afirmativa leva a refletir acerca da potencialidade da imagem para além do que está registrado na materialidade do suporte, ou seja, a sua força está no que ela representa e na mensagem que é transmitida — ou que se quer transmitir — a partir de um determinado contexto.

Isso pode ser observado nos usos dados aos retratos de mortos e desaparecidos expostos nas Instituições de Memória e nas Manifestações Sociais. Mesmo o espectador mais desatento ou desinteressado, ao observar os retratos dispostos em uma parede ou fachada, expostos em uma galeria de uma Instituição de Memória ou empunhados por diversas pessoas em uma Manifestação Social, é instigado a se perguntar sobre a história por trás desses retratos e a significância dada a eles. Tal uso sugere que o uso original desses retratos, ao serem ressignificados e transportados para outros contextos gerados a partir do destino imposto por uma circunstância e realidade a princípio inimaginável, desvenda uma caixa que se abre e mostra-se o seu conteúdo que se quis ocultar.

Deste modo, cabem as perguntas: Por que esses retratos estão nesses lugares diferentes dos quais originalmente deveriam estar? Quem são as pessoas evidenciadas por esses retratos? Quem são as pessoas que dão visibilidade a esses retratos? Existe alguma ligação entre as pessoas retratadas? Se sim, qual? Qual a história por trás desses retratos? Quais os propósitos que trouxeram esses retratos da cena particular e pessoal para cena pública e coletiva? É provável que esses questionamentos, ao passarem pela mente de quem os observam a partir desses fenômenos, coloquem o observador a imaginar-se no contexto em que esses retratos estão inseridos.

As fotografias expostas nas Instituições de Memória e nas Manifestações Sociais apresentadas a seguir nas Figuras 7 a 14 são bons exemplos de como é possível construir um imaginário sobre fatos ocorridos com esses indivíduos dado o contexto em que eles estão inseridos e a simbologia destacada na orquestração da apresentação desses retratos.



Figura 7 — Fotografia da fachada do *Museo Sitio de Memoria* e do *Piel de Vidrio* com retratos dos mortos ou desaparecidos que ali estiveram presos, Argentina. Fonte: Site do *Museo Sitio de Memoria*.



Figura 8 — Fotografia com detalhes do *Piel de Vidrio*, Argentina.
Fonte: Site do *Museo Sitio de Memoria*.



Figura 9 — Fotografia da exibição do vídeo da Cella 2 do Memorial da Resistência de São Paulo com retrato de Olavo Hansen, Brasil.
Fonte: Dias (2018).



Figura 10 — Fotografia da exibição do vídeo com retratos de mortos e desaparecidos da Cella 2, Memorial da Resistência de São Paulo, Brasil.

Fonte: Dias (2018).



Figura 11 — Fotografia de uma faixa azul com retratos durante a Marcha do *Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, Argentina, 2017.

Fonte: Hasenberg (2017).



Figura 12 — Fotografia de um retrato sendo carregado durante a Marcha del *Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, Argentina, 2019.

Fonte: Hasenberg (2019).



Figura 13 — Fotografia do 4º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2017.
Fonte: Santos Jr. (2017).



Figura 14 — Fotografia de um retrato sendo carregado durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.
Fonte: Almeida (2019).

De acordo com o exposto no parágrafo anterior e aos retratos apresentados acima, o exercício proposto ao observar essas imagens está na capacidade que elas têm em fazer-nos “imaginar o inimaginável”, conforme reflete Didi-Huberman (2004) em sua tese “Imágenes pese a todo”. Ao referenciar quatro fotografias registradas e escondidas no campo de concentração de Auschwitz por prisioneiros que trabalhavam nas execuções nas câmaras de gás, o autor revela que tais imagens são indicativas do massacre humano e das mortes em massa que ocorriam naquele local. O fundamento de seu pensamento está centrado na ideia de que, apesar de tudo, é necessário imaginar, e, conforme as palavras do autor, essas imagens “son para nosotros tan preciosas porque nos ofrecen la imagen de lo humano pese a todo, la resistencia por la imagen – un pobre fragmento de película – a la destrucción de lo humano que, sin embargo, ella documenta” (DIDI-HUBERMAN, 2004, p. 234).

As fotografias, independentemente das circunstâncias nas quais foram produzidas, possuem um caráter memorial. O ato de fotografar está vinculado, quase instantaneamente, ao ato de rememorar, ou seja, lembrar de acontecimentos passados. Acontecimentos vividos ou não pelo observador das imagens colocam a fotografia em uma condição essencialmente memorial a partir da qual é possível lançar-se em uma investigação histórica, objetivando olhares, interpretações, construções de narrativas, releituras visuais e poéticas, entre outras possibilidades que a linguagem visual possibilita. Em consonância com o exposto, Feld e Stites Mor

(2009) afirmam que a partir da “cultura da memória” os usos das imagens têm tido destaque na sociedade contemporânea:

A través de fotos y videos, de documentales y programas de televisión, el pasado retorna en imágenes. Las imágenes construyen sentidos para los acontecimientos, ayudan a recordar, permiten transmitir lo sucedido a las nuevas generaciones. Colaboran para evocar lo vivido y conocer lo no vivido. Son en definitiva, valiosos instrumentos de la memoria social. (FELD; STITES MOR, 2009, p. 25)

Assim, a fotografia oscila entre dois polos com sua tônica no passado e sua atividade de construção no presente. Em outras palavras, a fotografia transita em duas temporalidades, conferindo à imagem fotográfica sua natureza memorial. De acordo com Serén (2002), o grande mistério que envolve a fotografia é resultante de ela representar, como um todo, o presente, o passado e o futuro. Tudo se conjuga no instante único em que se aperta o obturador: a imagem fica retida para sempre num *continuum* memorial.

Estabelecendo um corte no presente, ela transporta e fixa no futuro o que, entretanto, já se tornou passado. A grande metáfora fotográfica, o momento da suspensão não faz com que ela se esgote nesse instante, não destrói a obra, mas a transporta para outra temporalidade, em que infundáveis especulações se seguirão, e o tempo imediato, desamarrado, passa a articular-se com o tempo memorial. (SERÉN, 2002, p. 23)

O historiador Jacques Le Goff (2003) refletiu sobre o surgimento da fotografia no século XIX e como ela revolucionou as manifestações de memórias coletivas a partir de então. De forma sistemática e crescente, a fotografia conquistou um espaço cada vez maior na sociedade e agregou-se a diversas atividades do cotidiano das pessoas. À medida em que a fotografia passa a existir e a se multiplicar, inicia-se, de imediato, um processo de guarda, transmissão e compartilhamento da memória visual. Esse processo pode acontecer de diferentes maneiras, inclusive pela inerente faculdade do ser humano de lembrar e imaginar. A fotografia, portanto, como anteriormente mencionado, desempenha uma excelente função memorial e, por isso, é considerada um objeto evocador de memórias.

Seguindo essa linha de pensamento, o imaginário sobre um fato ou acontecimento pode operar por intermédio tanto da lembrança como do esquecimento, mesmo que não necessariamente vividos e/ou presenciados pelo indivíduo que o recorda. A memória e as imagens criadas em relação a um

determinado evento podem ser, em diferentes escalas e de acordo com o que se deseja ou não lembrar, transmitidas às gerações seguintes como uma herança memorial a ser preservada e compartilhada com as futuras gerações como garantia de que tais situações jamais ocorram novamente.

Ao relembrar fatos históricos de cunho sociológico e político, as imagens que passam em nossas mentes são as já vistas, conhecidas, absorvidas e, dessa forma, que compõem o vasto campo imaginário do ser em relação a um determinado assunto. Conforme o exposto, não há memória sem imagem e “entende-se que a memória humana é predominantemente visual, e quando a lembrança opera, por exemplo, sobre fatos históricos, recorre-se mentalmente a imagens que os façam visíveis” (DIAS; MICHELON, 2019, p. 08).

A fotografia possui a capacidade de remeter quem a observa a um tempo passado, permitindo que esse tempo seja, de algum modo, revivido no presente. Nesse processo, evidencia-se uma relação intrínseca entre fotografia, memória e imaginação. Conclui-se, de acordo com o exposto por Huyssen (2009, p. 15), que “no hay memoria sin imágenes, no hay conocimiento sin posibilidad de ver, aún si las imágenes, no pueden proporcionar un conocimiento total”. Dessa forma, há conexão com as reflexões de Didi-Huberman (2012) sobre não haver “imagem sem imaginação”.

Ao analisar o contexto dos retratos de mortos e desaparecidos, a antropóloga argentina Ludmila Catela (2012, p. 115) pontua que eles não foram produzidos com a intenção de “fazer história”, diferentemente, por exemplo, das fotografias jornalísticas, produzidas com o objetivo de informar e comunicar fatos ou acontecimentos no tempo em que são produzidas e que, quase instantaneamente, já passam a fazer parte da história. Retornando aos retratos, originalmente seu uso e função era servir como objeto de recordação familiar ou objeto documental para identificar o indivíduo enquanto cidadão pertencente à sociedade. A mudança de contexto, relacionado a situações de violência, colocou essas fotografias em um outro patamar, passando a serem usadas como instrumentos de busca e denúncia, e indicando a condição oposta do indivíduo: a de desaparecido.

De acordo com a pesquisadora da área das artes Ana Longoni (2010), apresentar a fotografia do desaparecido passou a constituir-se como uma forma de representar a desapareição e potencializar a fotografia enquanto suporte de memória das situações que envolvem a história desses desaparecimentos. Nesse sentido, a

teórica de comunicação e fotografia Cora Gamarnik (2017) afirma que a partir da redemocratização esse tipo de retrato já ressignificado era usado como instrumento de busca e denúncia e teve, simbolicamente, o propósito de não esquecimento da luta de seus familiares desaparecidos, pois “serviu para vivificar o morto, recordar os familiares falecidos e ser um eficaz meio de luta contra o esquecimento” (GAMARNIK, 2017, p. 49), além de ter fortalecido a discussão acerca dos usos memoriais dessas fotografias.

A circulação dos retratos de desaparecidos por meio da busca dos familiares repercutiu na visibilidade da causa. A partir disso, essas imagens adquiriram outro *status*, por exemplo, nas Instituições de Memória, como “objetos museológicos, evocadores de memória que nas paredes e painéis ganham outros significados, diferentes dos quais as originaram” (DIAS; MICHELON, 2019, p. 14). Os retratos de mortos e desaparecidos são, conforme afirmam as autoras, enunciativos de tais desaparecimentos e mortes e “das razões políticas que levaram a isso” (DIAS; MICHELON, 2019, p. 08), assim como representam a ausência ao mesmo tempo em que trazem simbolicamente a presença do ser ausente e do que se quis apagar e “aprofundam impressões sobre a relação entre presença e ausência que toda fotografia sugere” (DIAS; MICHELON, 2020a, p. 291).

Nas Manifestações Sociais retratos de mortos e desaparecidos são utilizados como instrumento de protesto na luta contra a violência política do passado recente ao mesmo tempo que são testemunhos e denunciam tais mortes e desaparecimentos. Conforme reflete Catela (2012, p. 113), esses retratos revelam o que pretendiam ocultar, ou seja, “o desaparecimento foi pouco a pouco revelado pelos retratos fotográficos de milhares de rostos que, em diversos rituais e lugares, interpelaram e interpelam o passado, o Estado, a justiça e a nação como um todo”.

Antes de dar prosseguimento às reflexões voltadas aos usos dos retratos de mortos e desaparecidos das ditaduras, é oportuno destacar nessas manifestações o uso de outros tipos de retratos, os retratos de mortos e desaparecidos referente a outras circunstâncias inseridos no contexto da atualidade, o que imprime à luta iniciada por memória, verdade e justiça um caráter de continuidade contra a violência política e os crimes ocorridos no contexto atual. As Figuras 15 e 16 mostram os retratos de Santiago Maldonado e Marielle Franco nas Manifestações Sociais da Argentina e do Brasil, respectivamente. A evidência desses retratos não significa que

o fato histórico seja a causa de eles estarem ali, mas sim a mesma causa: a luta em saber a verdade e obter justiça sobre tais mortes e desaparecimentos.



Figura 15 — Fotografia do retrato de Santiago Maldonado durante a Marcha del *Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, Argentina, 2018.
Fonte: Hasenberg (2018).



Figura 16 — Fotografia da faixa central com retrato de Marielle Franco durante a 1ª Caminhada do Silêncio, 2019, Brasil.
Fonte: Macambira (2019).

A Figura 15 evidencia uma das ocorrências do retrato de Santiago Maldonado³⁶ em meio à Marcha do Dia da Memória Verdade e Justiça. Santiago era um ativista político que lutava a favor das causas sociais e foi visto pela última vez com vida durante uma manifestação dos índios mapuches por reivindicação de suas terras ancestrais na região da Patagônia. A polícia militar estava presente durante a manifestação e dispersava a concentração; testemunhas locais disseram ter visto Santiago ser levado em direção a um dos carros oficiais. Após meses, o corpo de Santiago foi encontrado às margens de um rio próximo ao local da manifestação³⁷. A Figura 16 evidencia o retrato da vereadora Marielle Franco³⁸ junto aos retratos de vítimas da ditadura na Caminhada do Silêncio. Marielle era uma defensora das causas sociais e, enquanto vereadora, estava bastante engajada na luta contra as injustiças e violência da cidade. Ao sair de um evento a trabalho, o carro que levava Marielle foi perseguido a tiros, culminando na sua morte e na do motorista. O caso continua inconcluso e a pergunta “Quem mandou matar Marielle?” continua sem resposta.

Em ambos os casos³⁹ as mortes estão associadas a razões políticas. No primeiro a responsabilidade está vinculada à ação do Estado⁴⁰ e no segundo, mesmo que ainda sem definição, há indícios de que o motivo tenha sido divergências políticas. Nessas manifestações há também outros casos de mortes ou desaparecimentos atuais, mas os dois apresentados são exemplares por terem recebido grande destaque na mídia jornalística. As evidências dos retratos da atualidade indicam uma perpetuação da violência política no tempo presente e, portanto, denotam a necessidade da resistência por meio da luta por verdade e justiça para a continuidade dos trabalhos memoriais iniciados décadas atrás.

As recorrências nos usos desse tipo específico de retrato, o do morto e o do desaparecido, conforme visto nas linhas acima, têm como característica comum os

³⁶ Artesão e ativista político, Santiago lutava por causas sociais e desapareceu em 1º agosto de 2017.

³⁷ Logo após o seu desaparecimento o retrato de Santiago passou a ser amplamente divulgado junto à frase “*Dónde esta Santiago Maldonado? Aparición con vida!*”.

³⁸ Socióloga e então vereadora do Rio de Janeiro, foi assassinada no dia 14 de março de 2018 ao sair de do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”. As evidências de sua morte indicam execução.

³⁹ Ambos os casos foram amplamente divulgados pela mídia jornalística, a qual possui maiores informações sobre esses crimes de fundo político. Coube a esta pesquisa apenas indicar o ocorrido como uma evidência dos usos desses retratos nas Manifestações Sociais sem o aprofundamento sobre esses casos.

⁴⁰ De acordo com testemunhas locais, Santiago Maldonado foi visto sendo levado pela Polícia Militarizada durante manifestação.

contextos de violência política e são, a partir das ações sociais, utilizados com propósitos diferentes dos quais os originaram. Em outras palavras, houve uma reconfiguração da função original desses retratos possível de ser verificada através da transformação de seus usos e, conforme a História e o destino relacionados ao que está registrado no documento fotográfico se modificam, a imagem agrega-se a outros sentidos e significados que transcendem o que está grafado no suporte fotográfico. A potência desse tipo de fotografia está além do que é evidenciado em sua materialidade; está no que é evidenciado por meio dos usos atribuídos a ela. Sua representação constitui-se por meio da subjetividade de um coletivo.

O exposto acima introduz o conceito de semióforo⁴¹ desenvolvido pelo historiador Krzysztof Pomian (1984), o qual analogicamente pode ser considerado na análise desta pesquisa. O autor aplica o conceito para refletir sobre objetos pertencentes a coleções privadas e museológicas, os quais perderam o valor de uso — de utilidade para a qual eles se destinavam — com o passar do tempo e agora servem apenas para a apreciação do olhar. Nesses objetos, não raramente e nem por acaso, há uma carga simbólica que pode ser de valor sentimental e/ou histórico. Ao desenvolver sua análise acerca desses objetos, Pomian (1984) afirma haver duas situações possíveis de aplicação aos objetos, então ele os divide em dois tipos: os úteis, que servem para algum propósito no mundo visível, e os semióforos, que representam o invisível e estão fora das atividades econômicas.

De um outro lado estão os semióforos, objectos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura. A actividade produtiva revela-se portanto orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da utilidade ou para a do significado. As duas orientações, embora possam coexistir em certos casos privilegiados, são todavia opostas na maior parte das vezes. (POMIAN, 1984, p. 71)

Na relação entre utilidade e significado, o exposto na citação acima indica haver uma variação entre os dois tipos — útil e semióforo — o que possui ambas as características⁴². A todas elas o autor aponta a necessidade de haver um

⁴¹ Derivado da palavra grega *semeiophoros*, composta pela junção de palavras *semeion*, “sinal” ou “signo”, e *phoros*, “trazer para a frente”, “expor”.

⁴² Nesse sentido Pomian (1984, p. 72) indica haver ao menos três possíveis variações de objetos: os que possuem apenas utilidade (as coisas), os que possuem apenas significação (semióforos) e os que possuem ambas as características.

observador como referencial, no entanto, o objeto semióforo está mais sujeito à contemplação do olhar. Os retratos de mortos e desaparecidos inseridos no campo de observação analisado por esta pesquisa são aqui identificados e considerados como objetos semióforos, pois ao mesmo tempo em que possuem um uso claro, ou seja, servem a um propósito sem valor comercial, são também expostos ao olhar, e isso tudo indica um forte caráter de objeto semióforo.

O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar. Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objecto, menos utilidade tem, e vice-versa. (POMIAN, 1984, p. 72)

A partir dessa premissa, o termo semióforo foi abordado por teóricos de diversas áreas, como, por exemplo, a socióloga Marilena Chauí (2000), que trata do conceito sob o viés da formação de uma identidade nacional forjada por uma elite política econômica e intelectual, que teve como objetivo a criação de uma nação una e indivisível. Para tanto, são criados diversos “semióforos” ao longo da história, tais como a ideia de que Deus é brasileiro, pois não há desgraças naturais no Brasil e o seu clima é ameno, e de que os brasileiros são pacíficos, alegres, ordeiros, sensuais e, apesar das dificuldades e sofrimento, “um povo heroico”, que não desiste. Esses são alguns dos exemplos em que a autora se baseia para exemplificar e explicar o fundamento de construção de nação por trás dessas simbologias forjadas na sociedade desde a sua fundação.

O termo, segundo Chauí (2000, p. 12), representa “um signo trazido a frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica”. A autora exemplifica:

[...] uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heroica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação. (CHAUÍ, 2000, p. 12)

O semióforo é, portanto, um conjunto simbólico de significações para coisas do mundo visível e invisível que são atribuídas por um grupo de pessoas com poder para isso. Assim, as representações simbólicas do que se pretende estabelecer podem ser as mais variadas de acordo com o que se intenciona. Em uma última

análise, semióforo simboliza o invisível espacial ou temporal na celebração e no compartilhamento de uma unidade (social) que possua uma crença ou passado em comum. Em outras palavras semióforo é a simbologia do que não está mais no circuito original de utilidade, mas está repleto de significados. Semióforo, de acordo com as palavras da autora, é:

[...] um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser sagrado (um espaço além de todo espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade), e exposta à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência. (CHAUÍ, 2000, p. 12).

O termo semióforo exposto acima, ao contemplar o sentido dos usos dos retratos analisados e ao ampliar as questões no âmbito do campo de observação delineado por esta pesquisa, possibilitou uma reflexão mais profunda intercruzando o diálogo no campo das memórias traumáticas e áreas correlatas e norteou a definição de categorias de análise atribuídas às significações dos retratos de mortos e desaparecidos: testemunho, denúncia e luta.

Ao comparar os usos dados aos retratos de mortos e desaparecidos nos contextos relativos às memórias traumáticas com os objetos semióforos, é importante destacar que, embora a maioria dos retratos analisados por esta pesquisa não faça parte de coleções museológicas, suas características essenciais se coadunam com a definição do termo. Os usos objetivam a exposição ao olhar e, repletos de significados, transcendem a imagem dos rostos ali grafados na materialidade dos suportes. No geral, esses retratos fazem parte do acervo das organizações sociais que os fornecem nos dias das manifestações objetivando o uso coletivo ou são retratos particulares levados por indivíduos, geralmente familiares do morto e desaparecido, objetivando o uso individual. Assim, o objeto de estudo desta pesquisa liga-se ao conceito semióforo e transcende a questão do objeto em si, pois está além da materialidade do suporte, está associado a simbologias e significações trazidas pelo uso dos retratos de mortos e desaparecidos.

Uma outra questão a salientar é o fato de serem reproduções. O próprio uso continuado e a exposição prolongada a ambientes externos podem danificar a materialidade do objeto (o visível), entretanto não há prejuízo em relação à força simbólica (o invisível). Quanto ao objeto-retrato, sua reprodução pode ocorrer

novamente quantas vezes forem necessárias. Ao estar exposto, por exemplo, em uma parede externa ou fachada de uma Instituição de Memória ou circulando nas Manifestações Sociais, o que mais importa não é a preservação do objeto-retrato e sim a visibilidade atribuída a ele e tudo o que sua exposição e uso representam.

O exposto acima revela uma peculiaridade referente aos usos dados a esses retratos ao serem emoldurados no conceito de objetos semióforos e assim, portanto, contemplarem a maioria dos quesitos referentes ao termo semióforo: estão expostos ao olhar, são repletos de significações, transcendem a materialidade do objeto, não possuem valor econômico e significam o invisível através do visível. Apenas não condizem com a questão de não sofrerem usura, visto que um semióforo por definição não tem uma utilidade em si, ou deixou de ter a utilidade originária para passar a ser apenas para contemplação do olhar, como são, por exemplo, os objetos de uma coleção.

No caso dos retratos aqui considerados, os seus usos originais se modificaram – passaram de um uso para outro. Do uso particular e privado para o uso coletivo e institucional; de um uso habitual e ameno do cotidiano humano para um uso incomum⁴³ e intenso a partir de uma circunstância imprópria e desumana de extrema violência política. O uso está dado e objetiva a continuidade da luta iniciada ainda nos anos da ditadura. O uso desses retratos indica ação, movimento e dinamismo, representa uma causa e tem uma finalidade clara e objetiva: a luta contínua por memória, verdade e justiça.

Adiciona-se outras camadas de significações simbólicas. Além de simbolizar a **luta**, os retratos são **testemunhos** da ausência, ao mesmo tempo que **denunciam** os crimes de lesa-humanidade ocorridos. A análise de Catela (2019, p. 40) sobre os usos dos retratos de mortos e desaparecidos sintetiza as reflexões expostas ao longo desse tópico: “las imágenes no son datos, meras evidencias indiciarias sino construcciones imaginarias. No se limitan a ofrecernos evidencia objetiva. Son símbolos contruidos políticamente. Es su valor metafórico el que permite instituir su campo de significación”. Os retratos de mortos e desaparecidos são, portanto, representações simbólicas e sua potência está além da materialidade do suporte, está na subjetividade de um grupo social coeso para atingir um ideal. Nesse aspecto, suas representações no campo social configuram-se nas categorias elegíveis desta

⁴³ No sentido de ser excepcional e não usual.

análise como **testemunho** do desaparecimento, **denúncia** dos crimes cometidos pelo Estado e, por último, representação da **luta** social por memória, verdade e justiça.

Essas fotografias e os diversos usos a elas atribuídos quando expostas em museus, Instituições de Memória, ruas e Manifestações Sociais reivindicatórias de memória, verdade e justiça podem derivar em outros usos, conforme as fotografias apresentadas ao longo deste capítulo. Sobre isso, Catela (2012, p. 118) descreve que “os visitantes dos museus com suas câmeras, os alunos com seus celulares, registram rostos e histórias de vida que poderão ser observadas e contadas em outros espaços, fechando novamente o círculo ao percorrer o caminho inverso, do público ao doméstico”. Em consonância a isso, o filósofo e teórico de fotografia, André Rouillé (2009), verifica, ao longo das últimas décadas, uma crescente aceleração transformadora da fotografia enquanto documento para uma forma de expressão. De acordo com o autor, “tais deslocamentos provocaram uma verdadeira assunção das formas e das escritas fotográficas” (ROUILLÉ, 2009, p. 169).

Nesse sentido, em relação às fotografias das Manifestações Sociais, estas são obtidas pelo público em geral, que ao participar de tais eventos registra e divulga a sua presença, compartilhando-a em seus canais de comunicação, e/ou por diversos profissionais⁴⁴ (Figuras 17 e 18), que ao estarem ali denotam a significância do evento. Em ambas as situações é possível verificar que a maior circulação dessas fotografias, impulsionada por essa rede de compartilhamento digital, atinge um maior alcance na divulgação da luta empenhada pelos atores sociais, bem como dos trabalhos memoriais desenvolvidos por eles.



Figura 17 — Fotografia de fotógrafos durante a Marcha del *Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, Argentina, 2016.

Fonte: Hasenberg (2016).

⁴⁴ Em relação às Manifestações Sociais, foram analisadas por esta pesquisa as fotografias obtidas por fotógrafos profissionais. Os fotógrafos selecionados serão apresentados no terceiro capítulo.



Figura 18 — Fotografia de fotógrafos durante o 6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2019.
 Fonte: Santos Jr. (2019).

As fotografias mostram a presença e a atuação dos fotógrafos nas manifestações de ambos os países. A Figura 17 é relativa à Marcha do Dia da Memória Verdade e Justiça na Argentina e mostra vários fotógrafos posicionados em um dos espaços reservados para eles registrarem o evento; na fotografia em questão, os fotógrafos estão em cima de um palanque destinado à imprensa em geral. A Figura 18, relativa ao Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, mostra o posicionamento dos fotógrafos em frente ao público, que está sentado segurando retratos em frente aos seus corpos, evidenciando-os para o registro.

Os retratos de mortos e desaparecidos expostos nas Instituições de Memória e nas Manifestações Sociais, a partir da circulação e da visibilidade alcançadas como resultado das ações investidas pelos atores sociais, transcendem os limites originalmente qualificados a eles. E conforme afirmam Dias e Michelon (2020b, p. 291), as ações investidas por meio dos retratos, expondo-os ao olhar do ponto de vista semióforo (como um objeto semióforo), refletem “um fluxo contínuo de perplexidade ao horror”. São também símbolo de luta e “ao mesmo tempo testemunho e denúncia, são as provas, ainda que mudas, ainda que circunstanciais, dos crimes cometidos” (DIAS; MICHELON, 2020a, p. 291).

Retornando às análises de Didi-Huberman (2012), ao afirmar que as imagens podem “tocar o real” e que o contato entre tempos (passado e presente) “arde”, o autor conclui ser um “enorme equívoco querer fazer da imaginação uma pura e simples faculdade de desrealização” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208). A imaginação seria, então, a criação ou a realização da subjetividade de um indivíduo ou grupo. É esse o sentido que o autor busca na afirmativa de “que a imagem arde em seu contato com o real” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208). Ao observar ou lembrar dos rostos estampados nos retratos de mortos de desaparecidos, é possível relacioná-los às reflexões acerca da imagem fotográfica desenvolvidas por Didi-Huberman, de que essas imagens — esses retratos — tocam o real de tal forma que dói, que arde em contato com a realidade. A exposição nas Instituições de Memória e a circulação nos espaços públicos como Manifestações Sociais trazem esses retratos ao tempo presente e fazem o público imaginar os destinos e os motivos que levaram à interrupção das vidas ali registradas.

Este capítulo teve como propósito estabelecer um diálogo entre autores que analisam e discutem a temática e o objeto deste estudo inserido no campo de observação das memórias traumáticas a partir do protagonismo alcançado pelos atores sociais que, ao utilizarem-nos como instrumento de denúncia, testemunho e luta e empunharem-nos como um tipo de relicário, transformaram os retratos em um símbolo — objeto semióforo — de tudo que eles denotam e representam. Inserido nesse contexto, este capítulo fundamentou teoricamente o conceito relativo à política de memória e estabeleceu um elo com o próximo capítulo, o qual discorre historicamente sobre as ditaduras em questão, desde seus antecedentes até a redemocratização, relacionando a herança das ditaduras e o seu legado autoritário com a implementação da agenda de políticas de memória em cada um dos países analisados.

2 A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E NA ARGENTINA

A proposta deste capítulo é abordar conceitualmente os pontos-chave que consolidaram a instauração do regime político ditatorial militar na Argentina e no Brasil. Os países elencados são representativos do contexto latino-americano marcado por significativas violações dos direitos fundamentais do ser humano e os regimes políticos que eclodiram na América Latina são denominados de ditaduras de Segurança Nacional (SN). Ao longo deste capítulo serão evidenciados os caminhos que levaram à atribuição desse nome e à consolidação do regime ditatorial civil-militar a partir da década de 1960. O capítulo é composto por duas partes complementares, as quais evidenciam os pontos convergentes — contexto mundial, lutas de classes, Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e Operação Condor — e os pontos divergentes — processos de transição política (redemocratização), justiça de transição e políticas de memória.

2.1 ASPECTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Foi em meio ao contexto histórico mundial da Guerra Fria⁴⁵ (1945–1991) que eclodiram os regimes políticos autoritários em diversos países latino-americanos. A historiografia referente ao período, pormenorizada por diversos autores como Dahrendorf (1996), Fico (2008) e Padrós (2009), é caracterizada por uma disputa política, econômica e ideológica entre duas potências econômicas mundiais: os Estados Unidos da América (EUA), considerado um país de primeiro mundo, capitalista e desenvolvido, e a então União da República Socialista Soviética (URSS), considerada um país de segundo mundo, socialista e relativamente desenvolvido. Naquele momento, a ordem mundial estava polarizada entre dois modelos de sociedade: o capitalismo, pelo lado norte-americano, e o socialismo, pelo lado soviético; configurando-se, assim, um caráter bipolar. Entretanto, é importante

⁴⁵ A Guerra Fria teve início logo após o término da Segunda Guerra Mundial e se estendeu durante décadas até a queda do muro de Berlim, em 1989/1990, e a dissolução da URSS, em 1991.

salientar a existência de um terceiro mundo, o subdesenvolvido, ao qual pertenciam, de modo geral, países do hemisfério sul do continente americano sob forte influência do sistema capitalista.

Nesse período, os países da América Latina, área de forte influência norte-americana, passavam por um desgaste dos regimes políticos populistas junto a uma crescente demanda de reivindicações populares por melhores condições de vida. Nesse contexto, as lutas sociais aumentavam e eram cada vez mais significativas, o que reforçava o sistema socialista de governo, tido como humanamente mais igualitário. Temendo que acontecessem revoluções socialistas na América Latina, a exemplo de Cuba, alinhada à União Soviética, os Estados Unidos tomaram uma série de medidas na tentativa de conter o avanço daquele sistema. Nesse aspecto, Rapoport e Laufer (2000) apontam o triunfo da Revolução Cubana em 1959 como o fator determinante que impulsionou uma consequente reação dos EUA contra o aumento da efervescência social de correntes revolucionárias e o nacionalismo econômico de alguns governantes, situações consideradas pelo governo norte-americano como alarmantes e indicativas do avanço da ideologia socialista implantada pela URSS.

Em outra perspectiva, Fico (2008, p. 66) aponta outros interesses vindos dos EUA e enfatiza que “o poderio norte-americano não poderia ser amplamente exercido mundo afora se ele não predominasse incontestavelmente no hemisfério sul e, sobretudo, em seu quintal latino-americano” e conclui que os EUA não admitiriam o “pipocar de outras Cubas”. Adicionado a isso, havia um expressivo investimento e interesse econômico de muitas empresas norte-americanas, o que também justifica a articulação dos EUA para as preteridas mudanças no setor político. Também é necessário destacar a influência da elite orgânica, conceito desenvolvido e explorado por Dreifuss (1987), que foi determinante na consolidação das sucessivas ditaduras. Composta por membros de setores empresariais, a elite orgânica tinha como plano geral uma campanha político-militar para dominar o sistema, tanto em termos políticos quanto ideológicos. Para tanto, era necessário mobilizar um conjunto da burguesia para a sua causa, convencer segmentos importantes das Forças Armadas, neutralizar a dissensão de parte da sociedade e obter apoio dos mais tradicionais setores empresariais com “a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas” (DREIFUSS, 1987, p. 229).

Essa conjuntura se configura e adquire força a partir da segunda metade do século XX, consolidando sucessivos golpes de Estado nos países latino-americanos, inclusive nos casos analisados por esta pesquisa e nesse capítulo referenciados por ordem cronológica: no Brasil em 1964 e na Argentina em 1976. De acordo com Motta (2014), após instauradas as ditaduras o movimento de resistência estudantil ganhou força e os jovens articularam-se politicamente e organizaram sua oposição ao governo. Esse movimento associado às lideranças políticas opositoras à ditadura intensificou-se e tornou-se alvo de constantes perseguições, culminando nas mais brutais práticas cometidas pela ditadura civil-militar, tais como exílios, apreensões, torturas e muitos casos de desaparecimentos, os quais, em sua maioria, permanecem sem esclarecimento até a data atual.

Entre essas e outras arbitrariedades, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, foi instaurado um Estado de Exceção, no qual o governo militar desses países centralizou o poder e determinou uma série de ações, tirando os direitos políticos e de livre expressão de seus cidadãos. No caso brasileiro, o Estado decretou recesso no Congresso Nacional através do Ato Institucional nº 5 (BRASIL, 1967), suspendendo e cassando mandatos de parlamentares que se manifestavam contra a política exercida, proibindo manifestações populares de caráter político e censurando previamente todos os meios de comunicação e a circulação e divulgação de livros, músicas e peças teatrais considerados impróprios e subversivos ao sistema.

Essas medidas tinham o intuito de consolidar as mudanças modeladoras da nova ordem institucional, as quais estavam alinhadas às diretrizes gerais da (DSN) — outro ponto em comum nas ditaduras abordadas nesta pesquisa. Nas ditaduras latino-americanas, a DSN tinha como premissa uma “rejeição à ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política” (PADRÓS, 2008, p. 145). Os princípios da DSN definem que o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe, mas sim enquanto uma consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa. Assim, qualquer apontamento de antagonismos sociais ou disputa de interesses de classes como pano de fundo a setores políticos dominantes eram considerados nocivos aos interesses da nação e deveriam ser combatidos. Daí o surgimento do termo “inimigo interno”.

A DSN tem sua origem no Pós-Segunda Guerra Mundial e foi elaborada pelos EUA em decorrência direta do mundo bipolar do período da Guerra Fria mencionado anteriormente. De acordo com PADRÓS (2012, p. 503), “a percepção dessa bipolaridade — onde há um ‘mundo livre’, [...] cristão, ocidental, democrático e de liberdades individuais, que se opõe a um ‘mundo comunista’, totalitário, sem liberdades individuais e sem democracia”. O foco era a segurança interna diante da ameaça subversiva. Centrada nessa diretriz que incumbe o Estado de proteger a Nação, legitimou-se a ação preventiva contra qualquer ameaça real ou em potencial.

[...] criminalizando, sem base judicial, cidadãos suspeitos, constrangidos e reprimidos, como se fossem reconhecidamente culpáveis. Isso gerou um verdadeiro contra-senso, pois ao impor-se a segurança a qualquer custo, gerou-se um verdadeiro clima de insegurança, ancorada em forte sentimento de impunidade e na ausência de controle e de fiscalização na aplicação de mecanismos repressivos ilimitados. (PADRÓS, 2012, p. 516)

Desse modo, a DSN tornou-se sinônimo de violência preventiva e repressiva. Amparada no lema “Segurança para o Desenvolvimento”, tornando a segurança uma condição essencial para o desenvolvimento dentro do contexto já mencionado, a DNS implicou militarização e instrumentalização do Estado na propagação de valores castrenses⁴⁶ pelo conjunto da sociedade. Tal orientação justificou e sucedeu o uso e abuso da força militar na manutenção da ordem, na obediência e na eliminação do conflito. Assim, “as Forças Armadas se auto-perceberam como fator fundamental da ‘construção nacional’, com a conseqüente tendência de intervir nos mais diversos âmbitos da vida social para impor sua lógica securitista”⁴⁷ (PADRÓS, 2012, p. 499).

A repressão estatal caracterizou-se nos moldes de Terrorismo de Estado⁴⁸ e, assim, justificou torturas, sequestros, execuções, desaparecimentos, roubos de crianças, censura, expurgos, violência extraterritorial e encarceramento massivo. Aliado a isso, e como medida profilática, houve uma forte e enfática campanha para “influenciar e manipular a população, mediante o controle da informação, da educação e da cultura, entre outros, confluindo na construção de um discurso

⁴⁶ Valores fundamentais da moral militar, tais como: patriotismo, civismo, disciplina, verticalidade, hierarquia, ordem, honra etc.

⁴⁷ Securitista é um termo hispânico usado para designar a ideologia de um governo geralmente repressivo e autoritário que em nome da segurança nacional justifica seus atos violentos e desumanos.

⁴⁸ Termo utilizado para designar governos geralmente totalitários, autoritários e repressivos que utilizam de sua força e poder como meios para ocasionar medo e terror na população.

legitimador da implantação e continuidade do novo regime” (PADRÓS, 2012, p. 513). De acordo com Padrós, gerou-se uma “guerra psicológica” muito eficaz, porquanto:

[...] demonizou a “subversão” aos olhos da população, e tentou captar simpatias para o Estado de exceção. Inúmeros fatos foram distorcidos para produzir o efeito esperado junto à sociedade - bloquear gestos de solidariedade e reações negativas diante da política repressiva - complementando iniciativas diversionistas e reforçando mentiras oficiais. Tudo isso feito para atemorizar os dissidentes e confundir e neutralizar os indecisos”. (PADRÓS, 2012, p. 514)

Foi uma questão de tempo para que os adventos dos regimes autoritários atingissem praticamente toda a região, integrando e padronizando os sistemas de segurança e fazendo com que as ditaduras de Segurança Nacional ampliassem suas forças na América Latina. Com a ampliação da área de abrangência, houve a necessidade de aumentar a colaboração entre os serviços de inteligência das ditaduras latino-americanas. O êxito nas parcerias e operações ocasionais criou condições e acelerou o processo de cooperação que atingiu o auge com o acordo de colaboração denominado Operação Condor⁴⁹, firmado em 1975 entre os países fundadores⁵⁰ Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai.

É importante salientar que a Argentina ainda era considerada constitucionalmente democrática na época, embora tenha participado desde o início das tratativas da Operação Condor. Entretanto, conforme explicita Marmontel (2014), havia um grupo paramilitar denominado *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), de ideologia ultradireitista, que perseguia e sequestrava “esquerdistas”. Conforme o exposto, o terreno estava sendo preparado e a participação do país no Plano Condor evidenciava isso.

O processo de constituição da Operação Condor, de acordo com Dinges (2005) e Marmontel (2014), contou com o apoio velado do governo norte-americano, que recomendava a unificação das agências de informações e ofereceu assistência (auxílio financeiro e técnico) das principais agências de serviço secreto, como a *Central Intelligence Agency* (CIA) e o *Federal Bureau of Investigation* (FBI). A partir disso, entrou em ação a força conjunta entre os países que “semeou o pavor entre a comunidade exilada; milhares de pessoas foram perseguidas pelos seus comandos

⁴⁹ Alusivo à ave de rapina Condor Andino, da região andina da América do Sul.

⁵⁰ Com o passar do tempo, Equador, Peru e alguns países da América Central também passaram a fazer parte da Operação Condor.

imunes” (PADRÓS, 2009, p. 60). Em síntese, a operação tinha o intercâmbio de informações sobre os inimigos internos como objetivo principal e permitiu o trânsito livre entre membros das Forças Armadas desses países, cujo propósito era a captura de exilados nos territórios vizinhos.

De acordo com a concepção de Cuya (1993), Gaudichaud (2003) e Reis (2009), a Operação Condor foi a internacionalização do Terrorismo de Estado na América Latina, resultando em processos de exílios, desaparecimentos ou mortes de centenas de milhares de pessoas desses países. Ao final dos anos 1970, a violência de Estado por intermédio das forças repressivas havia contabilizado, conforme Paredes (2004, p. 06), “cuatro millones de exiliados en países vecinos, 50.000 asesinatos, al menos 30.000 desaparecidos, 400.000 encarcelados y 3.000 niños asesinados o desaparecidos”. Em linhas gerais, esses foram os objetivos e os resultados da influência e dos ensinamentos doutrinários da DSN às Forças Armadas latino-americanas. Destaca-se que as experiências traumáticas vividas na Argentina e no Brasil confirmam a teoria exposta nas linhas acima.

O saldo traumático nesses países foi imensurável, havendo tanto vítimas diretas — mortos, desaparecidos e ex-presos políticos sobreviventes — quanto vítimas indiretas — amigos, familiares e a sociedade em geral. Os últimos levantamentos oficiais obtidos pelas comissões especiais de cada país⁵¹ indicaram o seguinte número de mortos e desaparecidos⁵²: 8.960 na Argentina⁵³ e 434 no Brasil⁵⁴. Em relação aos números da Argentina, é importante destacar que, embora a cifra oficial seja 8.960, há um consenso nacional de que o número é muito maior:

⁵¹ Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil e *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) na Argentina.

⁵² Em relação ao termo mortos e desaparecidos, um aspecto a ser considerado é o de que na Argentina há uma distinção entre a terminologia dada às pessoas mortas e às desaparecidas: as pessoas cujos corpos não foram encontrados e identificados são consideradas desaparecidas. No Brasil, no entanto, o termo morto e desaparecido, no caso específico das vítimas da ditadura, é utilizado como sinônimo de morto, ou seja, utiliza-se por padrão o termo morto para os desaparecidos também. Um exemplo disso é o fato de o Estado brasileiro reconhecer como mortos os desaparecidos, algo observado pela emissão de atestados de óbitos aos desaparecidos. Por facilidade semântica optou-se pela utilização da terminologia morto e desaparecido para ambas as situações e ambos os países.

⁵³ De acordo com o relatório concluído em 1984, cujo número, de acordo com informação retirada no site, não pode ser considerado definitivo, pois muitos casos podem não ter sido comunicados. Dados do informe “Nunca más”, da Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), em setembro de 1984. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/479.html>. Acesso em: 08 ago. 2020.

⁵⁴ Depois de dois anos e sete meses de trabalho, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) confirmou 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da ditadura militar no país em seu relatório final no ano de 2014. Entre essas pessoas, 210 são desaparecidas.

são 30.000 pessoas mortas ou desaparecidas, número amplamente divulgado por instituições governamentais ou não, organizações sociais e mídia e aceito pela população em geral.

Destaca-se, assim, uma significativa diferença numérica entre os dois países pesquisados. Ao analisarmos comparativamente tais números e buscarmos informações na literatura, pode-se verificar uma série de considerações, entre as quais, em relação ao caso brasileiro, não foram considerados dessa contagem os camponeses e indígenas mortos e desaparecidos, bem como as ossadas encontradas posteriormente nas valas comuns espalhadas pelo Brasil, o que elevaria esses números consideravelmente. Por exemplo, na vala clandestina de Perus, descoberta e aberta em 1990, foram encontradas 1.049 ossadas, dentre as quais foi possível identificar alguns dos presos políticos desaparecidos durante a ditadura, evidenciando, dessa forma, a possibilidade de haver outros locais similares, conforme informa o dossiê de mortos e desaparecidos políticos do Brasil (CFMDP; IEVE, 2009, p. 723). Embora as práticas repressivas em ambos os países tenham sido fundamentadas na mesma doutrina de segurança nacional acima mencionada, o Brasil caracterizou-se em maior escala por apreensões e torturas, o que Teles (2013) denominou como “poder torturador”, e a Argentina pelo extermínio, o que Calveiro (2013) denominou como “poder desaparecedor”. As características apontadas podem denotar as ocultações ou obliterações desses números. Por ora, cabe-nos apenas destacar tais singularidades, não sendo esse o objeto central da análise pretendida por esta pesquisa.

Ao final da década de 1970, os regimes políticos militares dos países da América Latina iniciaram um processo de desgaste, perdendo força e apoio das camadas da sociedade civil que inicialmente os sustentaram e, de certa forma, legitimaram os abusos cometidos em nome da defesa nacional. Sobre a conduta dos militares no campo econômico, Zaverucha (2010, p. 43) refere que “possuidores de uma visão estado-centrista, os militares criaram várias empresas estatais que competiram no mercado com empresas privadas. De aliados, os militares tornaram-se rivais de alguns empresários”. De acordo com Bertonecelo (2009), a influência do contexto mundial com as primeiras crises de petróleo, a recessão econômica, os índices de desemprego e pobreza, a dívida externa e a inflação aumentaram significativamente ao longo da década de 1970.

Diante dessa conjuntura, setores da sociedade civil apresentaram descontentamento geral, e a elite social pressionou o governo e impulsionou o apelo da “massa”. No Brasil, por exemplo, houve a forte campanha das Diretas Já; na Argentina, a intensificação das Manifestações Sociais iniciadas e lideradas pelas mães de desaparecidos. Esses fatores propiciaram a abertura política e sinalizaram os termos para as preteridas mudanças políticas.

De modo geral, o contexto exposto acima determinou o término das ditaduras argentina, em 1983 de maneira mais abrupta, e brasileira, em 1985 de maneira pactuada. Entretanto, o modelo político-democrático, de acordo com cada país, apresenta-se mais ou menos favorável à Justiça de Transição⁵⁵, também conhecida como justiça transicional. Abaixo está transcrito o conceito elaborado pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o termo Justiça de Transição.

A noção de “justiça de transição” discutida no presente relatório compreende o conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e se conquiste a reconciliação. Tais mecanismos podem ser judiciais ou extrajudiciais, com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum), bem como abarcar o juízo de processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de antecedentes, a destruição de um cargo ou a combinação de todos esses procedimentos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 325)

Essa temática será pormenorizada nos tópicos a seguir a partir dos casos exemplares e peculiaridades dos países pesquisados. Antes, porém, é importante destacar alguns termos e conceitos utilizados nas transições de um modo geral e enfatizar o estudo de O’donnel, Schmitter e Whitehead (1988) sobre a “transitologia” de regimes políticos, a partir do qual esses autores consideram a importância das decisões individuais ou de pequenos grupos e as escolhas da entrada de novos atores na cena política. Essa explicação recorre aos atores da sociedade civil — atores sociais — e a suas ações para os processos de mudança política. Segundo Tribess (2014, p. 172), “os argumentos são que as transições representam

⁵⁵ O termo Justiça de Transição foi desenvolvido pela pesquisadora argentina Ruti Teitel no início da década de 1990. Nos seus estudos, Teitel (2002, p. 75) identifica três momentos: o primeiro é marcado pelos Tribunais de Nuremberg, o qual abriu precedentes jurídicos do caso específico dos crimes do regime nazista; o segundo é relacionado às transições para a democracia latino-americana; e o terceiro se refere à normalização e à globalização da justiça de transição como uma necessidade de lidar com o passado traumático de uma sociedade.

momentos de incerteza e, por isso, as atuações individuais seriam tão importantes, especialmente as da elite política e sua capacidade de se antecipar as pressões sociais”.

A transição começa com um processo de liberação e, de acordo com a autora “a mobilização social é reflexo da fraqueza do regime que precisa se legitimar socialmente para não ser derrubado” (TRIBESS, 2014, p. 173). Essa legitimação ocorre a partir de conflitos de grupos que ocupam o poder, o que traz um aumento na politização popular. Os processos de transição política na América Latina, de modo geral, foram fruto de um acordo de retirada e substituição dos regimes autoritários por regimes democráticos, os quais estabelecem os novos critérios e as regras do jogo político entre setores da sociedade civil, muitas vezes os mesmos que estabeleceram, anteriormente, o contrário.

Transição é, portanto, a dissolução do regime autoritário e o estabelecimento de um novo regime, caracterizada por um momento de incertezas, quando as regras políticas ficam suspensas e tais incertezas são objeto de disputas entre os mesmos personagens. O processo de abertura política e a transição dos regimes autoritários desses governos militares na América Latina, de modo geral, tiveram o mesmo contexto político-econômico. Entretanto, é importante ressaltar algumas singularidades entre os países analisados. Os tópicos a seguir pretendem destacar as particularidades desses desfechos políticos, as consequentes ações do Estado e da sociedade no que diz respeito ao contexto da redemocratização e à Justiça de Transição, bem como as ações empreendidas pelos atores sociais diante desses contextos e as reverberações causadas pela implementação das políticas de memória

Essas ações impulsionadas pela sociedade civil com apoio de organizações de direitos humanos e movimentos sociais constituem importante mecanismo para a implementação de políticas de memória. Nesse raciocínio, Sosa e Ferreira (2014, p.17) afirmam que no Brasil “las políticas de memoria en la actualidad son el resultado de movimientos sociales impulsados en el período de transición democrática de los años 1980”, assim como também ocorreu na Argentina, conforme exposto a seguir. Associado a isso, conforme refletem as autoras, a memória desses contextos é abordada com uma busca por justiça, reparação e direito à verdade. Em geral, esses processos levam a constituir, também, um conjunto de ações para a

construção pública da memória, como as que serão evidenciadas nos casos dos países considerados nesta pesquisa.

2.2 BRASIL: TRANSIÇÃO NEGOCIADA

O Brasil passou por uma transição política negociada, moderada e cuidadosa. Tal característica foi moldada a partir da segunda metade da década de 1970, quando o governo militar apresentava os primeiros sinais de enfraquecimento político. Entre os motivos, a crise econômica mundial afetada pela crise do petróleo, com os altos custos de investimento na intenção de conseguir o esperado “milagre econômico”, causou um alto índice de endividamento externo. Nesse contexto, de acordo com Padrós (2008), a partir de 1974 o regime político-militar já havia atingido seu auge e objetivo: neutralizar seus opositores, banir a ameaça comunista e promover o “milagre econômico”; então poderia pensar em uma retirada estratégica da cena política. Afinal, a eminente proximidade da crise econômica internacional mais cedo ou mais tarde afetaria o país. Esse fato levou ao afastamento das classes dominantes apoiadoras do regime instituído em 1964, as quais apresentavam descontentamento com a “interrupção” do que se chamou de “milagre econômico”.

Leonelli e Oliveira (2004) observam o quanto as tratativas e os pactos firmados entre o Estado brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) acabaram beneficiando principalmente o capital internacional e contribuindo para o enfraquecimento das camadas sociais da burguesia brasileira, representada por empresários do setor da indústria e do comércio. Portanto, era necessário acontecer a saída dos militares e esta foi estabelecida pelos setores dominantes de forma compactuada. Optou-se por um processo de transição que deveria ser conduzido de forma “lenta, gradual e segura”, que se prolongou ao longo de dez anos (1974–1985), oportunizando aos militares uma vagarosa e cuidadosa retirada da cena política, com o objetivo de consolidar tratativas que estabeleceram as prerrogativas militares, as quais, ao mesmo tempo que justificavam as arbitrariedades acometidas pelo abuso de poder, os isentavam de qualquer responsabilidade.

Tais prerrogativas, de acordo com Zaverucha (2005), seriam as condições para que a redemocratização brasileira pudesse acontecer, classificando o Brasil

como uma “democracia tutelada”. Sendo assim, conforme Gallo e Gugliano (2014, p. 293), “convivendo com regimes políticos democráticos, maior a possibilidade de que, na iminência de uma crise, setores conservadores ensejem a intervenção direta de setores militares dispostos a fazer usos dessas prerrogativas”, e os referidos autores ainda indicam que “a qualquer momento, militares poderiam romper o pacto de não intervenção direta na política” (GALLO; GUGLIANO, 2014, p. 293).

Evidencia-se que o “fenômeno da democratização no caso brasileiro pode ser dividido em dois principais grupos: as explicações políticas e elitistas e as explicações socioeconômicas” (TRIBESS, 2014, p. 171), o primeiro remetendo-se aos arranjos políticos institucionais e o segundo ao contexto social, às mobilizações populares e à crise econômica. Essas características, de acordo com Arturi (2001), Munck e Leff (1997) e O’donnell e Schmitter (1988), classificam a transição política brasileira como negociada ou pactuada.

E assim, no momento oportuno ao sistema da época, “quando já pesava sobre o Estado brasileiro a responsabilização pela morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog⁵⁶, e o pluripartidarismo interessava ao regime militar, o governo começou efetivamente a pensar em anistia” (MEZAROBBA, 2010, p. 10). A luta por anistia aos perseguidos políticos adquiriu força e foi reivindicada com mais intensidade no contexto de abertura política, embora tenha começado logo que a ditadura foi instaurada. A Figura 19 mostra uma das poucas fotografias de mobilização em busca dos presos e desaparecidos políticos no início da ditadura, sendo um indicativo de que, embora não haja muitas imagens, ocorreram, sim, protestos e movimentos sociais, mas eles simplesmente não foram fotografados ou não foi dada visibilidade aos fatos.

⁵⁶ Jornalista morto nas dependências do DOI-CODI/SP em 1975, seu corpo foi encontrado em uma das celas com sinais de tortura e uma evidente farsa montada de que ela havia se suicidado por enforcamento com um cinto preso a uma janela, a qual não tinha altura suficiente para ocasionar sua morte. O caso foi ganhando notoriedade na imprensa e foi amplamente contestado (Markun, 1988; Jordão, 2005).



Figura 19 — Fotografia de um protesto na Cinelândia, Brasil, 1964.
Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (1964).

No Brasil as Manifestações Sociais de rua que tiveram maior impacto e visibilidade aconteceram no ano de 1968, oriundas do movimento estudantil que teve seu auge com a Passeata do Cem Mil, que conseguiu mobilizar um público de cem mil pessoas na Cinelândia no Rio de Janeiro para protestar contra o governo militar. Outras manifestações contra a censura e a favor da liberdade de expressão também ocorreram durante 1964, quando a classe artística saiu às ruas em protesto.

A partir desse ano o endurecimento repressivo do regime militar levou a cabo a DSN e conseguiu desmobilizar qualquer tipo de contestação e ameaça ao regime. A partir de então as prisões, exílios, torturas e mortes aumentaram consideravelmente e o “inimigo interno de ideologia comunista” já não representava uma ameaça. Nessa conjuntura, em meados da década de 1970 o movimento pela anistia adquiriu força política e, de acordo com o exposto nos parágrafos acima, o governo sinalizou uma abertura que deu início às tratativas da anistia.

Inserido no contexto de crise, mencionada nos parágrafos acima, o movimento pela anistia vai às ruas, o apelo pela libertação de presos político aumenta e alguns exilados voltam ao país. As Figuras 20 e 21 mostram as passeatas ocorridas no contexto da anistia em 1979 na cidade do Rio de Janeiro, quando os retratos de mortos ou desaparecidos são utilizados⁵⁷.

⁵⁷ Na documentação fotográfica do movimento pela Anistia observa-se pouco uso dos retratos, aparecendo mais as faixas e cartazes.



Figura 20 — Fotografia de uma manifestação pós-anistia, Brasil, 1979.
Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (1979).



Figura 21 — Fotografia de um protesto na Cinelândia, Rio de Janeiro, Brasil.
Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (s.d.).

Nesse contexto, em 1979 o Brasil aprovou as condições para a abertura política do Congresso Nacional, as quais foram elaboradas pelos próprios militares, sem que houvesse diálogo ou troca de ideias com a sociedade; assim foi sancionada, pela Lei nº 6.683, a Lei da Anistia. De acordo com Gonçalves (2014), a anistia política é um ato jurídico que tem como prerrogativa a anulação de crimes de natureza política. Tal lei concedeu anistia a todos que cometeram crimes políticos ou

conexos⁵⁸. A anistia, conforme a autora, permitiu a volta de exilados, a liberdade de presos políticos e a saída da clandestinidade de milhares de pessoas e tornou impune os atos de violência cometidos pelos militantes e militares. Por essas características, a anistia política no caso brasileiro é conhecida também como anistia recíproca. As figuras a seguir apresentam mobilizações pela anistia, a primeira (Figura 22) ocorreu na Câmara de São Paulo, onde é possível verificar que outras demandas políticas, como por eleições e constituinte, estavam efervescentes, e a segunda (Figura 23) aconteceu durante a votação no Congresso Nacional, na qual observam-se manifestantes a favor da anistia levantando cartazes com retratos dos desaparecidos.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

Figura 22 — Fotografia de uma manifestação por anistia na Câmara de São Paulo, Brasil, 1979.

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (1979).

⁵⁸ Crimes conexos podem ser compreendidos a uma diversidade de crimes cometidos em função daquele contexto político, desde, por exemplo, falsificar um documento e utilizar de falsidade ideológica para fugir da repressão e viver na clandestinidade até as mais violentas torturas cometidas pelos agentes de segurança do Estado.



Figura 23 — Fotografia de manifestantes durante a votação do projeto da Lei da Anistia no Congresso Nacional, Brasil, 1979.
Foto: Rego (1979).

A concepção de anistia estava embasada na pacificação da nação e foi compreendida por muitos ou pela maioria como uma medida necessária para um esquecimento do passado para uma projeção de futuro. Não houve, por conseguinte, comissões de julgamento para os atos violentos, os desaparecimentos e as mortes praticadas pelo Estado. De acordo com Rodeghero (2014), os formuladores da Lei da Anistia perceberam o potencial conciliador e a possibilidade de explorar a dimensão do esquecimento. Logo, conforme tratam alguns autores⁵⁹, a anistia brasileira foi uma das heranças ou legados autoritários⁶⁰ presentes na democracia. No caso brasileiro, a herança ditatorial pode ser observada na reflexão de Morlino (2009) relativa à validade das normas estabelecidas por um regime autoritário quando continuam valendo no regime democrático.

Em contrapartida, a primeira ação, no sentido desse “não esquecimento”, foi a partir de uma pequena e significativa parcela da sociedade civil que começou em 1979 o projeto Brasil Nunca Mais⁶¹, o qual tinha como objetivo investigar os documentos e processos políticos que transitaram na Justiça Militar desde a implementação da ditadura em 1964. O projeto, de acordo com Gonçalves (2014, p.

⁵⁹ HUGGINS (2000), ZAVERUCHA (2005; 2010).

⁶⁰ Os legados autoritários, de acordo com Zaverucha (2005), são: anistia recíproca, sigilo documental, prerrogativas militares e resquícios culturais do autoritarismo.

⁶¹ O projeto Brasil Nunca Mais foi uma importante medida contra o esquecimento, entretanto não se constituiu como uma política de memória, pois não foi criada por e nem teve apoio do Estado.
Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/index.htm> Acesso em: 13 jan. 2020.

216), gerou 707 processos completos e produziu o relatório intitulado “Projeto A”, de aproximadamente cinco mil páginas, o qual foi distribuído a universidades, bibliotecas, centros de documentação e entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior. Entretanto, de acordo com Gallo (2014), os resultados não foram tão frutíferos, uma vez que não avançou no caminho de justiça ou de reparações e, conforme aponta Gonçalves (2014), nos anos seguintes não houve no Brasil “a instalação de Comissões da Verdade”, a qual só foi instalada no ano de 2011, mais de 20 anos após o término da ditadura. Contudo, é importante salientar que nos primeiros anos pós-ditadura as “entidades de defesa de direitos humanos e associações de ex-presos políticos foram os responsáveis por colher informações sobre as experiências pessoais dos perseguidos políticos” (GONÇALVES, 2014, p. 216).

Após a anistia e as ações relatadas acima, outra demanda social e política surge com bastante força: o movimento “Diretas Já”⁶². Tal fenômeno ocorreu a partir de 1983, concomitante à crise econômica que se delineou “sob o impacto de choques externos (aumento do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais), somados ao enorme endividamento externo da economia brasileira” (BERTONCELO, 2009, p. 173). Cabe destacar que na época os trabalhadores se mobilizaram em ações de protesto contra a política de arrocho salarial, o que resultou, entre outras coisas, de acordo com Sandoval (1994), em um aumento significativo das greves, que atingiu seu ápice no ano de 1983 com a primeira greve geral durante o governo militar. Esse cenário foi favorável e impulsionou os desdobramentos e o alcance que teve a campanha das “Diretas Já”.

Conforme já mencionado, evidenciaram-se “rachaduras na base de sustentação do Estado, erosão do apoio sociopolítico ao regime militar, crescimento político-institucional e organizacional das oposições partidárias e a crescente autonomização política de camadas sociais” (BERTONCELO, 2009, p. 174), o que gerou um confronto entre os diversos atores políticos e sociais, inclusive dentro de segmentos apoiadores do governo. Esse aspecto evidenciou-se nas fracassadas tentativas do Presidente militar João Baptista de Oliveira Figueiredo de conseguir

⁶² Proposta de emenda constitucional feita pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB) em um período de abertura política a qual reivindicava, para o restabelecimento da democracia, a chamada de eleições diretas para a escolha do próximo presidente da República e, conseqüentemente, a retirada do poder de escolha do Colégio Eleitoral pelos dirigentes das Forças Armadas.

unificar os diversos expoentes políticos do Partido Democrático Social (PDS) “em torno de uma candidatura presidencial única” (BERTONCELO, 2009, p. 183), forte e leal aos ideais originários do regime militar. A dificuldade do Governo em coordenar o processo sucessório foi interpretada pela oposição partidária, especialmente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como uma oportunidade de conseguir a sucessão presidencial a partir do contexto das “Diretas Já”.

Nessa conjuntura, em 1984 inicia-se a campanha popular por eleições diretas como fundamental elemento de pressão para que a população pudesse escolher o presidente. Na época as manifestações⁶³ atingiram uma gama heterogênea de pessoas (trabalhadores, estudantes, personalidades artísticas e políticas) que foram às ruas de forma massiva clamar pelo direito ao voto. A cada manifestação crescia visivelmente o número de pessoas favoráveis à campanha “Diretas Já”. Apesar de todo o esforço e da força da manifestação popular, a votação das “Diretas Já” marcada para o dia 25 de abril de 1984 (fechada e não transmitida) não teve o número de votos necessário para a aprovação da emenda⁶⁴. Tal votação, cujo resultado, conforme pontua Bertoncelo (2009, p. 186), “já era sabido” foi fruto de acordos entre os parlamentares. Assim, o que de fato aconteceu foi que “a escolha do próximo presidente foi indireta, através de negociação política que consagrou a conciliabilidade”⁶⁵ (FICO, 2012 p. 52). É importante salientar que naquele momento a pressão e força político-social visibilizada pelos meios de comunicação estava completamente voltada ao movimento das “Diretas Já”. Naquela ocasião houve pouco “espaço de escuta” e interesse para outras reivindicações, tais como as relativas ao direito à memória, à verdade e à justiça referentes ao período político

⁶³ De acordo como Bertoncelo (2009), no dia 10 de abril de 1984 o comício em frente à igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, contou com a presença de mais de um milhão de pessoas e conseguiu romper com a censura ou com a falta de visibilidade dada pelas emissoras de televisão. No dia 16 abril foi a vez de São Paulo sediar a maior manifestação da campanha, no Vale do Anhangabaú, no último comício antes da votação, a qual conseguiu reunir mais de 1,5 milhão de pessoas. As manifestações nos primeiros meses de 1984 levaram mais de três milhões de pessoas às ruas em várias capitais do país.

⁶⁴ Conforme (Oliveira; Marinho, 2012, p. 139), a emenda obteve 298 votos a favor, ou seja, 22 votos a menos que os 320 necessários para atingir o quórum de dois terços de um total de 479 congressistas para ser aprovada, tendo-se a derrota como resultado da ausência de 113 deputados.

⁶⁵ O resultado causou muita comoção. Pessoas choravam e, decepcionadas, entoavam o hino nacional pelas ruas, e essas cenas foram amplamente transmitidas pelas emissoras de televisão do país. Com o resultado, a oposição MDB passou a promover a candidatura à presidência de Tancredo Neves, garantindo a vitória do partido. Entretanto, devido à sua morte, quem assumiu foi o vice-presidente, José Sarney, que presidiu o Brasil entre os anos de 1985 até o final de 1989, quando houve as primeiras eleições diretas para presidente.

que terminava, portanto, diferentemente da Argentina, avançou-se muito pouco nessas questões.

Desde então, até a metade da década de 1990 não houve nenhuma intenção ou ato partindo do governo democrático no sentido de estabelecer políticas públicas reparatórias em relação ao passado autoritário e repressivo. Nesse sentido, conforme Gonzalez (2010), o primeiro ato significativo foi a partir de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁶⁶ (1995–2002), quando se iniciou uma formulação de uma política nacional para os direitos humanos. Isso possibilitou significativos passos “em direção à evolução das políticas destinadas a causa geral dos direitos humanos, mas também, e conseqüentemente, com vistas ao tratamento da memória de repressão política no país” (GALLO; GUGLIANO, 2014, p. 286).

Entre as medidas implementadas no governo FHC, a primeira foi a edição da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Através dessa lei o Estado brasileiro, após 30 anos da instauração da ditadura civil-militar e 15 anos da Lei da Anistia, reconheceu e responsabilizou-se pelas mortes e desaparecimentos forçados em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas ocorridas entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Essa lei é conhecida também como “Lei dos Mortos e Desaparecidos” e representou um marco importante na instauração de uma política pública destinada à memória e ao enfrentamento do saldo da repressão ocorrida naquele período. Embora essa medida tenha sido bastante criticada, pois “caberia aos familiares o ônus da prova; ou seja, seriam estes os responsáveis por reunir evidências que comprovassem a morte de seus entes pelos agentes da repressão” (GASPAROTTO, 2013, p. 239), representou um início mesmo que tardio para uma projeção de avanço nesse sentido.

No mesmo ano (1995), a referida Lei propiciou a criação da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos (CMDP), vinculada ao Ministério da Justiça que, entre outras ações, objetivou analisar as mortes oficialmente registradas como causas não naturais ocorridas em dependências policiais naquele período. Essa lei não tinha caráter punitivo, apenas esclarecedor de tais circunstâncias. Em 2001 foi criada a Comissão da Anistia mediante Medida Provisória, a qual foi transformada em Lei em 2002, e a partir dessa medida, foram formadas comissões de caráter especial para concessão de indenizações às vítimas (ex-presos políticos e exilados

⁶⁶ Ex-presos políticos e exilados durante a ditadura.

que tiveram suas vidas pessoal e profissional interrompidas. É importante salientar que nesse momento “foi preciso apaziguar os ânimos dos militares” (GALLO, 2014, p. 60), visto que tal medida enfrentou resistência dos militares e, para a aprovação da lei, foi necessário “que o próprio presidente garantisse que o reconhecimento das mortes e desaparecimentos dos militantes e a atuação da CMDP não caracterizavam uma revanche, estando o alcance das medidas limitado à interpretação da anistia recíproca” (GALLO; GUGLIANO, 2014, p. 295).

No decorrer dos anos seguintes foram elaboradas duas versões do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), a primeira em 1996 e a segunda em 2002. O PNDH tinha como propósito uma série de medidas destinadas à memória da repressão, dentre as quais, segundo Gallo e Gugliano (2014, p. 287), estavam previstas a promoção de “políticas educacionais voltadas à sedimentação de uma cultura de direitos humanos”, “políticas destinadas à garantia do acesso à justiça” e “apoio a entidades de defesa dos direitos humanos”.

O governo seguinte, de Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010), garantiu, revisou e ampliou o conteúdo da lei supracitada e promoveu avanços no PNDH⁶⁷. Entre outros itens, em sua 3ª edição, no ano de 2009, estava prevista a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar brasileira. Nesse período, conforme Gallo e Gugliano (2014), houve uma significativa ampliação no que se referia ao tratamento, à preservação e à promoção da memória. Foram criados, ainda em 2009, o projeto Memórias Reveladas⁶⁸, com o propósito de divulgar informações sobre a história política recente do Brasil, e o Memorial da Resistência⁶⁹, instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão política do Brasil República. É importante destacar que o estabelecimento da CNV não foi uma tarefa fácil, pois causou polêmica e discussão envolvendo setores ligados à causa de direitos humanos e membros das Forças Armadas. Tais discussões repercutiram na mídia, tomando proporções não

⁶⁷ As edições do PNDH estão disponíveis em: <http://dhnet.org.br/pndh/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

⁶⁸ O projeto Memórias Reveladas previa a abertura dos arquivos da repressão, entretanto, somente em 2011 a Lei nº 12.527 determinou o fim do sigilo eterno, sendo conhecida como Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011).

⁶⁹ O Memorial da Resistência de São Paulo é Membro Institucional da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, uma rede mundial que agrega instituições constituídas em lugares históricos dedicados à preservação das memórias de eventos passados de luta pela justiça e à reflexão do seu legado na atualidade. No Capítulo 4 será analisada a maneira como o memorial explora, por intermédio de sua expografia, fotografias referentes à ditadura.

desejadas. Assim, houve um recuo por parte do governo, que revisou e editou o trecho polêmico, limitando os trabalhos da CNV se comparados à proposta inicial prevista pela 3ª edição da PNDH (Gallo; Gugliano, 2014). Nesse contexto conturbado, “resolvidas as controvérsias”, a CNV foi instituída pela Lei nº 12.528, 18 de novembro de 2011, durante o governo de Dilma Vana Rousseff⁷⁰ (2011–2016) e iniciou seus trabalhos no ano seguinte (2012), tendo concluído e apresentado o relatório no final de 2014.

No dia 10 de dezembro de 2014, em Brasília, após mais de dois anos e meio de atividades, os membros da Comissão Nacional da Verdade (CNV) brasileira entregaram seu relatório final à Presidente Dilma Rousseff, em uma solenidade pequena, realizada sem a presença de representantes de grupos de vítimas da repressão. (GALLO, 2016, p. 13)

A CNV brasileira demorou cerca de 25 anos após o retorno da democracia para se consolidar e enfrentou uma série de dificuldades, entraves e polêmicas ao longo das investigações⁷¹. Apesar de representar um significativo avanço, após a entrega do relatório alguns retrocessos têm amargado o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Cabe destacar que o relatório final apresentado pela CNV em dezembro de 2014 recomendava 29 ações a serem tomadas por parte do governo com o objetivo de garantir reparação, memória e justiça às vítimas do regime militar. Porém, dessas 29 ações, cerca de 80% não foram concretizadas⁷². De acordo com a pesquisadora e cientista política Cristina Buarque de Hollanda:

A CNV deu um passo decisivo no tratamento das agendas de memória e verdade como questões de interesse público: ela descolou a verdade do propósito de reparação financeira e postulou-a como objetivo em si, de responsabilidade do Estado (e não das vítimas). A novidade foi dirigir seu esforço investigativo, incrementado pela Lei de Acesso à Informação, para esclarecer estruturas e redes da repressão e, desse modo, investigar e compreender casos individuais de vitimação com referência ao quadro mais geral de violação do regime. (HOLLANDA, 2019, p. 111)

Diversas Comissões da Verdade foram criadas nos países latino-americanos objetivando esclarecimentos relativos às violações de direitos humanos ocorridas. De acordo com Hollanda (2019, p. 102), é importante salientar que as “Comissões

⁷⁰ A presidente Dilma Rousseff na época da ditadura civil-militar foi uma presa política.

⁷¹ O relatório recebeu diversas críticas no que tange ao seu caráter fechado de investigações e à resistência das Forças Armadas para a colaboração das informações.

⁷² QUATRO anos depois, Brasil ignora maioria das recomendações da comissão da verdade. **Aos fatos**. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/quatro-anos-depois-brasil-ignora-maioria-das-recomendacoes-da-comissao-da-verdade/> matéria de março de 2019. Acesso em: 23 nov. 2019.

da Verdade são corpos sem caráter jurídico que se difundiram a partir dos anos 1980 em países recém egressos de regimes autoritários e guerras civis” e têm como objetivo “produzir um relatório final que apresente uma narrativa abrangente sobre a experiência repressiva no país durante o período reconhecido como autoritário ou guerreiro”, o que significa dizer que o objetivo das Comissões da Verdade, de modo geral, é propiciar à população que viveu durante esses períodos de repressão política e guerra civil e às futuras gerações um levantamento documental fiel aos fatos ocorridos.

Ao finalizar esse tópico, é relevante mencionar que a referida Lei da Anistia, principalmente no que tange à reciprocidade da norma, conforme coloca Gallo (2016), foi reiteradamente questionada por vítimas da repressão. Essa luta liderada, sobretudo pelos familiares não conseguiu força política e social suficiente para avançar na estância judicial, o que não significa que não tenha existido um movimento para isso. De acordo com isso, Mezarobba (2010) afirma que ainda em 1982 familiares entraram na justiça para que fossem esclarecidas as circunstâncias dos desaparecimentos ocorridos durante a ditadura e responsabilizados os culpados. Depois de anos de espera e após todos os recursos terem sido esgotados na esfera jurídica nacional, em 2001 foi encaminhada uma petição junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)⁷³ solicitando intervenção, o que resultou, em 2010, na condenação do Brasil pela CIDH em razão dos crimes cometidos na repressão à Guerrilha do Araguaia⁷⁴.

No dia 14 de dezembro de 2010, a Corte tornou pública a sentença sobre o caso, declarando o país responsável pelo desaparecimento forçado de 62 pessoas, ocorrido entre 1972 e 1974, na região do rio Araguaia. Com base no direito internacional e em sua própria jurisprudência, a Corte concluiu que as disposições da Lei da Anistia que impediriam a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana e carecem de efeitos jurídicos, não podendo continuar representando um obstáculo para a investigação dos fatos, nem para a identificação e punição dos responsáveis. Apesar de reconhecer e avaliar positivamente iniciativas e medidas de reparação adotadas pelo

⁷³ Órgão judicial de proteção e promoção aos Direitos Humanos.

⁷⁴ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de combate de um grupo de militantes contrários à ditadura que estabeleceu sua base operativa na região amazônica, próximo ao rio Araguaia. Tal ação culminou em um enfrentamento com as Forças Armadas que resultou em inúmeras mortes naquela região. Movimento da militância armada, surgido em 1966, liderado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que tinha a sua base operativa e de treinamento na região do Araguaia, considerado um local estratégico por ser no meio da mata, isolado, e por haver conflito territorial, pois assim poderiam treinar e aumentar o grupo de militância com apoio dos moradores locais (indígenas e camponeses). Entre os anos de 1972 e 1973, tropas militares invadiram o local e exterminaram todos os envolvidos e suspeitos de envolvimento com o grupo.

Brasil, a Corte determinou, entre outras coisas, que o Estado não apenas revele a verdade acerca dos crimes, mas também investigue penalmente os fatos. (MEZAROBBA, 2010, p.18)

Outro aspecto a salientar foi a ação empreendida pelo Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) em outubro de 2008, que protocolou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental” (ADPF 153)⁷⁵, com a proposta de contestar a interpretação de reciprocidade à Lei da Anistia, questionando os crimes cometidos pelos militares. Como resultado, em abril de 2010, segundo Gallo (2019), a maioria dos ministros do STF⁷⁶ julgou improcedente a ação e manteve na íntegra a Lei da Anistia de 1979, afirmando a sua constitucionalidade. É interessante salientar que tal resultado contraria as orientações da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a resolução dos termos acordados pela Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade de 1968 (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1968). Segundo Martins (1988), a tese da anistia recíproca é considerada um dos legados do período autoritário e um dos itens não negociáveis na transição, sendo, portanto, conforme pontua Morlino (2009), uma herança da ditadura.

Esse tópico teve a intenção de mapear as principais ações e medidas provenientes da ação do Estado a partir da abertura política, partindo da Lei da Anistia, a qual consolidou e difundiu a anistia recíproca⁷⁷, que vigora até a atualidade e bloqueia qualquer tipo de responsabilização dos agentes da repressão e fortalece a ideia de que o ocorrido “deve ser esquecido em nome da reconciliação nacional” (GALLO; GUGLIANO, 2014, p. 289), mesmo “contrariando a legislação internacional de proteção dos direitos humanos e o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos” (GALLO, 2016, p. 19).

No Brasil, apesar de ter havido sinalizações de alguns governos para o avanço de políticas de memória, o assunto sempre causou muitas controvérsias entraves e disputas entre o setor político e o militar, fato que teve origem no tipo de

⁷⁵ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental está prevista no artigo 102, parágrafo 1º, da Constituição de 1988. É um dispositivo jurídico para controvérsias constitucionais sobre leis federais anteriores à Constituição, como, por exemplo, a Lei da Anistia. A ADPF 153 está disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>. Acesso em: 08 ago. 2020.

⁷⁶ Foram sete votos favoráveis e dois votos contrários à manutenção da lei acerca dos detalhes das arguições do julgamento da constitucionalidade da Lei da Anistia. Ver Gallo (2016).

⁷⁷ Para “torturados” e “torturadores” (GALLO; GUGLIANO, 2016, p. 289).

transição política ocorrida no país. Desde a finalização dos trabalhos da CNV e a tentativa de rever a Lei da Anistia pela ADPF 153 não houve nenhum outro significativo movimento de incentivo ao reconhecimento ou promoção a memórias das vítimas no campo de políticas públicas. O Brasil segue estagnado ou até mesmo retroagindo, como pode-se observar nos últimos anos com as manifestações favoráveis ao regime ditatorial militar, o qual é evidenciado por meio do discurso de autoridades políticas que reverberam a naturalização aos crimes de tortura.

Tais apontamentos são replicados muitas vezes por parte da população. Outra significativa parcela prefere não opinar em assuntos tão polêmicos e outra acredita que os erros do passado devem ser esquecidos em nome da conciliação nacional. No entanto, parece preocupante que a falta de verdade, memória e justiça possa gerar distorções sobre os fatos passados, causando estereótipos ou deturpações no tempo presente e relativizações preocupantes para o futuro.

2.3 ARGENTINA: TRANSIÇÃO POR RUPTURA

No início da década de 1980, a crise econômica mundial adicionada a outros fatores como o “mau desempenho das políticas econômicas postas em prática pelo regime” (GALLO, 2016, p. 16), o conflito interno das Forças Armadas, o acirramento dos movimentos sociais sobre os inúmeros desaparecimentos e a perda de apoio de parcela significativa dos setores da sociedade — que inicialmente os apoiavam — estabeleceram os rumos da redemocratização que viria acontecer em seguida na Argentina.

O desfecho foi determinado pelo envolvimento das Forças Armadas da Argentina na disputa com a Inglaterra pelo território das Ilhas Malvinas — Guerra das Malvinas (1982). Entrar em guerra com um país potente e importante como a Inglaterra significaria, caso a Argentina vencesse, uma demonstração de poder, força e afirmação do regime militar. Entretanto, a derrota seria determinante para o fim do regime político civil-militar, e foi o que aconteceu. Esse contexto de crise econômica, política e social representou uma ruptura do regime civil-militar argentino e impulsionou a abertura política e as bases da redemocratização do país que previa eleições abertas para o próximo ano, em 1983.

Assim, com a mesma intensidade que parte expressiva da população havia se mobilizado em torno de uma causa comum pela soberania das ilhas do Atlântico Sul, parcelas expressivas da sociedade passaram a encarar de frente uma realidade social e política na qual, em vez da democracia e do desenvolvimento prometidos pelos setores golpistas, havia um rastro de violência responsável pela existência de milhares de desaparecidos e exilados, além de um projeto de modernização econômica que gerara péssimos resultados, perdendo o controle da inflação e quadruplicando a dívida externa existente no início da ditadura. (GALLO, 2016, p. 69)

De acordo com Quiroga (2006), em meio a essa crise e com o crescente descontentamento geral dos cidadãos os movimentos sociais iniciados durante os anos mais duros da repressão adquiriram força, tornando-se relevantes para o estabelecimento de uma nova agenda política para o país. Diante disso, a cúpula militar precisou pensar em uma solução mais favorável para a retirada das Forças Armadas da cena política, logo, propuseram eleições presidenciais para o ano seguinte e, durante esse período, tiveram tempo de organizar sua saída com algumas medidas que garantissem uma transição estável para os militares. Com o intuito de justificar o período autoritário e repressivo no poder, em 1983 o governo militar apresentou o “*Informe Final de la Junta Militar sobre la Guerra Contra la Subversión*” em rede nacional, com a intenção de relativizar a sua responsabilidade sobre as violações de direitos humanos praticadas, e em seguida promulgou a “*Ley de Pacificación Nacional*” (Lei nº 22.924), conhecida também com “*Ley da Autoamnistía*”, na tentativa de garantir, por meio de bases jurídicas, impunidade aos militares pelos crimes por eles cometidos.

De acordo com Rojo (1994), para tentar garantir a manutenção dessas leis o governo militar firmou acordo com o Partido Justicialista, concorrente nas eleições e favorável à manutenção da lei. Entretanto, o Partido União Cívica Radical, representado pela candidatura de Raul Alfonsín, que ganhou as eleições, assumiu compromisso com a causa dos movimentos sociais e, portanto, mostrou-se favorável aos direitos humanos.

A transição política argentina teve a peculiaridade de colocar o tema da justiça em foco, sendo um dos eixos desse processo político a maneira como o novo governo democrático encararia as demandas por violações aos direitos humanos durante a ditadura. De acordo com Jelin (2008, p. 343), “*el reclamo por justicia y la intervención del aparato judicial se convirtieron en instancias clave de la transición*”. Anteriormente as mobilizações de protestos se dirigiam apenas à sede do governo, a “*Casa Rosada*”, e ao Congresso da Nação, mas após o término da ditadura as

mobilizações começaram a incluir o Palácio da Justiça em seu percurso. Conforme a autora afirma, isso representa uma “triangulación espacial que simbolizaba la demanda social de acción judicial autónoma de los otros poderes; pero que también era expresión de un vínculo más directo entre la sociedad y la Justicia” (JELIN, 2008, p. 343).

Na Argentina, conforme afirma Jelin (2008), o movimento social em prol dos direitos humanos teve início durante o contexto de violência e repressão do Estado. As Figuras 24 e 25 mostram uma das primeiras rondas das *Madres de Plaza de Mayo*, inicialmente de maneira tímida, mas aos poucos foi adquirindo mais visibilidade e centralidade política. Ao longo dos anos de repressão, os movimentos sociais⁷⁸, em particular os iniciados pelas mães de desaparecidos, desenvolveram uma série de atividades de denúncia e protesto nas ruas, tais como: atenção às vítimas e familiares, difusão da informação sobre a magnitude de tais violações e promoção do tema em esfera internacional. Entre essas atividades, as mais urgentes eram saber sobre os sequestros, torturas e desaparecimentos que ocorriam sistematicamente. O aumento da indignação moral da população — impulsionada pelos testemunhos das vítimas sobreviventes — encorajou a união em uma causa em comum que demandava a verdade sobre os desaparecimentos e a justiça.

⁷⁸ No final da década de 1970, mobilizações denunciando as violações aos direitos humanos que estavam ocorrendo começaram a ser organizadas na Argentina pelos familiares de desaparecidos, dando origem às primeiras Associações: *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*, em 1976, *Madres de Plaza de Mayo* e *Abuelas de Plaza de Mayo*, ambas de 1977, fortalecendo o movimento de direitos humanos no país. A partir de 1981, outras mobilizações passaram a ser realizadas pelos argentinos que protestavam contra os problemas econômicos, contra a repressão, e reivindicavam a realização de eleições livres e o fim da ditadura.



Figura 24 — Fotografia da ronda das *Madres de Plaza de Mayo*, Argentina, [1979 ou 1980].

Fonte: Hasenberg [1979 ou 1980].



Figura 25 — Fotografia de Delia Cecilia Giovanola e Pina Aramburú de Ogando na ronda das *Madres de La Plaza de Mayo*, Argentina, 1980.

Fonte: Hasenberg (1980).

Essas ações tornaram-se gradativamente uma poderosa forma de resistência e oposição política e o crescente clamor popular advindo do povo, das mães, de amigos, familiares e conhecidos das centenas de milhares de pessoas que desapareceram no contexto de violência de Estado ditatorial tornava-se cada vez mais forte. Ressalta-se que as ações coletivas orientavam, encorajavam as denúncias públicas por meio das marchas de rua que cresciam em número e importância. Nesse cenário, o ano de 1982, conforme explica Jelin (2017), impulsionou as manifestações que cresciam e adquiriam maior visibilidade por intermédio dos meios de comunicação que “no podían dejar de informar sobre estos acontecimientos, lo cual contribuía a la penetración social del tema” que assim “ocupó las primeras planas de los diarios y la televisión, que comenzaron a reclamar una solución” (JELIN, 2017, p. 108). O exposto evidencia que a visibilidade alcançada pelas lutas sociais lideradas pelas mães conseguiu despertar a atenção e obter apoio necessário para que o tema fosse apoiado e defendido por uma parcela significativa da população e por dirigentes políticos.

Como dito anteriormente, os protestos que aconteciam durante o regime civil-militar tinham o propósito de cobrar onde estavam os desaparecidos, então à medida em que o tempo passava e o governo não se manifestava ou demonstrava qualquer mudança de atitude, visto que os sequestros e apreensões continuavam, a concentração de mães e os protestos adquiriam mais potência e o número de participantes que se consolidavam com a causa das mães e familiares só aumentava. Nesse sentido, é necessário destacar as duas maiores Manifestações Sociais ocorridas em espaço público e aberto durante a ditadura, que contaram com massiva participação popular e concentrou, conforme Jelin (2017), mais de dez mil pessoas: “*Marcha de la Resistencia*” (1981) e “*La Marcha por la Vida*” (1982). Tudo isso ocorreu apesar de o governo militar, por meio da ação policial, não permitir a chegada dos manifestantes até o destino desejado: a *Plaza de Mayo*, onde fica a sede do governo, a Casa Rosada. A Figura 26 ilustra a ação dos militares avançando sobre as mães na tentativa de dispersar o movimento e impedir que elas chegassem até a *Plaza de Mayo*.



Figura 26 — Fotografia das *Madres de Plaza de Mayo* sendo reprimidas pela cavalaria em plena ditadura militar, Argentina, 1982. Fonte: Longoni (1982).

De acordo com Jelin (2008, 2017), as lutas iniciadas por organizações sociais durante a ditadura foram impulsionadas na época das eleições pela campanha de Raul Alfonsín, cujo lema “*Somos la Vida*” estava em consonância com as demandas sociais, com forte clamor por justiça para os responsáveis pela repressão, e os lemas “*Aparición con Vida*”, “*Con vida se los llevaron, con vida los queremos*”, “*Se va acabar, se va acabar, la ditadura militar*” e “*Juicio y Castigo a los Culpables*”, entre outros, eram amplamente exibidos em faixas e reiterados pelas mães durante as referidas manifestações e em muitas outras que aconteceram.

O movimento crescia nas ruas com atos e mobilizações que repudiavam a “*Ley de Autoamnistía*” e o “*Informe Final*”, conforme ilustra a Figura 27. O governo democrático teria a incumbência de efetivar os princípios demandados pelos movimentos sociais e enfrentar uma negociação com as Forças Armadas ao mesmo tempo. Logo nos primeiros meses da democracia esse contexto impulsionou o Congresso a anular a “*Ley de Autoamnistía*”, e ao mesmo tempo, decretava a abertura de processos judiciais referentes ao período de 1976 a 1983. Tal decreto “ordenava que líderes de organizações guerrilheiras e integrantes das juntas militares que governaram o país fossem julgados” (GALLO, 2016, p. 20).



Figura 27 — Fotografia da última marcha das *Madres bajo la dictadura*, Argentina, 1983.

Fonte: Hasenberg (1983).

Além disso, de acordo com a socióloga argentina Graciela Karababikian (2013), no final de 1983 o novo governo criou a Comissão Nacional sobre Desaparição de Pessoas (CONADEP) com o objetivo de apurar os crimes cometidos durante a ditadura. Essas medidas foram designadas como políticas para a verdade e a justiça e foram as duas principais atitudes tomadas pelo governo eleito logo após a sua posse. As investigações avançaram e a atividade da CONADEP permitiu a sistematização significativa de provas e testemunhos que tiveram peso definitivo para o início dos julgamentos em esfera civil.

Em outubro de 1984, um ano após as eleições, a CONADEP concluiu o relatório e publicou o informe “*Nunca Más*” como resultado do trabalho de sua equipe. Conforme indica Karababikian (2013), tal informe causou um impacto significativo perante a opinião pública por meio da transmissão de fragmentos dos testemunhos nos meios de comunicação. Essas ações permitiram que a sociedade imaginasse o que havia acontecido naquela época através das vozes das vítimas que começaram a ser ouvidas. Assim, “la divulgación del horror a través de testimonios que por primera vez adquirirían legitimidad porque eran ahora evidencia jurídica, era como la confirmación de la peor sospecha, o un secreto a voces que por primera vez se hacía escuchar en toda su magnitud” (KARABABIKIAN, 2013, p. 271).

A partir de então, a pressão popular impulsionou ainda mais que os julgamentos dos militares, que a princípio pertenciam à esfera da própria Justiça Militar, passassem a ser investigados na esfera da Justiça Civil. Assim, de acordo com Jelin (2008), aconteceram os julgamentos das três primeiras Juntas Militares.

Na Argentina o ano de 1985 representou “el momento de mayor impacto de la lucha por los derechos humanos” (JELIN, 2008, p. 351). Por intermédio do Poder Judicial, “las víctimas se transformaran en ‘testigos’; las represores se tornaran ‘acusados’; y los actores políticos debieron transformarse en ‘observadores de la acción de jueces que se presentaban como autoridad ‘neutral’” (JELIN, 2008, p. 351).

Después de cinco meses de declaraciones (hubo más de 800 testigos), testimonios de personas que se sobrepusieron al miedo y a la dificultad de revelar públicamente experiencias personales humillantes, la Cámara Federal condeno al Gral. Jorge R. Videla y al Alnte. Emilio Massera a prisión perpetua; al Gral. Roberto Viola a 17 años de prisión; al Alnte. Armando Lambuschini a ocho años; y al brigadier Agosti a tres años y nueve meses. (JELIN, 2008 p. 351).

No entanto, os esforços na tentativa da efetivação da verdade e da justiça e os avanços conquistados no campo dos direitos humanos na fase de transição tiveram um significativo retrocesso no momento seguinte. Os resultados desses primeiros julgamentos, segundo Jelin (2008), provocaram uma crescente inquietude dos militares que, insatisfeitos com os julgamentos, as punições e a continuidade dos processos judiciais, impulsionaram a articulação do movimento “*Caras Pintadas*”⁷⁹. Diante do cenário político conturbado e ameaçado por fortes mobilizações das Forças Armadas, o governo, ainda no mandato de Raúl Alfonsín, recuou e promulgou a lei do *Punto Final* (Lei nº 23.492), que, de acordo com Machado (2016), estabeleceu a interrupção dos processos judiciais contra os crimes cometidos pelos militares durante a ditadura civil-militar, e a lei da “*Obediencia Debida*” (Lei nº 23.521), que estabeleceu uma presunção de que os feitos cometidos pelos membros das Forças Armadas durante a ditadura, no chamado Processo de Reorganização Nacional, não eram puníveis por eles terem agido em virtude do dever.

Fruto de um cenário político conturbado, marcado pela crescente mobilização de setores das Forças Armadas preocupados com o aumento da busca pela Justiça após a condenação dos integrantes das Juntas, as leis de “Punto Final” e “Obediencia Debida” foram a solução encontrada pelo Governo Alfonsín para impedir que a instabilidade aumentasse e garantir a consolidação democrática. (GALLO, 2016, p. 74)

⁷⁹ Membros e simpatizantes das Forças Armadas saíram às ruas pressionando os primeiros governos pós-transição, garantindo, mesmo que temporariamente, sua impunidade.

Nessa época os movimentos sociais, dando continuidade às manifestações, organizam uma série de protestos contra as referidas leis, como mostra a Figura 28.



Figura 28 — Fotografia de Gertrudis Fontanella e Claudia Perepichay, *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*, na 7ª Marcha da Resistência, Argentina, 2006. Fonte: Hasenberg (2006).

A eleição presidencial seguinte resultou na vitória de Carlos Menem (1989–1999) pelo Partido Justicialista, fato que se demonstrou favorável aos militares. Conforme afirma Jelin (2008, p. 353), em 1990 Menem utilizou sua prerrogativa presidencial para conceder indultos aos militares condenados pelas violações dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar. A justificativa dada pelo governo foi baseada na atuação na Guerra das Malvinas. Dessa maneira, todos os processados pela justiça que cumpriam suas penas foram libertados, incluindo os ex-comandantes das juntas militares, os presidentes militares condenados em 1985 e alguns líderes da guerrilha que sobreviveram à ditadura. Essas ações, segundo Jelin

(2017), significaram um difícil golpe, sobretudo aos movimentos sociais na luta por verdade e justiça iniciada pelas *Madres de Plaza de Mayo*.

De acordo com Jelin (2008, 2017), esse fato marcou o início da década de noventa⁸⁰ como um período de “hibernação” no que se refere às causas relativas aos direitos humanos. Nesse momento foram implementadas as reparações econômicas às vítimas com o intuito de minimizar os custos políticos causados pelos indultos que, conforme afirma a autora, foram “medidas muy impopulares” e se coadunavam com “las visiones dominantes (neoliberales) del gobierno de Menem, centradas en costos y beneficios económicos y la fragmentación del lazo social en beneficio del individualismo” (JELIN, 2017, p. 143).

A partir do ano de 1996, segundo Jelin (2017), no marco de vinte anos após o Golpe de Estado, o tema sobre as violações volta a ganhar espaço na cena pública e, como consequência disso, uma série de medidas de políticas públicas voltadas a questões relativas à memória, à verdade e à justiça são gradativamente implementadas; e a partir de 2003, durante o governo de Nestor Kirchner (2003–2007), o diálogo entre os movimentos sociais ampliou-se. Nessa ocasião, “las Madres y las Abuelas de Plaza de Mayo entraron en diversas ocasiones a la Casa Rosada y se las ha reconocido con premios y homenajes” (CATELA, 2008, p. 182). A partir de então houve maior abertura e avanço em questões relacionadas à luta e à resistência empreendida por esses movimentos sociais. O início do século XXI, conforme pontua Catela (2008), caracterizou-se pela “estatificación de las memorias”. Segundo a autora:

[...] el Estado argentino no limita su política a instancias formales de reconstrucción de la verdad y la justicia, sino actúa en espacios directamente ligados a los tiempos y calendarios de la memoria creados y definidos por las organizaciones de derechos humanos y los familiares de desaparecidos. Se inaugura así un momento que puede denominarse estatificación de la memoria. Entre otras cuestiones, esto implica en la creación, en los ámbitos nacional y provincial, de archivos de la memoria, museos de la memoria y políticas educativas de alto impacto: manuales, concursos nacionales y exposiciones. (CATELA, 2008, p. 183)

Nesse contexto, em março de 2004 o então presidente Nestor Kirchner, em atividades alusivas à passagem dos 28 anos do Golpe de Estado, “ordena que o

⁸⁰ O foco nesse período estava voltado à tentativa de controlar a hiperinflação e recuperar a economia do país.

Chefe do Exército argentino retire da galeria de honra do Colégio Militar os quadros de Jorge Rafael Videla e Reynaldo Bignone, ambos ditadores-presidentes do país durante o Processo de Reorganização Nacional.” (GALLO, 2016, pp. 77–78). No mesmo dia foi dada a designação para que o local onde foi fundada a Escola de Mecânica Armada (ESMA), a qual foi utilizada concomitantemente como um dos Centros Clandestinos de Detenção, Tortura e Extermínio (CCDTeE)⁸¹ durante os anos de repressão, fosse ressignificado como um lugar para difusão e promoção da memória, denominado desde então como Espaço de Memória e Direitos Humanos⁸². Sua inauguração foi uma significativa conquista para a reparação e valorização da memória dos desaparecidos e da história recente do país e sua concretização só foi possível através da luta e do empenho dos familiares de desaparecidos que, conforme evidenciado, organizaram-se fortemente, configurando-se em expressivos movimentos sociais, unindo forças com organizações de direitos humanos e recebendo apoio do Estado.

Na esteira desse momento, conforme Catela (2008, p. 185), outras medidas foram implementadas, como as marcações de outros lugares de detenção clandestina na qualidade de lugares de memória e o projeto “30 años” — concurso nacional promovido pelo Ministério da Educação voltado a estudantes de ensino médio, cujo resultado foi a publicação de um livro intitulado “*Treinta Ejercicios de Memoria*”. Ademais, efetivou-se a reedição do livro “*Nunca Más*” e a produção de diversos materiais educativos e atividades alusivas aos 30 anos do golpe, entre outras atividades.

Outra medida de política de memória foi o estabelecimento da data do golpe como feriado nacional. É importante salientar, conforme expõe Jelin (2017), que essa data foi estabelecida a partir da demanda dos atores sociais que ocupavam o espaço público desde o período de transição, em 1984, sob o lema “memória, verdade e justiça”. A partir de 2006 o feriado entrou para o calendário oficial denominado como “*Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*”.

⁸¹ Esse local serviu como um dos maiores cativeiros humanos durante a última ditadura civil-militar argentina, onde cerca de 5 mil pessoas estiveram aprisionadas, das quais apenas cem sobreviveram.

⁸² Ocupando uma ampla área, o local abriga diversos prédios de instituições ligadas à preservação e à promoção da memória desse passado recente da Argentina. São arquivos, museus, centro cultural e órgãos destinados à promoção do debate, da reflexão e do fomento à pesquisa sobre esse recente passado traumático. Essas instituições convergem para um mesmo ponto, com o propósito comum de preservar a memória desse passado, inspiradas pelo desejo de que nunca mais crimes de lesa-humanidade voltem a acontecer.

Las políticas de memorialización son una respuesta que el Estado da aquellos actores sociales – a menudo liderados por víctimas y familiares – que reclaman reconocimientos simbólicos a través de materialidades y materializaciones de las memorias. (JELIN, 2017, p. 156)

Em relação à justiça, o tema retorna em 2001 a partir da abertura de um caso particular de ação judicial contra a apropriação de Claudia Victoria Plobete⁸³, o qual o juiz Gabriel Cavallo conferiu inconstitucionalidade da lei de impunidade. Conhecido como “*Caso Simón*”⁸⁴, a ocorrência repercutiu e passou por diversas instâncias até chegar à jurisdição da Corte Suprema de Justiça da Nação (CSJN) em 2005. Ao julgar o referido caso, o Presidente da CSJN, Enrique S. Petracchi, na época ministro, aceitou o pedido de inconstitucionalidade das leis de impunidade, revogou as já referidas leis do “*Punto Final*” e da “*Obediencia Debida*” através da Lei nº 25.779 e sancionou a Lei nº 25.778, que tornou imprescritíveis os crimes de guerra e os crimes de lesa-humanidade (GALLO; GUGLIANO, 2019, p. 188).

Esse fato representou um significativo avanço em relação aos direitos humanos e impulsionou, através da Corte Suprema, a reabertura de muitos processos que estavam arquivados desde a década de 1990. Conforme o tempo passava, “as organizações de direitos humanos começaram a propor as chamadas “*megacausas*” — grandes causas coletivas que abrangem, num mesmo julgamento, um conjunto amplo de violações, réus e vítimas, de modo que sejam obtidas sentenças mais abrangentes” (GALLO; GUGLIANO, 2019, p. 189). Sendo assim, desde 2006 uma série de acusações acerca dos mais diversos crimes ocorridos durante a ditadura é levada a julgamento por toda a Argentina.

A partir de então os militares indultados na década de 1990 voltaram ao banco dos réus. Como exemplo significativo, dois dos presidentes-ditadores⁸⁵ argentinos, Jorge Rafael Videla⁸⁶ e Reynaldo Benito Bignone, tiveram os indultos revogados, foram novamente julgados e condenados à prisão perpétua pelos diversos crimes de lesa-humanidade ocorridos durante os seus comandos na ditadura.

⁸³ Em 1978, aos 8 meses, Claudia foi sequestrada junto aos seus pais. Após a tortura e desaparecimento de seus pais, ela teve seu nome trocado e foi levada à adoção. Essa prática foi muito comum na ditadura argentina.

⁸⁴ Julio Simón foi um dos agentes da repressão acusado e condenado pelo desaparecimento dos pais de Claudia V. Plobete e pelo sequestro e apropriação da então bebê (GALLO, 2019, p. 188).

⁸⁵ Ambos os presidentes cumpriram suas penas até a morte por causas naturais.

⁸⁶ Em depoimento, Videla assumiu a responsabilidade por aproximadamente 8 mil mortes e enfatizou não sentir arrependimentos (Reato, 2012).

De acordo com o último levantamento obtido em março de 2017 pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), ao todo foram 3.079 acusações e 2.945 pessoas denunciadas por crimes de lesa-humanidade praticados durante a ditadura civil-militar (CELS, 2017). O processo de acertos de contas com o recente passado traumático na Argentina foi, sem dúvida, o resultado de anos de luta iniciada pelas mães de desaparecidos e gradativamente incorporada pela sociedade civil e pelos agentes políticos, que ampliaram o apoio alcançado nas gerações seguintes. Apesar de ter havido limitações ao longo dessas décadas, essa luta gerou resultados significativos nos termos do que se busca: memória, verdade e justiça.

Em relação ao contexto analisado, as democracias argentina e brasileira foram alicerçadas sob bases estruturais diferentes. Dessa maneira, o fato de a “*Ley de Autoamnistía*” ser anulada na Argentina confere um distanciamento significativo em relação ao Brasil, pois “não há na sociedade brasileira um amplo movimento pela revisão da lei de anistia de 1979” (QUADRAT, 2008, p. 384), exceto “pelas ações organizadas por alguns movimentos sociais e organismos de defesa dos direitos humanos tradicionalmente ligadas as questões políticas, dos ex-presos e torturados e dos mortos e desaparecidos” (QUADRAT, 2008, p. 384). Isso denota a impunidade desses crimes como uma herança da ditadura brasileira e, fica evidente a falta de vontade e interesse político em rever e tentar minimizar a polêmica em torno da Lei da Anistia e suas interpretações, mesmo esta contrariando as normativas de organizações internacionais de direitos humanos e a condenação pela CIDH.

O ponto de partida para a consolidação de regimes autoritários na América Latina a partir da segunda metade do século XX não por acaso aconteceu de maneira semelhante. Regidas pelo contexto mundial, as diretrizes que geriam o autoritarismo político que culminou em ditaduras civis-militares tinham a mesma origem, filosofia, metodologia, prática e objetivos. Após os golpes consolidados, em um primeiro momento as trajetórias foram se desenhando de maneira singular em cada país.

Como destaca Jelin (2019, p.10), “muita política é feita nas ruas” da Argentina. A autora pondera que esses atos políticos que ocorrem na rua não são fenômenos atuais e nem somente relacionados ao tema da ditadura. Aliás, conforme foi observado durante as manifestações relativas à memória, à verdade e à justiça, assuntos da política atual e atos de violência relativos aos direitos humanos, por exemplo, são trazidos e contextualizados junto à luta “antiditatorial”.

Ao comparar os países vizinhos com a Argentina, Jelin (2019, p.10) reflete que alguns “são muito mais classistas no sentido de que somente as elites discutem, a sociedade menos”, e essa característica de modo geral reflete o “tipo de cultura social e política que mobiliza as pessoas mais de uma maneira do que de outra”. Em relação aos países analisados por esta pesquisa, essa característica configurou o contexto da redemocratização na Argentina e no Brasil. É a imagem do pós-ditadura de cada país.

3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS

O terceiro capítulo, subdividido em quatro tópicos, apresenta o percurso metodológico desenvolvido ao longo da pesquisa, pormenoriza, por meio de sistematização, os procedimentos adotados e indica as fotografias que instrumentalizaram a análise comparativa. O ponto de partida da pesquisa é um conjunto fotográfico composto por variadas fotografias das Manifestações Sociais em ambos os países, totalizando **1.519** fotografias na Argentina e **431** fotografias no Brasil. As fotografias que apresentam os usos de retratos de mortos e desaparecidos nas Manifestações Sociais argentinas e brasileiras são, respectivamente, **360** e **211**, sendo números bastante expressivos que compõem um conjunto significativo para a proposição e o desenvolvimento da pesquisa. Diante desse resultado, as fotografias foram subdivididas considerando os conceitos básicos de enquadramento utilizados no cinema a partir dos planos cinematográficos aberto, médio e fechado.

O total de fotografias em plano aberto na Argentina e no Brasil são, respectivamente, **05** e **23**, e em plano médio **206** e **111**. Dessas, algumas foram utilizadas na tese com o intuito de contextualizar e apresentar ao leitor a constituição e dinâmica das manifestações, com foco no uso coletivo do retrato do morto ou desaparecido. Já as fotografias que priorizaram o plano fechado apresentaram o seguinte resultado: **149** na Argentina e **77** no Brasil. Esse subconjunto, justamente por priorizar a proximidade da lente/objetiva com o objeto ou cena retratada, denotou a característica focada no uso individual do retrato do morto ou desaparecido. A triagem seletiva parte dessa ideia, do uso individual e, portanto, do corpo como suporte, e assim chegou-se aos seguintes números: **66** na Argentina e **45** no Brasil. As Tabelas 1 e 2 apresentam esses resultados.

Tabela 1 — Quantitativo de fotografias

	Argentina	Brasil
Total de Fotografias	1.519	431
Uso de Retratos	360	211
Uso individual do retrato	66	45

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 2 — Usos de retratos

	Argentina	Brasil
Plano Aberto	05	23
Plano Médio	206	111
Plano Fechado	149	77
Total	360	211

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Esse resultado, embora tenha demonstrado um número bastante expressivo, precisou ser mais delimitado. Para isso, foi preciso determinar **parâmetros** para refinar a seleção do corpus analisável, então foram estabelecidos **dois indicadores comparativos**, o primeiro relativo ao conteúdo informativo referente à fotografia, ou seja, à informação obtida por meio dela, e o segundo referente ao conceito de *punctum* da fotografia. Ao final, foram totalizadas **08** fotografias para cada país selecionadas ao longo do processo metodológico apresentado a seguir, as quais serão apresentadas no capítulo quatro destinado à análise das fotografias.

Em relação aos retratos de mortos e desaparecidos nas Instituições de Memória, a amostragem obtida sucedeu-se das exposições em caráter permanente nos lugares de memórias observados, totalizando duas evidências no *Museo Sitio de Memoria* e uma evidência expográfica no Memorial da Resistência.

3.1 COLETA DE DADOS: IDENTIFICAÇÃO E OBTENÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

A **primeira etapa metodológica** foi a busca por fontes para a coleta de dados. Em 2020, a programação era participar presencialmente das Manifestações Sociais em ambos os países, na Argentina no dia 24 de março e no Brasil no dia 30 de

março, e assim compor com fotografias de minha autoria as fontes desta pesquisa, entretanto, em razão da pandemia do Covid-19, ambas as manifestações foram canceladas.

Diante dessa situação excepcional, a busca para obtenção dos dados da pesquisa precisou ser redefinida e a maneira viável para realizá-la foi através de acesso remoto. A primeira medida nesse sentido foi procurar por publicações jornalísticas de anos anteriores, das referidas manifestações. A opção pela mídia jornalística foi definida em razão de esse meio apresentar um maior alcance e visibilidade e pelo fato de coberturas fotojornalistas mostrarem um caráter informativo.

Para isso, optou-se por selecionar dois jornais representativos⁸⁷ de cada país: no Brasil, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo; na Argentina, *La Nación* e *Clarín*. Foi feita consulta na base de dados dos referidos jornais nas datas próximas à realização das manifestações em questão, ou seja, dia 24 e 31 de março de anos anteriores. Essa ação gerou um quantitativo de notícias ou reportagens publicadas dispostas em uma lista⁸⁸ com as seguintes informações: título, data, *link* de acesso e indicação se havia ou não fotografias agregadas à reportagem.

Após esse levantamento foram elencados dois critérios iniciais para a seleção: **primeiro**, indicação da autoria das imagens, ou seja, o nome do fotógrafo deveria estar referenciado na matéria, e **segundo**, autorização do jornal detentor da licença das fotografias para uso acadêmico e publicação desta tese. Quanto a isso ocorreram alguns entraves que impossibilitaram⁸⁹ a utilização de algumas fotografias na tese. Além de não haver retorno algum após diversas tentativas de contato com dois dos jornais selecionados, ambos do mesmo país, o que comprometeria significativamente a análise pretendida, afinal, metade das fontes e a totalidade de um dos países seria nulo de acordo com os critérios acima elencados, outro ponto questionado foi não ter a indicação de autoria de parte significativa das fotografias publicadas, fato ainda muito frequente no meio jornalístico, como observado. Quando a imagem produzida é publicada e disseminada sem a devida autoria perde-

⁸⁷ Os jornais selecionados são publicações locais das cidades em que acontecem as manifestações e considerados de abrangência nacional.

⁸⁸ A listagem está nos Apêndices.

⁸⁹ Essa impossibilidade foi imposta pelos critérios elencados no desenvolvimento da pesquisa.

se um referencial significativo sobre a origem da imagem fotográfica. Esses foram os primeiros obstáculos na obtenção dos dados da pesquisa.

É importante salientar que o percurso metodológico relatado foi delineado pela trajetória profissional da autora, também fotógrafa, e, portanto, pactua com os valores de direitos autorais relativos à criação e à produção fotográfica.

Outra possibilidade poderia gerar bons resultados: buscar por essas fotografias nos canais de comunicação e redes sociais das instituições e organizações apoiadoras e/ou promotoras de tais manifestações, as quais certamente haveriam divulgado a ocorrência de tais eventos, o que de fato foi constatado. Entretanto, a mesma situação foi detectada, quase sempre não estava informada a autoria das fotografias. Por outro lado, a comunicação com esses meios apresentou-se mais fluída e propícia ao avanço na busca, mas, embora o consentimento em utilizar essas fotografias tenha ocorrido, o fato de não ter sido possível identificar a autoria das fotografias desfavoreceu o uso destas na pesquisa, pois não condiria com um estudo acadêmico que prima pela referência.

Esse foi o ponto nodal da pesquisa. O percurso relatado acima, embora inicialmente não tenha apresentado os resultados esperados, foi essencial para serem ampliadas as possibilidades na obtenção dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Reiniciou-se a busca por outro caminho na tentativa de conseguir acesso direto aos possíveis fotógrafos que tivessem registrado as Manifestações Sociais em questão. E assim, dentro do contexto pandêmico com incertezas na obtenção do retorno necessário para o prosseguimento da pesquisa, vislumbrou-se um recomeço.

Destaca-se que esse recomeço operacionalizou-se por uma meticulosa investigação, a qual contou com a essencial colaboração de algumas pessoas que puderam indicar nomes e caminhos a se seguir nessa busca: na Argentina, Mónica Rubalcaba Alonso, docente do curso de Letras na Universidade Nacional de La Plata e docente e pesquisadora do curso de Comunicação Social na Universidade Nacional de Quilmes, e Andrea Moreira Sobrinho Ayres, reitora do professorado de português e coordenadora pedagógica do Centro Cultural Brasil-Argentina da Embaixada do Brasil em Buenos Aires; e no Brasil, Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, ex-presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos e Procuradora Regional da República do Ministério Público Federal, e Maurice Politi, ex-presos político e atual diretor administrativo do Núcleo de Preservação da Memória

Política. Essas indicações preliminares levaram a outras e, através das plataformas sociais disponíveis na *internet*, os contatos se multiplicavam, o que possibilitou a concretização da pesquisa.

À medida em que a busca por fotografias representativas das Manifestações Sociais avançava, expandia-se o universo visual do campo de observação. Entre os contatos estabelecidos dentro do campo de observação delimitado⁹⁰, chegou-se ao quantitativo total de 16 fotógrafos. As fotografias foram obtidas de duas formas: pelo envio direto das fotografias ao *e-mail* da pesquisadora — pelos próprios fotógrafos — e pela indicação dos fotógrafos de canais de comunicação em que suas fotos estavam acessíveis e publicadas⁹¹. Desse modo, os critérios estabelecidos referentes aos direitos autorais e à autorização foram contemplados. Essa fase foi denominada como pré-seleção, por corresponder a uma seleção prévia feita pelos fotógrafos, configurando-se uma das características do conjunto. Essa pré-seleção representa a localização dos conjuntos sobre os quais a seleção foi feita.

Embora o *corpus* documental selecionado para a pesquisa não tenha sido publicado pela imprensa nos meios de comunicação jornalísticos, as fotografias autorais selecionadas são totalmente compatíveis ao gênero jornalístico por terem sido produzidas por fotógrafos profissionais para serem utilizadas com o mesmo propósito, observado pelo caráter informativo das fotografias. Adicionado a isso, observou-se também excelentes qualidades técnica e estética evidenciadas nas fotografias.

As premissas indicadas ao longo deste tópico formaram a base estrutural do estabelecimento dos critérios elencados para a obtenção dos dados da pesquisa, os quais são descritos a seguir: a) Direitos autorais, com identificação da autoria e autorização para uso; b) Gênero fotográfico jornalístico, por ser de caráter informativo; c) Recorte espaço-temporal do objeto de estudo, sendo São Paulo e Buenos Aires entre os anos 2014 de 2019; e, d) Fotografias representativas das manifestações evidenciando os usos dos retratos de mortos e desaparecidos.

O percurso metodológico relatado acima demonstrou que, apesar dos contratempus e angústias diante das incertezas do momento vivido por causa da

⁹⁰ Fotografias que evidenciam os usos dos retratos nessas manifestações dentro do limite espaço-temporal: São Paulo e Buenos Aires entre 2014 e 2019.

⁹¹ Redes sociais de uso pessoal e/ou canais de comunicação das instituições ligadas a memórias da ditadura e de Direitos Humanos.

pandemia, a pesquisa obteve um ganho substancial ao ampliar o leque de possibilidades de fotografias com variados olhares de fotógrafos que puderam registrar, a partir de diferentes pontos de vista, as Manifestações Sociais dos últimos seis anos.

Nesse aspecto, a diversidade de olhares sobre um determinado evento, a quantidade de fotografias produzidas e em muitos casos a familiaridade dos(as) fotógrafos(as) com a manifestação e as pessoas que ali circulam e participam geraram uma maior amostragem dos dados. Em conjunto essas fotografias têm um maior potencial legitimador se comparado ao pretense único olhar da pesquisadora⁹².

3.2 SISTEMATIZAÇÃO: ORGANIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS E CONSTITUIÇÃO DO ACERVO

A **segunda etapa metodológica**, pormenorizada neste tópico, refere-se à maneira como foram organizados os dados obtidos nas fontes e como constituiu-se o acervo específico para a tese. O levantamento, conforme já indicado, resultou em um total de 16 fotógrafos, sendo 08 brasileiros e 08 argentinos. A paridade numérica resultante não foi intencional, mas resultante da cuidadosa observação dos conjuntos autorais das fotografias. Embora outros fotógrafos tenham enviado seus trabalhos, foram selecionados os que preenchiam todos os critérios estabelecidos e explicitados no tópico anterior.

Diante dos 16 conjuntos autorais, iniciou-se o processo de sistematização, cuja primeira ação foi denominá-los. Cada conjunto recebeu uma identificação codificada estabelecida a partir dos conhecimentos adquiridos durante a pesquisa de mestrado da autora, na qual foi sistematizada uma coleção de fotografias históricas da Escola de Belas Artes de Pelotas (DIAS, 2012). A bagagem adquirida durante esse período foi readequada para a pesquisa de doutorado. Considerando a diferença do formato digital, ambos os estudos utilizaram recursos de sistematização como instrumento metodológico.

⁹² Dessa forma a análise foi melhor fundamentada, do que restringir ao olhar da autora em apenas uma das edições das referidas manifestações.

A sistematização de uma coleção ou acervo documental, seja de qual natureza for — textual, iconográfico, fonográfico etc. —, conforme a dissertação de Dias (2012), constitui-se, de modo geral, em três partes complementares: conservação, tratamento da informação e acessibilidade. Antes de dar início ao detalhamento metodológico aplicado ao *corpus* dessa pesquisa, algumas considerações gerais referentes à sistematização de fotografias serão abordadas.

No que tange a conservação de fotografias analógicas e digitais, a questão fundamental é tratar sobre a segurança no armazenamento ou guarda com o intuito de preservar a informação registrada. Considerando a especificidade da fotografia digital, que tem como característica originária da imagem a captura digital, sem a necessidade de uma matriz física, sua conservação está diretamente relacionada à diversificação e à manutenção dos lugares de guarda⁹³. Já ao tratamento da informação está ligado ao modo como informações relevantes sobre o que se pretende conservar são organizadas.

Posto isso, no que se refere ao conjunto de fotografias analisadas por esta pesquisa doutoral, pode-se ter a convicção de que, uma vez que essas fotografias compõem uma publicação científica, configura-se uma ação de conservação. Partindo desse raciocínio, a conclusão da pesquisa e a publicação da tese contemplam a acessibilidade, viabilizando o seu conteúdo público.

Retornando ao processo metodológico desta pesquisa, as linhas a seguir serão dedicadas ao detalhamento da organização e da constituição do acervo, com vistas a preparar a ação seguinte referente ao tratamento da informação, a qual está detalhada no próximo tópico deste capítulo e foi a parte na qual o acervo, já constituído, adquiriu a potência necessária para a análise pretendida.

Os 16 conjuntos foram organizados em duas pastas, uma para cada país: **Manifestações Sociais (Brasil)** e **Manifestações Sociais (Argentina)**. Em cada uma dessas pastas havia oito conjuntos representativos de cada fotógrafo selecionado, os quais foram organizados em pastas intituladas **Conjunto**, seguido de uma **numeração sequencial**, de 1 a 8, indicativa do número de fotógrafos para cada país, o **nome do fotógrafo** autor das imagens e, por fim, a **codificação alfanumérica** referente aos conjuntos em questão, conforme o modelo esquemático apresentado na Figura 29.

⁹³ *Backups*, Servidores, *Hard disks* (HD), Espaços Virtuais em “nuvens”, etc.

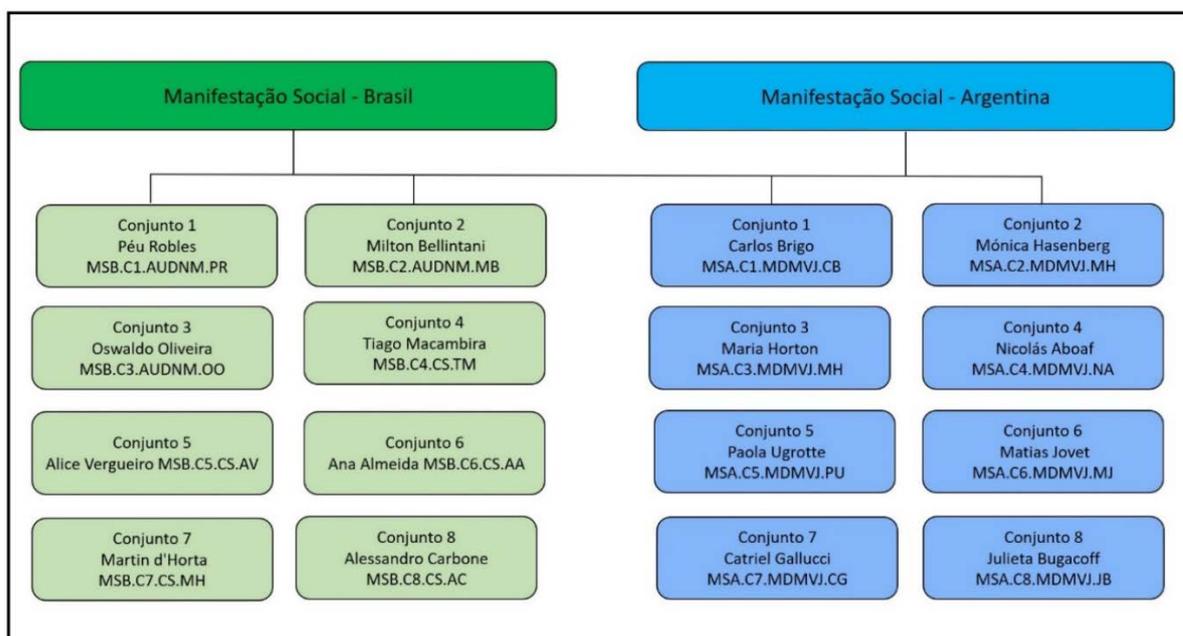


Figura 29 — Quadro de sistematização dos conjuntos fotográficos
Fonte: elaborado pela autora (2021).

A codificação alfanumérica foi dividida em quatro partes: a primeira sendo indicativa do país, a segunda do conjunto, a terceira do nome da manifestação e a quarta do nome do fotógrafo, como exemplificado na Figura 30.

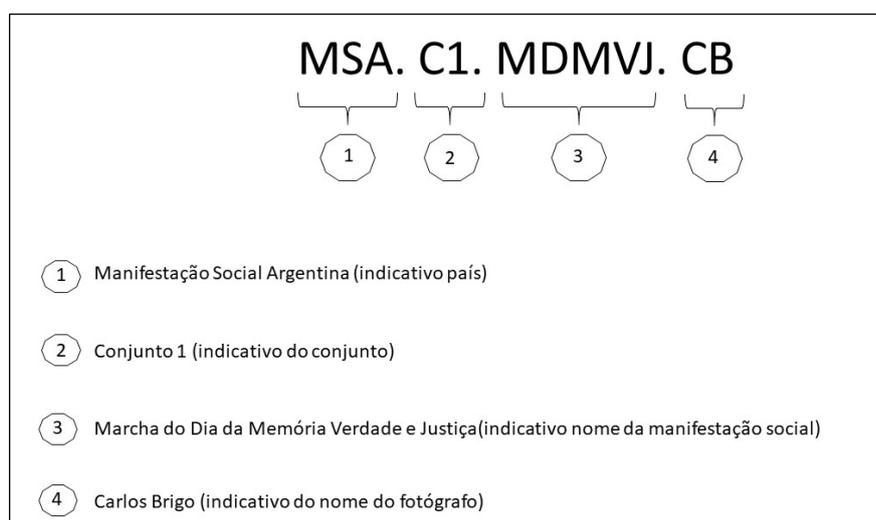


Figura 30 — Quadro com exemplo dos descritores dos conjuntos.
Fonte: elaborado pela autora (2021).

As siglas apresentadas a seguir referem-se aos descritores utilizados pela sistematização: Manifestação Social Brasil (MSB); Manifestação Social Argentina (MSA); Conjunto (C); Ato Unificado Ditadura Nunca Mais (AUDNM); Caminhada do

Silêncio (CS); *Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia* (MDMVJ). As siglas seguintes referem-se às iniciais dos fotógrafos⁹⁴. Entre os brasileiros: Péu Robles (PR); Milton Bellintani (MB); Oswaldo Oliveira Santos Júnior (OO); Tiago Macambira (TM); Alice Vergueiro (AV); Ana Patrícia Almeida (AA); Martin D’Horta (MH); Alessandro Carbone Romano⁹⁵ (AC). E entre os argentinos: Carlos Brigo (CB); Mónica Hasenberg (MH); Maria Horton (MH). Nicolás Aboaf (NA); Paola Olari Ugrotte (PU); Matias Jovet (MJ); Catriel Gallucci Bordoni (CG); Julieta Bugacoff (JB).

Os(as) fotógrafos(as) denominados(as) acima e suas fotografias relativas às Manifestações Sociais em questão formam uma significativa amostragem⁹⁶ para a análise comparativa aplicada nesta pesquisa. Portanto, o número considerado de fotógrafos, totalizando 16, fornece a consistência e solidez necessárias e justificáveis para uma pesquisa científica. Afinal, as fotografias observadas nesses conjuntos por fotógrafos(as) são representativas dos fenômenos observados em ambos os países e um número maior de fotógrafos(as) e fotografias não traria maior variabilidade de imagens visto que a observação do campo de estudo indicou uma semelhança entre os usos dos retratos e os registros obtidos.

A partir das fotografias pré-selecionadas pelos fotógrafos e após a denominação dos conjuntos e a atribuição da codificação acima detalhada, a próxima etapa foi quantificar as fotografias e planificar os resultados em tabelas (Tabelas 3 e 4), uma para cada país. Cada parte possui três colunas: a primeira indica o conjunto fotográfico relativo a cada fotógrafo seguido da codificação pertinente ao conjunto; a segunda informa o número total de fotografias do conjunto; e a terceira destaca o número de fotografias nas quais identificou-se o uso de retratos nas manifestações, ou seja, fotografias que evidenciem em seu enquadramento o retrato de morto e desaparecido. É importante mencionar que a terceira coluna da tabela destaca a **primeira etapa de seleção** das fotografias, a qual objetiva o uso do retrato. O próximo tópico dedicou-se a demonstrar a continuidade da seleção fotográfica a partir do estabelecimento de indicadores comparativos representativos em ambos os países.

⁹⁴ A codificação referente aos nomes dos fotógrafos equivale às duas iniciais mais usuais.

⁹⁵ O fotógrafo Alessandro Carbone fez parte do Grupo Nexo Filmes/Camilo Tavares para a produção de um vídeo da 1ª Caminhada do Silêncio.

⁹⁶ Para pesquisa qualitativa.

Tabela 3 — Quantitativo de fotografias por conjunto fotógrafo da Argentina

	Total Fotografias	Fotografias com retratos
Conjunto 1		
Carlos Brigo MSA.C1.MDMVJ.CB	130	40
Conjunto 2		
Mónica Hansenberg MSA.C2.MDMVJ.MH	917	243
Conjunto 3		
Maria Horton MSA.C3.MDMVJ.MH	196	27
Conjunto 4		
Nicolas Aboaf MSA.C4.MDMVJ.NA	115	09
Conjunto 5		
Paola Ugrotte MSA.C5.MDMVJ.PU	26	08
Conjunto 6		
Matias Jovet MSA.C6.MDMVJ.MJ	30	19
Conjunto 7		
Catriel Gallucci MSA.C7.MDMVJ.CG	61	08
Conjunto 8		
Julieta Bucacoff MSA.C8.MDMVJ.JB	44	06
TOTAL	1.519	360

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 4 — Quantitativo de fotografias por conjunto fotógrafo do Brasil

	Total Fotografias	Fotografias com retratos
Conjunto 1		
Péu Robles MSB.C1.AUDNM.PR	14	09
Conjunto 2		
Milton Bellintani MSB.C2.AUDNM.MB	17	08
Conjunto 3		
Oswaldo Oliveira MSB.C3.AUDNM.OO	148	74
Conjunto 4		
Tiago Macambira MSB.C4.CS.TM	61	34
Conjunto 5		
Alice Vergueiro MSB.C5.CS.AV	42	27
Conjunto 6		
Ana Almeida MSB.C6.CS.AA	17	08
Conjunto 7		
Martin d’Horta MSB.C7.CS.MH	40	19
Conjunto 8		
Alessandro Carbone MSB.C8. CS.AC	92	32
TOTAL	431	211

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A somatória de ambos os países totalizou 1.950 fotografias⁹⁷, dentre as quais 571 apresentam evidência de uso dos retratos, resultando em uma média percentual de 29,2% com retratos, conforme ilustra a Figura 31. O ordenamento lógico empreendido até aqui propiciou a percepção geral do conjunto e formatou a constituição do acervo. A Figura 32 apresenta o resultado geral subdividido entre aos países pesquisados e é ilustrativo da conclusão da segunda etapa metodológica relatada neste tópico, a qual teve como intuito destacar as fotografias que enfatizam a representação do uso dos retratos de mortos e desaparecidos nas Manifestações Sociais relativas à memória das vítimas da violência política e ao que representou o regime político militar, como forma de resistência ao não esquecimento e símbolo da luta constante por verdade e justiça.

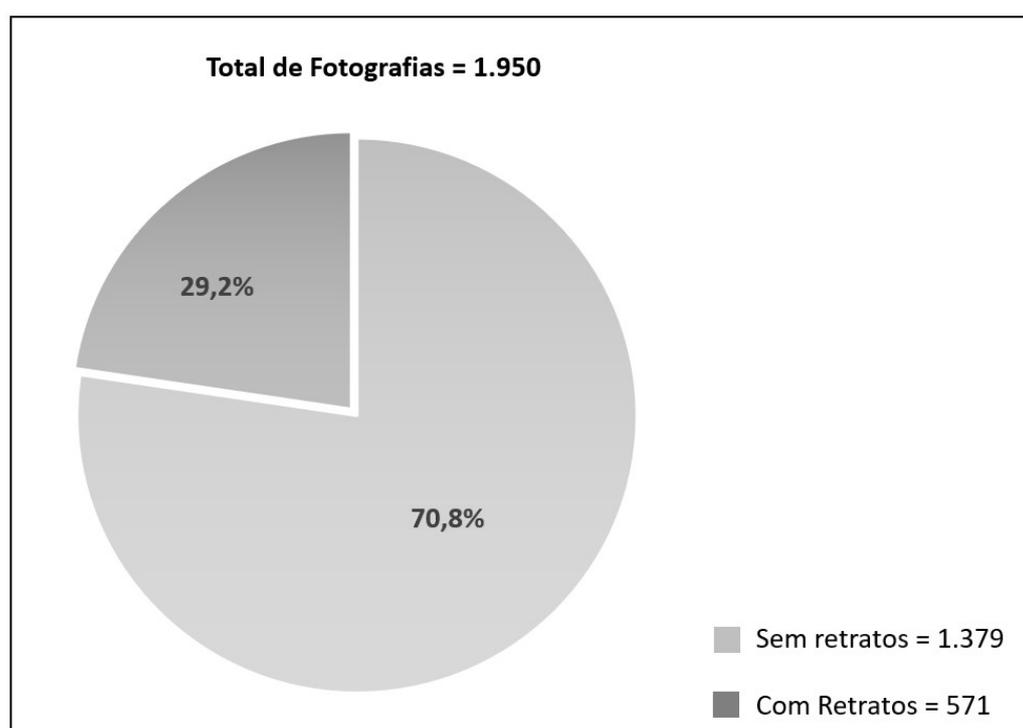


Figura 31 — Gráfico do total geral de fotografias e total de fotografias com usos de retratos nas Manifestações Sociais na Argentina e no Brasil
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

⁹⁷ A quantidade considerável de imagens é reflexo da forma de captação digital, que facilita a produção instantânea de fotografias e, conseqüentemente, a circulação e o acesso a essas fotografias por meio da *internet*.

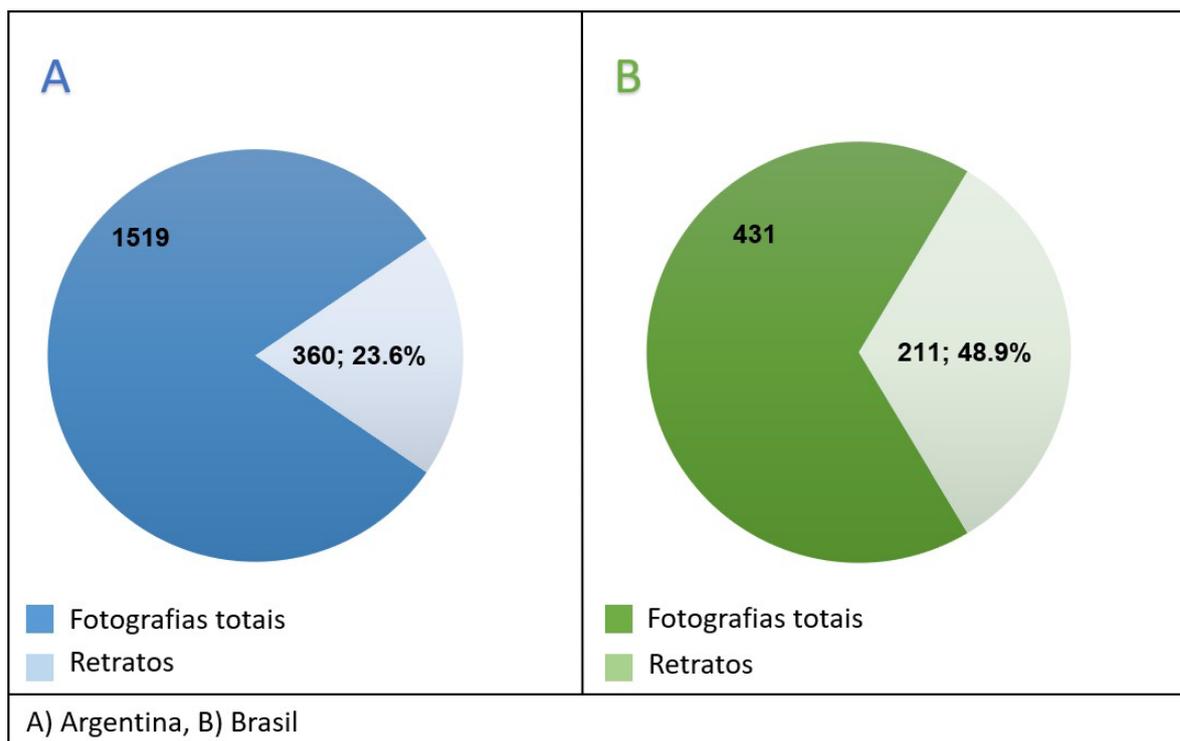


Figura 32 — Gráfico comparativo entre o número de fotografias na Argentina e no Brasil.
 Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As letras A e B indicadas no gráfico representam, respectivamente, as iniciais de cada país: Argentina e Brasil. Letras em maiúsculo indicam o total de fotografias do conjunto e letras em minúsculo as fotografias com evidência dos usos de retratos. Na Argentina o número total de fotografias é consideravelmente maior, **1.519**, das quais **360** eram retratos. No Brasil o levantamento indicou o total de **431** fotografias, das quais **211** evidenciavam o uso de retratos. Esses números indicaram, respectivamente, um percentual de **23,6%** e **48,9%** de ocorrência dos usos de retratos nas fotografias desses conjuntos em cada país.

O referido número bastante expressivo de imagens analisáveis tornou-se inviável para uma pesquisa qualitativa. Outro aspecto a ser considerado, apesar da variedade no número de fotógrafos (16), cada qual objetivando um olhar sobre a manifestação, é a observação dos conjuntos, que indicou um elevado grau de similaridade entre as fotografias, principalmente no Brasil. Em muitos casos as cenas registradas eram quase idênticas, ou seja, uma amostragem maior, com fotografias praticamente iguais, não seria necessária para a análise pretendida. Nesse estágio do trabalho, outra ação metodológica, detalhada no tópico seguinte, fez-se necessária: selecionar quais fotografias iriam compor o *corpus* a ser analisado pela pesquisa.

3.3 SELEÇÃO PARA ANÁLISE: INDICADORES COMPARATIVOS

O percurso metodológico empreendido até aqui, delineado nos tópicos anteriores, teve como propósito apresentar o processo inicial de seleção das fontes, desde a identificação, obtenção e coleta até a organização dos dados da pesquisa. O tópico atual continuará a descrever o processo de seleção com ênfase no estabelecimento de indicadores comparativos analisáveis em ambos os casos com vista a constituir um acervo fotográfico elegível para a análise pretendida. Essa etapa apresentou um forte caráter de seleção e direciona a **terceira etapa metodológica**.

A observação dos conjuntos referentes às imagens que apresentam o uso dos retratos nas manifestações indicou uma pluralidade de fotografias com diferentes enquadramentos, ângulos, perspectivas, cores e cenas. Manifestações desse tipo, ricas em informações e detalhes, registradas por diversos fotógrafos, multiplicam os elementos informativos.

Diante desse universo de fotografias e suas variáveis analisáveis, foi necessário refinar os critérios de seleção, no sentido de objetivar o olhar. Partindo da ideia dos usos dos retratos nas manifestações, duas situações se destacaram: o uso coletivo e o uso individual. Entre esses dois usos, o critério de seleção foi em direção ao uso individual, ou seja, o uso do retrato através daquele que o usa, considerando o corpo como suporte para os retratos. Desse modo, as fotografias analisadas por esta pesquisa são aquelas em que a objetiva está mais próxima ao objeto ou à cena retratada, evidenciando o uso individual do retrato.

O exposto acima direcionou a seleção, na qual foram considerados os conceitos de planos cinematográficos utilizados na orientação de enquadramento⁹⁸ de cenas. De modo geral, esses planos podem ser divididos em três tipos: plano aberto, plano médio e plano fechado. O plano aberto apresenta o ambiente da cena, sendo um plano mais geral, cujo objeto está inserido distante da objetiva. Com o plano médio é possível observar o objeto mais próximo à objetiva e parte do espaço à sua volta. No plano fechado a objetiva aproxima-se bem perto do objeto que ocupa grande parte ou a totalidade do enquadramento, portanto, o espaço à sua volta é bastante reduzido ou nulo.

⁹⁸ O enquadramento nada mais é do que a seleção, dentro dos parâmetros retangulares do dispositivo ocular da câmera fotográfica, do que o autor/produtor da imagem deseja destacar.

Ao priorizar o uso individual, o enquadramento observado destaca o plano fechado, então uma **segunda etapa de seleção** foi operacionalizada. Resumidamente, a **primeira etapa de seleção**, explicitada no tópico anterior, constituiu-se em selecionar quais fotografias evidenciam o uso do retrato nas manifestações e a **segunda**, complementar à primeira, quais fotografias evidenciam o uso individual dos retratos. Para auxiliar essa seleção foram criadas mais duas tabelas, complementares às Tabelas 1 e 2, que subdividem as fotografias que apresentam o uso dos retratos nos planos cinematográficos acima indicados. A partir disso, a seleção empreendida foi em direção ao uso individual evidenciado pelo plano fechado. As Tabelas 5 e 6 apresentadas abaixo tiveram como objetivo instrumentalizar e refinar essa seleção.

Tabela 5 — Subdivisão por planos cinematográficos — fotografias Argentina.

Fotógrafo	Plano Aberto	Plano Médio	Plano Fechado	Total
	Cena Geral	Conjunto Pessoas	Indivíduo	
Carlos Brigo MSA.C1.MDMVJ.CB	01	24	15	40
Mónica Hansenberg MSA.C2.MDMVJ.MH	04	155	84	243
Maria Horton MSA.C3.MDMVJ.MH	—	08	19	27
Nicolas Aboaf MSA.C4.MDMVJ.NA	—	05	04	09
Paola Ugrotte MSA.C5.MDMVJ.PU	—	01	07	08
Matias Jovet MSA.C6.MDMVJ.MJ	—	08	11	19
Catriel Gallucci MSA.C7.MDMVJ.CG	—	02	06	08
Julieta Bucacoff MSA.C8.MDMVJ.JB	—	03	03	06
Total	05	206	149	360

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 6 — Subdivisão por planos cinematográficos — fotografias Brasil.

Fotógrafo	Plano Aberto	Plano Médio	Plano Fechado	Total
	Cena Geral	Conjunto Pessoas	Indivíduo	
Péu Robles MSB.C1.AUDNM.PR	—	04	05	09
Milton Bellintani MSB.C2.AUDNM.MB	—	05	03	08
Oswaldo Oliveira MSB.C3.AUDNM.OO	11	47	16	74
Tiago Macambira MSB.C4.CS.TM	05	14	15	34
Alice Vergueiro MSB.C5.CS.AV	—	14	13	27
Ana Almeida MSB.C6.CS.AA	—	02	06	08
Martin d’Horta MSB.C7.CS.MH	01	07	11	19
Alessandro Carbone MSB.C8.CS.AC	06	18	08	32
Total	23	111	77	211

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os resultados relativos ao plano fechado foram de **149** fotografias na Argentina e **77** fotografias no Brasil. Desse volume representativo em plano fechado, os números de fotografias que evidenciaram o uso individual foram, respectivamente para cada país, **66** e **45**, conforme demonstrada as Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 — Processo de seleção objetivando o uso individual de fotografias da Argentina.

Fotógrafo	Total	Retratos	Plano Fechado	Uso Individual
Carlos Brigo MSA.C1.MDMVJ.CB	130	40	15	03
Mónica Hansenberg MSA.C2.MDMVJ.MH	917	243	84	38
Maria Horton MSA.C3.MDMVJ.MH	196	27	19	15
Nicolas Aboaf MSA.C4.MDMVJ.NA	115	09	04	02
Paola Ugrotte MSA.C5.MDMVJ.PU	26	08	07	02
Matias Jovet MSA.C6.MDMVJ.MJ	30	19	11	02
Catriel Gallucci MSA.C7.MDMVJ.CG	61	08	06	01
Julieta Bucacoff MSA.C8.MDMVJ.JB	44	06	03	03
Total	1.519	360	149	66

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 8 — Processo de seleção objetivando o uso individual de fotografias do Brasil.

(continua)

Fotógrafo	Total	Retratos	Plano Fechado	Uso Individual
Péu Robles MSB.C1.AUDNM.PR	14	09	05	03
Milton Bellintani MSB.C2.AUDNM.MB	17	08	03	00
Oswaldo Oliveira MSB.C3.AUDNM.OO	148	74	16	10
Tiago Macambira MSB.C4.CS.TM	61	34	15	09

Alice Vergueiro MSB.C5.CS.AV	42	27	13	08
Ana Almeida MSB.C6.CS.AA	17	08	06	06
Martin d’Horta MSB.C7.CS.MH	40	19	11	06
Alessandro Carbone MSB.C8.CS.AC	92	32	08	03
Total	431	211	77	45

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir desses números consideravelmente altos, foi necessário refinar ainda mais a seleção, a qual deveria elencar, desse montante, quais as imagens mais representativas dos conjuntos por países. Essa ação, portanto, representa uma **terceira etapa de seleção**. Assim, optou-se por definir o **primeiro indicador comparativo analisável**, considerando o **potencial informativo** da fotografia, ou seja, o que foi possível saber da imagem ali representada. Para isso foi considerado um mínimo de informações necessárias para o desenvolvimento da análise, tais como nome e breve biografia do morto ou desaparecido, circunstâncias do desaparecimento, identificação da pessoa que usa o retrato etc.

E o **segundo indicador comparativo analisável** refere-se ao **conceito de *punctum*** da imagem fotográfica, desenvolvido por Roland Barthes (1984). Esse indicador compreende a capacidade da imagem impactar ou despertar o interesse do observador a partir de um determinado ponto dela, sendo aquilo que consome o olhar e o transporta ao plano das ideias ou da imaginação.

Para ajudar na compreensão acerca do *punctum*, Barthes o contrapõe com o conceito de *studium*, também desenvolvido por ele. Para o autor, o *studium* seria o mesmo que “encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discuti-las em mim mesmo, pois a cultura é um contrato feito entre os criadores e os consumidores” (BARTHES, 1984, p. 48). Nesse sentido, o autor classifica as fotografias como “unárias”, triviais e que buscam por uma unidade, desse modo devem “ser simples, livres de acessórios inúteis” (BARTHES, 1984, p. 66). É uma fotografia desse tipo “unária” que observamos e compreendemos imediatamente, sendo passageira na mente,

pois a olhamos, gostamos ou não, entendemos ou não, e nada mais. Entretanto, algumas fotografias contêm um elemento não necessariamente visual, mas que destaca uma fotografia entre outras tantas similares, são esses os tipos de fotografias priorizadas na seleção da pesquisa, as fotografias com *punctum*.

O *punctum* na fotografia frequentemente “é um detalhe” (BARTHES, 1984, p. 69), mas está muitas vezes para além do detalhe, da forma, do conteúdo e de tudo o que há de visível em uma fotografia, é “de intensidade, é o Tempo, é a ênfase dilaceradora do noema (isso-foi), sua representação pura” (BARTHES, 1984, p. 141).

O *punctum* conforma-se como uma latência, é o que leva o observador para além da imagem. Pode ser o detalhe que atrai, mas é também é “uma espécie de extracampo sutil, como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver” (BARTHES, 1984, p. 89). É o que instiga a imaginação em saber mais sobre a cena ou pessoas retratadas, é a fotografia que persiste no pensamento, portanto, conhece-se “melhor uma foto de que me lembro do que uma foto que vejo, como se a visão direta orientasse equivocadamente a linguagem, envolvendo-a em um esforço de descrição que sempre deixará de atingir o ponto do efeito, o *punctum*” (BARTHES, 1984, p. 83).

A seleção baseada nos indicadores explicitados acima resultou em 08 fotografias para cada país, número que representa um valor de aproximadamente 15% do total de fotografias elegíveis para esta pesquisa. As Tabelas 9 e 10 ilustram o processo de seleção em cada um dos países e indicam os resultados apresentados. O primeiro indicador, de caráter informativo, evidenciou o potencial discurso narrativo dessas fotografias e o segundo indicador, o *punctum*, evidenciou o caráter visual, comprovado pelo impacto — intencional ou não — causado na constituição da imagem fotográfica.

Tabela 9 — Processo de seleção das fontes na Argentina

Conjunto	Total	Retratos	Plano Fechado	Uso Individual	Informação + <i>Punctum</i>
MSA.C1.MDMVJ.CB	130	40	15	03	01
MSA.C2.MDMVJ.MH	917	243	84	38	01
MSA.C3.MDMVJ.MH	196	27	19	15	04
MSA.C4.MDMVJ.NA	115	09	04	02	00
MSA.C5.MDMVJ.PU	26	08	07	02	00
MSA.C6.MDMVJ.MJ	30	19	11	02	00
MSA.C7.MDMVJ.CG	61	08	06	01	00
MSA.C8.MDMVJ.JB	44	06	03	03	02
Total	1.519	360	149	66	08

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 10 — Processo de seleção das fontes no Brasil.

Conjunto	Total	Retratos	Plano Fechado	Uso Individual	Informação + <i>Punctum</i>
MSB.C1.AUDNM.PR	14	09	05	03	00
MSB.C2.AUDNM.MB	17	08	03	00	00
MSB.C3.AUDNM.OO S	148	74	16	10	02
MSB.C4.CS.TM	61	34	15	09	02
MSB.C5.CS.AV	42	27	13	08	02
MSB.C6.CS.APA	17	08	06	06	01
MSB.C7.CS.MH	40	19	11	06	00
MSB.C8.CS.ACR	92	32	08	03	01
Total Geral	431	211	77	45	08

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Após essa meticulosa etapa de seleção, instrumentalizada pelos indicadores comparativos acima elencados, chegou-se ao seguinte resultado: **08** fotografias para Argentina e **08** para o Brasil. Esse quantitativo refere-se ao resultado relativo às fotografias analisadas pela pesquisa, cuja seleção⁹⁹, neste caso, foi direcionada para a obtenção de um resultado cômsono. Ao longo do processo de seleção das fotografias observou-se que houve uma significativa diminuição na diferença do número de fotografias analisáveis pela pesquisa, conforme os percentuais indicados na Figura 33, que sintetiza e ilustra o processo metodológico empreendido na pesquisa, e na Tabela 11, que indica o percentual dessa diferença.

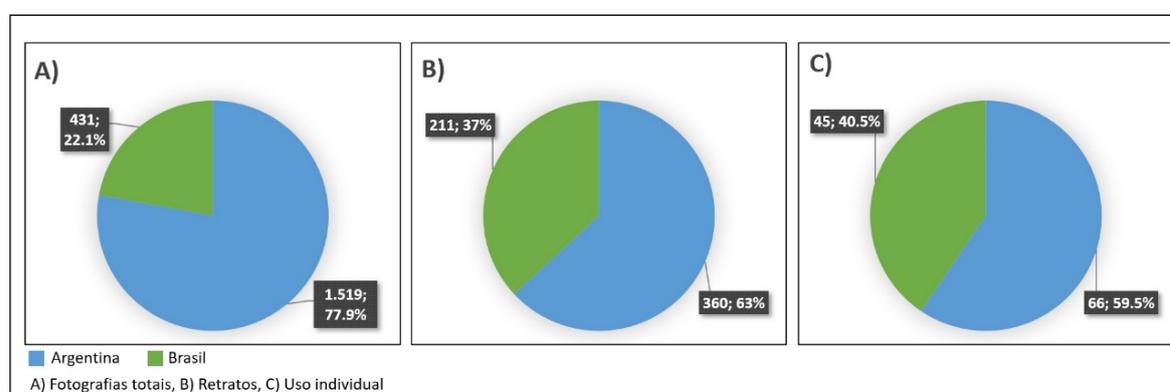


Figura 33 — Gráficos com processo metodológico empreendido na pesquisa.
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 7 – Quantitativo de fotografias e percentual de diferença entre os países

Argentina		Diferença	Brasil	
Total de Fotografias	1.519 (77.9%)	56%	Total de Fotografias	431 (22,1%)
Uso de Retratos	360 (63%)	26%	Uso de Retratos	211 (37%)
Uso Individual do retrato	66 (59.5%)	19%	Uso Individual do retrato	45 (40,5%)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

⁹⁹ Essa seleção resultou na criação de fichas descritivas que compõe os apêndices da tese e subsidiaram a discussão e análise do próximo capítulo.

O percurso metodológico apresentado ao longo deste capítulo demonstrou o caminho percorrido na obtenção das fontes analisáveis, ou seja, as 16 fotografias representativas do uso individual nas Manifestações Sociais em questão, 08 para a Argentina e 08 para o Brasil. O quantitativo de fotografias de cada país, que inicialmente demonstrou uma diferença considerável, teve uma significativa diminuição no diferencial apresentado por esses números à medida em que os filtros seletivos foram aplicados. Ao longo do processo essa diferença diluiu-se, indicando números muito próximos, conforme indicou o Gráfico 3, e por essa razão optou-se por uma seleção equilibrada para a análise comparativa. Apesar dos eventos demonstrarem significativas diferenças na sua dinâmica, como abordado no próximo capítulo, a visibilidade dada pelas fotografias com ênfase no uso dos retratos é representativa em ambos os países.

3.4 OS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS NAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

Por se tratar de um campo de observação delimitado pelo próprio espaço da Instituição de Memória, o levantamento e a obtenção dos dados para esta pesquisa foram estabelecidos a partir dos retratos expostos nesses ambientes. A seleção, portanto, configurou-se através dos retratos expostos em caráter permanente nesses locais. Considerando o estudo comparativo, no *Museo Sitio de Memoria*, na Argentina, evidenciou-se **duas ocorrências** de uso dos retratos de mortos e desaparecidos em sua expografia permanente. A primeira na parte externa do prédio, na fachada da entrada principal, onde há uma estrutura confeccionada por placas de acrílico denominada “*Piel de Vidro*” com retratos adesivados em cada uma das placas formando, em seu conjunto, uma visualidade que se destaca no prédio. E a segunda na parte interna, em uma ampla sala que se denomina “*sótano*”¹⁰⁰, através de um painel retangular de acrílico com alguns retratos registrados por um dos sobreviventes do local, Victor Basterra, que escondeu parte dos negativos em suas roupas e, assim, conseguiu retirá-los do local.

¹⁰⁰ Palavra em espanhol que significa “porão”.

E no Memorial da Resistência, no Brasil, evidenciou-se uma ocorrência na parte interna, em uma das salas expositivas, a qual, na época da ditadura, servia como cela para presos políticos. Na parte central da pequena cela há um painel de acrílico quadrado em que é projetado um vídeo com alguns retratos de mortos e desaparecidos que ali estiveram presos e dali não saíram vivos. O vídeo intercala textos e imagens de um dos arquivos referentes ao extinto Departamento Estadual de Ordem Política — DEOPS/SP, local que serviu aos objetivos da ditadura brasileira. O vídeo mostra o armário em que estavam arquivadas as fichas e retratos dos presos políticos que ali estiveram na época da ditadura. Portanto, o conjunto analisável pela pesquisa, representado pelas Instituições de Memória acima destacadas, totalizam três ocorrências de usos dos retratos de mortos e desaparecidos nesses lugares de memória, duas relativas à Argentina e uma ao Brasil.

4 OS USOS DE RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS EM INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

O presente capítulo analisa a função memorial e seus desdobramentos nos usos de retratos de mortos e desaparecidos em Instituições de Memória e Manifestações Sociais nos países pesquisados e é organizado em dois tópicos, cada um dedicado a um dos campos de observação considerados por esta pesquisa, abaixo destacados. O primeiro tópico apresenta as Instituições de Memória representativas de cada país — na Argentina o *Museo Sitio de Memoria* e no Brasil o **Memorial da Resistência** — e analisa os retratos ali expostos em caráter permanente, ou seja, que fazem parte do plano museológico desde a inauguração dessas instituições. Para cada uma das instituições acima destacadas, foi observado no interior do prédio uma sala ou espaço onde evidenciam-se os retratos expostos para observação do público visitante.

O segundo tópico apresenta as Manifestações Sociais relativas a cada país — na Argentina a *Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia* e no Brasil o **Ato Unificado Ditadura Nunca Mais** e a **Caminhada do Silêncio** — e analisa os retratos evidenciados por essas manifestações. Diante da disponibilidade e o acesso de um número bastante expressivo de fotografias relativas aos eventos acima destacados, para esse tópico foram selecionadas, conforme relatado no terceiro capítulo, 16 fotografias com evidência do uso individual de retratos, sendo 08 para cada país.

O campo de observação analisado em ambos os casos (Instituições de Memória e Manifestações Sociais) e em ambos os países (Argentina e Brasil) se coaduna com as bases conceituais desenvolvidas pelo historiador francês Pierre Nora (1993) sobre os lugares de memória, cujo desenvolvimento partiu da história da França¹⁰¹. “Lugares de memória” foram amplamente discutidos e recontextualizados no campo teórico, o que evidencia o potencial do conceito criado por Nora (1993) na reflexão proposta por esta pesquisa.

¹⁰¹ Pesquisa desenvolvida ao longo de uma década (1984-1993), liderada por Pierre Nora, a partir do seminário na École de Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris, reuniu historiadores e diversas instituições de pesquisa na França para refletirem sobre os lugares que evocam e representam a Nação francesa.

Lugares de memória, segundo Nora (1993), são os testemunhos de outro tempo e podem ser uma diversidade de coisas, desde que haja uma função social que crie vínculos entre as pessoas e os objetos designadas por elas que remetam ao passado e signifiquem-se como memórias, como por exemplo: arquivos, museus, bibliotecas, coleções, cemitérios, monumentos, comemorações, santuários, festas, calendários e associações. De acordo com as palavras do autor “a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (NORA, 1993, p. 22). Esse é o sentido que o autor persegue ao afirmar que os lugares de memória resultam das intenções e ações de pessoas que qualificam as coisas como lugares de memória.

Pierre Nora (1993, p. 22, grifos nossos), ao exemplificar a noção de geração, afirma que em um lugar de memória coexistam três aspectos: “**material** por seu conteúdo demográfico; **funcional** por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas **simbólica** por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência, vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.” O objeto de estudo desta pesquisa pode ser analisado através desse conceito, visto que,

Quando a memória não está mais em todo o lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem a necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória. (NORA, 1993, p. 18)

Na atualidade a concepção de lugares de memória adquiriu outras dimensões. No que se refere aos direitos humanos, os processos de produção memorial abrangem os mais variados espaços e lugares, nos quais é possível desenvolver e significar a função social da memória a partir das memórias traumáticas provenientes de um passado marcado pelo autoritarismo repressivo, o terrorismo de Estado, sendo uma reflexão propositiva do que isso representou para a sociedade e como reverberou na atualidade. No entanto, como afirma o autor, é primordial haver uma “vontade de memória”.

O “Lugar de Memória”, é, portanto, conforme afirma Nora, onde o trabalho memorial acontece. A memória está onde há movimento e ações empreendidas por

um coletivo social. No caso considerado por esta pesquisa, a memória está onde o fator humano opera, seja nas Instituições de Memória, seja nas Manifestações Sociais: a memória ali evocada é transmitida pelos trabalhos memoriais. Enquanto houver pessoas que vivam e transportem suas memórias, vividas ou não por elas, o fenômeno memorial perpetuará e os lugares estarão onde houver esses trabalhos coletivos. A interrupção desses processos, transfere apenas a fatos históricos.

É a partir do conceito desenvolvido por Nora a partir de casos concretos do contexto histórico francês que essa pesquisa se apropria do termo “Lugares de Memória” e o ressignifica para a realidade das memórias traumáticas relativas às violações de direitos humanos ocorridas durante as ditaduras civis-militares argentina e brasileira.

A aplicação do termo “Lugares de Memória” para as Manifestações Sociais que ocorrem anualmente nesses países é um modo de não esquecimento, que visa a manter viva e ativa a memória do que representou para as pessoas o contexto gerado por violência política. O objetivo dessas manifestações é a não repetição dos fatos que levaram ao seu surgimento e à sua existência e elas são aqui utilizadas no sentido dado pelo uso coletivo, ou seja, trata-se de um grupo de pessoas, uma coletividade, que perpetua aquele modo de fazer lembrar do passado.

Os lugares de memória são, portanto, locais onde é possível observar a vontade da memória a partir das ações empreendidas e observadas nos trabalhos memoriais. Essa dinâmica é investida por indivíduos, membros da sociedade, os “atores sociais”, “empreendedores de memória” ou “promotores da memória”¹⁰², que desempenham a essencial função de significar os lugares de memória através de suas ações reivindicativas. Sem as pessoas e os vínculos criados por elas, não há lugar para essas memórias relacionadas à ditadura. O fenômeno memorial precisa ser significado no presente, vivido e transmitido. O significado no substrato material de um objeto, seja uma fotografia, um prédio ou um local onde aconteceram violações aos direitos humanos, por exemplo, só existe como lugar de memória graças ao fator humano, que na rememoração e comemoração desses episódios os consagra como lugar de memória. Os trabalhos memoriais e suas transmissões acontecem por intermédio das pessoas e dos vínculos e laços criados por elas. O

¹⁰² Esse termo foi agregado pela autora após reflexão sobre o papel desempenhado por essas pessoas nos processos memoriais e será detalhado ainda neste capítulo.

que se verá nas linhas abaixo são expressões vivas dos lugares de memória desenvolvidas por pessoas que, ao denunciarem os crimes acontecidos durante a ditadura, perpetuaram essas memórias, que chegaram até nós, na atualidade.

E quando essas pessoas não mais estiverem aqui, nesta existência conhecida por nós? Será que a continuidade dos seus trabalhos memoriais reverberará nas gerações futuras? Será que o legado das *madres*¹⁰³ e dos familiares continuará e sobreviverá nas novas gerações e nas gerações seguintes? Conforme observado nos trabalhos memoriais, a função social da memória desenvolvidos nas Instituições de Memória e nas Manifestações Sociais precisa ser constantemente retroalimentada, pois essa é a garantia para que essas memórias existam e persistam no futuro.

Ao analisar os lugares de memória situados no campo de observação desta pesquisa e identificar os elementos característicos — material, simbólico e funcional — que potencializam a função social desses lugares, é notória a necessidade de uma intenção memorial, ou “vontade de memória”¹⁰⁴. Essa vontade se tornou possível pela existência desse “espaço de escuta” muitas vezes oportunizado pelo barulho incômodo de um grupo social incansável e perseverante em colocar em evidência as suas memórias. E assim vai se construindo uma memória compartilhada que, ao mesmo tempo que informa sobre o ocorrido no passado, se desprende das reivindicações iniciais, adquirindo novos significados que se expressam em novos usos e demandas, as quais tomam como base essa memória vivida, transmitida como herança e compartilhada através dessas ações nas quais o uso das imagens se mostra uma arma de luta, um testemunho de um fato, um reclamo ou denúncia.

¹⁰³ As madres são uma inspiração, cuja força simboliza a luta por memória, verdade e justiça, a resistência e o amor.

¹⁰⁴ Advinda de um indivíduo e/ou de um coletivo e/ou do Estado.

4.1 INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA: ARGENTINA E BRASIL

4.1.1 *Museo Sitio de Memoria* ESMA (Buenos Aires/Argentina)

O prédio do *Museo Sitio de Memoria* está situado dentro do Espaço de Memória e Direitos Humanos, conhecido também como ex-ESMA, sigla relativa à Escola de Mecânica da Armada, pois entre 1928 e 1984 esse local funcionou como um centro de treinamento da Marinha Argentina e durante a ditadura civil-militar (1976–1983) foi utilizado, concomitantemente com as atividades da escola, como um dos maiores e mais emblemáticos Centros Clandestinos de Detenção, Tortura e Extermínio¹⁰⁵. As linhas a seguir têm como propósito um breve histórico e apresentação do espaço da ESMA e, mais especificamente, do *Museo Sitio de Memoria*.

Em **1924** o município de Buenos Aires doou à Marinha o terreno de 17 mil hectares para a construção de um Centro de Treinamento da Marinha. Em **1928**, após a construção do Pavilhão Central, foi inaugurada a Escola de Mecânica da Armada (ESMA)¹⁰⁶. Ao longo dos anos, de **1930 a 1950**, foram construídos outros edifícios, entre eles um prédio de três andares para servir de alojamento para oficiais, conhecido com *Casino de Oficiales*¹⁰⁷. Era no porão desse prédio, durante a ditadura civil-militar, que os perseguidos políticos eram aprisionados, torturados e de lá levados aos voos da morte¹⁰⁸. Atualmente o local funciona como *Museo Sitio de Memoria*, ressignificado como um lugar de memória, assim como todo o complexo da ex-ESMA.

¹⁰⁵ Na Argentina, durante a ditadura, havia cerca de 600 Centros Clandestinos de Tortura e Extermínio.

¹⁰⁶ LA EX ESMA. **Museo Sitio de memoria ESMA**. Disponível em: <http://www.museositioesma.gob.ar/el-museo/la-ex-esma/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

¹⁰⁷ Prédio de 5.390 m² com três pavimentos + porão e sótão localizado dentro do complexo de 17 mil hectares do atual Espaço de Memória e Direitos Humanos (Ex-ESMA), a *Casino de Oficiales* da Escola de Mecânica da Armada (ESMA) era onde os oficiais do alto escalão dispunham de um lugar para lazer e descanso. Durante o período da ditadura civil-militar teve dupla função, servindo também como de cativo de presos políticos.

¹⁰⁸ Traslados aéreos que levavam os prisioneiros sequestrados ainda vivos, sedados, para serem jogados ao mar. Essa foi uma forma de os militares desaparecerem com provas dos crimes cometidos. Alguns corpos de desaparecidos foram encontrados nas praias da região de Quilmes, entre outras.

Após o término da ditadura o local continuou suas atividades como escola da Marinha. Em **1998** o governo decretou a transferência das atividades da escola para outra localidade¹⁰⁹ e propôs¹¹⁰ a demolição da ESMA para a construção de um parque público “com um monumento símbolo da união nacional, decorrente de uma suposta vontade” (CABRAL, 2019, p. 95) de conciliação do povo argentino, porém, esse projeto encontrou forte resistência dos movimentos sociais e organismos de direitos humanos, os quais não queriam se reconciliar com os militares e tampouco apagar ou esquecer o que ali aconteceu. Assim, em 24 de março **2004**¹¹¹, após um longo processo de discussão entre esses setores da sociedade e o governo, foi feito o ato de doação do espaço para a criação de um lugar de memória em homenagem às vítimas da ditadura e o complexo de 17 mil hectares e 35 prédios foi destinado à criação do Espaço de Memória e Direitos Humanos como uma das formas de implementação de políticas de memória vinculadas ao passado recente na Argentina. Os prédios foram gradativamente ocupados por entidades e organismos governamentais e não-governamentais relativos aos direitos de humanos. Somente nessa ocasião, em 2004, a Marinha desocupou completamente o local e entregou-o ao Estado Argentino completamente vazio.

O prédio denominado *Casino de Oficiales*, acima mencionado, em **2013** foi designado para ser o *Museo Sitio de Memoria ESMA*, e a partir de então, de acordo com sua “condición de prueba judicial, la intervención no altero la estructura del edificio”¹¹², recebendo tratamento museológico específico de acordo com o pensamento de preservação do local e ao mesmo tempo didático ao abordar temas sensíveis objetivando a construção de uma narrativa que represente o que significou a existência daquele lugar. Então, em 19 de maio **2015** o prédio abriu suas portas ao público apresentando uma intervenção museológica de caráter permanente.

¹⁰⁹ Instalações da base naval de Puerto Belgrano.

¹¹⁰ Durante o Governo de Carlos Menen, e o trecho do decreto 8/1998 “dejar atrás las antinomias y asumir las lecciones de la historia reciente, expresando plenamente la voluntad de conciliación de los argentinos”. Disponível em: servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/45000-49999/48329/norma.htm. Acesso em: 11 fev. 2021.

¹¹¹ 28 anos após o Golpe de Estado.

¹¹² EL MUSEO. Museo Sitio de Memoria ESMA. Disponível em: <http://www.museositoiesma.gob.ar/el-museo/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

O *Museo Sitio de Memoria*¹¹³ constitui-se como um Órgão Público, é composto por representantes do Estado Nacional, da cidade autônoma de Buenos Aires e de organizações de direitos humanos, é vinculado ao Governo da Nação através do *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos y Secretaría de Derechos Humanos* e tem como propósito contribuir com a preservação e a promoção da memória do lugar no contexto no qual ele está inserido. Conforme indica seu site, o museu é um “espacio de denuncia de terrorismo de Estado y transmisión de la memoria”¹¹⁴, cuja função é dar a conhecer as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado argentino durante o regime político civil-militar e promover o diálogo entre gerações no presente e no futuro, “inspirados pelo desejo que nunca mais crimes de lesa-humanidade voltem a acontecer” (DIAS; MICHELON, 2019, p. 04). Em 2015 Estado argentino iniciou, junto à UNESCO, o trâmite para reconhecimento do *Museo Sitio de Memoria* ESMA como Patrimônio Mundial, “*Patrimônio del Nunca Más*”, e desde 2017 integra a lista de bens a serem considerados patrimônio pela UNESCO.

4.1.2 O espaço expositivo do *Museo Sitio de Memoria* e os usos dos retratos de mortos e desaparecidos

Em sua totalidade, o espaço do *Museo Sitio de Memoria* é dedicado à mostra permanente distribuída em 17 salas, cujas instalações, conforme consta no relatório do museu¹¹⁵, dispõem de dispositivos museológicos fundamentados em dois tipos: tradicionais (historiográficos), baseados em documentos, e contemporâneos (vivenciais), baseados nos testemunhos de sobreviventes.

¹¹³ Localizado na zona norte da cidade autônoma de Buenos Aires, no bairro residencial Nuñez, apesar de estar em uma região mais afastada e fora da rota turística e cultural tradicional da cidade, o *Museo Sitio de Memoria* faz parte do “Percurso da Memória” divulgado no site oficial de turismo da cidade¹¹³ como sugestão de visita entre outros lugares de memória. Segundo seu site oficial, o museu está aberto de terça a domingo, das 10 às 17 horas, e oferece visita guiada em três horários diários com duração de 90 minutos mediante número mínimo de cinco pessoas por horário, além de agendar horário para grupos. Desde a data de inauguração, em 2015, até 2019 o museu recebeu 236.574 visitantes.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.museositioesma.gob.ar/el-museo/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

¹¹⁵ O relatório foi disponibilizado através de e-mail e consta nos Apêndices.

El recorrido consta de 17 salas abiertas al público. Allí se detalla la doble función que tuvo el edificio del ex Casino de Oficiales entre 1976 y 1983: el lugar de esparcimiento y descanso de las altas jerarquías de la Armada, al mismo tiempo que mantuvo en cautiverio a los detenidos desaparecidos. Cada sala contiene los testimonios de los sobrevivientes brindados en la justicia, donde se describen las vivencias padecidas por las personas allí detenidas y las prácticas genocidas que se ejercían en cada lugar. La puesta museográfica no reconstruye las herramientas utilizadas para la represión. (Relatório Anual, 2019)

Conforme informações extraídas do próprio *site* a visita pelos três andares, sótão e porão do prédio tem duração aproximada de 90 minutos. Nesses espaços, os usos de retratos foram observados no sótão, que será abordado em detalhes a seguir. Antes, porém, de entrar no museu, o visitante pode avistar uma intervenção na fachada frontal do prédio ao chegar próximo ao prédio: a entrada do museu, denominada *Piel de Vidrio* (Figuras 34 e 35), foi confeccionada com placas de acrílico nas quais estão estampados retratos das pessoas¹¹⁶ que ali estiveram presas, foram torturadas e estão desaparecidas desde então.



Figura 34 — Fotografia da fachada do *Museo Sitio de Memoria*, Argentina.

Fonte: Relatório Anual do *Museo* (2019).

¹¹⁶ A lista de pessoas presas e desaparecidas que estiveram na ESMA está em permanente atualização, segundo fontes como o Cadastro Único de Vítimas de Terrorismo do Estado (RUVTE), o Arquivo Nacional da Memória, o Ministério Público e os Tribunais que ouvem a *Megacusa* (ações judiciais coletivas). Os retratos incorporados na fachada são atualizados, adicionando-se outros.



Figura 35 — Fotografia do *Piel de Vidrio*, Museo Sitio de Memoria, Argentina.
Fonte: Relatório Anual do *Museo* (2019).

Os retratos expostos nessa intervenção foram disponibilizados pelos familiares das vítimas, as quais autorizaram a sua exibição apenas na parte externa do prédio, pois não gostariam que os retratos de seus entes queridos ficassem expostos dentro do lugar que representou tanta dor e sofrimento, e assim o *Piel de Vidrio* foi feito, sinalizando o respeito, a concepção e construção conjunta do lugar de memória e ao mesmo tempo dando visibilidade aos retratos.

Quase não há retratos no interior do museu, exceto pelos obtidos por um dos detentos sobreviventes do local, Victor Basterra¹¹⁷. Esses retratos, localizados no porão, fazem parte do projeto museológico e contam parte da história do lugar através de fotografias e trechos do testemunho de Basterra. Este estudo considera o testemunho de Basterra contido na base de arquivos orais do Memoria Abierta¹¹⁸ um importante conjunto documental sobre a ESMA, uma vez que vem acompanhado das fotos que o detento conseguiu retirar do local (DIAS; MICHELON, 2019, p. 07).

Todos os espaços do museu estão contextualizados conforme seus usos anteriores, quando foram utilizados como CCDTyE, sendo o porão o primeiro e o último lugar onde os prisioneiros passavam. Na chegada, conforme trecho extraído

¹¹⁷ Operário gráfico, sindicalista e militante peronista, foi sequestrado no ano de 1979 e levado à ESMA, onde permaneceu até 1983. Foi designado por oficiais a desempenhar tarefas no setor de documentação, entre as quais fotografava os presos políticos que ingressavam no local.

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.memoriaabierta.org.ar/wp/>. Acesso em: 23 out. 2017.

do site do museu, “los secuestrados eran introducidos violentamente para ser sometidos a interrogatorios bajo tortura y aquí volvían a ser concentrados antes de los traslados, eufemismo que utilizaron los marinos para referirse a la desaparición definitiva de los detenidos”¹¹⁹.

Durante a ditadura o amplo espaço do porão foi utilizado para várias funções, tais como salas de torturas, enfermaria, laboratório fotográfico, gráfica e sala de produção audiovisual, então não foi por acaso que Victor Bastera, que tinha como profissão o ofício de operário gráfico, acabou sendo designado a trabalhar ali. Entre as suas funções, Bastera tinha a incumbência de fotografar e registrar os sequestrados que ali chegavam, bem como produzir documentação falsificada para os militares utilizarem em ações em que atuavam disfarçados, como, por exemplo, espionagem¹²⁰. Com acesso livre¹²¹ aos arquivos, laboratório e gráfica e com o objetivo de preservar parte desses registros como documentos comprobatórios, Victor Bastera conseguiu discretamente fazer cópias a mais desses retratos, pegar alguns negativos, esconder ambos em suas roupas e levá-los consigo para casa em suas saídas durante a concessão de liberdade vigiada no final de 1983¹²². Abaixo está apresentado um trecho do relato de Bastera, no qual ele explica uma das situações em que conseguiu pegar e esconder alguns dos negativos que deveriam ser queimados.

Un día, trabajando en el laboratorio, vi que tenían una pila de fotos para quemar, era ya el 83', viste, ya se venían los cambios. Y entre ellas vi mi retrato, mi propia foto cuando me acababan de chupar, la que sacaron el mismo día en que nos fotografiaron a todos contra la misma pared. Entonces metí la mano en la pila, y me guardé los negativos que pude agarrar, los escondí entre la panza y el pantalón, ahí los puse, cerca de los huevos (Brodsky, 2005, p. 31).

No ano seguinte, com a chegada da democracia, ao entregar as fotografias à *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), ao *Centro de*

¹¹⁹MUSEO SITIO DE MEMORIA ESMA. **Sótano**. Disponível em: <http://www.museositioesma.gob.ar/item/sotano/#:~:text=Aqu%C3%AD%20los%20secuestrados%20eran%20introducidos,desaparici%C3%B3n%20definitiva%20de%20los%20detenidos>. Acesso em: 13 mar. 2020.

¹²⁰ Documentos de identidade, registro de carro, passaportes, entre outros, foram muito utilizados durante a operacionalização e atuação do Plano Condor.

¹²¹ Alguns presos que prestavam serviços aos militares, com o tempo, à medida em que ganhavam confiança, conseguiam melhores condições de alojamento e alimentação.

¹²² Nesse período já se configuravam os momentos finais da ditadura e os militares concediam um tipo de indulto de Natal.

Estudios Legales y Sociales (CELS) e à Comissão de Justiça¹²³, Basterra denunciou o ocorrido, viabilizando a identificação de alguns dos desaparecidos e de integrantes das Forças Armadas. Esse ato corajoso foi essencial para impulsionar as investigações dos crimes ocorridos e alavancar os processos judiciais já reivindicados pelos movimentos sociais, sobretudo pelas *madres*.

Tais fotografias tiveram sua primeira circulação pública em duas publicações logo após o término da ditadura, nos anos de 1984 e 1985. E desde então foram divulgadas e expostas em diversas ocasiões, com mais frequência a partir dos anos 2000, quando, por incentivo maior a políticas públicas de memória, o assunto retorna com mais força na cena pública. (DIAS; MICHELON, 2019, pp.10–11)

Após isso, de acordo com Feld (2014), os retratos e as histórias por trás desses retratos tiveram uma circulação intensificada no país, em um primeiro momento pela publicação na imprensa e depois no âmbito das comemorações relativas à memória do passado recente, integrando atividades memoriais e culturais e produções artísticas. Nesse sentido, Feld (2014, p. 46) destaca a publicação do livro¹²⁴ do artista e também fotógrafo Marcelo Brodsky¹²⁵, que “reproduce imágenes y textos que se incluyen en la polémica sobre qué hacer en el espacio recuperado de la ESMA pero se abre con una portada singular: diez páginas negras y, a continuación, doce fotos de desaparecidos que integraban el conjunto de los negativos escabullidos por Basterra”. A fotografia abaixo (Figura 36) mostra uma atividade ocorrida no *Museo Sitio de Memoria* na ocasião da divulgação do referido livro. A imagem focaliza Brodsky segurando o livro aberto e mostrando o retrato de seu irmão desaparecido e destaca ao fundo o painel expositivo com os retratos obtidos por Basterra.

¹²³ Na Argentina, o avanço nas questões relativas à justiça está diretamente ligado aos testemunhos dos sobreviventes, que contaram com ampla cobertura e visibilidade dos meios de comunicação no geral. Conforme Jelin (2005) e Feld (2002), muitos foram transmitidos em rede nacional sem som em uma seleção diária de cerca de três minutos.

¹²⁴ Brodsky, Marcelo. **Memoria en construcción**: el debate sobre la ESMA. Buenos Aires: La Marca Editora, 2005.

¹²⁵ Irmão de um dos desaparecidos que esteve na ESMA que pôde ser reconhecido graças à fotografia de Basterra. Na época da ditadura Marcelo Brodsky esteve exilado na Espanha.



Figura 36 — Fotografia de Marcelo Brodsky durante divulgação do seu livro no *Museo Sitio de Memoria*, Argentina, 2017.
Fonte: *Museo Sitio Memoria*.

Os retratos de Victor Bastera tiveram uma grande circularidade pelo país, antes mesmo da inauguração do *Museo Sitio de Memoria*, como, por exemplo, com a mostra artística¹²⁶ *Rostros, fotos sacadas de la ESMA*, a qual exibe 80 fotografias retiradas da ESMA por Bastera, entre as quais observa-se tanto os presos desaparecidos quanto os repressores. A referida mostra circulou por diversas localidades do país e muitas vezes Bastera acompanhou e participou das atividades relacionadas às exposições “refiriendo algunos tramos de su relato, y dando charlas y reportajes como marco de dichas actividades” (FELD, 2014, p. 46).

Já no *Museo Sitio de Memoria*, a mostra em caráter permanente selecionou uma pequena parte do conjunto de retratos¹²⁷ obtidos por Bastera, intitulado como *El Informe de Bastera*¹²⁸ e exposto em um grande painel de acrílico situado ao fundo do sótão, em lugar central e de destaque (Figura 37). Assim que entra no amplo e relativamente vazio espaço do sótão, o visitante pode observar painéis expositivos dispostos paralelamente, formando um tipo de corredor comprido que leva ao o painel. Os painéis têm o objetivo de informar as atividades repressivas que ocorriam

¹²⁶ “La muestra fue curada en 2007 por iniciativa del Museo de Arte y Memoria de la Plata y luego reproducida por el Instituto Espacio para la Memoria (IEM). Desde entonces, fue llevada a diversos puntos del país en el marco de conmemoraciones, actividades memoriales e iniciativas culturales vinculadas a la historia reciente” (FELD, 2014, p. 46).

¹²⁷ As fotografias expostas no porão fazem parte de um conjunto maior com centenas de fotografias.

¹²⁸ O mesmo nome atribuído ao conjunto documental e ao relato apresentados à justiça argentina.

naquele lugar. Mapas e plantas baixas indicam as designações das salas que eram utilizadas na época da ditadura, conforme mencionado anteriormente: sala de tortura, enfermaria, laboratório fotográfico etc. Ainda no porão, essas salas estão abertas para visitação e em uma delas há um televisor transmitindo a gravação do testemunho de Bastera diante do Tribunal de Justiça ocorrido no ano de 1985.



Figura 37 — Fotografia da exposição permanente localizada no porão do *Museo Sitio de Memoria*, Argentina.

Fonte: Site do *Museo Sitio de Memoria*.

Os retratos expostos no painel e evidenciados nas (Figuras 38 e 39) mostram apenas algumas das pessoas mortas ou desaparecidas que Bastera fotografou. Nesse espaço não há qualquer identificação ou informação sobre essas pessoas, entretanto, em outro prédio situado no complexo da ESMA observou-se esses mesmos retratos expostos em *banners* com identificação e informações relativas às circunstâncias de seus desaparecimentos. De qualquer modo, mesmo sem muitas informações esses retratos inseridos naquele espaço simbolizam, evidenciam e representam os horrores ali cometidos.

La operación fracasada de la identificación deja aquí al descubierto todo el horror de la desaparición. Por lo tanto, así expuestas, estas fotos de los desaparecidos muestran el núcleo duro del horror allí donde su articulación con la palabra fracasa, donde se frustra la posibilidad de nombrar y sustraer simbólicamente a cada individuo del conjunto anónimo de los desaparecidos. (FELD, 2014, pp. 35–36)



Figura 38 — Fotografia de visitantes observando o painel expositivo *El Informe de Bastera*, Argentina, 2017.

Fonte: *Museo Sitio de Memoria* (2017).



Figura 39 — Fotografia dos retratos expostos em *El Informe de Bastera*, Argentina, 2017.

Fonte: Dias (2017).

Esses retratos aliados ao relato testemunhal de Bastera sobre o que ocorria naquele local serviram para identificar tanto alguns dos desaparecidos quanto os repressores, sendo, sobretudo, “imágenes que tienen el valor de prueba, que nos especifican que esas personas estuvieron dentro de la ESMA, algunos como detenidos y otros como repressores” (LARRALDE, 2015, p. 85). Além disso, esses retratos, conforme indicam García e Longoni (2013), originalmente foram obtidos de corpo inteiro, na posição frontal e lateral, muito parecidos com as fotografias de um

arquivo policial, entretanto, os ali expostos são recortes que evidenciam a parte superior dos corpos das vítimas, com foco nos seus rostos.

Las fotos de los detenidos-desaparecidos están recortadas con respecto a las originales. Este encuadre más reducido les quita algo de su efecto visual en cuanto a su capacidad de revelar los tormentos padecidos por las víctimas. En tanto que en las fotos originales algunos detenidos se veían con las manos esposadas o con una mano atada a su espalda. (FELD, 2014, p. 35)

O recorte dessas fotografias corresponde a uma opção expográfica e não evidencia os retratos na íntegra, ou seja, de corpo inteiro, mas estes podem ser observados em outras exposições, tais como a acima mencionada, e em *banners* expostos em outro prédio da ESMA¹²⁹, como os apresentados na Figura 40. A identificação das pessoas desaparecidas registradas por Bastera aconteceu por meio de relatos e testemunhos de vítimas sobreviventes e familiares. São eles: 1) Sosa; 2) Elsa; 3) Nora; 4) Graciela Estela Alberti; 5) Alberto Eliseo Donadio; 6) Ida Adad; 7) María Elsa Garreiro de Villafior; 8) Enrique Néstor Ardeti; 9) Pablo Armando Lepíscopo; 10) Juan Carlos José Chiaravalle; 11) Josefina Villafior; e 12) Fernando Rubén Brodsky. Além dos retratos das vítimas, há nesse outro prédio um outro conjunto de *banners* com os retratos dos oficiais militares da ESMA, também fotografados por Bastera, os quais foram muito úteis para a identificação dos algozes nos primeiros anos do retorno da democracia. Apesar desses banners não estarem expostos no *Museo Sitio de Memoria* (o lugar que a pesquisa estabeleceu como fonte), foram inseridos aqui por dialogarem e complementarem outras informações não contempladas no museu.

¹²⁹ Artigos publicados pelas autoras Dias e Michelon (2019; 2020) analisam os usos de retratos de mortos e desaparecidos em outros prédios ou lugares do Espaço de Memória e Direitos Humanos (ESMA).

Fotografias obtidas em situações limites, como essas, também foram feitas em outros contextos de violações de direitos humanos, conforme assinala Didi-Huberman (2004) em relação a quatro fotografias do campo de concentração nazista, também obtidas por um prisioneiro sobrevivente que conseguiu escondê-las com a intenção de servir no futuro como provas das atrocidades humanas ali ocorridas, instigam o observador a “imaginar o inimaginável”. Isso acontece mesmo sem as fotografias mostrarem o que de fato ali ocorreu — as torturas, as mortes e todo o aparato repressivo —, afinal não era essa a intenção dos repressores, que ordenaram a produção desses registros sem a intenção de disponibilizar a outros que não eles. Por isso, com a proximidade do término desses regimes autoritários, a maior parte desses registros foram escondidos ou destruídos. O pouco que se preservou e chegou ao conhecimento foi graças àqueles que em um ato de desespero, revolta e muita coragem conseguiram trazer mesmo que uma pequena parte dos registros à luz do conhecimento.

Estas fotos – asediadas tanto por la pérdida como por el retorno, por la presencia y la insistencia de aquello que se quiso borrar, destruir, aniquilar—ponen a prueba nuestra visión, nuestra comprensión y nuestra capacidad para “imaginar” la desaparición. (FELD, 2014, p.49)

Desse modo, conforme observa Feld (2014), ao aliar os retratos ao relato de Bastera foi configurada uma forma diferente de trabalho memorial, sendo também uma maneira de extrair o máximo possível do potencial memorial evidenciado pelo alto teor de testemunho, denúncia e luta inerente aos contextos nos quais esses retratos foram produzidos e posteriormente inseridos na produção memorial. Repletos de sentidos e significados, por meio de recursos expográficos, bem como trabalhos artísticos e culturais, Instituições de Memória, ao apropriarem-se desses retratos e relato e visibilizá-los, valorizam e reconhecem o corajoso ato de Victor Bastera.

4.1.3 Memorial da Resistência (São Paulo/Brasil)

O prédio onde o Memorial da Resistência está instalado foi construído no início do século XX e a partir de **1914** serviu como escritório e armazém da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1938 passou por algumas reformas e

adaptações para servir, a partir de **1940**¹³⁰, como sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo¹³¹ (DEOPS/SP) até **1983**, quando o órgão foi extinto¹³². A partir de então o prédio foi ocupado pela Delegacia de Defesa do Consumidor (DECON) até **1997**, quando a gestão do prédio passou da Secretaria de Justiça para a Secretaria de Cultura (FELIPINI, 2011). Durante seus anos de funcionamento o DEOPS funcionou como o braço forte do Estado¹³³, institucionalizando controle social e repressão às crescentes Manifestações Sociais contrárias aos regimes autoritários e vigilância e perseguição aos seus opositores políticos¹³⁴ com a pretensa designação da manutenção da ordem no país. No período político referente à ditadura civil-militar o prédio foi utilizado como prisão e lugar de tortura dos opositores do regime. Atualmente foi ressignificado como um lugar de memória e remete às memórias daquele período.

O prédio foi tombado como bem cultural em **1999** e no mesmo ano iniciou-se um projeto de restauração, concluído em **2002**. Nesse ano, sob responsabilidade do Arquivo do Estado de São Paulo, foi criado o Memorial da Liberdade, abrangendo o espaço das antigas celas do DEOPS/SP. Em **2004** a Pinacoteca do Estado assumiu a gestão do prédio e do então Memorial da Liberdade ali situado e instalou a Estação Pinacoteca (prédio anexo à Pinacoteca do Estado de SP). A partir de **2006**, conforme afirma Bruno (2010), inicia-se uma discussão entre a militância do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo e a Secretaria de Cultura do Estado visando a ampliação da ação do memorial a partir de um novo projeto museológico. Assim, em 1º de maio de **2008** houve alteração do nome para Memorial da Resistência e inicia-se a elaboração e execução do novo projeto museológico do espaço, o qual, de acordo com Bruno (2010, p. 06):

¹³¹ Ao longo do tempo a terminologia dessa delegacia foi alterada, passando a se chamar apenas Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), mas desempenhando as mesmas funções.

¹³² No contexto das Diretas Já.

¹³³ O DEOPS “foi criado em 1924, em uma época de agitações políticas e crise social, para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado.” DEOPS. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>. Acesso em: 15 jan. 2021.

¹³⁴ O DEOPS foi criado em 1924 e utilizado como órgão de controle de opositores dos regimes autoritários, passando pelo Estado Novo (Vargas) até a Ditadura civil-militar.

[...] representa a continuidade de esforços da sociedade civil e de instituições públicas no sentido de estimular o debate sobre os problemas referentes aos períodos de governos ditatoriais e de justiça transicional e, especialmente, de abordar as questões que problematizam a conquista dos direitos humanos, a partir da perspectiva da “resistência” em suas distintas expressões e mediante estratégias preservacionistas.

E em 24 de janeiro de **2009** é formalizada e concretizada a inauguração do Memorial da Resistência a partir da abertura oficial ao público. Esse fato foi, portanto, uma medida de implementação de Política Pública de Memória proveniente do Governo do Estado de São Paulo com o intuito de preservação e promoção da memória referente à repressão política ocorrida dentro de um recorte temporal bem abrangente, que situa todo o período republicano brasileiro¹³⁵, entretanto, a ênfase dada é essencialmente sobre o período referente ao regime político da ditadura civil-militar, o qual ficou conhecido pelo autoritarismo repressivo marcado por extrema violência política.

Conforme Felipini (2011), o espaço dedica-se à preservação de memórias da resistência e da repressão política do Brasil republicano (desde 1889 até os dias de hoje) por meio da musealização de parte do edifício e seu programa museológico foi estruturado através de procedimentos de pesquisa, salvaguarda (documentação e conservação) e comunicação patrimonial (exposição e ação educativo-cultural) orientados para o enfoque temático sobre resistência, controle e repressão política. O programa museológico visa fazer dessa instituição “um espaço voltado à reflexão e promoção de ações que contribuíssem para o exercício da cidadania, para o aprimoramento da democracia e da conscientização sobre a importância do respeito aos direitos humanos” (Felipini, 2011, p. 86).

O Memorial da Resistência¹³⁶ é um organismo público estadual gerido pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC) em parceria com a Secretaria da

¹³⁵ Desde 1889.

¹³⁶ Localizado na região do centro da cidade de São Paulo, no bairro Bom Retiro, o memorial integra a rota turística cultural pela proximidade com diversos pontos de interesse turístico da cidade, como a Sala São Paulo, a Estação da Luz, a Pinacoteca, o Museu da Língua Portuguesa, entre outros. O Memorial da Resistência está aberto de quarta a segunda, das 10 às 18 horas, e oferece visita guiada com duração de 75 minutos mediante agendamento prévio ou número mínimo de seis pessoas. De acordo com o relatório divulgado no portal da transparência do Estado de São Paulo, ao longo do período de 2009 a 2018 o Memorial da Resistência recebeu 737.730 visitantes. Esse número é consideravelmente superior, se comparado ao *Museo Sitio de Memoria*, mencionado no tópico acima, entretanto deve ser considerada também a diferença do período desses registros e que na Argentina a inauguração do museu foi no ano de 2015, havendo uma diferença de seis anos de funcionamento entre ambos.

Cultura do governo do Estado de São Paulo. Desde 2009, ano de abertura ao público, o Memorial da Resistência de São Paulo é membro da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, uma rede mundial que interliga instituições dedicadas à preservação e promoção das memórias relativas às violações dos direitos humanos com o propósito unificador de promover reflexões sobre as lutas por justiça na atualidade.

4.1.4 O espaço expositivo do Memorial da Resistência e os usos dos retratos de mortos e desaparecidos

O espaço expositivo do Memorial da Resistência composto pelas Exposições de Longa Duração, ou seja, de caráter permanente¹³⁷, foi o foco da observação para obtenção dos dados para esta pesquisa. Procurou-se os usos dos retratos de mortos e desaparecido inseridos no espaço expositivo interno do Memorial da Resistência, visto que em sua parte externa, diferentemente do *Museo Sitio de Memoria*¹³⁸, não há intervenção na fachada. Tal característica certamente ocorre em virtude da própria constituição do prédio, suas características arquitetônicas e históricas e seu tombamento, que não permite modificações estéticas ou conceituais em seu conjunto. Embora tenham sido oportunizadas algumas mudanças e adaptações na parte interna do espaço museológico, as quais descaracterizaram o antigo uso do lugar¹³⁹ enquanto um departamento de polícia repressiva que serviu de tortura e cativeiro aos presos políticos.

De acordo com informações extraídas do próprio site, a expografia de longa duração compõe-se em quatro módulos: a) O edifício e suas memórias; b) Controle, repressão e resistência: o tempo político da memória; c) A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP; e d) Da carceragem ao Centro de Referência.

¹³⁷ Conforme o plano museológico.

¹³⁸ Outra característica que difere a Instituição de Memória brasileira da argentina. O Memorial da Resistência, localizado na região central, não está inserido dentro de um complexo maior protegido por grades e portões, sua fachada externa está voltada para uma rua bastante movimentada e a fachada interna para um estacionamento.

¹³⁹ O ocorrido é uma discussão gerada no campo da museologia, não cabendo a esta pesquisa fazer juízo de valor, pois fugiria da proposta de discussão da tese.

Dos quatro módulos, a pesquisa deteve-se no módulo C, o qual apresentou o uso dos retratos de mortos e desaparecidos.

As fotografias evidenciadas no espaço expositivo do Memorial da Resistência estão dispostas em painéis informativos e compõem a expografia museológica do espaço. De acordo com Dias e Michelon (2020), as fotografias compõem um conjunto visual que mistura texto e imagem, corroborando na construção da narrativa visual construída no espaço e ao mesmo tempo ilustrando o contexto ditatorial militar, e “têm como propósito informar o que representou a ditadura e mostrar suas práticas repressivas dentro e fora das dependências do DEOPS e há também uma parte informativa sobre o processo de patrimonialização do prédio” (DIAS; MICHELON, 2020, p. 10). Essas fotografias são majoritariamente do gênero jornalístico e, portanto, não se enquadram na análise desta tese.

Dos quatro módulos acima mencionados, no módulo C, relativo ao espaço das celas onde os presos e torturados ficavam, foi observado o uso dos retratos de mortos e desaparecidos na Cella 2, e embora esta seja a única exposição do Memorial da Resistência em que o uso dos retratos esteja evidenciado, ela é bastante impactante. Ao entrar na pequena, fria, silenciosa e sombria cela, o visitante observa a projeção do vídeo¹⁴⁰ sobre uma placa quadrada de acrílico centralizada no meio cela. Com aproximadamente cinco minutos de duração e em modo contínuo de *looping*, o vídeo exibido é uma edição audiovisual de fotografias relativas ao antigo arquivo documental do DEOPS que mostra as fichas e retratos dos militantes e perseguidos políticos que por ali estiveram e muitos não voltaram. O vídeo inicia com uma tela escura e o som de água pingando e aos poucos surgem as palavras que compõe um pequeno texto, transcrito abaixo.

Nesse prédio, uma das inúmeras prisões políticas do período da ditadura-militar (1964 – 1985). Milhares de pessoas foram presas em consequência da ação sistemática e exacerbada de vigilância e controle desenvolvida por diferentes órgãos de repressão, dentre eles o DEOPS/SP. Muitas continuam desaparecidas até hoje e outras morreram em consequência das torturas.¹⁴¹

¹⁴⁰ É importante salientar que o vídeo exibido na Cella 2 foi produzido pelo Estúdio Preto e Branco para compor a expografia do memorial, venceu o Prêmio de Curta Metragem e foi premiado no *Festival International de l'Audiovisuel et du Multimédia sur le Patrimoine* (FIAMP) realizado na cidade de Turim, Itália, em 2009.

Na sequência, a um som dramático de fundo misturado com o teclar de uma máquina de datilografia, apresenta-se uma série de fotografias e imagens de gavetas de armário de arquivo físico, fichas e retratos dos presos ali fichados.

A edição do vídeo destaca uma montagem que insere alguns elementos gráficos sobrepostos aos retratos, como manchas alusivas à sangue e, escritas nas fichas dos detentos, algumas das palavras relativas ao destino final daquelas pessoas — preso, falecido, executado — e às designações dadas pelos militares a elas — subversivo, terrorista, elemento de esquerda, pertencente a algum partido ou organização opositora ao regime.

Ao final, gradativamente e em velocidade ascendente, aparecem na tela vários outros retratos dispostos lado a lado que se movem aleatoriamente intercalando de posição na tela até preencherem todo o painel. Repentinamente o som e a apresentação de imagens cessam e a tela escurece e aos poucos, ao som das teclas de uma máquina de escrever, aparece um pequeno texto final transcrito a seguir: “Esta sala é uma homenagem a todos aqueles que lutaram e lutam imbuídos do ideal de justiça e democracia” (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA – CELA 2, 2009). Por fim, o vídeo finaliza com o logo¹⁴² do Memorial da Resistência. Após alguns segundos, a exibição reinicia automaticamente. De acordo com Katia Felipini, museóloga e uma das pessoas que atuaram na concepção e elaboração do plano museológico do Memorial da Resistência afirma:

Na Cella 2, queríamos que as pessoas soubessem que esse prédio foi apenas um dos muitos que foram utilizados pela ditadura como lugares para prisão e tortura. Mas também queríamos homenagear todas as pessoas que resistiram. Porque quando você começa a trabalhar mais próximo dessas pessoas e dessa temática, você quer, de alguma forma, fazer uma homenagem. (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, p. 119, 2018)

Os retratos apresentados no vídeo são representativos de todos os presos, mortos e desaparecidos do contexto ditatorial e destacam quatro prisioneiros fichados no DOPS que tiveram como destino a morte: Olavo Hansen, Eduardo Leite, Devanir de Carvalho e Luiz Hirata. Os retratos, em sua maioria em 3x4 e em posição

¹⁴¹ Memorial da Resistência – Cella II. Prudação: Estúdio Preto e Branco. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2009. 1 vídeo (4:24min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ULp4AuKrRz4&ab_channel=Est%C3%BAdioPretoeBranco. Acesso em: 18 nov. 2020

¹⁴² O logo em cor vermelha representa as grades das celas do Memorial da Resistência.

frontal, demonstram o semblante sério dos prisioneiros. O conjunto de fotografias¹⁴³ abaixo apresentado foi extraído do vídeo em questão. A Figura 42a mostra um retrato de Olavo Hansen feito nas dependências do DOPS/SP, provavelmente para o registro de entrada na prisão — o destaque do carimbo sobre o retrato e a placa com uma numeração que Hansen expõe à sua frente são indicativos disso; a Figura 42b evidencia esse mesmo retrato fixado a uma ficha com informações relativas ao prisioneiro político. Na sequência observa-se a mesma fotografia com a adição sobreposta das palavras “pessoas mortas” em letras que fazem alusão à escrita de uma máquina datilográfica (Figura 42c). Por fim, a Figura 42d apresenta o retrato de Hansen um pouco mais jovem, o qual certamente foi produzido para seu documento de identidade.

¹⁴³ Todos os presos políticos, mortos e/ou desaparecidos aqui mencionados, assim como outros tantos, eram militantes de alguma organização política de oposição ao governo militar e/ou sindicalista, conforme consta no Dossiê Ditadura (2009).



Figura 42 — Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2 com foco em retratos de Olavo Hansen.

Fonte: Memorial da Resistência.

O próximo retrato é de Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri. O vídeo mostra uma ficha em formato retangular preenchida com informações pessoais de Leite e um retrato afixado na parte superior (Figura 43), no qual ele está vestido com uma farda militar. De acordo com o Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (2009), Leite ingressou no Exército em 1967 e desde muito jovem começou na militância política. A ficha em questão parece ser uma ficha do exército, pois a próprio retrato 3x4 nele fixado remete a isso. No vídeo aparece também uma pasta identificada por uma numeração e o carimbo escrito “fichado”. O caso de Leite foi considerado um dos mais cruéis que se tem conhecimento. Conforme relatos que

constam no referido dossiê, foram 109 dias consecutivos de torturas ocorridas em diversos locais.

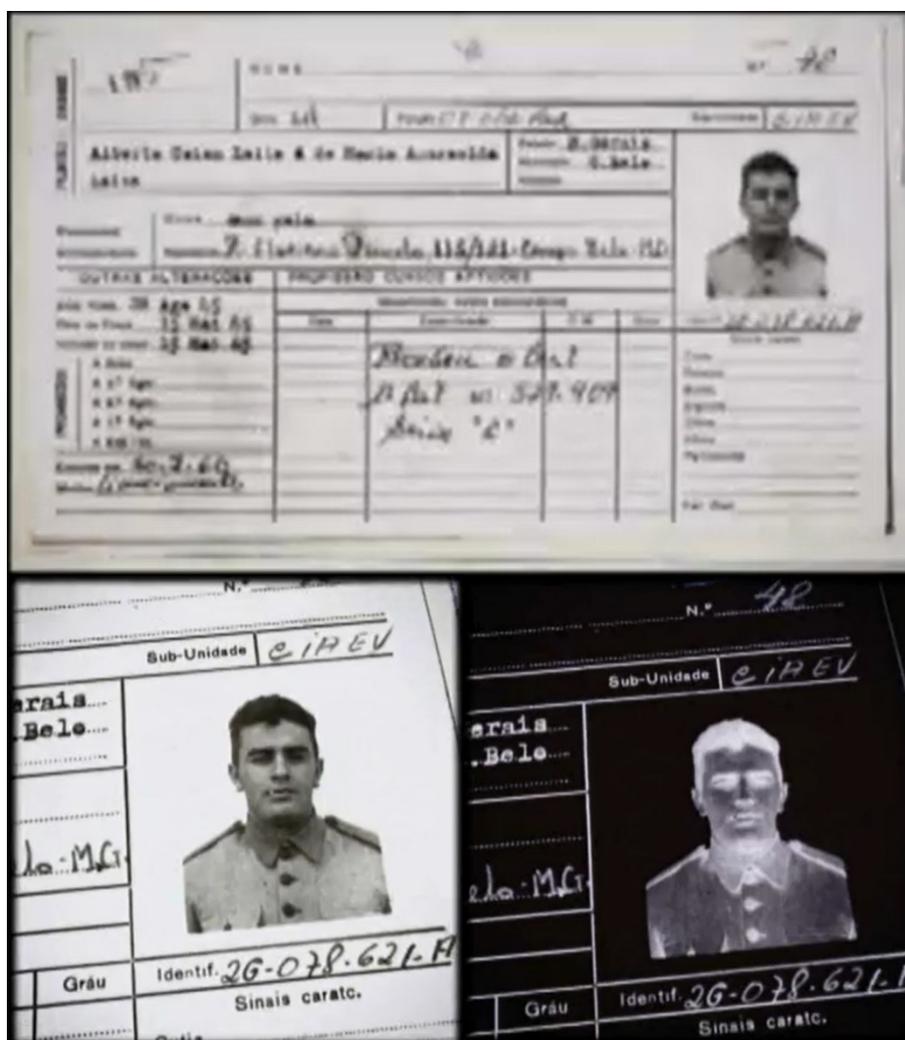


Figura 43 — Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2 com foco no retrato de Eduardo Collen Leite.
Fonte: Memorial da Resistência.

O próximo retrato, de Devanir José de Carvalho, surge repentinamente e rapidamente da tela como se fosse *flashes* (Figura 44), inclusive também como uma imagem negativada (quando as tonalidades da imagem se invertem). O vídeo intercala o retrato de Carvalho com imagens das gavetas de arquivo repletas de fichas e a imagem de um auto de qualificação. Depois aparece novamente, agora no formato de um retrato 3x4 produzido para um fim documental. Na sequência é possível ver a imagem de Carvalho esmaecendo-se e retornando com a mancha de sangue sobreposta em seu rosto.



Figura 44 — Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2 com foco em retratos de Devanir José de Carvalho.
Fonte: Memorial da Resistência.

Os últimos retratos exibidos são de Luiz Hirata (Figura 45). O primeiro que aparece é o tradicional 3X4, intercalando também com imagens de fichas e gavetas de arquivo (Figura 45a e 45b). Repentinamente outro retrato aparece, dessa vez de Hirata morto. Primeiro e muito rapidamente surge o retrato negativado (Figura 45c) com uma numeração na região do seu tórax nu e em seguida, com um tempo um pouco mais pausado, o mesmo retrato reaparece com maior foco no rosto de Hirata e é possível ver seus olhos semiabertos e cabelos despenteados (Figura 46d). Alguns instantes depois, sobrepõe-se ao retrato a imagem de um atestado de óbito¹⁴⁴ (Figura 46e), remetendo o observador ao destino de Hirata.

¹⁴⁴ Fornecido pela Instituto Médico Legal (IML) e no qual, segundo Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (2009), há incongruências sobre a *causa mortis*, registrada como morte natural, e as marcas de tortura.



Figura 45 — Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2 com foco em retratos de Luiz Hirata.

Fonte: Memorial da Resistência.

Exceto pelas fotografias de Hirata já morto e de Hansen sendo registrado como prisioneiro, os retratos apresentados na Cella 2 são retratos 3x4, os quais todo cidadão tem para identificar-se como membro da sociedade à qual pertence. Não há indicação de autoria dessas imagens, mas, em relação aos retratos obtidos nas dependências do DEOPS, possivelmente foram feitos por oficiais militares, pois não há relatos de que foram feitos por algum prisioneiro, como no caso da Argentina. Esses retratos analisados dentro do contexto em que estão inseridos, que falam *per si*, misturados a outros elementos como as imagens de arquivos policiais, fichas, autos de qualificação, certidões de óbito, manchas vermelhas que remetem ao sangue ali derramado e palavras que impactam pelo que significam indicam o destino imposto a essas pessoas pelo regime autoritário e repressivo daquela época e prestam uma dupla homenagem: a todos os que lutaram e àqueles que continuam lutando pelos ideais de justiça e democracia.

4.2 OS RETRATOS DE MORTOS E DESAPARECIDOS NAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS: ARGENTINA E BRASIL

4.2.1 Marcha do Dia da Memória Verdade e Justiça

Na Argentina as Manifestações Sociais que acontecem na data do golpe originaram-se das primeiras rondas das *Madres de Plaza de Mayo*, ocorridas durante a ditadura, em que algumas *Madres* se dirigiram à Casa Rosada¹⁴⁵ com retratos de seus filhos desaparecidos em mãos com o intuito de saber onde eles estavam (Jelin, 2002; 2017). Gradativamente, à medida em que as desapareições de pessoas aumentavam, a concentração das *Madres* se intensificava e, ao serem impedidas de ficarem ali paradas e dispersadas pelos policiais, elas obedeciam literalmente ao comando de circularem: caminhavam em silêncio ao redor da pirâmide situada em frente à Casa Rosada. Assim, em **1977** as primeiras rondas aconteceram e desde então ocorrem de forma ininterrupta. As *Madres* preferem designar esse ato como “marcha” e não “ronda”, porque “la ronda es sobre lo mismo, pero marchar es marchar hacia algo” (Memoria Abierta, 2002 apud Jelin, 2017, p. 116).

Essa dinâmica ganhou visibilidade e importância na cena nacional e internacional da época, o que impulsionou o crescimento do movimento em prol dos direitos humanos e assim, em **1981**, ainda durante a ditadura, as *Madres* organizaram a primeira *Marcha da Resistencia* e em **1982** *La Marcha por la Vida*, considerada a primeira manifestação massiva organizada “por importantes personalidades del movimiento de derechos humanos, de la politica, de iglesias, del mundo gremial e intelectual, y aglutinó a más de 10.000 personas” (Jelin, 2017, p. 107). Nesse contexto formularam-se os primeiras consignas, “*Aparición con Vida*” e “*Com Vida se los Llevaron, com vida los queremos*”, observadas nas faixas utilizadas durante as manifestações.

Esse contexto de Manifestações Sociais continuou após o fim da ditadura e agregou outras reivindicações, como a verdade e a justiça sobre os crimes contra lesa-humanidade. Assim, desde **1983**, após o reestabelecimento da democracia, o dia 24 de março, relativo ao dia do golpe militar argentino, foi incorporado pelas

¹⁴⁵ Sede do governo argentino.

Madres nas suas marchas como um dia de manifestar na rua o repúdio à ditadura e a tudo que ela representou. Conforme Jelin (2017), o movimento adquiriu força a partir de **1996** após a declaração de um general das forças armadas confirmando a existência dos voos da morte, fato que causou grande impacto e reação na população em geral e fez com que outros movimentos sociais, organizações de direitos humanos e parcela significativa da população se agregassem à luta.

A cada ano a participação das pessoas aumentou gradativamente e a partir do ano **2000**, com a mudança de governo com Néstor Kirchner alinhado e simpático aos direitos humanos, as marchas se intensificaram de forma significativa, conquistaram importante apoio político e contaram com a participação massiva de pessoas indo às ruas em apoio aos movimentos sociais e aos organismos de direitos humanos surgidos pela luta e perseverança das *Madres* em defesa da memória, da verdade e da justiça.

Nessa crescente onda popular, em **2002** o Congresso Nacional criou a Lei nº 25.633, que estabeleceu o dia 24 de março como o *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, mas sem o caráter de dia não laboral. Em **2006**, após 30 anos do Golpe de Estado argentino, o então presidente Nestor Kirchner, por meio da Lei nº 26.085, inclui a data no calendário oficial como feriado não laboral e imóvel¹⁴⁶, incorporando-o aos calendários escolares e impulsionando atividades alusivas à consolidação da memória coletiva da sociedade.

Assim, diante desse significativo ato simbólico, o dia 24 de março foi convertido em um dia de comemoração nacional, no qual diversos agrupamentos, movimentos sociais, organismos de direitos humanos¹⁴⁷ e a população em geral se dirigem à *Plaza de Mayo* para homenagear a memória das vítimas, valorar a luta e renová-la para manutenção das conquistas alcançadas no que se refere aos trabalhos memoriais, à verdade e à justiça.

¹⁴⁶ Ocorre independente do dia da semana.

¹⁴⁷ Algumas das principais organizações de direitos humanos participantes: *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, Asociación Madres, Abuelas de Plaza de Mayo, Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas, H.I.J.O.S. Capital, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos La Matanza, Asociación Buena Memoria, Centro de Estudios Legales y Sociales, Comisión Memoria, Verdad y Justicia Zona Norte, Familiares y Compañeros de los 12 de la Santa Cruz, Fundación Memoria Histórica y Social Argentina, Liga Argentina por los Derechos Humanos, Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos.*

As Figuras 46 e 47 mostram a chegada das *Madres* na manifestação. O primeiro conjunto de fotografias é respectivo à chegada da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* e o segundo conjunto mostra a chegada das *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*. Conforme ilustram as figuras a seguir, a chegada das *Madres* é um momento bastante esperado pelo público.



Figura 46 — Fotografias das *Madres da Asociación Madres de Plaza de Mayo* chegando à *Marcha do Dia da Memória*, Argentina, 2019.
Fonte: Aboaf (2019).



Figura 47 — Fotografias das Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora chegando a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2017 e 2019.
Fonte: Hasenberg (2017; 2019).

O exposto acima evidencia o contexto no qual as Manifestações Sociais ocorridas no dia 24 de março transformaram esse dia e tudo o que ele representa em uma data de comemoração, homenagem e celebração nacional. Nesse dia a movimentação tem início desde o período da manhã e intensifica-se ao longo da tarde. Partindo de diversos pontos da cidade, os diversos organismos de direitos humanos se organizam e se dirigem em marcha pela Avenida de Maio em sentido à *Plaza de Mayo*, lugar onde acontece a grande concentração de pessoas. Durante esse percurso alguns grupos apresentam suas performances artísticas e culturais no entorno da praça, dando uma dinâmica bastante festiva ao evento conforme evidenciado nas Figuras 48, 49 e 50.



Figura 48 — Fotografia de pessoas se apresentando no entorno da *Plaza de Mayo*, Argentina, 2017.
Fonte: Brigo (2017).



Figura 49 — Fotografia de performances ocorridas no entorno da *Plaza de Mayo*, Argentina, 2017.
Fonte: Jovet (2017).



Figura 50 — Fotografias de apresentações artísticas ocorridas no entorno da Plaza de Mayo, Argentina, 2017 e 2019.
Fonte: Horton (2017;2019).

Ao longo do dia representantes das organizações, familiares e personalidades discursam no palanque instalado em frente à Casa Rosada, conforme Figuras 51 e 52. É importante salientar que a marcha do dia da memória, tem abrangência nacional e diversas cidades se mobilizam nessa data para suas marchas locais. A marcha aqui referenciada é a multitudinária marcha que ocorre na capital federal na Província de Buenos Aires e recebe um público anual de 100 mil pessoas.



Figura 51 — Fotografia do Palanque em que representantes das organizações, familiares e personalidades discursam durante Dia da Memória Verdade e Justiça, Argentina, 2016.
Fonte: Brigo (2016).



Figura 52 — Fotografia de representantes discursando durante Dia da Memória Verdade e Justiça, Argentina, 2016.
Fonte: Jovet (2018).

Desde a primeira marcha, em 1983, até 2019 foram 36 edições, sendo que desde 2006, com o decreto do feriado do *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, a marcha recebeu o nome de *Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia* e adquiriu maior abrangência e visibilidade. Em suas divulgações e convocatórias não há menção ao número de edições e sim o ano de aniversário

do golpe, por exemplo, em 2020 foi o 44º aniversário do golpe e assim aparece nas convocatórias.

Em relação ao referido ano, pela primeira vez não houve a marcha na rua em razão da pandemia do Covid-19, mas aconteceram atividades alternativas em canais de comunicação e redes sociais promovidas pelas organizações sociais e de direitos humanos, realizando-se, assim, a Primeira Marcha pelas Redes, que convocou as pessoas a participarem a partir das suas redes sociais, compartilhando conteúdo relativo às marchas.

As atividades mais divulgadas nas redes foram: a) “*Pañuelazo Blanco*”, convocada pela *Asociación Abuelas da Plaza de Mayo* e demais organismos de direitos humanos, com o objetivo de que a população compartilhasse nas redes sociais¹⁴⁸ fotos de lenços brancos fixados nas janelas, balcões, varandas e portas de suas casas; b) “*Proyectorazo por la Memória, Verdad y Justicia*”, promovido pelo Espaço de Memória e Direitos Humanos, que disponibilizou um *link* para *download* de imagens a serem projetadas nas paredes externas nas cidades argentinas; c) Transmissão Especial da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* a partir das quinze horas e quinze minutos na página do *Facebook* da associação e no seu canal no *Youtube* (nessa ocasião a associação recebeu vídeos e os exibiu em recordação e reivindicação aos desaparecidos).

Antes de dar prosseguimento e apresentar as fotografias analisadas da Marcha do Dia da Memória, é importante destacar que na Argentina há também outras significativas Manifestações Sociais relacionadas à mesma temática, ou seja, dedicadas a memórias das vítimas da ditadura e à luta continuada pela verdade e justiça, ambas promovidas pela *Asociación Madres de Plaza de Mayo*. Entre elas há as marchas semanais¹⁴⁹, que ocorrem sistematicamente desde a época da ditadura todas as quintas-feiras, a partir das três horas da tarde, como uma forma continuada e perseverante de resistência e nas quais as *Madres*, acompanhadas por apoiadores, outras organizações sociais e o público, fazem a habitual “ronda” e

¹⁴⁸ A orientação era publicar as fotos seguidas das *hashtags* #ConstruimosMemoria #MesDeLaMemoria #PañuelosComMemoria. A convocatória foi: “*Sin marcha, pero com memoria*”.

¹⁴⁹ As marchas semanais são contabilizadas e informadas no site da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* e desde a primeira, ocorrida em 30 de abril de 1977, até o dia 1 de abril de 2021 foram realizadas 2.242 edições. As marchas presenciais foram interrompidas durante a pandemia, entretanto as mães deram continuidade ao evento nas redes sociais.

marcham durante aproximadamente uma hora ao redor da referida pirâmide localizada em frente à Casa Rosada, na *Plaza de Mayo*.

E há também a já referida *Marcha de la Resistencia*¹⁵⁰, que igualmente teve sua primeira ocorrência durante a ditadura (1981) e ocorre na *Plaza de Mayo*, perto do dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos¹⁵¹, sendo uma vigília que ocorre durante 24 horas ininterruptas, na qual as *Asociación Madres de Plaza de Mayo* e diversas organizações sociais e políticas apoiadoras marcham como forma de protesto contra políticas liberais de direita.

Essas marchas são consideradas pelos membros da *Asociación Madres* e seus apoiadores uma ferramenta de luta e resistência política e ocorrem sobretudo durante governos de ideologia liberal, considerados de direita. Por exemplo, durante a presidência nacional de Néstor Kirchner (partido de esquerda) houve a suspensão das marchas por ser considerado que esse governo não representava ameaças a lutas e conquistas relativas aos direitos humanos e estava alinhado às causas mais humanitárias. Em 2015, com a presidência de Mauricio Macri (partido de direita), a *Marcha da Resistencia* retornou até 2019, ano em que a governança do país retorna à ideologia de esquerda e as marchas são novamente suspensas. Em ambas as manifestações há o uso de retratos de mortos e desaparecidos, embora com menos quantidade, intensidade e visibilidade se comparado à *Marcha do Dia da Memória*.

Ao descrever a conjuntura em que as Manifestações Sociais argentinas acontecem, o exposto nas linhas acima insere também o contexto em que os retratos de mortos e desaparecidos são utilizados. O princípio dos usos desses retratos se refere ao testemunho e à denúncia dos desaparecimentos dos indivíduos. À medida em que o tempo torna esses desaparecimentos e ausências cada vez mais presentes, adiciona-se aos retratos o uso de luta por reconhecimento e reparação.

O conjunto documental analisado pela pesquisa, ou seja, as fotografias selecionadas dentro do campo de observação e critérios estabelecidos, indicou uma diversidade nos tipos e formatos de retratos utilizados na Manifestação Social do Dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça, entre eles: a) uma grande faixa

¹⁵⁰ La Marcha de la Resistencia. Asociación Madres de Plaza de Mayo. Disponível em: <https://madres.org/index.php/la-marcha-de-la-resistencia/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

¹⁵¹ UNESCO. 10 de dezembro: dia internacional dos direitos humanos. Disponível em: [https://www.bfucaunesco.org.br/index.php/component/k2/item/42-10-de-dezembro-dia-internacional-dos-direitos-humanos#:~:text=O%20dia%2010%20de%20dezembro,durante%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial](https://www.bfucaunesco.org.br/index.php/component/k2/item/42-10-de-dezembro-dia-internacional-dos-direitos-humanos#:~:text=O%20dia%2010%20de%20dezembro,durante%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial.). Acesso em: 11 fev. 2021.

contínua transportada por diversas pessoas ao longo do percurso da marcha na rua; b) projeções em uma tela sobre um palco onde personalidades discursam durante o evento; c) diversos cartazes pendurados no pescoço; d) ampliações maiores em formato de pôster; e) cartazes fixados em suportes de madeira “pirulito”; f) camisetas estampadas; g) botons; h) bandeiras; etc.

Dessa diversidade de retratos há duas situações de usos: o uso coletivo, evidenciado quando um grupo de pessoas segura ao mesmo tempo retratos semelhantes, confeccionados de forma padronizada e dispostos ou apresentados por um grupo de pessoas um coletivo (Figura 53); e o uso individual, quando uma pessoa, geralmente familiar, traz consigo o seu próprio retrato de casa — são essas as oito fotografias selecionadas¹⁵² e apresentadas a seguir (Figuras 55 a 62). As informações relativas ao contexto de vida e morte das pessoas nos retratos apresentados nas manifestações foram obtidas em sites informados nos Apêndices.

¹⁵² As fontes utilizadas para obtenção das informações sobre a vida e as circunstâncias de morte de cada uma das pessoas mortas ou desaparecidas representadas pelas oito fotografias a seguir estão indicadas nas fichas descritivas inseridas nos Apêndices.



Figura 53 — Fotografias que demonstram o uso coletivo dos retratos na *Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, Argentina, 2015 e 2017.
Fonte: Ugrotte (2015; 2017).



Figura 54 — Fotografia que demonstra o uso coletivo dos retratos na *Marcha del Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, Argentina, 2016.
Fonte: Brigo (2016).

A **primeira** foto (Figura 55) mostra o retrato de Carlos Alberto Rizzo Molina carregado por sua irmã Adelina Dolores Lara Rizzo Molina. Adelina e Carlos são filhos de Dolores Molina Rizzo, uma das fundadoras das *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*, falecida em 1997. Após a morte da mãe Adelina continuou a sua luta participando das marchas e, apesar de não ser mãe de desaparecido, integrando juntamente com as demais *Madres* a organização social.



Figura 55 — Fotografia de Adelina Dolores Rizzo Molina carregando o retrato de Carlos Alberto Rizzo Molin durante a Manifestação Social do Dia da Memória, Argentina, 2018.

Fonte: Horton (2018).

A fotografia mostra Adelina no centro do enquadramento fotográfico usando um lenço branco sobre a cabeça, símbolo da luta das *Madres*. De semblante alegre, denotado por um sorriso em seu rosto, Adelina direciona levemente sua cabeça e olhar para cima. Em primeiro plano, na parte inferior do quadro, evidencia-se um crachá em tamanho grande que Adelina carrega sobre o seu pescoço posicionado à frente de seu corpo. No enquadramento o crachá e o rosto de Adelina ocupam lugar de destaque, evidenciado pelo ângulo de baixo para cima escolhido pela fotógrafa, causando efeito de magnitude do objeto central da imagem. O crachá em formato retangular plastificado mostra em seu lado esquerdo o retrato frontal em preto e branco de Carlos, um homem de meia idade, magro, de cabelo castanho-escuro e bigode. É um retrato formal, em que ele usa paletó e gravata, certamente produzido para um documento de identidade. Abaixo do retrato, em letras maiúsculas em

destaque entre duas linhas retas paralelas, está escrito a palavra “*Hermano*”. No lado direito do crachá há seis linhas com a seguinte informação: Carlos Alberto Rizzo Molina, *Civil de la Escuela de Mecanica de la Armada, detenido desaparecido el 13-12-1977 a los 59 años*. Carlos, conforme indica o crachá, trabalhava como civil na ESMA e seu desaparecimento aconteceu logo no início da ditadura, mas não há testemunhos sobre ele ter estado preso em algum Centro Clandestino de Detenção Tortura e Extermínio.

A **segunda** fotografia (Figura 56) mostra o retrato de Enrique Alberto Colomer, carregado pelo seu neto Juan Colomer Perrier. A fotografia mostra um jovem rapaz de aproximadamente 15 anos em pé de frente para a câmera.

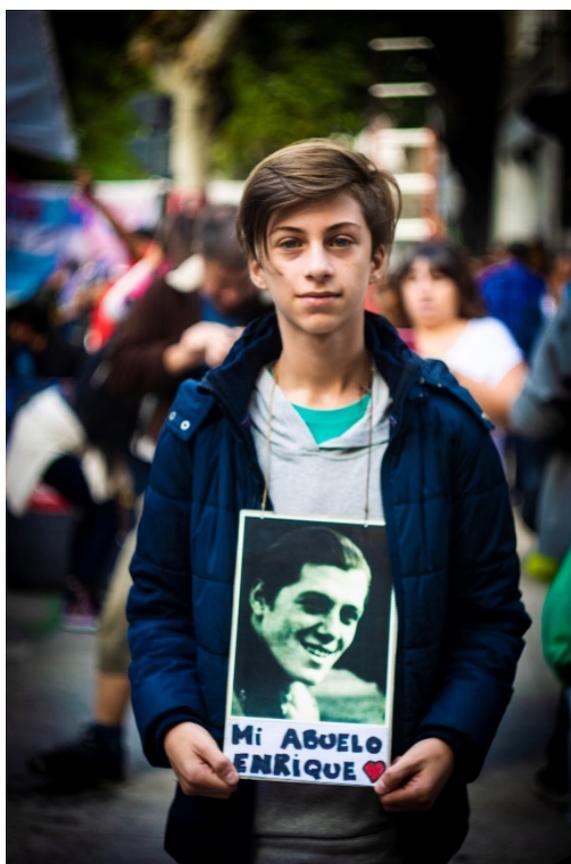


Figura 56 — Fotografia de Juan Colomer Perrier carregando o retrato de Enrique Alberto Colomer durante a Manifestação Social do Dia da Memória, Argentina, 2019.
Fonte: Bugacoff (2019).

O enquadramento centralizado evidencia em primeiro plano a parte superior do menino, que tem olhos claros e cabelos castanho-claros lisos penteados para lado direito com uma franja caindo sobre o seu rosto e encostando-a na bochecha.

Ele olha diretamente para frente, observando e aguardando o registro fotográfico. É sem dúvida uma fotografia posada. Pendurado ao redor do seu pescoço há um barbante que prende o retrato exposto à frente de seu corpo. O rapaz segura esse retrato pela parte inferior e o direciona para frente na intenção de que o registro não deixe de mostrar o seu avô. No retrato segurado há um outro jovem — um pouco mais velho que o menino que o segura — em meio perfil, sorrindo, com cabelos curtos penteados para o lado. Logo abaixo do retrato está escrito em letras azuis maiúsculas: *Mi Abuelo Enrique*. Ao final da frase há o desenho de um coração pintado de vermelho.

Enrique Alberto Colomer era casado e pai de dois filhos, residia em Buenos Aires e trabalhava para uma editora, por isso viajava pelo interior levando livros de arte e cultura. Em uma dessas viagens aproveitou para visitar seu irmão mais velho, o médico pediatra e ex-vereador pelo partido Frente Justicialista de Liberação na cidade de Córdoba, Roberto Colomer, e sua cunhada, a socióloga Cristina Fernandez, ambos militantes peronistas que haviam se mudado para o Mar del Plata por serem alvos de perseguição política.

E foi lá, na manhã do dia 20 de maio 1977, que ocorreu uma operação militar bastante violenta, de acordo com testemunhas locais. Agentes militares invadiram a casa do irmão de Enrique e, após uma revista geral, levaram-nos para interrogatório, o que significa dizer, naquela circunstância, tortura e desaparecimento. Enrique estava lá de passagem, não era militante político e nem alvo de investigação, mas, preocupado com a situação, identificou-se como irmão na tentativa de ajudar o casal e foi levado junto. Estavam na casa os filhos pequenos do casal e a tia de Cristina, que testemunharam o ocorrido. Desde então nunca mais foram vistos. Enrique, o rapaz no retrato, na ocasião tinha 29 anos.

A **terceira** fotografia (Figura 57) mostra o retrato de Daniel Victor Antokoletz estampado na camiseta de sua irmã mais nova, María Adela Antokoletz, professora de literatura e membro das *Madres Plaza de Mayo Línea Fundadora*. Sua mãe, com mesmo nome, foi presidente das *Madres* na década de 1980.



Figura 57 — Fotografia de María Adela Antokoletz vestindo uma camiseta com o retrato de Daniel Antokoletz durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2015.

Fonte: Hasenberg (2015).

María Adela está em primeiro plano, ocupando a maior parte do enquadramento fotográfico e evidenciando a parte superior de seu corpo. Ela está na rua, onde é possível observar que há várias pessoas ao seu redor. Sorrindo e com os olhos semiabertos, ela olha para frente em direção à câmera. Sobre a sua cabeça há o mesmo lenço branco, símbolo da luta das *Madres*. Ela veste uma camiseta branca estampada com o retrato de seu irmão desaparecido. O retrato em preto e branco, em meio perfil, evidencia o rosto de um homem jovem com cabelos e barba castanho-escuros e um discreto sorriso. Ele está sentado, possivelmente no chão, com os braços sobre os joelhos. Sua cabeça está levemente direcionada para o lado. Acima do retrato, em letras maiúsculas, está escrito seu nome: Daniel Victor Antokoletz.

Daniel Antokoletz nasceu em 22 de fevereiro de 1937 na cidade de Buenos Aires. Era advogado, professor universitário, doutor em Direito Internacional, atuava em defesa dos presos políticos da Argentina e do Chile e denunciou reiteradamente aos órgãos internacionais de direitos humanos as violações ocorridas durante o período da ditadura civil-militar. Casado com a advogada Liliana María Andrés de Antokoletz, ambos foram levados de sua casa na manhã do dia 10 de novembro de

1976 por um “*grupo de tareas*”¹⁵³ com pessoas vestidas de civis e armadas, as quais se identificaram como pertencentes às Forças de Segurança. Ao entrarem na casa, golpearam o casal e o forçaram a ficar no chão enquanto vasculharam minuciosamente a casa por mais de uma hora. Em seguida os levaram. Vizinhos presenciaram o ocorrido.

No início de sua militância Daniel tendia ao nacionalismo, e aos poucos foi se aproximando da ideologia de esquerda e, embora tenha se afiliado ao Partido Peronista, se definia como um Marxista. Sua passagem pela ESMA está provada por vários sobreviventes, inclusive sua esposa Liliana, que declarou ter ouvido os gritos dele durante as torturas e ter tido permissão para vê-lo apenas uma vez, na qual ela notou que ele caminhava com muita dificuldade. Liliana permaneceu sete dias no Centro Clandestino da ESMA e foi liberada por não terem considerado relação entre ela e o motivo que a levou à sua detenção, porém ela deveria ficar à disposição do Poder Executivo Nacional. Os militares expressaram também que sabiam que Daniel não pertencia à nenhuma organização armada, mas argumentaram que ele era perigoso, pois desempenhava papel ideológico de subversão, além de ser um prestigiado advogado e professor, causando influências indevidas. Eles disseram que Daniel, “*peor que un guerrillero, era un ideólogo*”.

Além disso, os militares insistiam que Daniel era um judeu, o que foi negado por sua esposa, não por ser algo desonroso, conforme pontuou Liliana, mas simplesmente porque ele não era. Daniel foi visto pela última vez na ESMA pela testemunha Martín Gras e permanece desaparecido até hoje. Sua irmã, Maria Adela, recorda-se dele como uma pessoa muito carinhosa e solidária, bastante travesso na infância e adolescência, e tinha um humor inteligente e irônico.

A **quarta** fotografia (Figura 58) mostra o retrato de Mónica Teszkiewicz ao redor do pescoço de seu primo Alberto Teszkiewicz. Durante alguns anos Alberto foi membro da Liga Argentina de Direitos Humanos. Na ocasião do 30º aniversário do golpe (2006), o retrato de Mónica foi usado pelos primos, que desde então continuam a levá-lo e usá-lo nas manifestações a cada ano.

¹⁵³Grupo de membros das forças armadas e paramilitares que tinham como função operacionalizar sequestros, torturas, apreensões, mortes e desaparecimentos.



Figura 58 — Fotografia de Alberto Teszkiewicz carregando o retrato de Monica Teszkiewicz durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2018.

Fonte: Horton (2018).

O posicionamento da câmera de baixo para cima evidencia Alberto e o retrato que ele carrega, que em primeiro plano ocupam o centro do enquadramento fotográfico. Alberto está em pé, olhando levemente para baixo, em direção à câmera, e sorrindo enquanto espera o registro. Na parte superior da fotografia o céu evidencia que a fotografia foi obtida na rua. O retrato de sua prima desaparecida está fixado ao redor de seu pescoço e localizado à frente do corpo de Alberto. Em preto e branco, o retrato de Mónica parece ser um recorte de uma reprodução fotográfica vinda de um álbum recordatório e está centralizado em um cartaz plastificado. Ela tem cabelos compridos castanho-escuros e sorri. Na parte superior do cartaz tipo crachá, acima do retrato, está escrito em letras maiúsculas: *Monica Teszkiewicz desaparecida el 10 de julio de 1976 a los 21 años*; e na parte inferior do crachá, abaixo do retrato, está escrito também em letras maiúsculas: *ni olvido ni perdon castigo a los culpables*.

Mónica nasceu em 7 de maio de 1955, era solteira, militante da Juventude Peronista e trabalhava como caixa na rede de supermercados Disco, em Buenos Aires, na Avenida Las Heras. Sequestrada em via pública no dia 10 de julho de 1976, com 21 anos, foi levada ao Centro Clandestino da ESMA, onde foi vista por um sobrevivente que foi testemunha no julgamento Megacausa ESMA, no qual Mónica foi um dos casos, identificada como uma das vítimas dos primeiros voos da morte.

A família de Mónica é grande, de origem judia polonesa, e apenas entre primos somam onze, muitos de segundo grau. Os pais e tios de Mónica eram antiperonistas e sem militância política, a maioria dos primos tinha algum tipo de militância ou posição de esquerda, suas duas irmãs não eram de esquerda e Mónica era a única peronista. Alberto relatou que só tomou conhecimento do posicionamento político da prima tardiamente e, fora o relacionamento carinhoso entre primos nos encontros familiares, sua ligação com Mónica ficou mais forte após o desaparecimento dela.

A **quinta** fotografia (Figura 59) mostra o retrato de Antoñanzas Nestor empunhado por uma senhora, cuja identidade não foi identificada. Ela caminha pela rua com apoio de uma bengala. Nessa rua observa-se que há movimentação de pessoas ao seu redor.



Figura 59 — Fotografia de uma senhora carregando um retrato de Nestor Ruben Antoñanzas durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2018. Fonte: Bugacoff (2018).

O enquadramento fotográfico evidencia na parte superior, em primeiro plano, um cartaz de fundo branco com um retrato preto e branco do tipo 3X4 de um rapaz na parte central. Ele tem o cabelo preto penteado com gel para o lado direito e costeletas ao redor das orelhas, olha para frente e demonstra um leve sorriso nos lábios. Acima desse retrato, em letras maiúsculas, está escrito o seu nome, Antoñanzas Nestor, e abaixo: *desaparecido 21/4/77 asesinado*. O cartaz está fixado por uma haste de madeira, a qual a referida senhora empunha posicionando o cartaz acima de seu rosto, encobrindo a sua testa. Ela usa óculos de sol e está com um semblante sério.

Nestor Ruben Antoñanzas nasceu em 23 de julho de 1947 em Mar del Plata, era estudante de engenharia e foi sequestrado no dia 22 de abril de 1977 durante o trajeto de Mar del Plata a Buenos Aires. Em 26 de junho do mesmo ano, com 29 anos, foi assassinado na região de El Tejado em um confronto forjado. Em 1996 seus restos mortais foram identificados. Em 2018 a Universidade de *La Plata*, na qual Néstor estudava, prestou uma homenagem a 67 ex-alunos e professores que foram

vítimas da ditadura, entregando, em uma cerimônia, às famílias os documentos recuperados pela concretização do *Proyecto Especial de reparación, digitalización y preservación de legajos de estudiantes de la UNLP víctimas del Terrorismo de Estado*, um trabalho memorial conjunto desenvolvido pela Faculdade de Psicologia, familiares, companheiros de militância e organismos de direitos humanos que reconstruíram a história de vida dos desaparecidos.

A **sexta** fotografia (Figura 60) mostra o retrato de Rosa Luján Taranto de Altamiranda empunhado por uma mulher cuja identidade não foi identificada. A manifestante segura com as mãos um cartaz fixado na ponta de uma haste de madeira e o posiciona à frente de seu corpo. Ela inclina levemente sua cabeça para a lateral direita, evidenciando o seu rosto com semblante sério. Ela olha diretamente para frente, em direção à câmera.



Figura 60 — Fotografia de uma mulher carregando a foto de Rosa Luján Taranto de Altamiranda durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2017.

Fonte: Horton (2017).

No referido cartaz há a reprodução de um retrato de uma mulher de cabelo curto, olhar marcante e seriedade no rosto. O retrato evidencia apenas o rosto da mulher, que ocupa praticamente todo o cartaz. Abaixo desse retrato, escrito em letras maiúsculas, está o sobrenome da mulher desaparecida, Taranto de Altamira, seguido das iniciais R. L. e as informações: Desap. 13-5-77 Leg.731.7B.26 - *Embarazada de 7 meses*.

Rosa Luján Taranto de Altamiranda nasceu em 13 de dezembro de 1956 em *Lanús* (Grande Buenos Aires) e era, assim como seu esposo, Horácio Antonio Altamiranda, militante PRT-ERP. Ela era conhecida entre seus companheiros como “*Rosita*” ou “*La Gitana*”. Rosa e Horácio foram sequestrados no dia 1º de maio de 1977 em casa, na região de Florêncio. Ela estava grávida de 7 meses e o casal já tinha outros dois filhos. No dia do sequestro o casal foi levado ao Centro Clandestino de Vesúvio. Em seu oitavo mês de gravidez Rosa foi levada ao Hospital Militar de Campo de Maio, onde “deu à luz” uma menina.

Após retornar ao cativeiro, Rosa relatou a suas companheiras que pensava em chamar sua filha de María Luján, mas ela, ainda criança, foi entregue ao Movimento Familiar Cristão, o qual a entregou à adoção e sua família adotiva chamou-a de María Belén. Maria Belén sempre soube que foi adotada e em 2005 resolveu iniciar uma busca para saber sua origem, então voluntariamente procurou a filial da *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo* em Córdoba. Em 2006 iniciou-se a investigação e exames genéticos e no ano seguinte veio a confirmação de que ela era filha de Rosa Luján e Horácio. Ambos continuam desaparecidos até hoje. A irmã de Rosa Luján e tia de María Belén, Gabriela, acabou conhecendo a sobrinha após todos esses anos.

A **sétima** fotografia (Figura 61) mostra o retrato de um casal, Inés Adriana Cobo Rondino e Rubem Alberto Storkdale, carregado por Carmem Isabel Rodino de Cobo, mãe da desaparecida, sogra do desaparecido e membro da *Asociación Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*.



Figura 61 — Fotografia de Carmem Isabel Rodino de Cobo carregando a foto de Inés Adriana Cobo e Ruben Alberto Storkdale durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2018.
Fonte: Horton (2018).

A cena retratada mostra em primeiro plano a *Madre* Carmem Isabel sentada em uma cadeira de rodas. Seus braços estão dobrados ao lado de seu corpo e suas mãos apoiadas na parte lateral da cadeira. Ela sorri de forma discreta com o olhar voltado para baixo. Sobre a sua cabeça está o mesmo lenço branco símbolo da luta das *Madres* e ela veste uma camiseta também branca na qual, preso por um pedacinho de pano feito para isso, há um retrato em preto e branco do jovem casal sentado lado a lado, bem próximos um do outro.

Ambos olham fixamente para frente em direção à câmera. Ele está voltado para frente e ela, meio de lado, vira levemente o pescoço na mesma direção. Ela tem cabelo castanho-claro comprido e levemente ondulado, olhar e semblante sereno e usa um lenço ao redor do pescoço que se destaca com sua blusa branca. Ele tem cabelo escuro e curto e usa camisa branca, gravata escura e paletó cinza-claro. Sua cabeça está levemente inclinada para baixo e seu olhar levantado para cima, encarando fixamente e com semblante sério a pessoa que os fotografa.

Abaixo do retrato em questão está escrito, em letras maiúsculas: Inés Adriana Cobo, 01–09–1976, 22 *años*, Ruben Alberto Storkdale, 03–09–1977, 25 *años*. Ao redor da cadeira há algumas pessoas, das quais é possível ver apenas a região da cintura para baixo e as mãos. Nos apoios na parte de trás da cadeira há mãos das pessoas que estão empurrando-a.

A desaparecida do retrato é Inés Adriana Cobo Rondino, cujo apelido era “Mafalda”. Ela nasceu em Buenos Aires no ano de 1953, era estudante de psicologia, trabalhava como jornalista na mesma revista em que seu pai era diretor e morava com os pais e uma irmã mais nova. Aos 20 anos conheceu Ruben e eles começaram um relacionamento. No dia 1º de setembro de 1976, com 22 anos, ao sair do trabalho Inés foi sequestrada em via pública e levada primeiro ao Centro Clandestino ESMA e depois ao Clube Atlético. Na ocasião de seu sequestro ela estava grávida de aproximadamente dois meses; seu filho deve ter nascido em cativeiro, entretanto não há certeza sobre esse fato. Inés era integrante da Igreja Metodista e trabalhava na causa dos pobres. Desde o curso secundário militava na Juventude Peronista (JP), na qual seus companheiros a chamavam de “María” ou “Juanita”.

Ruben Alberto Storkdale, o desaparecido do retrato, nasceu em Buenos Aires no ano de 1952 e trabalhava em uma agência de publicidade e em uma fábrica têxtil. Foi sequestrado em via pública no dia 3 de setembro de 1977, um ano após o sequestro de Inés. Ruben também era militante peronista (JP) e depois integrou-se ao grupo de *Montoneros*, no qual chamado pelos seus companheiros de “Cao”, “Pablo” ou “Cosme”. Rubén teve a oportunidade de sair do país exilado — sua sogra Carmen Isabel o incentivou a isso, inclusive —, entretanto ele não quis, argumentando que não gostaria que Inés pensasse nele como um covarde e afirmando que continuaria a procurá-la. Desde então ambos estão desaparecidos.

A **oitava** fotografia (Figura 62) mostra o retrato de Walter Teófilo Perez Loza empunhado por sua irmã caçula, Fabiana Pérez, que participa todos os anos das marchas, geralmente sozinha, de uma maneira particular e tímida. É a única da família que participa da manifestação e, apesar de não fazer parte de nenhum movimento social, considera a sua militância ativa e pertencente a todas as agrupações e organismos com os quais compactua e é apoiadora da luta e dos ideais. De acordo com Fabiana, (comunicação pessoal)¹⁵⁴ sua família da região de Jujuy não tem a mesma ideia sobre manter viva a memória de Walter, fazendo isso de outra maneira, guardada para eles, o que Fabiana respeita.

¹⁵⁴ Comunicação telefônica entre Fabiana Pérez e a autora em 21 de fevereiro de 2021.



Figura 62 — Fotografia de Fabiana Pérez carregando uma foto de Walter Teófilo Pérez Loza durante a Marcha do Dia da Memória, Argentina, 2017.
Fonte: Horton (2017).

Em primeiro plano, ocupando a parte central do enquadramento, Fabiana está em pé, com semblante sério, cabelos castanho-escuros compridos, óculos de sol e uma regata branca estampada com um símbolo circular com o desenho de um quepe policial e, abaixo, em letras maiúsculas, os escritos: *juicio y castigo*. A jovem olha para frente, em direção à câmera, como se estivesse esperando o registro. Com uma das mãos ela empunha sobre seu corpo um cartaz fixado a uma haste de madeira que ela segura firmemente apoiada sobre seu quadril. O cartaz está levemente inclinado em frente ao seu rosto. Nesse cartaz há o que parece ser um retrato 3x4 ampliado em preto e branco de um jovem rapaz de traços indígenas com cabelos escuros, lisos e curtos e semblante sério vestindo paletó escuro, camisa branca e gravata. Acima do retrato, em letras maiúsculas, está escrito seu nome, Walter Pérez Loza, e abaixo há o mesmo símbolo da camiseta de Fabiana à esquerda e Jujuy

escrito em letras maiúsculas e grandes à direita, remetendo à região onde Walter nasceu, viveu e desapareceu.

Walter Teófilo Perez Loza foi o primeiro desaparecido na região de Jujuy. Ele era boliviano e tinha 19 anos quando foi sequestrado em sua casa em São Pedro de Jujuy em 5 de dezembro de 1975, antes do Golpe de Estado, pelos agentes paramilitares e militares pertencentes ao grupo denominado Tríplice A. Conforme relatou Fabiana, sete homens armados entraram na casa por volta das 14 h, golpearam a mãe e as irmãs e levaram Walter. Walter era militante do *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), professor de piano e estudante de filosofia e letras e alfabetizava pessoas adultas em bairros carentes. Primeiro o levaram para uma delegacia em San Pedro de Jujuy e depois para a capital, San Salvador de Jujuy. Desde então ele nunca mais foi visto e não há testemunhos de que tenha estado em algum Centro Clandestino. Havia um pedido de captura que acusava Walter de liderar o ERP na região de Jujuy, onde havia uma militância articulada entre outros grupos. Na ocasião houve muitos sequestros, fuzilamentos e algumas pessoas que conseguiram se exilar.

As Manifestações Sociais realizadas de forma continuada desde o início da ditadura formaram a estrutura e colaboraram na formulação de diretrizes políticas públicas de memória estabelecidas ao longo dos anos. Na atualidade, essas manifestações continuam a desempenhar uma significativa função política com uma robusta base de sustentação formada por cada uma das milhares de pessoas que participam e apoiam as manifestações periódicas. Na Argentina, desde então, evidencia-se e prospera uma cultura de manifestação de rua, na qual temas diversos da vida social e política do país são debatidos, reivindicados e muitas vezes conquistados pela massa.

Cada jueves, cada fecha de conmemoración ligada a la dictadura militar como el 24 de marzo, cada vigilia de veinticuatro horas a comienzos de diciembre – la Marcha de la Resistencia en conmemoración del Día Internacional de los Derechos Humanos –, la Plaza de Mayo es apropiada por las memorias y el repudio de la dictadura, y sus sentidos se actualizan y combinan con las demandas sociales de cada momento. (Jelin, 2017, p. 166)

Desde o início os retratos foram amplamente utilizados nas Manifestações Sociais do país, sendo um elemento recorrente cuja continuidade do uso pode ser observada pelos registros documentais e pelas histórias de vida e morte que

envolvem as pessoas que os carregam. Os retratos selecionados e aqui apresentados compõem uma amostra representativa do exposto.

No plano material, os retratos eram tudo o que restou de seus filhos e parentes e, ao carregá-los e expô-los em seus corpos, as *Madres*, de certo modo, simbolicamente traziam com eles a luta e davam continuidade à militância de seus filhos. Era uma maneira de estar com eles sem deixar que sua existência e ideais terminassem como alguns queriam. Os filhos perseguidos, mortos e desaparecidos multiplicaram-se em retratos no colo de suas mães e depois foram agregados pelas gerações seguintes que, ao se sensibilizarem com a causa, deram continuidade e perseverança pelo que sempre se busca: memória, verdade e justiça. A luta do passado continua no tempo presente para que haja a manutenção das conquistas relativas à memória, à verdade e à justiça em todos os tempos, servindo como exemplo, alento e inspiração para que atos do passado não se repitam e nada tenha sido em vão.

4.2.2 O Ato Unificado Ditadura Nunca Mais e a Caminhada do Silêncio

As Manifestações Sociais ocorridas no Brasil na ocasião do dia 31 de março (data relativa ao golpe militar brasileiro)¹⁵⁵, diferentemente das da Argentina, não são oriundas de uma trajetória histórica linear e constante. A primeira manifestação pós-ditadura com certa visibilidade¹⁵⁶ e de periodicidade anual ocorreu em 2014, aos 50 anos do golpe. Conforme expõe Maurice Politi (comunicação pessoal)¹⁵⁷, atual diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo (Núcleo Memória)¹⁵⁸ e ex-presos político, o Ato Unificado Ditadura Nunca Mais¹⁵⁹ originou-se como um desdobramento a partir da solicitação da conversão do prédio anexo¹⁶⁰ aos

¹⁵⁵ A literatura referente a essas Manifestações Sociais no Brasil são muito incipientes. As colocações e percepções aqui relatadas foram baseadas na observação do fato por meio de divulgação (fotografias, informes e notícias) e entrevista com os organizadores dos eventos.

¹⁵⁶ Foi noticiada pela imprensa.

¹⁵⁷ Comunicação telefônica entre Maurice Politi e a autora em 21 de agosto de 2020.

¹⁵⁸ Núcleo Memória surgiu a partir do grupo formado pelo Fórum dos ex-presos políticos, em 2000, e foi fundado em 2009, no contexto da criação do Memorial da Resistência.

¹⁵⁹ A realização do Ato Unificado Ditadura Nunca Mais — chamado também de apenas Ato Unificado nesta tese — é organizada pelo Núcleo Memória, pelo Comitê Paulista de Memória, Verdade e Justiça e pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.

¹⁶⁰ O prédio anexo em questão estava sem uso e intacto desde o término da ditadura.

fundos do antigo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)¹⁶¹ em lugar de memória. Esse prédio, em específico, era o local onde ocorriam os interrogatórios e torturas.

Antes de aprofundar a discussão sobre essas manifestações é importante destacar que durante a ditadura civil-militar brasileira aconteceram diversas manifestações pontuais em distintos momentos, como, por exemplo, a Passeata dos Cem Mil, o movimento estudantil nas ruas, as manifestações contra a censura com a presença de famosos artistas e intelectuais e as manifestações em prol da luta pela anistia¹⁶²; e no período da redemocratização as Manifestações Sociais de maior impacto coletivo foram relativas às Diretas Já, entretanto, diferentemente das manifestações argentinas encabeçadas pelas *Madres*, não foi possível identificar um uso acentuado de retratos de mortos e desaparecidos durante esses contextos — se houve, não foi dada visibilidade significativa ao fato.

Outro aspecto a ser destacado é que não é possível afirmar que as manifestações brasileiras ocorridas nesses contextos (durante a ditadura e/ou no período de redemocratização) impulsionaram ou deram origem ao Ato Unificado Ditadura Nunca Mais e à Caminhada do Silêncio. Também não aconteceu uma periodicidade sistemática nas Manifestações Sociais até o ano de 2014, conforme mencionado acima, e sim um lapso temporal de 50 anos sem a observância de Manifestações Sociais relativas à memória da ditadura e, portanto, não há relação de continuidade entre as manifestações ocorridas na atualidade e as citadas acima. Logo, diferentemente da Argentina, no Brasil não há no geral uma cultura forte de Manifestações Sociais.

Retomando ao Ato Unificado, a origem e a iniciativa dessa Manifestação Social foram impulsionadas pela inauguração do Memorial da Resistência (2009) que, por meio do Núcleo Memória¹⁶³, vislumbrou a possibilidade de dar continuidade em mapear e transformar outros lugares de repressão da ditadura em lugares de memória. Assim, em 2010 iniciou-se o processo junto ao Conselho de Defesa do

¹⁶¹ O mesmo local servia também como sede da Operação Bandeirante (OBAN), a qual foi criada em 1969 e integrava-se às forças de repressão como setor responsável pela inteligência investigativa de movimentos opositores ao governo.

¹⁶² Em relação à luta pela anistia, durante a redemocratização deu-se continuidade a ela e em algumas ocasiões observou-se o uso de retratos, entretanto essas manifestações pontuais não se enquadram no escopo desta pesquisa.

¹⁶³ Na ocasião o então diretor do Núcleo de Memória, Ivan Seixas, ex-presos político que viu seu pai ser torturado até a morte, deu entrada à solicitação como vítima direta da ditadura.

Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT) e em janeiro de 2014, após um longo debate e um estudo aprofundado por Deborah Regina Leal Neves, historiadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e atual funcionária do CONDEPHAAT, destacando a significância em tombiar o referido prédio não apenas pelas características arquitetônicas mas pelo significado histórico do lugar, o parecer foi favorável ao seu tombamento por unanimidade¹⁶⁴.

O tombamento do DOI–CODI coincidiu com os 50 anos do golpe e foi nesse contexto que o Ato Unificado Ditadura Nunca Mais teve início. Por um lado, a sua primeira edição aconteceu para celebrar o avanço na formalização do tombamento, mas, por outro, serviu também para reivindicar a desocupação do prédio, pela 36ª Delegacia da Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O exposto acima tem como objetivo evidenciar as circunstâncias originárias e os antecedentes dessa Manifestação Social. O elemento impulsionador foi, portanto, a conversão do espaço em um lugar de memória. Adicionou-se, conforme observado e evidenciado na dinâmica da manifestação, outros intentos, como homenagear as vítimas da ditadura e pedir a reinterpretação da Lei da Anistia, interpretando que a punição aos torturadores fosse possível. De acordo com os organizadores do evento, o público da primeira edição do Ato Unificado foi de quase mil pessoas e o das seguintes em torno de 600 a 800 pessoas por ano.

O Ato Unificado Ditadura Nunca Mais é realizado no período da manhã do sábado mais próximo ao dia 31 de março e tem duração de aproximadamente três horas. O evento acontece no pátio interno do antigo DOI–CODI, em frente ao prédio anexo nos fundos — local onde ocorriam as torturas —, exceto pelo 3º Ato¹⁶⁵, em 2016, em que não foi permitida a entrada dos manifestantes no local, então a concentração ocorreu na rua em frente ao prédio e os manifestantes seguiram caminhando e circundaram a quadra até a rua de trás — que é sem saída e mais tranquila —, onde houve apresentação musical de um coro italiano.

¹⁶⁴ Tombamento pelos tombados. **Jornal da Unicamp**. Campinas, 31 mar. 2014 a 06 abr. 2014. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/592/tombamento-pelos-tombados>. Acesso em: 15 fev. 2021.

¹⁶⁵ Esse foi o único Ato em que não se observou o uso dos retratos.

De acordo com Maurice Politi, o Ato Unificado “é um ato cultural, não é político, é político, mas é político cultural, tem poucos discursos políticos, tem muito mais a lembrança, a memória, as pessoas que passaram por lá e contam a sua experiência e tem teatro, enfim, tem o pessoal do teatro que faz alguma performance, tem canto, tem poesia” (comunicação pessoal)¹⁶⁶. Outro projeto do Núcleo Memória com outras entidades relativas aos direitos humanos e à memória da ditadura foi a tentativa de incluir a data no calendário da Prefeitura da Cidade de São Paulo, proposta que foi aceita pelo então prefeito Fernando Haddad (2013–2016), conforme expõe Politi (2020), entretanto não houve tempo hábil antes do término de seu mandato e ela acabou não sendo incluída na agenda política seguinte.

Um dos elementos recorrentes observados nessas manifestações são os retratos de mortos e desaparecidos impressos em cartazes padronizados, conforme mostra a Figura 63. Na parte da frente, centralizado, há o retrato e o nome da pessoa retratada e na parte de trás está escrita, em letras maiúsculas, a frase “Onde estão os nossos desaparecidos?”. Esses retratos são oriundos da época dos trabalhos da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP)¹⁶⁷, organização governamental criada em 1995 para investigar e promover o reconhecimento e responsabilização do Estado pelas vítimas da ditadura civil-militar, e foram fornecidos pelos próprios familiares ou estão nas fichas dos arquivos da ditadura.

¹⁶⁶ Comunicação telefônica entre Maurice Politi e a autora em 21 de agosto de 2020.

¹⁶⁷ Para mais sobre a CFMDP, ver: GALLO, Carlos Artur. Do luto à vida: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecimentos Políticos no Brasil, **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n.35, 2012.



Figura 63 — Fotografia de pessoas segurando cartazes com retratos de mortos e desaparecidos produzidos pelo Núcleo Memória destacando a frase na parte de trás do cartaz, Brasil, 2015.
Fonte: Bellintani (2015).

Esses retratos compuseram o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*¹⁶⁸ (2007), como resultado do trabalho desenvolvido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e pela CFMDP com o Instituto de Estudos da Violência do Estado com o apoio e a gerência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). O livro teve sua atualização e segunda edição em 2009, conhecido também como *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964–1985)*.

Durante a gestão municipal de Fernando Haddad em São Paulo esses retratos foram digitalizados e impressos e o arquivo digital foi passado para as entidades da sociedade civil, entre elas o Núcleo Memória, o qual imprime-os a cada evento¹⁶⁹. Conforme afirma Politi (2020), o arquivo é composto por cerca de 130 retratos¹⁷⁰ de

¹⁶⁸ BRASIL. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 400p. 1.ed. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/459>. Acesso em: 25 mar. 2021.

¹⁶⁹ Após os eventos muitos são levados ou perdidos.

¹⁷⁰ Link do Flickr do Núcleo de Memória onde alguns dos retratos estão disponíveis para download: <https://www.flickr.com/photos/144119942@N02/albums/72157694199178340>. Acesso em: 20 jul. 2020.

peças desaparecidas, não sendo de todos os mortos e desaparecidos da ditadura¹⁷¹, mas representativos desse conjunto.

A dinâmica do Ato Unificado acontece em torno de relatos de vítimas sobreviventes, ex-presos políticos e familiares e há também apresentações culturais e artísticas (Figura 64). Durante a manifestação retratos e rosas são distribuídos ao público — os retratos são evidenciados e em diversos momentos levantados ao alto e as rosas são colocadas no chão próximo à parede do prédio da tortura (Figura 65) — e, eventualmente, algum familiar leva consigo um retrato de seu desaparecido. Na Figura 66, relativa ao 4º Ato, ocorrido no ano de 2017, observa-se um tipo de retrato diferente em *banners* padronizados em cor vermelha situados na parede externa do prédio onde ocorriam as torturas. Esses *banners* apresentam retratos de pessoas já mortas com “Torturado e Assassinado pela Ditadura” escrito em destaque e o ano da morte da vítima ao lado do retrato da pessoa ainda com vida.



Figura 64 — Fotografia do momento em que falas, testemunhos e apresentações artísticas e culturais ocorrem no palco instalado à frente do prédio da tortura, Brasil, 2019.
Fonte: Oliveira (2019).

¹⁷¹ Conforme relatório final da Comissão da Verdade (2014), são 434 mortos e desaparecidos da ditadura. No final do capítulo é discutido sobre a dificuldade de encontrar retratos de mortos e desaparecidos da ditadura, visto que nas décadas de 1960 e 1970 as vítimas não eram fotografadas, logo, não há tantas fotografias.



Figura 65 — Fotografia de retratos e rosas colocados ao chão próximo ao prédio onde ocorriam as torturas, Brasil, 2015.
Fonte: Bellintani (2015).



Figura 66 — Fotografia do 4º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2017.
Fonte: Oliveira (2017).

A 1ª Caminhada do Silêncio, em 2019, foi organizada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e pelo Instituto Vladimir Herzog com parceria de diversas instituições¹⁷², entre elas o Núcleo de Memória¹⁷³, e contou com o apoio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. A iniciativa surgiu a partir de Diva Santana, integrante do Grupo Tortura Nunca Mais, da Bahia¹⁷⁴, e Eugênia Gonzaga, Procuradora Regional da República que na ocasião assumia o cargo de presidente da CEMDP. O objetivo da Caminhada do Silêncio, conforme o exposto na página do evento, foi “iniciar, no Brasil, uma prática que já é tradição há mais de duas décadas em países vizinhos”¹⁷⁵. E assim, no início do mesmo ano, o evento foi organizado.

Antes de dar continuidade à Caminhada do Silêncio no Brasil, cabe aqui destacar que esse tipo de evento aconteceu também no Uruguai, país vizinho do Brasil e da Argentina que também esteve inserido no contexto das ditaduras latino-americano e passou por um processo de luta em busca de memória, verdade e justiça. Na década de 1990, no contexto de uma maior abertura, “en la medida que los Estados latinoamericanos – y entre ellos Uruguay – comiezan a asumir las responsabilidades de vários crímenes, se generaron espacios institucionales para la revisión del pasado dictatorial de los países involucrados” (SOSA, 2019, p. 72). Nesse contexto, em 1996 aconteceu a primeira Marcha do Silêncio no Uruguai, a qual acontece até hoje. Conforme afirma a autora, no início se temia a falta de apoio da sociedade. Essas marchas são convocadas pela *Asociación de Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos* do Uruguai, que se articula em uma tentativa em dar visibilidade à sua luta, surgindo “como expresión de una memoria silenciada y reivindicación de la sociedad civil organizada” (SOSA, 2019, p. 77).

¹⁷² Apoio: Departamento de Educação em Direitos Humanos e Direito à Memória da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo; Núcleo de Memória; Sindicato dos Advogados de São Paulo (SASP); Memorial da Resistência de São Paulo; Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, SP); Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP); Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁷³ Embora cada uma tenha surgido de maneira independente, o apoio entre as organizações foi totalmente integrado em ambas as manifestações.

¹⁷⁴ Na Bahia também ocorreu uma Caminhada do Silêncio em 2019.

¹⁷⁵ Evento I Caminhada do Silêncio. 31 de março de 2019. Parque Ibirapuera. Organizado por Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/2327473097484498>. Acesso em: 25 fev. 2021. Como apresentado nos Apêndices.

As Marchas do Silêncio, conforme afirma Sosa (2019), desde o início foram organizadas por *Madres e Familiares* como uma forma de resistência e reivindicação de resoluções cabíveis ante ao silêncio, pois “com el silencio denuncian el silencio del gobierno frente al esclarecimiento del paradero de los desaparecidos” (2019, p. 81). Aos poucos esse movimento foi adquirindo visibilidade, respeito e apoio da sociedade, bem como adesão de sindicatos e outras organizações sociais e de forma ininterrupta, desde 1996, milhares de pessoas saem às ruas no dia 20 de maio em sinal de vigília, respeito e homenagem aos seus desaparecidos. As Manifestações Sociais silenciosas, primeiro no Uruguai e mais atualmente no Brasil, surgiram de uma vontade de não silenciamento ou apagamento das memórias traumáticas oriundas da ditadura. Essas manifestações surgem inspiradas, conforme afirma Sosa (2019) sobre o caso uruguaio, em outros fenômenos memoriais ocorridos na região — especialmente Argentina — e no mundo. No Brasil, conforme exposto pela organização da caminhada brasileira, a manifestação uruguaia também serviu de inspiração para a realização da 1ª Caminhada do Silêncio.

As fotografias apresentadas na Figura 67 são representativas do uso dos retratos de mortos e desaparecidos durante a 1ª Caminhada do Silêncio, cuja forma de apresentação dos retratos é semelhante ao que foi observado no Ato Unificado: eles são carregados pelos participantes e empunhados acima ou em frente aos seus corpos.



Figura 67 — Fotografias de retratos sendo levantados pelo público durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.
Fonte: Macambira (2019).

Retornando à Caminhada do Silêncio no Brasil, o lugar definido foi o Parque do Ibirapuera, onde há o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos¹⁷⁶. A concentração aconteceu a partir das 16 horas na Praça da Paz, localizada dentro do parque. Antes do início da caminhada, as pessoas se reuniram

¹⁷⁶ O Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos, projetado pelo arquiteto Ricardo Ohtake, é formado por chapas com os nomes de 436 mortos e desaparecidos políticos de todo o país e foi inaugurado pela Prefeitura de São Paulo em 2014, nos 50 anos do golpe.

ao redor de um palco, no qual houve falas de representantes das organizações sociais, familiares e ex-presos e diversas apresentações artísticas (Figura 68).



Figura 68 — Fotografias de apresentações artísticas durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.
Fonte: Carbone (2019).

Ao anoitecer as pessoas caminharam em direção ao referido monumento localizado ao lado de fora do parque segurando velas acesas, rosas e os retratos (Figuras 69 e 70).



Figura 69 — Fotografia de manifestantes durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.

Fonte: D'Horta (2019).



Figura 70 — Fotografia de manifestantes e faixa da 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.

Fonte: Macambira (2019).

O trajeto de um pouco mais de um quilômetro transcorreu em silêncio e, ao chegarem lá, as pessoas depositaram os retratos, as rosas e as velas aos pés do monumento (Figuras 71 e 72).



Figura 71 — Fotografias de manifestantes depositando retratos, rosas e velas aos pés do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos do Parque do Ibirapuera, Brasil, 2019.
Fonte: Macambira (2019).



Figura 72 — Retratos, rosas e velas aos pés do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos do Parque do Ibirapuera, Brasil, 2019. Fonte: Vergueiro (2019).

Cartas e poemas foram também depositados no local, alguns escritos outros declamados. O silêncio só foi quebrado com a declamação dos poemas e com o pronunciamento de nomes e frases relembrando as vítimas da ditadura e outras da atualidade¹⁷⁷ seguido da palavra “Presente” ecoada pelo público, assim como ocorre nas *Marchas del Silencio no Uruguai*. Encerrou-se o ato com canto à capela¹⁷⁸ e vigília até a meia-noite. Durante a vigília observou-se que algumas pessoas rezavam. Assim, é possível observar que todas essas manifestações indicam a significância desses rituais como forma simbólica de luto.

Segundo o levantamento da polícia metropolitana, havia cerca de 10 mil pessoas no evento, o que de acordo com a organização da manifestação foi um sucesso, pois a projeção era de um público bem menor, em torno de mil. Conforme as palavras de Eugênia Gonzaga (comunicação pessoal)¹⁷⁹, houve bastante adesão e apoio de várias entidades, mas a organização ainda achava que seria “[...] mais um evento de dentro para dentro, porque esse tema é muito difícil de sair do âmbito da família, porque o Brasil não tem esse histórico desses outros países [...]”, referindo-se aos países vizinhos Argentina e Uruguai. Outro fator que impulsionou

¹⁷⁷ Entre elas a vereadora assassinada do Rio de Janeiro, Marielle Franco.

¹⁷⁸ Técnica musical que utiliza apenas a voz, nenhum instrumento, muito utilizada em liturgias religiosas.

¹⁷⁹ Comunicação telefônica entre Eugênia Gonzaga e a autora em 20 de agosto de 2020.

um maior alcance da manifestação foi que naquele ano houve um crescente movimento favorável à comemoração em homenagem ao Golpe Militar de 1964 no Brasil. Conforme consta na página do evento:

A ideia foi muito bem recebida e desde o começo da divulgação, houve amplo interesse. Mas na semana que antecedeu o dia 31 de março, o presidente Jair Bolsonaro propôs a realização de comemorações em homenagem ao Golpe Militar de 1964. Isto fez com que o número de pessoas interessadas em participar da I Caminhada aumentasse exponencialmente e que o evento fosse reproduzido em mais de dez capitais brasileiras.¹⁸⁰

Embora a manifestação não tivesse o caráter político-partidário, durante o evento era possível identificar manifestações individuais através de pequenos cartazes e gestos relativos ao contexto político dos últimos anos, entretanto não deveria haver bandeiras partidárias, segundo orientações da organização. As faixas maiores indicavam a impunidade dos crimes da ditadura e pediam o cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A manifestação como um todo tinha também um apelo muito forte pela democracia e uma enfática necessidade de afirmar “Ditadura Nunca Mais”.

Os retratos utilizados durante a manifestação são, em sua maioria, os confeccionados e fornecidos pelas entidades organizadoras. O Núcleo de Memória, entidade parceira, levou o seu conjunto de retratos — os mesmos utilizados no Ato Unificado —, e a CEMDP imprimiu outros 150, estes em tamanho um pouco menor (A4), em papel sulfite plastificado, com os retratos em preto e branco centralizados na folha branca, acima deles o nome do retratado e abaixo escrito em letras maiúsculas: “Presente!”. Os retratos desses cartazes, assim como os do Ato Unificado, são oriundos do trabalho desenvolvido pela CEMDP com os familiares. Observou-se pelo conjunto documental obtido por esta pesquisa que poucos trouxeram de casa um retrato do familiar morto ou desaparecido. Os retratos fornecidos pela organização da manifestação estavam disponíveis para quem quisesse usá-los e segurá-los, e assim muitos fizeram. Algumas pessoas, conforme afirmou Eugênia Gonzaga (comunicação pessoal)¹⁸¹, procuravam o retrato de seu familiar e nem sempre encontravam, ou por não haver tal foto ou por ela já estar circulando, então pegavam o retrato disponível em “um ato solidário” e participativo,

¹⁸⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/2327473097484498/> Acesso em: 16 jan. 2021.

¹⁸¹ Comunicação telefônica entre Eugênia Gonzaga e a autora em 20 de agosto de 2020.

em que todos compartilhavam um sentimento de homenagear coletivamente a memória das vítimas.

A realização da 1ª Caminhada do Silêncio impulsionou a criação do Movimento Vozes do Silêncio Contra a Violência de Estado¹⁸², que tem o objetivo de dar continuidade à luta por justiça através da exposição das demandas prioritárias aos órgãos executivos, legislativos e judiciários. Tais demandas são provenientes dos pilares defendidos durante a Justiça de Transição, reafirmados pelo Movimento Vozes do Silêncio Contra a Violência de Estado e elencados abaixo:

a) preservação da Memória e resgate da Verdade sobre as graves e reiteradas violações a direitos humanos praticadas em nosso país; b) promoção da Justiça com a punição dos agentes responsáveis por graves violações aos direitos humanos; c) Reparação material e imaterial às vítimas e seus familiares; d) Reforma das instituições envolvidas com violência de Estado, seja na sua perpetração ou na manutenção da impunidade.¹⁸³

Além de firmar seu compromisso em dar continuidade às Manifestações Sociais na data do golpe militar, o manifesto público lançado no dia de sua inauguração expõe que:

Em 31 de março de 2019, milhares de pessoas saíram às ruas, em todo o país, para participar de marchas silenciosas e das mais variadas manifestações realizadas em protesto ao golpe civil-militar de 1964. Foi o maior ato público contra a ditadura militar e a recorrente violência de Estado, desde a Constituição de 1988. Naquele domingo, o silêncio foi quebrado por vozes que se ergueram para defender valores democráticos; para clamar por Justiça; para honrar a memória das milhares de pessoas assassinadas, desaparecidas e torturadas pela ditadura militar e de todas as demais vítimas da violência que o Estado acumula, mesmo após a redemocratização. O “Vozes do Silêncio” manterá viva a jornada iniciada em 31 de março de 2019, não apenas para reforço dos eventos que anualmente são promovidos no dia 31 de março, como também para inspirar outras ações que contribuam com a luta histórica por Democracia e por Justiça para todas as pessoas, sobretudo às populações atingidas pela violência de Estado, sob todas as suas formas.¹⁸⁴

Em 2020, em razão da pandemia do COVID-19, o Movimento Vozes do Silêncio organizou o evento virtual Vigília pela Democracia, que ocorreu nos dias 31

¹⁸² Seu lançamento aconteceu em junho de 2014 em cerimônia no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (TUCA). Disponível em: <https://vozesdosilencio.com/lancamento/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

¹⁸³ Trecho final do Manifesto do Movimento Vozes do Silêncio. Disponível em: <https://vozesdosilencio.com/manifesto/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

¹⁸⁴ Trecho inicial do Manifesto do Movimento Vozes do Silêncio. Disponível em: <https://vozesdosilencio.com/manifesto/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

de março e 1º de abril com conferências, testemunhos e apresentações culturais (música, teatro, poesia e filmes) através de seus canais de comunicação, cujas publicações puderam ser repercutidas por outros canais de comunicação e redes sociais de organizações apoiadoras e/ou parceiras e público em geral. Houve também um “barulhaço” e um “tuitaço” promovido com as *hashtags* #DitaduraNuncaMais #56AnosDoGolpeMilitar #LutoNaJanela que tiveram mais de 110 mil menções e ocuparam os “*trending topics*” (assuntos mais comentados no Brasil) do *Twitter* em 31 de março.

Em ambas as manifestações — Ato Unificado e Caminhada do Silêncio — os retratos de mortos são utilizados como um dos principais elementos observados durante as dinâmicas performativas. Há também, conforme mencionado anteriormente, outros elementos — como rosas, velas e lanternas dos aparelhos celulares — que em conjunto complementam a atividade do grupo participante.

No Brasil, assim como na Argentina, foram observados dois tipos de uso: coletivo e individual. No Brasil, no entanto, em ambas as manifestações os retratos utilizados são em sua maioria padronizados e disponibilizados pelas organizações que promovem o evento. O uso coletivo acontece em determinados momentos, quando as pessoas levantam em conjunto os retratos em um ato simbólico, de solidariedade, representativo das 434 pessoas mortas e desaparecidas reconhecidas oficialmente, bem como os demais que não puderam ser e não estão contemplados nos números oficiais.

Já o uso individual, quando um familiar leva consigo o retrato do seu familiar morto ou desaparecido, é menos usual nas manifestações brasileiras, portanto o conjunto documental brasileiro analisado nesta pesquisa apresentou uma variedade menor de tipos e formatos de retratos, sendo predominante a ampliação de cartazes produzidos em lote pelas instituições, entre os quais identificou-se três tipos apresentados nas fotografias abaixo. O primeiro tipo é produzido pelo Núcleo Memória, em tamanho maior, com identificação do morto ou desaparecido abaixo do retrato e a frase “Onde estão os nossos mortos e desaparecidos?” escrita na parte detrás; o segundo e o terceiro são produzidos pela CEMDP, em tamanho um pouco menor e plastificados, também com identificação morto ou desaparecido abaixo do retrato e alguns incluem a palavra “Presente”, bastante usual nas manifestações desse tipo.

Além disso, esporadicamente algum familiar traz consigo um retrato de seu familiar ampliado e exposto de diversas maneiras, como: a) colados em cartolina ou papel cartão sobre uma superfície mais rígida; b) ampliações maiores em *banners*; e c) camisetas. Geralmente nesses retratos há algum tipo de interferência manual ou digital feita pelos indivíduos que os carregam. As oito fotografias apresentadas abaixo, obtidas do conjunto documental analisável por esta pesquisa, assim como no caso argentino, são representativas do uso individual dos retratos. As informações relativas ao contexto de vida e morte das pessoas nos retratos apresentados nas manifestações foram obtidas no Dossiê Ditadura (2009) e em sites informados nos Apêndices.

A **primeira** fotografia (Figura 73) mostra o retrato de Alfeu de Alcântara Monteiro carregado por Paulo César Pedrini, professor de história e coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Paulo César participa regularmente dos Atos Unificados e não tem familiar morto ou desaparecido. O retrato em questão faz parte do acervo do Núcleo Memória.



Figura 73 — Fotografia de Paulo César Pedrini carregando o retrato de Alfeu de Alcântara Monteiro durante o 6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2019.
Fonte: Oliveira (2019).

Em primeiro plano, com semblante sério, Paulo Pedrini está em pé de frente para a câmera fotográfica. Ele segura um cartaz com o retrato de Alfeu pelas laterais e posiciona o mesmo à frente de seu corpo, na altura da cintura. Os rostos de Paulo e de Alfeu estão alinhados verticalmente, separados na imagem pela evidente estampa da camiseta que Paulo veste — um desenho de uma mão de punho fechado segurando uma rosa vermelha. O retrato de Alfeu é um retrato oficial relativo à sua atividade profissional. Ele está fardado e usa um chapéu com insígnia referente à força aérea brasileira. Abaixo do retrato o seu nome completo está escrito em letras maiúsculas.

Alfeu de Alcântara Monteiro nasceu em 31 de março de 1922 em Itaqui (RS). Em 1941, aos 21 anos, ingressou em uma Escola Militar no Rio de Janeiro, chegou à patente de tenente-coronel da Aeronáutica e comandou a base aérea de Canoas

(RS). Foi morto a tiros dentro de seu gabinete no dia 04 de abril de 1964, três dias após o golpe, por não apoiar o golpe militar e é considerado a primeira pessoa morta pela ditadura civil-militar. Era nacionalista engajado no movimento pela legalidade, o qual era liderado pelo então governador do Rio de Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. Alfeu impediu um bombardeio no Palácio Piratini, sede do governo em Porto Alegre. Com a renúncia de Jânio Quadros, Alfeu defendeu a posse e permanência do vice-presidente João Goulart. Com o golpe de 1964, Alfeu já estava marcado por não ser apoiador do regime. A versão dada pelos militares é de que, após ter resistido à voz de prisão dada por um superior, em um ato de indisciplina, Alfeu disparou dois tiros no major-brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley, que por legítima defesa efetuou um disparo em Alfeu. Entretanto a circunstância da sua morte foi apurada pelo Ministério Público Federal (MPF) e a investigação indicou que Alfeu levou 16 tiros pelas costas.

A **segunda** fotografia (Figura 74) mostra o retrato de Ísis Dias de Oliveira carregado por Eleonora Menicucci de Oliveira, militante no Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e no Partido Operário Comunista (POC), ex-presa política do DOI-CODI/SP, socióloga e ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República durante o governo da presidenta Dilma Vana Rousseff. O retrato em questão faz parte do acervo da CEMDP.



Figura 74 — Fotografia de Eleonora Menicucci de Oliveira carregando o retrato de Ísis Dias de Oliveira durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.

Fonte: Vergueiro (2019).

Em primeiro plano, ocupando a parte central do enquadramento, Eleonora Menicucci está sentada em uma cadeira e ao seu redor há diversas pessoas, algumas também sentadas e outras em pé mais ao fundo da imagem. Ao seu lado esquerdo, próxima a ela, há uma outra mulher sentada em uma cadeira e no canto inferior esquerdo observa-se o rosto de uma menina. Eleonora, assim como as demais pessoas evidenciadas pela fotografia, está com semblante sério. Vestida de preto, Eleonora está com a cabeça levemente inclinada para o lado direito, com o olhar distante voltado para cima. Ela segura o cartaz pelas extremidades inferiores e o apoia sobre suas pernas. No cartaz há o retrato em preto e branco de Ísis Dias de Oliveira, uma jovem mulher de cabelos curtos.

No retrato Ísis está séria e usa uma camiseta branca, e apesar de ser um retrato posado, não parece ser um tradicional retrato 3x4, pois o seu corpo está levemente inclinado para o lado direito e sua cabeça levemente virada para frente. Ísis nasceu em 29 de agosto de 1941 em São Paulo, era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), estudava piano e fez curso de pintura na FAAP. Em 1965 iniciou a faculdade de Ciências Sociais na USP (1965) e em 1968 trancou sua matrícula para ir à Cuba participar de um treinamento de guerrilha. Em 1969, clandestinamente, retornou ao Brasil e mudou-se para o Rio de Janeiro. Ísis foi processada por atos de depredação e assalto, dentre os quais alguns foram

arquivados por falta de provas de outros ela foi absolvida. De acordo com uma testemunha, Ísis e uma companheira estavam escondidas em um dos “aparelhos” da (ALN) e foram levadas presas no dia 30 de janeiro de 1972 pelo I Exército do Rio de Janeiro. Desde então sua família, que foi avisada por uma amiga de Ísis, empreendeu diversas buscas sem conseguir encontrá-la. Em 1979 o general Adyr Fiúza confirmou a morte de Ísis entre outros militantes. Em sua homenagem, a praça em frente à sua casa recebeu o seu nome em 1997 e as cidades do Rio de Janeiro e de Recife também a homenagearam com nome de ruas.

A **terceira** fotografia (Figura 75) mostra o retrato de Rubens Paiva carregado por sua filha, Vera Paiva, professora de Psicologia Social na USP. Vera presidiu a Comissão Nacional de Direitos Humanos (2014–2016). O retrato em questão, colado em um papel cartão, foi levado por ela.



Figura 75 — Fotografia de Vera Paiva carregando o retrato de seu pai, Rubens Paiva, durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.
Fonte: Macambira (2019).

A fotografia em preto e branco mostra Vera Paiva na parte central do enquadramento e em primeiro plano com as mãos levantadas na altura do tórax e o semblante sério. Ela segura uma rosa e um cartaz de fundo branco alinhado à altura de sua cabeça. Na parte superior desse cartaz, fixado por cliques, há um retrato de seu pai, o ex-deputado federal Rubens Paiva, de cabelo curto e bigode. O retrato, que pela composição parece ser um registro de recordação pessoal, mostra o deputado em um momento de descontração. Ele está de terno branco, sentado no

banco da frente de um carro, com seu braço esquerdo esticado na diagonal e sua cabeça levemente voltada para trás, olhando sorridente para a pessoa que o fotografa do banco de trás. Abaixo do retrato está escrito à caneta e em letras maiúsculas sobre a cartolina: “Rubens Paiva, presente!”. Em segundo plano, preenchendo a totalidade do enquadramento, observam-se várias pessoas caminhando próximas umas das outras e ao lado de Vera.

Rubens Paiva nasceu na cidade de Santos em 26 de dezembro de 1929. Formado em engenharia, foi militante estudantil e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Em 1962 foi eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo do então presidente João Goulart. Na condição de deputado Rubens integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) — criada na Câmara dos Deputados para examinar as atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) —, a qual apurou o recebimento de dinheiro provenientes dos Estados Unidos no ano de 1963 por generais comprometidos com a derrubada de Jango. Após o golpe militar, Rubens fez um discurso direcionado a estudantes e trabalhadores da resistência e por esses motivos, em 1964, foi integrado à lista dos primeiros parlamentares cassados pelo AI-1 e exilou-se na Iugoslávia e na França.

Após um ano retornou ao Brasil e se mudou para a cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhou como engenheiro. Após receber um telefonema considerado suspeito, pois uma pessoa gostaria de entregar-lhe uma correspondência proveniente do Chile, em 20 de janeiro de 1971 a casa de Rubens foi invadida e vasculhada por agentes militares que ordenaram a sua ida ao Quartel da 3ª Zona Aérea e de lá ele foi encaminhado ao DOI–CODI/RJ. Sem resistência, Rubens Paiva tentou acalmar os invasores, pediu que eles embainhassem as armas, se trocou e acompanhou os militares dirigindo o seu próprio carro. No dia seguinte a esposa e a filha de 15 anos foram levadas para prestar depoimento. A filha foi liberada em 24 horas e a esposa apenas 12 dias depois, quando, ao sair, viu o carro de seu marido no estacionamento. Desde então deu-se início à busca por Rubens e ele continua desaparecido. A versão dada pelos militares é a de que Rubens foi sequestrado por seus companheiros “terroristas” durante uma transferência para outro departamento.

A **quarta** fotografia (Figura 76) mostra um cartaz com o retrato de Antônio Benetazzo carregado pela cineasta Valdirene Gomes (Val Gomes). Valdirene é formada em Ciências Sociais e desde 2012 pesquisa sobre a violência do regime

político da ditadura civil-militar brasileira e a atuação contemporânea da Polícia Militar. O cartaz foi produzido pela CEMDP e evidencia um retrato em preto e branco de Antônio com o rosto voltado para frente. Ele não sorri, mas também não está sério, e seu olhar está levemente direcionado para o lado direito. Abaixo do retrato está o seu nome escrito em letras maiúsculas.



Figura 76 — Fotografia de Valdirene Gomes carregando o retrato de Antônio Benetazzo durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019. Fonte: Vergueiro (2019).

Em primeiro plano, centralizada no enquadramento fotográfico, está Valdirene Gomes, com semblante sério e olhar fixo em sua frente. Com uma das mãos ela segura um cartaz com o retrato de Antônio Benetazzo e dois botões de rosa à sua frente na altura do peito e na outra mão, em paralelo ao retrato, há uma vela branca acesa que ilumina a parte central da fotografia, evidenciando o retrato alinhado ao rosto dela. Em segundo plano observam-se pessoas que caminham com seriedade, como se estivessem em procissão. Na parte superior direita da imagem cabe destacar outro ponto de luz que quebra pontualmente o escuro da noite, parece uma luz artificial, talvez proveniente de um poste de iluminação. O rosto de Valdirene está posicionado entre a chama da vela e a luz desse poste.

Antônio Benetazzo nasceu em 1º de novembro de 1941 na cidade de Verona, na Itália, e em 1950, aos nove anos, mudou-se para o Brasil. Em 1962, quando era estudante de arquitetura e filosofia na USP, ingressou no PCB, tendo destacada

atuação em movimentos culturais políticos promovidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi professor de história em cursinho pré-vestibular, no qual procurava transmitir uma versão crítica da sua disciplina e da atualidade. Em 1967 desligou-se do PCB, passou a militar na Dissidência Estudantil do referido partido e ingressou como militante na ALN. Participou do Congresso da UNE ocorrido 1968 em Ibiúna e em 1969 largou a universidade e seu emprego e passou a viver na clandestinidade. Nesse mesmo ano viajou para Cuba, onde participou do treinamento de guerrilha. Voltou ao Brasil em 1971 e integrou-se ao grupo militante Molipo, no qual desempenhou papel de redator do jornal Imprensa Popular.

Antônio foi preso em 28 de outubro de 1972 ao entrar na casa de um companheiro de militância. De lá foi levado ao DOI-CODI/SP, onde, segundo testemunhas, foi torturado durante dois dias e não resistiu. Na ocasião houve diversas versões sobre a sua morte, entre elas a de que durante interrogatório Antônio informou haver um encontro marcado com um companheiro, então na hora e no local marcados desse encontro ele foi escoltado por agentes militares e em momento oportuno, em uma tentativa de fuga, ele atravessou a frente de um caminhão que não conseguiu frear a tempo e acabou morrendo a caminho do pronto-socorro. Na ocasião esse fato foi investigado por amigos e familiares que constataram que naquele dia não houve nenhuma morte por atropelamento. Antônio foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, mas seus familiares conseguiram recuperar seus restos mortais. Foi feita a autópsia e o laudo confirmou a morte por atropelamento. Em 1996, a partir do trabalho da CEMDP e investigação detalhada das fotografias da autópsia, a *causa mortis* da sua certidão de óbito foi alterada para “consequências sofridas por tortura e indícios de ferimentos a bala”. Em homenagem a ele a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma praça localizada atrás do Museu de Artes de São Paulo.

A **quinta** fotografia (Figura 77) mostra um cartaz com o retrato de Carlos Marighella carregado por seu filho, Carlinhos Marighella, que tinha 21 anos na época em que seu pai foi morto. O cartaz foi levado pelo filho.

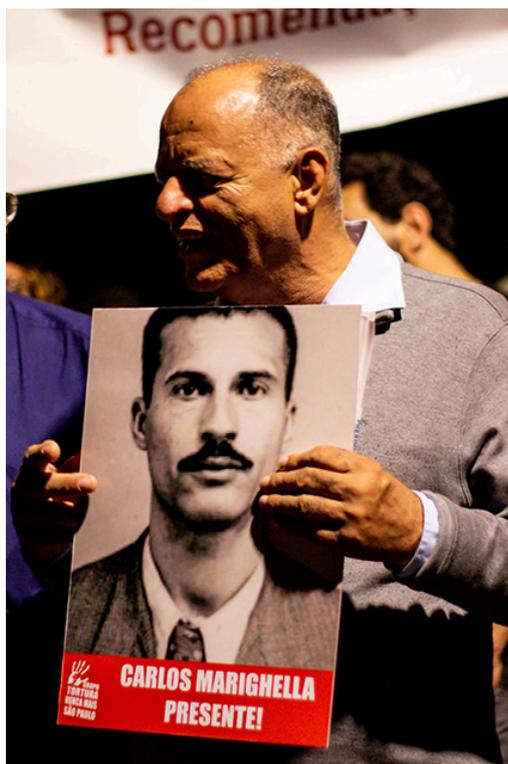


Figura 77 — Fotografia de Carlinhos Marighella carregando o retrato de seu pai, Carlos Marighella, durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.
Fonte: Almeida (2019).

Preenchendo quase a totalidade do enquadramento fotográfico, em pé está Carlinhos Marighella. A fotografia mostra-o da cintura para cima. O ângulo evidencia-o de perfil, com seu olhar direcionado para frente levemente abaixado. Há uma sombra em seu rosto. Com os braços flexionados para frente ele segura as laterais de um cartaz retangular com o retrato de seu pai. Na parte inferior do cartaz há uma faixa vermelha onde está escrito “Carlos Marighella, presente!”. Nessa mesma faixa, ao lado direito da frase, também na cor branca, observa-se uma pequena figura do mapa do Brasil dentro da palma de uma mão aberta, como se fosse uma mancha de sangue escorrendo pela mão, e “Grupo Tortura Nunca Mais São Paulo” escrito também em letras maiúsculas logo abaixo da figura. No fundo da fotografia é possível identificar que há outras pessoas ao redor de Carlinhos e na parte superior, na altura de sua cabeça, observa-se parte de uma faixa branca.

O retrato em preto e branco de Marighella mostra um jovem rapaz magro e de bigode vestido com paletó cinza, camisa branca e gravata. Ele está posicionado de frente para a câmera. A composição e a expressão facial denotada indicam que o retrato foi feito para um registro documental.

Carlos Marighella nasceu em 05 de dezembro de 1911 em Salvador (BA) e desde muito jovem, ainda em Salvador, esteve engajado na vida política. Foi morto em 04 de novembro de 1969. Em 1945 foi deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em 1952 passou a integrar a Comissão Executiva do PCB. Em 1966 publicou o livro “A crise brasileira”, no qual analisa a sociedade brasileira e discorda da ideologia mais branda de revolução que o partido defendia, e em 1967 rompeu com o PCB e saiu clandestinamente do Brasil para participar da 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba. Ao lado de diversos revolucionários, como Che Guevara, Marighella empunhou a bandeira de luta armada como caminho da libertação dos povos latino-americanos.

Ao retornar clandestinamente ao Brasil, ele fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de resistência armada à ditadura com forte influência e força dentro do cenário militante brasileiro. Marighella foi uma das principais lideranças guerrilheiras, pois, por estar inserido no espírito de rebeldia e contestação política anticolonialista daquele final de década, a jovem militância abraçou com muito entusiasmo a luta política defendida por ele. À medida em que sua liderança alcançava mais adeptos da ideologia considerada terrorista, o cerco militar aumentava. Considerado na época da ditadura o inimigo número um do Estado, ele já era procurado pelos militares há algum tempo. O cerco a Marighella estava fechando, alguns de seus companheiros de luta foram capturados e obrigados a marcar um encontro forjado pelos militares. Esse encontro foi marcado via contato telefônico através de uma mensagem cifrada passada para um contato de uma livraria da cidade. Ao chegar próximo ao local, uma emboscada o esperava e Marighella foi surpreendido por policiais armados que o fuzilaram.

A **sexta** fotografia (Figura 78) mostra um cartaz com o retrato de Edson Luiz de Lima Souto carregado por uma mulher cuja identidade não foi identificada. O retrato em questão faz parte do acervo do Núcleo Memória.



Figura 78 — Foto de uma mulher carregando o retrato de Edson Luiz de Lima Souto durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019.

Fonte: Vergueiro (2019).

Na parte inferior central da fotografia observa-se uma mulher com apenas metade rosto evidenciado pelo enquadramento. O rosto está voltado para frente, em direção à câmera. O plano de fundo da fotografia está desfocado, mas denota uma grande quantidade de pessoas atrás da mulher. Com os braços levantados, ela segura um cartaz com um retrato de Edson Luiz morto.

O retrato em preto e branco evidencia o rosto do jovem menino de olhos fechados e lábios entreabertos deitado sobre o que parece ser uma mesa de madeira escura com desenhos entalhados na borda. Ele está sem camisa e sua cabeça está levemente caída sobre seu ombro esquerdo. Do outro lado de seu corpo, próximo ao ombro direito, há uma vela acesa. É possível visualizar mãos e braços de duas pessoas em pé ao redor dele. Abaixo do retrato, escrito em letras vermelhas e maiúsculas, está o nome do menino morto.

Edson Luiz de Lima Souto nasceu em 24 de fevereiro de 1950 em Belém (PA) e mudou-se para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Era estudante secundarista matriculado no Instituto Cooperativo de Ensino e, de acordo com seus colegas de curso, não participava do movimento estudantil. Nos dias que antecederam sua morte os estudantes estavam agitados e promoviam manifestações recorrentes sobre uma demolição das instalações da escola feita pelo governo. No dia 28 de março de 1968 policiais militares invadiram o restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, onde havia diversos estudantes, alguns deles armados apenas de pedras e pedaços de madeira. Nessa circunstância houve uma certa

agitação e policiais começaram a atirar, ferindo alguns estudantes e atingindo fatalmente Edson Luiz de Lima Souto, que tinha 18 anos de idade. Seu corpo foi carregado pelos colegas em procissão pelo centro do Rio até as escadarias da Assembleia Legislativa, onde foi velado durante toda a noite. Os manifestantes não permitiram que levassem o corpo ao IML e a necropsia foi feita no saguão da referida instituição sob o cerco da Polícia Militar e de agentes do DEOPS. O caso rapidamente ganhou notoriedade. Artistas suspenderam apresentações o corpo de Edson foi levado em cortejo por cerca de 50 mil pessoas até o Cemitério São João Batista, onde foi enterrado. Após a sua morte, as manifestações estudantis se intensificaram e foram violentamente reprimidas. A missa de sétimo dia de Edson reuniu um grande público na Igreja da Candelária e na saída havia cavalaria armada e fuzileiros para reprimir qualquer ato de rebeldia. Houve embate e algumas pessoas foram feridas.

A **sétima** fotografia (Figura 79) mostra um cartaz com o retrato de Gildo Macedo Lacerda carregado por Mariluce Moura e Tessa Moura Lacerda, esposa e filha do desaparecido. O retrato em questão foi levado à manifestação por elas.



Figura 79 — Fotografia de Mariluce Moura, esposa, e Tessa Moura Lacerda, filha, carregando o retrato de Gildo Macedo Lacerda durante o 6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, Brasil, 2019. Fonte: Oliveira (2019).

Em primeiro plano, preenchendo grande parte do enquadramento, há um banner de aproximadamente um metro e meio de altura sendo segurado nas laterais por Mariluce e Tessa. Mariluce está de perfil e olha em direção à sua filha Tessa, que está posicionada de frente para a câmera com o olhar direcionado para o lado e o semblante sério. Em segundo plano, situada um pouco mais acima, há uma faixa com “Ditadura” escrito em destaque com letras maiúsculas, “Empres\$a\$ apoiaram, reprimiram e lucraram” e “Trabalhadores exigem justiça!” abaixo, em letras um pouco menores, “Fórum dos trabalhadores” em letras pequenas no canto inferior direito e “Reparar já” em uma faixa vermelha no canto diagonal esquerdo. Ao lado dessa faixa, um pouco menos visível, há um banner no qual dá para ler “6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais”. Atrás das mulheres em destaque há várias pessoas no local.

O retrato em preto e branco de Gildo impresso no banner mostra-o em posição frontal. Seu rosto jovem e magro destaca espessas sobrancelhas e um cabelo penteado para o lado. Ele usa gravata, paletó escuro e camisa branca e demonstra seriedade. Abaixo do retrato está o seu nome escrito em letras maiúsculas e as datas “8-7-1949” e “28-10-1976”, referentes aos dias de seu nascimento e de sua morte.

Gildo Macedo Lacerda nasceu em 08 de julho de 1949 em Ituiutaba (MG), era estudante universitário, militante integrante da Ação Popular (AP) e da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Desde quando era estudante secundarista Gildo esteve engajado no movimento estudantil de sua cidade e quando se mudou para a capital não foi diferente. Em 1968, no auge da ditadura, Gildo participou do Congresso da UNE em Ibiúna (SP) e foi preso pelas forças armadas junto aos outros centenas de jovens que ali estavam. Nessa ocasião eles foram libertados, porém compuseram a lista de potenciais subversivos e, portanto, passaram a ser vigiados pela segurança nacional. Em 1969 Gildo foi eleito vice-presidente da UNE, passando a ser alvo da ditadura e precisando viver na clandestinidade. Em 1972 ele se mudou para Salvador (BA), onde conheceu a militante Mariluce Moura, com quem se casou no mesmo ano. Em 1973 o casal estava esperando sua filha Tessa, que não chegou a conhecer o pai.

Nesse mesmo ano, em momentos e lugares diferente, ambos foram presos e torturados. Mariluce foi libertada e Gildo transferido para Recife, onde havia estrutura do DOI-CODI, local no qual foi interrogado e torturado com outros companheiros que também foram levados para lá. Segundo o relatório oficial publicado pela imprensa, Gildo foi morto por um militante companheiro durante um tiroteio na rua. Esse

episódio, assim como tantos outros ocorridos durante aquele período, foi uma forma de encobrir a morte ocasionada pela tortura. O episódio em questão, envolvendo três mortes, ficou conhecido como Teatro de Caxangá, relativo à avenida onde o fantasioso fato teria ocorrido. De acordo com testemunhas sobreviventes, Gildo foi brutalmente torturado e não resistiu. Na época não houve emissão de atestado de óbito e seu corpo foi supostamente enterrado como indigente no Cemitério da Várzea. Sua família empreendeu busca por seu corpo, entretanto não foi conseguiu encontrá-lo.

Em 1995, com a Lei nº 9.140, foi emitida a certidão de óbito de Gildo e só então Tessa, com 18 anos, pôde ser declarada como sua filha, mas apenas em 2018 houve reconhecimento do Estado e ratificação referente à *causa mortis* de seu pai em “razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985”, como outras vítimas da ditadura.

A **oitava** fotografia (Figura 80) mostra dois cartazes com o retrato de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, um pequeno e colado em um pedaço de papelão carregado por Angela Maria Mendes de Almeida, sua companheira, e o outro produzido e disponibilizado pela CEMDP carregado por Tatiana Merlino, sua sobrinha.



Figura 80 — Fotografia de Angela Maria Mendes de Almeida, companheira, e Tatiana Merlino, sobrinha, carregando o retrato de Luiz Eduardo da Rocha Merlino durante a 1ª Caminhada do Silêncio, Brasil, 2019. Fonte: Carbone (2019).

A fotografia mostra Angela e Tatiana em primeiro plano, na parte central do enquadramento. Elas estão sentadas e seguram à frente de seus corpos os referidos cartazes e suas bolsas. Ambas estão com semblantes sérios e olhares direcionados para frente, levemente voltados para cima. Em segundo plano, ao redor delas há muitas pessoas sentadas e outras em pé. A imagem evidencia também um gramado e árvores. O cartaz que Angela segura está colado sobre uma base de papelão, sendo possível ver a parte de cima do papelão e algumas dobras. Abaixo do retrato está escrito “Luiz Eduardo Merlino, 23 anos, morto sob tortura pela ditadura militar em São Paulo, 19 de julho de 1971”. Tatiana segura à sua frente o mesmo retrato, porém impresso em papel cartão, com o nome do tio escrito em letras maiúsculas acima e “Presente!” escrito abaixo, também em letras maiúsculas.

Embora os cartazes sejam diferentes, ambos apresentam o mesmo retrato em preto e branco do jovem Eduardo em posição frontal. Ele é magro, tem cabelos castanhos penteados para o lado e bigode, usa óculos, veste paletó, camisa e gravata e seu semblante está sério. De acordo com essas características o retrato provavelmente foi obtido para compor um documento de identificação.

Luiz Eduardo da Rocha Merlino nasceu no dia 18 de outubro de 1948 em Santos (SP). Em 1966 mudou-se para São Paulo para trabalhar como jornalista, e foi quando começou sua militância política ao ingressar no curso de História da USP. Em 1968 Merlino participou ativamente de mobilizações estudantis que marcaram o ano, primeiro filiando-se ao Política Operária (Polop) e em seguida militando junto às causas do Partido Operário Comunista (POC). Como jornalista, participou da cobertura do Congresso da UNE (1968), ocasião em que mais de 700 estudantes foram levados presos — sendo Merlino um deles. Ao ser liberado ele publicou diversas matérias em jornais informando sobre o ocorrido, as quais foram assinadas com codinomes diversos.

Em 1970 Merlino viajou para a França com sua companheira Angela Maria Mendes de Almeida, que também era militante. Lá passaram aproximadamente seis meses em conversas com dirigentes comunistas franceses. Ele participou do 2º Congresso da Liga Comunista, entre outros, e na mesma oportunidade publicou no exterior as primeiras denúncias sobre tortura no Brasil.

Em 10 de julho de 1971 Merlino retornou ao Brasil com passaporte legal, pois não havia acusação contra ele nos órgãos repressivos. Entretanto, em 15 de julho do mesmo ano, cinco dias após a sua chegada, ele foi levado preso por militares da

casa de sua mãe para o DOI–CODI do II Exército, em São Paulo. Ali de acordo com testemunhas sobreviventes, Merlino foi brutalmente torturado e morreu no dia 19 de julho de 1971 em decorrência das torturas, aos 23 anos. Na época a versão oficial fornecida pelo Estado foi de que Merlino, em uma tentativa de fuga ao ser transferido para outra unidade, jogou-se na frente de um automóvel, o que foi considerado pelos militares um ato de suicídio. De acordo com o IML, seu corpo não estava no local, mas um delegado amigo da família, prevalecendo-se de sua condição, conseguiu entrar no IML e reconheceu o corpo de Merlino. A justificativa dada foi de que não havia identificação com o corpo. Merlino foi enterrado pela família. A missa de sétimo dia ocorreu na Catedral da Sé e contou com a presença de 770 jornalista, de acordo com informação da imprensa. Seu atestado de óbito não teve como *causa mortis* as torturas sofridas.

O conjunto fotográfico acima apresentado, assim como o da Argentina, denotou ao uso dos retratos de mortos e desaparecidos o caráter de denúncia, testemunho e luta. Entretanto evidenciou-se uma padronização mais acentuada em relação ao tipo de suporte utilizado na apresentação desses retratos nas manifestações. Excetuando-se alguns casos em que o familiar levou consigo o retrato de seu ente querido, como o caso dos cartazes de Rubens Paiva, Carlos Marighella, Gildo Macedo Lacerda e Luiz Eduardo Merlino os retratos em sua maioria são provenientes do arquivo gerado a partir dos trabalhos desenvolvidos pela CEMDP para reconhecimento e reparação, os mesmos que foram publicados no livro-relatório Direito à Memória e Verdade e, posteriormente, no Dossiê da Ditadura.

Os cartazes utilizados nas manifestações foram produzidos em lote para tais atividades e são resultado do empenho dos atores sociais engajados em dar visibilidade à causa e em transformar a luta de uns em uma luta de todos. A maior padronização, em comparação ao caso argentino, dos retratos expostos nos cartazes produzidos e disponibilizados pelas organizações sociais denota que a luta não foi incorporada pela sociedade como um todo e provêm de um grupo específico.

As Manifestações Sociais relativas à data do golpe realizadas no Brasil de forma periódica e sistemática, conforme já mencionado, tiveram início em 2014. As ações despendidas pelos grupos de familiares, iniciadas também durante a ditadura e no período posterior, durante a redemocratização, não ecoaram na sociedade e na política brasileiras da mesma forma que ocorreu na Argentina. As desilusões e derrotas no campo político e social refletem o pequeno alcance extramuros, ou seja,

não consegue alcançar um público maior que não tenha relação direta com os traumas causados pela ditadura, o que denota a atuação de um pequeno grupo de iguais. A falta de interesse da população como um todo para questões que a princípio parecem não afetá-la diretamente aponta também o quanto são frágeis as relações de sensibilização humana.

Essa característica confirma a análise de Pollak (1989) sobre o “espaço de escuta”, aqui no Brasil observado pela falta de vontade ou desinteresse em resolver questões passadas que não trariam, ao menos de imediato, na visão de uma maioria, benefício algum para o país. A sociedade daquela época lutava por democracia, como visto anteriormente pela forte campanha e adesão popular à Diretas Já, mas deixou de lado as memórias traumáticas do país, não oportunizando um “espaço de escuta” e de compreensão maior do que representou o contexto político-social anterior.

No Brasil os retratos de mortos e desaparecidos, diferentemente da Argentina, não aparecem como um elemento recorrente utilizados nas Manifestações Sociais ocorridas no passado, sendo algo incorporado com ênfase a partir de 2014, portanto, seu uso é incipiente, assim como as manifestações abordadas neste estudo, que embora tenham demonstrado aderência significativa e potencial de expansão, ainda não há como saber se terão continuidade, sobretudo porque o momento que vivemos, cheio de incertezas políticas e sociais agora agravadas pela crise sanitária, fez com que fossem interrompidas durante seus processos de consolidação.

A integração entre as Manifestações Sociais no ano de 2019, com o surgimento da 1ª da Caminhada do Silêncio e seu maior alcance e visibilidade, pode ser indicativo de que haja um despertar e maior interesse da população, visibilizando esse tipo de manifestação em lugares públicos, como aconteceu no Parque Ibirapuera, por exemplo. Essas manifestações também são indicativas de que a luta por reconhecimento e reparação simbólica continua sobretudo em um contexto em que as violações de direitos humanos são exaltadas e as memórias traumáticas são ainda desconsideradas e relativizadas. Evidencia-se, portanto, que a luta por memória continua, assim como a busca por implementações de políticas de memória mais robustas que possam transpassar gerações.

4.3 ANÁLISE SOBRE OS RETRATOS E SEUS USOS

A pesquisa evidenciou duas ocorrências dos usos dos retratos de mortos e desaparecidos: a primeira nas Instituições de Memória e a segunda nas Manifestações Sociais. Essa seção discorre sobre o que se observou a partir da análise dos conjuntos documentais acima apresentada.

Partindo das Instituições de Memória, abaixo segue a reflexão sobre os retratos projetados no espaço expositivo do Memorial da Resistência, no Brasil, onde evidenciou-se os usos dos retratos no ambiente interno Cella 2.

No caso de Luiz Hirata, seu retrato é projetado em uma série concatenada de imagens que informam o fato ocorrido com ele. As duas primeiras imagens mostram o retrato de Luiz Hirata ainda vivo — um jovem rapaz de traços orientais com cabelos penteados em um típico retrato 3x4 — sobreposto por fichas relativas à sua detenção e passagem no DOPS/SP. A projeção mostra também palavras datilografadas com os adjetivos dados ao detento, indicando-o, por exemplo, como um elemento subversivo entre outras informações registradas nas fichas. A sequência de imagens projetadas sobre Hirata discursa sobre o fato ocorrido, sua detenção, o motivo pelo qual foi preso e, como consequência, sua tortura e sua morte.

O retrato seguinte projeta a imagem de Hirata morto, sem camisa, com os cabelos despenteados e olhos entreabertos. Esse retrato é mais impactante, pois evidencia-o morto, identificado com uma numeração sobre o seu tórax, onde também é possível ver uma marca de costura indicando uma autópsia. Essas fotos aparecem e desaparecem rapidamente, até que, por fim, a imagem se aproxima e fixa-se no retrato de Hirata morto, evidenciando o seu rosto. Uma mancha alusiva a sangue é sobreposta a esse retrato e na sequência surge a certidão de óbito de Hirata, e então esses elementos se aglutinam ao retrato e repentinamente tudo desaparece. O mesmo ocorre de forma similar com os demais retratos projetados nesse ambiente, denotando um discurso semelhante que atribui ao uso dos retratos de mortos e desaparecidos a narrativa do fato ocorrido.

Os retratos expostos no porão do *Museo Sitio de Memoria* na Argentina, obtidos por um dos sobreviventes daquele lugar, Victor Basterra, também são apresentados em um ambiente interno e promovem um discurso informativo sobre os fatos ocorridos com as pessoas ali retratadas e, conseqüentemente, com as demais que ali estiveram. Os painéis dispostos no ambiente são essencialmente

informativos e contam o que ocorria naquele local: os prisioneiros chegavam, eram fichados, interrogados, torturados, transferidos para o sótão, onde ficavam as “*capuchas*”¹⁸⁵, e ao porão retornavam apenas para saírem, geralmente a maioria dos detentos dali se destinava aos traslados que os levavam até a base da aeronáutica de onde saíam os “voos da morte”.

A composição dos retratos expostos no *Museo Sitio de Memoria* indica uma similaridade nos registros, sendo a maioria dos retratos de corpo inteiro, de frente e de perfil feitos no próprio local para identificar e documentar a entrada dos presos. Embora os retratos ali expostos evidenciem apenas a parte superior dessas pessoas, é possível, pelo conjunto de informações ali dispostas e pela existência de *banners* expostos em outro prédio, identificar o tipo de tomada da imagem. Esses retratos são indiciais do que ocorria naquele lugar e como elementos expográficos são utilizados como recursos discursivos do contexto histórico que o local emana.

Em relação às Manifestações Sociais, conforme evidenciado no conjunto documental, em ambos os países os usos dos retratos acontecem pela ação dos indivíduos que os carregam e exibem pelas ruas e praça (na Argentina) ou ambiente externo de um parque ou pátio (no Brasil). Aqui o discurso evidenciado pelo próprio uso é relativo à esfera particular e pessoal do desaparecido.

Os retratos usados nas Manifestações Sociais circulam reiteradamente ano após ano, são já conhecidos pelos participantes, fazem parte da dinâmica performativa, compõem a estrutura desses atos e configuram-se como personagens ativos da história do tempo presente, ou seja, no momento em que a memória vive e é evocada. São retratos visibilizados pelas lentes de inúmeras pessoas, entre elas os fotógrafos profissionais, que registram, publicam e compartilham a subjetividade de cada olhar. Isso tudo — a ação conjunta entre os atores sociais e o público participante ao ressignificarem os usos dos retratos — indica a esses retratos o *status* de objeto semióforo. E eles evidenciam um fenômeno memorial de abrangência individual para coletiva, ou seja, no qual todos os participantes, os atores sociais, comungam do mesmo ideal: manter acessa e viva a história de vida e circunstância da morte e tornar o ser ausente de algum modo presente.

¹⁸⁵ No sótão, onde ficava a “*capucha*”, na qual havia espaços minúsculos destinados ao confinamento dos presos.

A seleção para análise, conforme descrito anteriormente, foi fundamentada a partir do estabelecimento de indicadores comparativos em ambos os países: o caráter informativo e o *punctum*. No caso das Instituições de Memória, os retratos expostos em caráter permanente são selecionados pela própria instituição e, conforme observado, configuram-se nos indicadores estabelecidos, pois contêm a informação e o *punctum*. Em relação aos retratos das Manifestações Sociais, a seleção foi direcionada pela pesquisadora considerando também os indicadores pré-determinados, entretanto, em virtude da maior diversidade de fotografias foi necessário definir quais comporiam o conjunto analisável.

No que se refere ao caráter informativo a seleção foi direcionada a partir do que foi possível acessar de informações a partir da própria fotografia, e sobre o *punctum* a ordem conotativa, predominou, prevalecendo nessa seleção a expressão de quem carrega o retrato utilizando o corpo como suporte. A expressão captada pela lente de quem a observa e espera o momento oportuno para sintetizar a emoção e o significado do que representa aquele instante quando a mágica da fotografia acontece e congela a imagem, eternizando-a no substrato fotográfico. Quando há uma sintonia e um intercruzamento entre os olhares do fotógrafo, autor e produtor da fotografia, do retratado, ator social e protagonista da fotografia, e da pesquisadora, autora desta tese que, ao tangenciar aquele momento, figurativamente ultrapassou os limites entre os tempos ali contidos. A fotografia tem essa capacidade de fazer imaginar e extrapolar para além do que ela evidencia, ela é mais os sentidos atribuídos a si a partir dos contextos nos quais está inserida. As fotografias aqui analisadas são menos signo e mais símbolo — menos evidência e mais sentido.

Destacar o *punctum* de cada fotografia é, portanto, uma análise individual de imagens obtida, neste trabalho, pelo conjunto fotográfico selecionado. A própria seleção é indicativa de um *punctum* compartilhado que evidencia um tipo de aliança temática fundamentada no evento que as gerou. Trata-se de perceber um elemento recorrente, que aproxima o conteúdo dessas fotografias e, assim, conforma algum elemento visual nem sempre evidente, mas perceptível, que toca o espectador de uma forma semelhante.

Nas manifestações o retrato do morto e desaparecido integra a dinâmica do evento, e no caso das fotografias aqui selecionadas o retrato do morto e o retrato do vivo aglutinam-se em um só e sintetizam, a continuidade entre os tempos, sendo a

anunciação da memória no tempo em que pode ser evocada. O retrato dentro do retrato é a evidência da ressignificação do objeto deste estudo e é a enunciação dos sentidos a eles atribuídos e também dos sentidos adquiridos a partir de seus usos.

Em ambas situações, esses retratos são objetos semióforos pelo valor sentimental e os sentidos a eles atribuídos — é mais a figuração e representação simbólica observados nos fenômenos memoriais, destacados nos espaços das Instituições de Memória e nas Manifestações Sociais. Os usos dos retratos se assemelham em ambos os países e em ambos os lugares de memória. Embora no Brasil as Manifestações Sociais tenham se consolidado tardiamente, de maneira mais tímida, padronizada e com participação consideravelmente menor da população em geral, os usos são os mesmos da Argentina. Será que essa semelhança advém de uma influência dos países vizinhos ou da própria característica inerente do retrato fotográfico?

Em suma, o desenvolvimento deste capítulo foi essencial para evidenciar a especificidade da fotografia, sobretudo do gênero retrato, ao tratar de temas sensíveis. Inserido no contexto de memórias traumáticas, os retratos emanam humanidade e proporcionam o conhecimento mais próximo e aprofundado das narrativas discursivas praticadas em cada lugar, como apresentado a seguir.

Nas Instituições de Memória, de maneira mais estática, informativa, factual e receptiva, para um público específico — geralmente escolares e acadêmicos que se dirigem até esses lugares com algum conhecimento prévio sobre o contexto —, o retrato é um elemento expográfico e serve como um recurso discursivo sobre o fato ocorrido. Já nas Manifestações Sociais, de maneira mais dinâmica, pessoal e propositiva, para um público que participa ativamente de atos, marchas e caminhadas — por causa da vivência direta do fato ocorrido ou do compartilhamento dessa vivência caracterizado pelo trabalho memorial —, o retrato é um documento pessoal, que discursa sobre a pessoa ausente.

Mas em ambos os lugares e em ambos os países os usos desses retratos têm um propósito em comum: reivindicar verdade, memória e justiça e ser usados como instrumentos de testemunho, denúncia e luta para manter (no caso argentino) e alcançar (no caso brasileiro) as reivindicações supracitadas.

Em outra perspectiva, a pesquisa evidenciou que no caso argentino o uso de retratos inseridos dentro do campo de observação é mais intenso e apresenta maior

variedade de tipos, formatos e intervenções, tanto nas Instituições de Memória quanto, mas principalmente, nas Manifestações Sociais.

Diante dessa peculiaridade, em um primeiro momento poder-se-ia pensar que o diferencial estaria de algum modo relacionado à história da fotografia em cada país, indicando evolução técnica e fruição dispare entre os países¹⁸⁶. No caso brasileiro, Dom Pedro II teve um papel determinante para fazer do país um grande produtor de documentação fotográfica, compreendendo registros desde a fauna e a flora brasileira até o incipiente progresso trazido pela Coroa e os costumes do cotidiano da nova civilização, bem como os retratos fotográficos. Desde o início da história do Brasil a técnica fotográfica trazida da Europa esteve presente e gradativamente conquistou maior abrangência¹⁸⁷, o que fez surgir, portanto, um mercado com profissionais capacitados para a crescente demanda de registro particular e coletivo. Apesar disso, esse desenvolvimento técnico e visionário não acarretou uma maior expressão do nosso país em relação à Argentina.

Conforme Michelin (2011), a fotografia enquanto técnica e registro documental se iguala em ambos os países — inclusive com alguma vantagem do Brasil sobre a Argentina em relação à história do processo. Assim, as considerações acima reforçam a conclusão de que em ambos os países os usos dados aos retratos de mortos e desaparecidos nos contextos analisados não dizem respeito a uma percepção frágil ou insuficiente que se possa ter sobre a fotografia e seus possíveis usos por parte da população argentina ou brasileira, mas sim à memória sobre o fato que motivou tal uso.

O exposto acima evidencia, portanto, que tanto na Argentina quanto no Brasil a história e o avanço da técnica fotográfica desenvolveram-se de maneira análoga. Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, o contexto em que esses retratos foram produzidos e os recursos técnicos em ambos os países eram comparativamente similares. Naquela época não havia muitas fotografias, pois fotografar era um luxo relativamente caro e de difícil acesso, sendo assim, não eram todas as famílias que possuíam um retrato de seu familiar.

À medida em que as câmeras fotográficas se popularizaram e ganharam mercado entre as famílias de classe média nem sempre o resultado obtido era

¹⁸⁶ Conforme estudo comparado de Michelin (2011) sobre a produção bibliográfica da história da fotografia no Brasil e na Argentina.

¹⁸⁷ Evidenciada pela ampliação do seu uso com, por exemplo, a ascensão de estúdios fotográficos.

satisfatório ou de qualidade. Os equipamentos fotográficos naquela época, mesmo os destinados ao público amador, eram relativamente complexos de manejar e quem tinha condições de comprar uma câmera fotográfica nem sempre a operava adequadamente, então o resultado visual das fotografias ficava a desejar. Naquela época ainda não existiam câmeras automáticas e as fotografias de melhor qualidade geralmente eram os retratos 3x4 feitos em estúdios fotográficos.

Em geral os retratos utilizados nas Manifestações Sociais são ampliações dos retratos 3x4 feitos para os documentos de identidade ou dos que restaram dos arquivos e fichas dos presos políticos nos referidos órgãos de repressão. Em relação à destruição de fotografias, conforme Eugênia Gonzaga (comunicação pessoal)¹⁸⁸, outras situações também ocorriam: muitas famílias destruíram os poucos retratos que tinham de seus familiares que viviam na clandestinidade por receio ou, em outros casos, entregaram o único retrato que tinham para equipes de pesquisa para reconhecimento a partir da descoberta da vala comum de Perus em 1990. Tais situações evidenciam a escassez dos retratos e corroboram o “desaparecimento do desaparecimento”: não há corpo, não há registros, não há retrato, não há evidências ou provas da vida ou da morte dessas pessoas e, assim como as imagens, as memórias se diluem no tempo.

O trabalho memorial desempenhado pelos atores sociais está também relacionado à manutenção do que cada país conseguiu avançar em termos de políticas de memória. No caso argentino, a manutenção das conquistas relativas à memória, à verdade e à justiça já consolidadas e o avanço em relação aos processos em que estão inclusas as causas ligadas aos direitos humanos como um todo. No caso brasileiro, com um percurso interrompido¹⁸⁹, caminha-se a passos lentos em uma tentativa quase que impossível de avançar — sobretudo em um contexto em que a ditadura é relativizada e seus Atos Institucionais, sobretudo o famoso AI-5, retornam com uma proporção ameaçadora — e como uma reação para não retroceder o pouco que conseguiu avançar. Como disse Millôr Fernandes (1994, p. 30), “o Brasil tem um enorme passado pela frente”.

Em relação às atuais Manifestações Sociais analisadas nesta pesquisa, observou-se que o uso coletivo dos retratos na Argentina se originou a partir do uso

¹⁸⁸ Comunicação telefônica entre Eugênia Gonzaga e a autora em 20 de agosto de 2020.

¹⁸⁹ ADPF 153 sobre a reinterpretação da lei da anistia.

individual e no Brasil: o uso coletivo nessas manifestações, através da disponibilização dos retratos padronizados pelas organizações sociais, incentivou e impulsionou pessoas a levarem retratos de seus familiares, os quais, se destacam dos demais. De todo modo, em ambos os países os retratos observados nas manifestações são utilizados e incorporados pelas pessoas que representam e constituem o compartilhamento coletivo das memórias traumáticas geradas a partir do contexto das ditaduras civis-militares.

A Argentina e o Brasil utilizam o retrato da mesma forma e com a mesma intenção, o que diferencia seus usos é dado pela história de cada país. Os retratos não são evidentemente responsáveis pelo avanço ou retrocesso na implementação de políticas de memória, mas o seu uso intensificado pelos atores sociais no caso argentino os potencializou e qualificou simbolicamente como uma arma¹⁹⁰ que aponta mas não mata, que defende e luta por justiça.

No Brasil, onde o uso de retratos de mortos e desaparecidos, como observado, não foi tão intenso e explorado, reverberou-se a menor ação do Estado na implementação de políticas de memória como resposta às demandas sociais, conforme visto nos capítulos anteriores¹⁹¹. O reconhecimento tardio pelo governo federal, corroborado pela manutenção da Lei da Anistia recíproca, é uma política que confere ao Brasil uma visão voltada ao esquecimento e à pacificação da nação. No entanto, em sobressaltos de ameaças à democracia, as manifestações em defesa do Estado Democrático de Direito se intensificam e o exemplo do passado recente vem à tona por uma parcela da sociedade como um exemplo do que não se repetir.

As circunstâncias de vida e morte de cada um dos casos aqui analisados evidenciou que no Brasil as mortes ocorridas, em sua maioria, foram registradas como suicídios, acidentes de trânsito, fugas ou embates entre policiais e “terroristas”. Na Argentina não houve “tentativas de fugas”, “embates” ou “suicídios”, mas os “terroristas subversivos” desapareciam sem deixar rastros ou quaisquer sinais de seus paradeiros. Em ambos os casos, porém, o trabalho desenvolvido por historiadores, cientistas políticos e sociólogos embasado em documentos e

¹⁹⁰ Um meio para se obter algo, nesse caso, a justiça.

¹⁹¹ É importante destacar que alguns dos avanços aconteceram apenas no âmbito estadual e/ou municipal, como, por exemplo, a inauguração do Memorial da Resistência que foi uma ação conjunta entre o Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo.

testemunhos provenientes tanto dos militares quanto das vítimas sobreviventes e de familiares, denota a esses casos a mesma origem e o mesmo destino: repressão, abuso de poder, violência política, sequestro, prisão, tortura, desaparecimento e morte.

O último capítulo desta tese termina por aqui, mas a História continua — e muitas vezes parece que tende a se repetir. Esse trecho do passado recente é uma história triste, sem glórias e sem vencedores, e remete à reflexão de que a História da humanidade está constantemente sob ameaça e o homem constantemente em guerra contra a sua própria espécie.

Considerações Finais

Considerando os contextos históricos semelhantes relativos às ditaduras civis-militares que se estabeleceram entre as décadas de 1960 a 1970 na Argentina e no Brasil e os seus relativos desdobramentos no campo das memórias traumáticas a partir das violações de direitos humanos ocorridas em ambos os países, a presente pesquisa teve como objetivo geral uma análise comparativa dos usos atribuídos aos retratos de mortos e desaparecidos com base no desenvolvimento das ações dos atores sociais que, ao ressignificá-los, transformaram esses retratos em instrumentos de denúncia, testemunho e luta.

O estudo verificou que essas ações reverberaram de modo peculiar em cada país, os quais tiveram avanço na implementação de políticas de memórias e deram uma maior visibilidade aos retratos ao longo desses processos, despertando, assim, o interesse em pesquisar se haveria relação entre os usos dados aos retratos e esses avanços.

Fazer analogias e comparar os processos entre os países foram os recursos metodológicos que viabilizaram o desenvolvimento desta pesquisa. No que se refere ao objeto de estudo — os usos dos retratos de mortos e desaparecidos utilizados nos contextos dos trabalhos memoriais relativos às violações de direitos humanos ocorridos nas ditaduras em questão —, verificou-se na atualidade duas ocorrências principais dos usos: nas Instituições de Memória e nas Manifestações Sociais. Em ambas as situações em ambos os países os atores sociais tiveram e ainda têm significativo protagonismo na luta por memória, verdade e justiça.

A pesquisa de campo viabilizou o levantamento documental das ocorrências dos retratos nesses lugares de memória, estabeleceu critérios seletivos, sistematizou-os, gerou parâmetros comparativos e verificou as similaridades e diferenças nos usos dos retratos. O processo investigativo, aliado ao referencial teórico existente, corroborou a hipótese levantada e a conclusão da pesquisa.

E assim conclui-se que o uso intensificado de retratos de mortos e desaparecidos e sua maior circulação e visibilidade — dada por intermédio dos atores sociais que acompanharam e estiveram presentes nos processos em que consolidaram os lugares de memória — ressignificaram a ausência em

reinvidicações que alavancaram a implementação das políticas de memórias em graus diferentes em cada país.

Os retratos em si, enquanto objetos inanimados, não teriam condições de estabelecer política alguma, mas, carregados pelas pessoas que os qualificam e significam enquanto instrumentos que favorecem a luta, denunciam os crimes de lesa-humanidade e testemunham as mortes e desaparecimentos, conforme evidenciou a pesquisa. Portanto, o maior avanço na implementação de políticas de memória aconteceu no país que utilizou melhor os recursos disponíveis para isso, entre os quais o retrato foi coadjuvante na atuação empreendida pelos atores sociais. O poder da imagem aliado ao da ação de pessoas, membros da sociedade civil, indica o potencial transformador de realidades, tanto da Argentina quanto do Brasil.

Em relação ao *corpus* documental da pesquisa, há um aspecto a ser salientado: embora a Argentina (1519) apresente em números absolutos uma quantidade consideravelmente maior de fotografias do que o Brasil (431), à medida em que o percurso metodológico estabeleceu seus critérios, foram adicionados filtros seletivos e definidos os indicadores comparativos em uma perspectiva direcionada aos usos dos retratos, o que diminuiu consideravelmente a diferença dos números para a Argentina (360) e o Brasil (211). Por fim, chegou-se ao uso individual do retrato, apresentando respectivamente 66 e 45 fotografias para cada país, indicando uma tendência ao equilíbrio, considerando esta categoria. Essa característica auxiliou na definição equânime do *corpus* da pesquisa, sendo 08 fotografias para cada país.

O representativo resultado em ambos os países indicou que os retratos são utilizados como principal elemento na dinâmica performativa dessas manifestações por denotarem que o seu uso é incorporado pela maioria dos participantes.

Embora a Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça na Argentina tenha apresentado um número mais expressivo e maior de fotografias e tenha sido também mais publicizada, o que facilitou o acesso aos seus conteúdos, ela indicou uma heterogeneidade de motivos fotografados. Ainda que o uso de retratos seja intenso, ocorre uma diversidade de situações amplamente registrada pelos fotógrafos durante a manifestação. A magnitude da manifestação denota uma pluralidade de apresentações artísticas e culturais que ocorrem simultaneamente no entorno da *Plaza de Mayo*. Há também uma multiplicidade de elementos na manifestação, tais como: bandeiras, balões, faixas, cartazes, trabalhos artísticos, bonecos alusivos a

personalidades políticas — inclusive às *madres* —, fogos de artifícios e figurinos diversos observados nas performances que ocorrem no trajeto até a *Plaza de Mayo*. E tais elementos acabam configurando o evento em uma grande festa popular.

No Brasil, apesar da diversificação do uso de retratos ser consideravelmente menor, ou seja, os tipos de retratos são em sua maioria padronizados e utilizados de uma maneira mais homogeneizada durante essas manifestações, eles protagonizam as cenas retratadas pelos fotógrafos. No entanto, as fotografias com evidências dos usos de retratos acabam por ser também muito semelhantes, justamente pelo tipo de dinâmica e pela padronização do retrato. No Brasil há também apresentações artísticas culturais, porém, estas são mais concentradas no palco. Enfim, o público e a trajetória relativamente menores refletem uma menor produção e expressão visual da manifestação.

Em relação às Instituições de Memória aqui consideradas, os resultados indicaram uma maior quantidade de retratos expostos na Argentina, sobretudo por haver uma intervenção visual bastante impactante na fachada do *Museo Sitio de Memoria* — uma parede de vidro intitulada *Piel de Vidrio* com retratos dispostos lado a lado. No Brasil, no entanto, o prédio do Memorial da Resistência não permite interferências em sua fachada e em termos comparativos não há na sua expografia permanente uma intervenção maior na entrada ou no salão principal que mostre uma representação quantitativa de retratos.

A função desses espaços durante a ditadura civil-militar e atualmente são similares em ambos os países: ambos funcionaram como órgãos de repressão, controle, prisão e torturas e posteriormente foram ressignificados como lugares de memória. A significância na manutenção e no uso desses lugares é uma forma de não apagar a história e a memória das pessoas que ali estiveram e passaram por momentos terríveis, de medo e de dor. É também uma maneira de significar ao visitante o que representou a existência daquele lugar para a sociedade como um todo a partir das experiências pessoais e dos familiares que vivenciaram de perto aquele período. Há o intuito de colocar o visitante no lugar do outro e despertar nele um sentimento de solidariedade pelo indivíduo e repugnância ao horror ao evidenciar o contexto que gerou os fatos ali ocorridos como uma consequência da violência estatal que sistematizou e operacionalizou uma execução em massa.

A exibição dos retratos de mortos e desaparecidos em ambos os lugares também está localizada em ambientes análogos. No Brasil, em uma das celas há a

projeção de um vídeo em que alguns dos retratos protagonizam o enredo e a história de uns como exemplares de outros tantos. Na Argentina, no porão — espaço antes designado às torturas — há um painel de acrílico com os retratos obtidos por Victor Bastera.

Além disso, o desenvolvimento da pesquisa examinou os termos “atores sociais” e “empreendedores de memória”, cunhados por teóricos das áreas da história e da memória para designar o papel exercido por uma parcela da sociedade civil na luta, transmissão e manutenção da memória, da verdade e da justiça.

A reflexão sobre as denominações dos termos acima pressupõe que em relação aos “atores sociais” haja um protagonismo no papel por eles desempenhados. Já o termo “empreendedores de memória” relaciona-se à palavra empreender, que tem o sentido de executar e implementar algo novo e pode estar em diversas atividades, entre elas as culturais e as sociais, apesar de ser utilizada comumente para referir-se ao mundo dos negócios empresariais.

“Empreender” é a motivação que move uma causa, é inovar e estar em constante movimento de ideias e soluções para o que se busca, então o empreendedor está em um trabalho constante de atualização. No caso aqui estudado, os atores sociais protagonizam uma história de empreender memórias.

Dito isso, no campo de observação da pesquisa “empreender” é também ressignificar, é transformar ações e sentidos, e os retratos aqui analisados são exemplares dessa transformação de sentidos por intermédio das ações individuais e coletivas. A potência deles está para além de suas origens ou funções ordinárias. O retrato passa do uso privado para o uso público, do individual para o coletivo, da representação da pessoa para a do fato ocorrido e da violação de direitos humanos e, imediatamente, da representação da presença para a da ausência, da vida para a morte.

Retornado às denominações, na mesma linha de pensamento poder-se-ia utilizar também outros termos com significância adequada às designações dadas aos “atores sociais” e aos “empreendedores de memória”, tais como “provedores” e “promotores” de memória, por esses elementos complementarem e conjugarem a ativação e manutenção da memória social no único tempo em que ela pode estar: no efêmero presente.

As fotografias analisadas nesta tese apresentaram uma narrativa clara e objetiva, visto que, evidenciadas pelo potencial informativo e visual, contam o mesmo

fato histórico que acometeu ambos os países e os trabalhos memoriais desenvolvidos a partir das violações de direitos humanos evidenciados pelos usos dados aos retratos de mortos e desaparecidos. O diferencial é dado pelas características de cada um desses lugares de memória: nas Instituições de Memória os retratos utilizados como elementos expográficos evidenciam um discurso factual e informativo do contexto e do fato ocorrido, já nas Manifestações Sociais eles são documentos pessoais e evidenciam um discurso de trajetória de vida e morte, de presença e ausência.

Mas em ambas as situações os retratos narram o mesmo fato por perspectivas e com recursos diferentes. O primeiro, pela própria característica do lugar e do que ele representou para essas pessoas, é um lugar frio, sombrio, voltado para dentro (interior) e reflete o que se quis ocultar e exterminar — é um lugar de memória que emana a energia do lugar, é pesado por causa do que ali ocorreu. O segundo se caracteriza por ser um lugar quente, iluminado e em ambiente externo, seja na rua, na praça ou no parque público, esses retratos simbolicamente trazem o ser ausente, propiciando de certa forma uma continuidade à sua luta interrompida — ali, de algum modo, estão atuando com os atores sociais e de certa forma expõem o que se quis eliminar e ocultar.

Os retratos possibilitam que seus leitores conheçam a dinâmica por trás desses registros e denotem a eles essa capacidade da imagem fazer o observador imaginar e transportá-lo para as histórias das vidas perdidas. Por fim, ao tangenciar aquele momento traumático, despertam o sentimento de humanidade e a emoção no compartilhamento de ideais por uma sociedade mais justa e humana.

A natureza humana subverte a lei da vida e, portanto, da sua sobrevivência. Isso pode ser observado sob diversos aspectos e poderia ser objeto de estudo de outras pesquisas. O ser racional é considerado o mais inteligente de todos os seres que habitam o planeta Terra é também o ser vivo mais incoerente na manutenção da vida. E contribui para sua franca extinção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBOS, Kai. El marco jurídico de la justicia de transición. In: MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Orgs.). **Justicia de Transición: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España**. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2009.

ARGENTINA. **LEI Nº 22.924, DE 22 DE SETEMBRO DE 1983**. Institui a extinção de ações penais relativas a delitos cometidos com motivação terrorista ou subversiva durante o período de 25 de maio de 1973 a 17 de junho de 1982. Conhecida como “Ley da Pacificación Nacional”. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/70000-74999/73271/norma.htm>. Acesso: 25 mar. 2021.

ARGENTINA. **LEI Nº 23.492, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986**. Institui a extinção de ações penais de delitos do artigo 10 da lei 23.049 e por aqueles que se vinculam a instauração de formas violentas de ação política. Conhecida como “Ley do Punto Final”. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>. Acesso: 25 mar. 2021.

ARGENTINA. **LEI Nº 23.521, DE 04 DE JUNHO DE 1987**. Institui a extinção de ações penais de delitos do artigo 10 da lei 23.049 cometidos por membros das Forças Armadas não são puníveis em razão deles estarem cumprindo o seu dever. Conhecida como “Ley Obediencia Debida”. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21746/norma.htm>. Acesso: 25 mar. 2021.

ARGENTINA. **LEI Nº 25.633, DE 23 DE AGOSTO DE 2002**. Institui o dia 24 de março como Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-25633-77081>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ARGENTINA. **LEI Nº 25.778, DE 20 DE AGOSTO DE 2003**. Institui a imprescritibilidade dos crimes de Guerra e dos crimes de lesa-humanidade. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/85000-89999/88138/norma.htm>. Acesso: 25 mar. 2021.

ARGENTINA. **LEI Nº 25.779, DE 21 DE AGOSTO DE 2003**. Declara nulas as leis nº 23.492 e 23.521. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/85000-89999/88140/norma.htm>. Acesso: 25 mar. 2021.

ARGENTINA. **LEI Nº 26.085, DE 21 DE MARÇO DE 2006**. Incorpora o dia 24 de março, Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia, entre os feriados nacionais previstos pela Lei n. 21.329 e suas alterações. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26085-114811>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.17, pp.11–31, nov. 2001.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução AGNU nº 2391 (XXIII), de 26 de novembro de 1968. Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade, 1968. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/convencao-sobre-a-imprescritibilidade-dos-crimes-de-guerra-e-dos-crimes-contra-a-humanidade.html>. Acesso em: 11 out. 2020.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política comparada**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre fotografia**. 4.ed. Tradução de Júlio Castañón Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. "Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, pp.169–196, 2009.

BRASIL. **ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 29 maio 2019

BRASIL. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 400p. 1.ed. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/459>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 6.683, DE 29 DE AGOSTO DE 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 29 mai. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 9.140, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 29 mai. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 12,528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 29 mai. 2019. BRODSKY, Marcelo. **Memoria en construcción: el debate sobre la ESMA**. Buenos Aires: La Marca Editora, 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARRUDA, Beatriz Calvalcanti de; FIGOLS, Francisca Ainda Barboza. **Plano Museológico**. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2010. Disponível em: http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/Upload/file/MRSP_PLANO_MUSEO_LOGICO_COMPLETO.pdf
Acesso em: 12 abr. 2018.

CABRAL, Rebeca Lopes. **Memórias de dor em Buenos Aires**: de ex- centros clandestinos a lugares de memória e consciência. Orientador: Renato Cymbalista. 2019. 352 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-04102019-103242/pt-br.php>
Acesso em: 11 jan. 2021.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CATELA, Ludmila da Silva. Violencia política y ditadura em Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas. In: FICO, Carlos *et al.* (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008. pp.179–200.

CATELA, Ludmila da Silva. Todos temos um retrato: indivíduo, fotografia e memória no contexto do desaparecimento de pessoas. **TOPOI (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v.13, n.24, pp.111–123, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n24/1518-3319-topoi-13-24-00111.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CATELA, Ludmila da Silva. Mirar, desaparecer, morir. Reflexiones en torno al uso de la fotografia y los cuerpos como espacios de inscripción de la violencia. *Clepsidra*. **Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**. Buenos Aires, v.6, n.11, pp.36–51, mar. 2019. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/clepsidra/article/view/13397/pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020

CHAGAS, Mário. Memória Política e Política de Memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009. pp.136–167.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **Derechos Humanos em la Argentina**: Informe 2017. Buenos aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017. E-book. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2017/12/IA-CELS-2017.pdf>. Acesso em: 27 set.2018.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS (CONADEP). **Nunca Más**: Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: EUDEBA, 1984.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CFMDP); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009

CUYA, Esteban. La ‘Operación Cóndor’: El Terrorismo de Estado de Alcance Transnacional. **Memoria**, Nuremberg, n.5, dez. 1993. Disponível em: <http://www.derechos.org/koaga/vii/2/cuya.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/?gclid=CjwKCAjw6fCCBhBNEiwAem5SO-JQV4QTKv44qB2kZBgd_BjqiXDB34phpgFtMXJ1SUypgQCpLBATRRoCPd4QAvD_BwE Acesso em: 18 fev. 2021.

DELGADILLO, Juan Mario Solís. **Los tiempos de la memoria en las agendas políticas de Argentina y Chile**. Buenos Aires: Eudeba, 2015. pp.25–77.

DAHRENDORF, Ralf. **La cuadratura del círculo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

DIAS, Katia Helena Rodrigues. **Fotografias para memória**: a Escola de Belas Artes de Pelotas através do seu acervo documental (1949-1973). Orientadora: Francisca Ferreira Michelin. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

DIAS, Katia Helena Rodrigues; MICHELON, Francisca Ferreira. Retratos de desaparecidos no Espaço de Memória e Direitos Humanos (ESMA), Argentina. **RELACult — Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s.l.], v.5, n.4, 2019. DOI: 10.23899/relacult.v5i4.1085. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1085>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DIAS, Katia Helena Rodrigues; MICHELON, Francisca Ferreira. Retratos de mortos e desaparecidos pela ditadura civil-militar brasileira e argentina. **RELACult — Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s.l.], v.6, n.1, jan./abr. 2020a. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1755>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DIAS, Katia Helena Rodrigues; MICHELON, Francisca Ferreira. Memórias compartilhadas: fotografias de desaparecidos no Espaço de Memória e Direitos Humanos – ESMA, Argentina. Recurso eletrônico. In: SERRES, Juliane Conceição

Primon; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi (coords.); MARCHI, Darlan de Mamann; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; POLONI, Rita Juliana Soares (orgs.). **Memória & Patrimônio: Identidade, Emoção e Ditaduras** Volume II. Pelotas: Editora da UFPel, 2020b. pp.277–294. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2020/01/Mem%C3%B3ria__Patrim%C3%B4nio_-_Volume_2__compressed-1.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imágenes pese a todo: Memoria Visual do Holocausto**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2004.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, v.2 n.4, pp.206–219, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 23 mar. 2019.

DINGES, John. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e Reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009. pp.305–316.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora, Nacional, 1987.

FELD, Claudia. ¿Hacer visible la desaparición?: las fotografías de detenidos desaparecidos de la ESMA en el testimonio de Víctor Bastera. **Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**, [s.l.], n.1, mar. 2014, pp. 28–5. ISSN 2362-2075. Disponível em: <https://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/clepsidra/article/view/FELD/0>. Acesso em: 25 maio 2020.

FELD, Claudia; STITES MOR, Jessica. Introducción. Imagen y memoria: apuntes para una exploración. In: FELD, Claudia; STITES MOR, Jessica (Comp.). **El pasado que miramos: memoria e imagen ante la historia reciente**. Buenos Aires: Paidós, 2009. pp.25–42.

FELIPINI, Kátia Regina Neves. **A Potencialidade dos Lugares da Memória sobre uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso**. O Memorial da Resistência de São Paulo. Orientador: Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha. 2011. 182 f. Dissertação (mestrado em Museologia no Curso de Mestrado em Museologia) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/katia_felipini.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

FERNANDES, Millôr. **Millôr definitivo**: A bíblia do caos. 3.ed. Porto Alegre: L&PM, 1994.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora**, São Paulo, n.10, pp.102–118, 2011.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira. Cicatrizes da Memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.41, n.1, pp.79–97, jan./jun. 2015.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/20716>.

Acesso em: 05 fev. 2021.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira. As representações da ausência: o complexo diálogo entre fotografia e memória. In: ARAUJO, Denize Correa; MORETTIN, Eduardo Victorio; REIA-BAPTISTA, Vitor (Orgs.). **Ditaduras Revisitadas**: Cartografias, Memórias e Representações Audiovisuais. Faro: CIAC/Universidade do Algarve, 2016.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos *et al.* (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008. pp.53–76.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v.28, n.47, pp.45–59, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3844/384434840003.pdf>. Acesso em: 15 jun.2018.

GALLO, Carlos Arthur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da atuação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.20, n.39, pp.327–345, jul./dez. 2015.

GALLO, Carlos Arthur. **A história no banco dos réus: Leis de impunidade, memória da repressão política e as decisões da Suprema Corte na Argentina e no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados Autoritários, Políticas de Memória e Qualidade da Democracia no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. 1.ed. Porto Alegre: Deriva, 2014. pp.285–301.

GALLO, Carlos Artur. GUGLIANO, Alfredo Alejandro. A justiça do presente frente aos crimes do passado: uma análise das experiências argentina e brasileira. In: GALLO, Carlos Artur (Org.). **No rastro das transições**: perspectivas sobre memória, verdade e justiça no Cone Sul e no Sul da Europa. 1.ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2019. pp.175–199.

GAMARNIK, Cora. La imagen de la “subversión”: cómo se construyó la imagen del enemigo (1976-1979). **Sudamérica: Revista de Ciencias Sociales**, La plata, n.7, pp.19–52, 2017. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/2531/2607>. Acesso em: 27 maio 2019.

GARCÍA, Luis; LONGONI, Ana. Imágenes invisibles. Acerca de las fotos de desaparecidos. In: BLEJMAR, Jordana; FORTUNY, Natalia; GARCÍA, Luis (Orgs.). **Instantáneas de la memoria: fotografía y dictadura en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: Librería, 2013. pp. 25–44.

GASPAROTTO, Alessandra. Apontamentos (e desapontamentos) em relação à criação da Comissão da Verdade no Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente**. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013. pp. 235–250.

GAUDICHAUD, Franck. L’ombre du Condor: Contre-révolution et Terrorisme d’Etat International dans le Cône Sud. **Amnis**, Paris, n.3, set. 2003. Disponível em: <http://amnis.revues.org/473#text>. Acesso em: 11 set. 2019.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Os sentidos e as disputas em torno da anistia e da reparação de perseguidos políticos no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. pp.211–224.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. A política de promoção aos direitos humanos no governo Lula. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, pp.107–135, jul./dez. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos Humanos e democracia: a experiência das Comissões da Verdade no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur (Org.). **No Rastro das Transições: perspectivas sobre memória, verdade e justiça no cone sul e no sul da Europa**. Pelotas. Editora da UFPel, 2019. pp.101–124.

HUGGINS, Martha K. Legacies of authoritarianism: Brazilian torturers’ and murderers’ reformulation of memory. **Latin American Perspectives**, [s.l.], v.27, n.2, pp.57–78, 2000.

HUYSEN, Andreas. Medios y memoria. In: FELD, Claudia; STITES MOR, Jessica (Orgs.). **El pasado que miramos: memoria e imagen ante la historia reciente**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. **Estudios Sociales**, [s.l.], v.27, n.1, pp.91–113, 17 mar. 2005.

JELIN, Elizabeth. La justicia después del juicio: legados y desafíos em la Argentina postdictatorial. In: FICO, Carlos *et al.* (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço Histórico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. pp. 341–360.

JELIN, Elizabeth. **La Lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social**. 1.ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

JELIN, Elizabeth. Entrevista com Elizabeth Jelin. [Entrevista concedida a] Carlos Artur Gallo. **Cadernos do NUPPOME**, Pelotas, ano 1, n.2, pp.05–12, ago. 2019. ISSN 2596-285X. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2019/08/Cadernos-do-NUPPOME-ano-1-n-2-agosto-de-2019.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora Global, 2005.

KARABABIKIAN, Graciela. Memória, Verdade e Justiça: o caso argentino. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente**. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

LARRALDE ARMAS, Florencia. Las fotos sacadas de la ESMA por Victor Bastera en el Museo de Arte y Memoria de La Plata: el lugar de la imagen en los trabajos de la memoria de la última dictadura militar argentina. Un estudio de caso. **Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación**, Universidad de Palermo, pp. 79–102, 2015. ISSN 1668-0227. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/18005>. Acesso em: 07 ago. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LONGONI, Ana. **Fotos y siluetas: dos estrategias en la representación de los desaparecidos**, Los desaparecidos en la Argentina. Memorias, representaciones e ideas (1983-2008). Buenos Aires: Biblos, 2010.

MACHADO, Patrícia da Costa. Direito à justiça ou esquecimento: as leis de anistia nos países do cone sul. In: XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS. **Anais eletrônicos**. Santa Cruz: UNISC, 2016. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1469058390_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2016PatriciadaCostaMachado.pdf. Acesso em: 09 set. 2018.

MARKUN, Paulo. **Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

MARMONTEL, Leonardo Braga. Operação Condor: A internacionalização do terror. **Estudios Avanzados**, Chile, n.21, pp.111–136, jun. 2014.

MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988. pp.108–139.

Memorial da Resistência – Cella II. Produção: Estúdio Preto e Branco. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2009. 1 vídeo (4:24min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ULp4AuKrRz4&ab_channel=Est%C3%BAdioPr etoeBranco. Acesso em: 18 nov. 2020.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO (Org.). **Memorial da Resistência 10 anos: presente!** São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018. 160 p.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v.7, n.13, pp.7–25, dez. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/16028855.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, pp.14–26, ago./nov. 2010. ISSN- 2177-4129 Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/issue/view/8>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MICHELON, Francisca Ferreira. Fotografias para Guardar Memórias das Fotografias: Brasil e Argentina. In: FERREIRA, Lúcio Menezes; FERREIRA, Maria Letícia; ROTMAN, Mónica B. **Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina: Estudos de Caso**. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2011. pp.105–110.

MICHELON, Francisca Ferreira; BANDEIRA, Ana da Rosa. **A Extensão Universitária nos 50 anos da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5671>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MORLINO, Leonardo. **Democracias y democratizaciones**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUNCK, Gerardo; LEFF, Carole. Modes of Transition and Democratization: South America and Eastern Europe in comparative perspective. **Comparative Politics**, [s.l.], v.9, n.3, pp.324–362, 1997.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, pp.07–28.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence.

Transições do regime autoritário: Comparações e Perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Solane Diane Pastro; MARINHO, Maria Gabriela da Silva. Diretas já, um movimento social híbrido. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.3, pp.129–143, set./dez. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). O Estado de Direito e a Justiça de Transição em sociedades em conflito ou pós conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, pp.320–350, jan./jun. 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos *et al.* (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. pp.143–178.

PADRÓS, Enrique Serra. Conexão Repressiva Internacional: O Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia, M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória.** Volume 3: Conexão repressiva e Operação Condor. 2.ed. Porto Alegre: Corag, 2009. pp.49–81.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, n.48, pp.495–517, jul./dez. 2012.

PAREDES, Alejandro. La Operación Cóndor y la Guerra Fría. **Universum**, Talca, v.19, n.1, pp.122–137, 2004. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762004000100007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2018.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, pp.03–15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, pp.200–2012, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi.** Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf. Acesso: 16 jul. 2020

QUADRAT, Samantha Viz. A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina. In: FICO, Carlos *et al.* (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp.361–395.

QUINALHA, Renan. **Justiça de Transição: contornos do conceito.** São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

QUIROGA, Hugo. La política en tiempos de dictadura y democracia. In: QUIROGA, Hugo; TCACH, César (Comps.). **Argentina 1976-2006: entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2006. pp.69–96.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.43, n.1, pp.69–98, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000100004>. Acesso em: 11 out. 2019.

REATO, Ceferino. **Disposición Final**. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

REIS, Ramiro José dos. Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983). **Antíteses**, Londrina, v.2, n.4, pp.915–935, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Volume 3. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RODEGHERO, Carla. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp.172–184.

ROJO, Raúl Enrique. Corrupção, consolidação democrática e exercício supletivo do poder político pelo Judiciário. **Humanas**, Porto Alegre, v.17, n.1/2, pp.147–171, jan./dez. 1994.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Senac, 2009.

SANDOVAL, S. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil, 1945–1990**. São Paulo: Ática, 1994.

SERÉN, Maria do Carmo. **Metáforas do Sentir Fotográfico: Teorias e Práticas 01**. Lisboa: Centro Português de Fotografia, 2002.

SOSA GONZÁLEZ, Ana María. Memorias Sensibles, Democracia y Derechos Humanos: Testimonios sobre las Marchas del Silencio em Uruguay. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**. Curitiba, v.24, n.1, jan./abr. 2019. pp.66–90. ISSN1982-0496. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1138>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SOSA GONZÁLEZ, Ana María; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Entre la memoria y la historia: políticas públicas en torno al pasado reciente en Uruguay y Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n.50, pp.15–49, ago. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24038/17651>. Acesso em: 12 dez. 2019

TEITEL, Ruti. **Transitional justice**. New York: Oxford University Press, 2002.
TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1995.

TRIBESS, Camila. Ditadura e Democracia: um apanhado teórico sobre a transição democrática no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvana (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. 1.ed. Porto Alegre: Deriva, 2014. pp.171–189

ZAVERUCHA, Jorge. O mito da consolidação da democracia. In: ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999–2002**. Rio de Janeiro: Record, 2005. pp.13–50.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 41–76.

REFERÊNCIAS FOTOGRÁFICAS

Figuras 1, 2, 51, 54

BRIGO, Carlos. **#40AñosdelGolpe #NuncaMas**. 24 mar. 2016. 4 fotografias. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10208807027955837&type=3>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 3

HASENBERG, Mónica. **24 de marzo con las Madres Línea Fundadora**. 24. Mar. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1934511489894933> Acesso em: 06 mar. 2021.

Figuras 4, 16, 60, 67, 70, 71, 75

MACAMBIRA, Tiago. **Caminhada do Silêncio** ato realizado no dia 31/03/2019 em homenagem às vítimas da ditadura de 1964. 7 fotografias. 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/macambira/albums/72157707925193764> <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10218646984594363&type=3> Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 5, 68, 70, 80

CARBONE, Alessandro. **I Caminhada do Silêncio – Fotos Nexo**. 4 fotografias. 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/144119942@N02/albums/72157679684666298> Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 6

ROBLES, Péu. Ato Unificado marca os 50 anos do golpe de 1964. 1 fotografia. 31 mar.2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=168875. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figuras 7 e 8

MUSEO SITIO DE MEMORIA. Piel de Vidrio. 2 fotografias. s/data. Disponível em: <http://www.museositoesma.gob.ar/el-museo/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Figuras 9 e 10

DIAS, Katia. Exibição do vídeo com retratos de mortos e desaparecidos. 2 fotografias. 2018. Fonte: arquivo pessoal.

Figura 11

HASENBERG, Mónica. **24 de Marzo 2017 Marcha**. 24 mar. 2017. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1547449088601177>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 12

HASENBERG, Mónica. **24 de marzo - la marcha**. 24 mar. 2019. 1 fotografia.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.2438967779449299> Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 13 e 66

OLIVEIRA, Oswaldo. **4 Ato Unificado "Ditadura Nunca Mais"- Pela transformação das antigas dependências do DOI-CODI em Memorial - 01 de Abril de 2017**. 05 abr. 2017. 2 fotografias. Disponível em:

<https://www.facebook.com/nucleodepreservacaodamemoriapolitica/posts/1475903469109921>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figuras 14 e 77

ALMEIDA, Ana Patrícia. **Galeria de Imagens da I Caminhada do Silêncio**

31.03.2019 #SP Parque do Ibirapuera. 1º abr. 2019. 2 fotografias.

Disponível em:

https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?post_id=2356791151219359&view=permalink

<https://vozesdosilencio.com/galeria/>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 15

HASENBERG, Mónica. **24 de Marzo 2018 (Mamá de Santiago Maldonado)**. 24 mar. 2018. 1 fotografia. Fonte: arquivo fotógrafa (enviou por Dropbox).

Figura 17

HASENBERG, Mónica. **24 de Marzo 40 años l@s fotograf@s – mis colegas**. 25 mar. 2016. 1 fotografia. Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1208643299148426> Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 18, 64, 73, 79

OLIVEIRA, Oswaldo. **6 Ato Ditadura Nunca mais – 2019**. 30 mar. 2019. 4 fotografias. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/144119942@N02/albums/72157690692990233/with/40549128253/>

<https://www.nucleomemoria.com.br/atividades-nucleo-memoria/mais-de-500-pessoas-no-6-ato-ditadura-nunca-mais>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 19

LEUENROTH, Edgard. **Protesto na Cinelândia, Rio de Janeiro. 1964**. 1 fotografia. Disponível em:

<http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=2>.

Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 20

LEUENROTH, Edgard. **Manifestação pós-anistia, Rio de Janeiro, 1979**. 1 fotografia. Disponível em:

<http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=2>

Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 21

LEUENROTH, Edgard. **Protesto na Cinelândia, Rio de Janeiro**. s/data. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=2>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 22

LEUENROTH, Edgard. **Anistia Câmara de São Paulo, 1979**. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=2>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 23

SONJA, Rego. **Manifestantes nas galerias do Congresso na sessão de votação do projeto de Lei da Anistia**, Brasília, 22 de agosto de 1979. 1 fotografia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/votacao-de-anistia-parcial-racha-a-arena>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 24

HASENBERG, Mónica. **Archivo Hasenberg-Quaretti Ronda 1979-80**. 21 jul. 2012. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=ArchivoHasenbergQuaretti&set=a.100173670129678>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 25 e 28

HASENBERG, Mónica. **Mujeres de nuestra historia**. 7 ago. 2012. 2 fotografias. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=ArchivoHasenbergQuaretti&set=a.106264456187266>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 26

LONGONI, Eduardo. **Madres Plaza de Mayo reprimidas pela cavalaria em plena ditadura militar**, 05 de out. 1982. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.eduardolongoni.com.ar/violencias>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 27

HASENBERG, Mónica. **Última marcha de Madres de Plaza de Mayo bajo la ditadura**. 08 dez. 1983. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.archivosenuso.org/ddhh-archivo/hasenberg-quaretti>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 34 e 35

MUSEO SITIO DE MEMORIA. **Piel de Vidrio**. 2 fotografias. 2019. Disponível em: <http://www.museositioesma.gob.ar/el-museo/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Figura 36

MUSEO SITIO DE MEMORIA. **Archivo vivo (Marcelo Brodsky)**. 12 ago. 2017. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/SitiodeMemoriaESMA/posts/1236634269816579>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 37

MUSEO SITIO DE MEMORIA. **Sótano**. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.museositioesma.gob.ar/item/sotano/>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 38

MUSEO SITIO DE MEMORIA. **Dirección de DD.HH. de Almirante Brown**. 24 nov. 2017. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/SitiodeMemoriaESMA/photos/a.808706505942693/1303365103143495>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 39

DIAS, Katia. **Retratos expostos “El Informe de Bastera”**. 2017. 1 fotografia. Fonte: arquivo fotógrafa.

Figura 40

DIAS, Katia. **Banners com retratos de mortos e desaparecidos da ESMA expostos no Pavilhão Central do Espaço de Memória e Direitos Humanos**, 2017. 2 fotografias. Fonte: arquivo da fotógrafa.

Figura 41

MUSEO SITIO DE MEMORIA. **El sobreviviente Víctor Bastera**. 10 dez. 2016. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/SitiodeMemoriaESMA/posts/1051258468354161>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figuras 42 a 45

MEMORIAL DA RESITÊNCIA. **Capturas de tela do vídeo Memorial da Resistência – Cella 2**. 17 fotografias. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 46

ABOAF, Nicolás. **Día de la Memoria**. Marcha. 25 mar. 2019. 3 fotografias. Disponível em: <https://www.facebook.com/naboaf/posts/625646364549067>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 47

HASENBERG, Mónica. **24 de Marzo 2017 Marcha**. 24 mar. 2017. 2 fotografias. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1547449088601177>

HASENBERG, Mónica. **24 de marzo - la marcha**. 24 mar. 2019. 1 fotografia. <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.2438967779449299>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 48

BRIGO, Carlos. **Haciendo Memoria 41 Años del golpe cívico**

militar #Son30Mil #MemoriaVerdadJusticia. 24 mar. 2017. 1 fotografía.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10212227161377035&type=3>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 49

JOVET, Matias. **s/título.** 24 mar. 2017. 1 fotografia. Fonte: arquivo fotógrafo (enviou por e-mail).

Figuras 50, 60 e 62

HORTON, María. **30.000 presentes SIEMPRE.** 27 mar. 2017. 3 fotografías.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10155048352563605&type=3>. Acesso em: 06 mar. 2021

HORTON, María. **24 de Marzo Seguimos marchando por la MEMORIA pidiendo VERDAD y JUSTICIA ¡¡dijimos NUNCA MÁS!! 30000 presentes HOY Y SIEMPRE.** 26 mar. 2019. 1 fotografia. Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10156948499178605&type=3>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 52

JOVET, Matias. **s/título.** 24 mar. 2018. 1 fotografia. Fonte: arquivo fotógrafo (enviou por e-mail).

Figura 53

UGROTTE, Paola. **Tenemos memoria no hay encierro que nos aisle de nuestras convicciones, no hay distancia que nos haga olvidar, no hay virus que acalle nuestro pedido de verdad y justicia. Nunca más!** 24 mar. 2015. 1 fotografia. Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10215995187699966&type=3>. Acesso em: 06 mar. 2021

UGROTTE, Paola. **Del 24 a 41 Marcha del 41º Aniversario del último golpe de estado en Argentina. Algunas que quedaron afuera de otras ediciones y hoy se me hace importante compartir.** 3 abr. 2017. 1 fotografia. Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10208637774089224&type=3> e <https://paolaolariugrotte.com.ar/memoria-verdad-justicia/>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 55, 58, 61

HORTON, María. **42 años ¡PRESENTES!** 25 mar. 2018. 3 fotografías.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10156093946258605&type=3>
<https://www.facebook.com/comunicacion.emergentes/posts/1540400492790151>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 56

BUGACOFF, Julieta Bugacoff. **S/título**. 24 mar. 2020. 1 fotografia. Disponível em:
<https://www.facebook.com/julietabugacoff/posts/2962502987103824>
<https://www.instagram.com/p/B-HkBIUAKcZ/>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 57

HASENBERG, Mónica. **24 de marzo 2015 – Marcha. 25 mar.** 2015. 1 fotografia. Disponível em:
<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1010053629007395>. Acesso em: 06 mar. 2021

Figura 59

BUGACOFF, Julieta Bugacoff. **Senhora carrega foto de desaparecido político durante a Marcha do Dia da Memória**. 24 mar. 2018. 1 fotografia. Fonte: arquivo fotógrafa (enviada por e-mail).

Figuras 63 e 65

BELLINTANI, Milton. **2º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais**. 23 mai. 2015. 2 fotografias. Disponível em:
<https://www.flickr.com/photos/nucleomemoria/albums/72157653400466455>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figura 69

HORTA. d'Martin. **Ditadura nunca mais - I caminhada do silêncio. Conhecer para não repetir**. 1 abr. 2019. 1 fotografia. Disponível em:
https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?active_tab=discussion
<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1160741560760943&type=3>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Figuras 72, 74, 76, 78

VERGUEIRO, Alice Vergueiro. **31.03.2019 - I caminhada do silêncio - pelas vítimas de violência do Estado - para que não se esqueça, para que não se repita - da praça da paz ao monumento dos mortos e desaparecidos políticos - parque Ibirapuera**. 31 mar. 2019. 4 fotografias. Disponível em:
https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?post_id=2402302623334878&view=permalink&ref=110
<https://www.facebook.com/alice.vergueiro/posts/10156094868430770>
<https://vozesdosilencio.com/galeria/>. Acesso em: 06 mar. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A — Fotos selecionadas da Manifestação Social da Argentina

Conjunto de Fotos 1 — MSBA.C1.MDMVJ.CB — Carlos Brigo

Codificação
<p>MSA.C1.MDMVJ.CB.</p> <p>Manifestação Social Argentina (MSA)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça (MDMVJ)</p> <p>Carlos Brigo (CB) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	130
Total de Fotografias com retratos	40

Fonte
<p>1 – Facebook – (124 fotos) – dessas 40 são retratos</p> <p>2014 – (56 fotos) – dessas 19 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10203401834269373&type=3</p> <p>2016 – (32 fotos) – dessas 16 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10208807027955837&type=3</p> <p>2017 – (36 fotos) – dessas 05 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10212227161377035&type=3</p> <p>2 –Wetransfer – (12 fotos dentro do recorte) - dessas 06 são repetidas = 06 fotos</p>

Conjunto de Fotos 2 — MSBA.C2.MDMVJ.MH — Mónica Hasenberg

Codificação
<p>MSA.C2.MDMVJ.MH</p> <p>Manifestação Social Argentina (MSA)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça (MDMVJ)</p> <p>Mónica Hasenberg (MH) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	917
Total de Fotografias com retratos	243

Fonte
<p>1 – Facebook da Fotógrafa – (917 fotos) – dessas são 243 retratos</p> <p>2014 (90 fotos) – dessas 32 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.802385803107513</p> <p>2015 (164 fotos) – dessas 35 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1010053629007395</p> <p>2016 (92 + 16 + 47 = 155 fotos) – dessas 34 são retratos</p> <p>Álbum 1 - El acto (92) https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1208774982468591</p> <p>Álbum 2 - La previa (16 fotos) https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1208663232479766</p> <p>Álbum 3 - 40 años (47 fotos) https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1208368285842594</p>

2017 (153 + 57 = **210** fotos) - dessas **46** são retratos

Álbum 1 – la marcha (153)

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1547449088601177>

Álbum 2 - el acto (57)

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1547565471922872>

2018 (58 + 22 = **80** fotos) – dessas **23** são retratos

Álbum 1 - com las Madres Línea Fundadora (58)

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1934511489894933>

Álbum 2 - com Abuelas em el Acto (22)

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.1931943843485031>

2019 (85 + 87+ 49 = **221** fotos) – dessas **73** são retratos

Álbum 1 - la Plaza de Mayo (85 fotos)

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.2439104679435609>

Álbum 2 - la marcha (87 fotos)

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.2438967779449299>

Álbum 3 - la Prévia (49 fotos)

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=151169734895793&set=a.2438874609458616>

Conjunto de Fotos 3 — MSBA.C3.MDMVJ.MH — Maria Horton

Codificação
<p>MSA.C3.MDMVJ.MH</p> <p>Manifestação Social Argentina (MSA)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça (MDMVJ)</p> <p>Maria Horton (MH) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	196
Total de Fotografias com retratos	27

Fonte
<p>1 – Facebook da Fotógrafa - (196 fotos) – dessas 27 são retratos</p> <p>2017 (45 fotos) - dessas 05 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10155048352563605&type=3</p> <p>2018 (60 fotos) – dessas 13 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10156093946258605&type=3</p> <p>2019 (91 fotos) – dessas 09 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10156948499178605&type=3</p> <p>2 – Facebook e site Emergentes (2) selecionadas no concurso (repetidas aqui) https://www.facebook.com/comunicacion.emergentes/posts/1540400492790151</p>

Conjunto de Fotos 4 — MSBA.C4.MDMVJ.NA — Nicolás Aboaf

Codificação
<p>MSA.C4.MDMVJ.NA</p> <p>Manifestação Social Argentina (MSA)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça (MDMVJ)</p> <p>Nicolás Aboaf (NA) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	115
Total de Fotografias com retratos	09

Fonte
<p>1 – Compartilhado pelo fotógrafo - (115 fotos) dessas 09 são retratos</p> <p>2018 (66 fotos) – dessas 04 são retratos (WeTransfer)</p> <p>2019 (49 fotos) – dessas 05 são retratos (Google Drive)</p> <p>2 – Facebook do Fotógrafo</p> <p>2019 (10 fotos) repetidas do Drive</p> <p>https://www.facebook.com/naboaf/posts/625646364549067</p>

Conjunto de Fotos 5 — MSBA.C5.MDMVJ.POU — Paola Olari Ugrotte

Codificação
<p>MSA.C5.MDMVJ.PU.F</p> <p>Manifestação Social Argentina (MSA)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça (MDMVJ)</p> <p>Paola Olari Ugrotte (PU) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	26
Total de Fotografias com retratos	08

Fonte
<p>1 – Facebook da Fotógrafo (26 fotos) – dessas 08 são retratos</p> <p>2017 (12 - 04 = 08 fotos) – dessas 02 são retratos (04 fotos se repetem no álbum 2020 abaixo)</p> <p>https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10208637774089224&type=3</p> <p>2020 (20 – 02 = 18 fotos) – dessas 07 retratos - 01 repetido acima - 06 retratos (02 fora do recorte temporal) - álbum compilado de vários anos</p> <p>https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10215995187699966&type=3</p> <p>2 – Site fotógrafa (10 fotos) são repetidas do álbum facebook</p> <p>https://paolaolariugrotte.com.ar/memoria-verdad-justicia/</p>

Conjunto de Fotos 6 — MSBA.C6.MDMVJ.MJ — Matias Jovet

Codificação
<p>MSA.C6.MDMVJ.MJ</p> <p>Manifestação Social Argentina (MSA)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça (MDMVJ)</p> <p>Matias Jovet (MJ) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	30
Total de Fotografias com retratos	19

Fonte
<p>1 – Compartilhado pelo fotógrafo no DRIVE (30 fotos) – dessas 19 são retratos</p> <p>2017 – (14 fotos) – dessas 11 são retratos</p> <p>2018 – (06 fotos) – dessas 03 são retratos</p> <p>2019 – (10 fotos) – dessas 05 são retratos</p> <p>2 - Site SUTEBA - Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Educação de Buenos Aires</p> <p>https://www.suteba.org.ar/qu-es-suteba-2472.html</p> <p>https://www.suteba.org.ar/d.d.h.h_5.html</p> <p>Obs. O fotógrafo não possui fotos no face da manifestação do dia 24, mas tem de outras manifestações sociais.</p>

Conjunto de Fotos 7 — MSBA.C7.MDMVJ.CGB — Catriel Gallucci Bordoni

Codificação
<p>MSA.C7.MDMVJ.CG</p> <p>Manifestação Social Argentina (MSA)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça (MDMVJ)</p> <p>Catriel Gallucci Bordoni (CG) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	61
Total de Fotografias com retratos	08

Fonte
<p>1 – Enviado pelo fotógrafo WeTransfer (61 fotos) – dessas 08 são retratos</p> <p>2019 (61 fotos) – dessas 08 são retratos</p> <p>Obs. O fotógrafo não possui fotos no face da manifestação do dia 24 março.</p>

Conjunto de Fotos 8 — MSBA.C8.MDMVJ.JB — Julieta Bugacoff

Codificação
<p>MSA.C8.MDMVJ.JB</p> <p>Manifestação Social Argentina (MSA)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Marcha do Dia da Memória, Verdade e Justiça (MDMVJ)</p> <p>Julieta Bugacoff (JB) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	44
Total de Fotografias com retratos	06

Fonte
<p>1 – Enviado pela fotógrafa via WeTransfer (09 fotos) – dessas 05 são retratos 01 é repetida da publicação 2019</p> <p>2017 – (01 foto) – dessas 01 é retrato 2018 – (04 fotos) – dessas 03 são retratos 2019 - (04 fotos) – dessas 01 é retrato</p> <p>2 – Facebook Fotógrafa 2017 - (35 fotos) – dessas 01 é retrato https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1387323344621804&type=3</p> <p>2019/2020 – (01 foto) – 01 retrato https://www.facebook.com/julietabugacoff/posts/2962502987103824</p> <p>3 – Instagram Fotógrafa – (01 foto) – 1 retrato (repetido) 2019/2020 https://www.instagram.com/p/B-HkBIUAKcZ/</p>

Apêndice B — Fotos selecionadas das Manifestações Sociais do Brasil

Conjunto de Fotos 1 — MSB.C1.AUDNM.PR — Péu Robles

Codificação
<p>MSB.C1.AUDNM.PR</p> <p>Manifestação Social Brasil (MSB)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Ato Unificado Ditadura Nunca Mais (AUDNM)</p> <p>Péu Robles (PR) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	14
Total de Fotografias com retratos	09

Fonte
<p>1 – Enviadas pelo fotógrafo WeTransfer (14 fotos) – dessas 09 são retratos 2014 – 1º ATO (14 fotos) – dessas 09 são retratos</p> <p>2 – Página da Prefeitura de São Paulo (01 fotografia) 1 ATO/2014</p> <p>https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=168875</p> <p>Ato unificado marca os 50 anos do golpe de 1964 <i>Realizado no antigo prédio do DOI-CODI, no bairro do Paraíso, zona sul da cidade, evento reuniu cerca de 500 pessoas e contou com a presença do prefeito Fernando Haddad e do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili 31/03/2014</i></p>

Conjunto de Fotos 2 — MSB.C2.AUDNM.MB — Milton Bellintani

Codificação
<p>MSB.C2.AUDNM.MB</p> <p>Manifestação Social Brasil (MSB)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Ato Unificado Ditadura Nunca Mais (AUDNM)</p> <p>Milton Bellintani (MB) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	17
Total de Fotografias com retratos	08

Fonte
<p>1 – Flickr do Núcleo de Memória (17 fotografias) – dessas 08 são retratos</p> <p>2015 - 2º ATO (17 fotografias) – dessas 08 são retratos</p> <p>https://www.flickr.com/photos/nucleomemoria/albums/72157653400466455</p>

Conjunto de Fotos 3 — MSB.C3.AUDNM.OOSJ — Oswaldo Oliveira Santos Junior

Codificação
<p>MSB.C3.AUDNM.OO</p> <p>Manifestação Social Brasil (MSB)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Ato Unificado Ditadura Nunca Mais (AUDNM)</p> <p>Oswaldo Oliveira Santos Junior (OO) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	148
Total de Fotografias com retratos	74

Fonte
1 – Flickr do Núcleo de Memória
2 – Facebook do Núcleo de Memória (41 fotografias) - dessas 27 são retratos
2017 – 4º ATO (41 fotografias) - dessas 27 são retratos https://www.facebook.com/nucleodepreservacaodamemoriapolitica/posts/1475903469109921
3 – Flickr do Núcleo de Memória (107 fotografias) – dessas 47 são retratos 2019 – 6º ATO (107 fotografias) – dessas 47 são retratos https://www.flickr.com/photos/144119942@N02/albums/72157690692990233/with/40549128253/
4 – Página do Núcleo de Memória (03 fotografias) 6 ATO/2019 repetidas https://www.nucleomemoria.com.br/galeria-de-fotos https://www.nucleomemoria.com.br/newsletter/2019/abril/index.html https://www.nucleomemoria.com.br/atividades-nucleo-memoria/mais-de-500-pessoas-no-6-ato-ditadura-nunca-mais

Conjunto de Fotos 4 — MSB.C4.CS.TM — Tiago Macambira

Codificação
<p>MSB.C4.CS.TM</p> <p>Manifestação Social Brasil (MSB)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Caminhada do Silêncio (CS)</p> <p>Tiago Macambira (TM) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	61
Total de Fotografias com retratos	34

Fonte
<p>1 – Flickr do Fotógrafo (61 fotos) – dessas 34 são retratos 2019 – 1ª Caminhada (61 fotos) – dessas 34 são retratos https://www.flickr.com/photos/macambira/albums/72157707925193764</p> <p>2 – Página do Evento “Caminhada do Silêncio” no Facebook (43 fotos) repetidas https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?active_tab=discussion</p> <p>3 – Facebook do Fotógrafo (43 fotos) repetidas acima https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10218646984594363&type=3</p> <p>4 – Blog Tutaméia (23 fotos) repetidas acima https://tutameia.jor.br/cenas-da-caminhada-do-silencio/?fbclid=IwAR0MTuen8D57KlelgLTdO54YOXatTUWsYZbmOkcAXrk6ick4WsMkbaQVmns</p> <p>Obs. algumas fotos também estão no site do Movimento Vozes do Silêncio (um dos organizadores do Caminhada) https://vozesdosilencio.com/galeria/</p>

Conjunto de Fotos 5 — MSB.C5.CS.AV — Alice Vergueiro

Codificação
<p>MSB.C5.CS.AV</p> <p>Manifestação Social Brasil (MSB)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Caminhada do Silêncio (CS)</p> <p>Alice Vergueiro (AV) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	42
Total de Fotografias com retratos	27

Fonte
<p>1 – Página do Evento “Caminhada do Silêncio” no Facebook (42 fotografias) – dessas 27 são retratos https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?post_id=2402302623334878&view=permalink&ref=110</p> <p>2 – Facebook da Fotógrafa (42 fotos) – dessas 27 são retratos 2019 – 1ª Caminhada (42 fotos) – dessas 27 são retratos - repetidas acima https://www.facebook.com/alice.vergueiro/posts/10156094868430770</p> <p>Obs. algumas fotos também estão no site do Movimento Vozes do Silêncio (um dos organizadores do Caminhada) https://vozesdosilencio.com/galeria/</p>

Conjunto de Fotos 6 — MSB.C6.CS.APA — Ana Patrícia Almeida

Codificação
<p>MSB.C6.CS.AA</p> <p>Manifestação Social Brasil (MSB)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Caminhada do Silêncio (CS)</p> <p>Ana Patrícia Almeida (AA) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	17
Total de Fotografias com retratos	08

Fonte
<p>1 – Página do Evento “Caminhada do Silêncio” no Facebook (17 fotografias) 2019 – 1ª Caminhada (17 fotografias) – dessas 08 são retratos https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?post_id=2356791151219359&view=permalink https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?active_tab=discussion</p> <p>2 – Facebook da Fotógrafa (13 fotos) repetidas acima https://www.facebook.com/anapatricia.jp/posts/2272468066138019</p> <p>Obs. algumas fotos também estão no site do Movimento Vozes do Silêncio (um dos organizadores do Caminhada) https://vozesdosilencio.com/galeria/</p>

Conjunto de Fotos 7 — MSB.C7.CS.MH — Martin d’Horta

Codificação
<p>MSB.C7.CS.MH</p> <p>Manifestação Social Brasil (MSB)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Caminhada do Silêncio (CS)</p> <p>Martin d’Horta (MH) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	40
Total de Fotografias com retratos	19

Fonte
<p>1 – Página do Evento “Caminhada do Silêncio” no Facebook (40 fotografias) 2019 – 1º ATO (40 fotos) – dessas 19 são retratos https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?active_tab=discussion</p> <p>2 – Facebook da Fotógrafo (40 fotos) – dessas 19 são retratos https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1160741560760943&type=3 https://www.facebook.com/media/set/?vanity=martin.castromellodhorta&set=a.1160741560760943</p> <p>Obs. algumas fotos também estão no site do Movimento Vozes do Silêncio (um dos organizadores do Caminhada) https://vozesdosilencio.com/galeria/</p>

Conjunto de Fotos 8 — MSB.C8.CS.AC — Alessandro Carbone Romano

Codificação
<p>MSB.C8.CS.AC</p> <p>Manifestação Social Brasil (MSB)</p> <p>Conjunto (C) seguido de numeração sequencial</p> <p>Caminhada do Silêncio (CS)</p> <p>Alessandro Carbone Romano (AC) autoria da imagem</p> <p>Fotografia (F) seguida de numeração sequencial</p>

Número de Fotografias	
Total de Fotografias desse conjunto	92
Total de Fotografias com retratos	32

Fonte
<p>1 – Flickr do Núcleo de Memória (92 fotos) – dessas 32 são retratos</p> <p>2019 – 1ª Caminhada (92 fotos) – dessas 32 são retratos</p> <p>https://www.flickr.com/photos/144119942@N02/albums/72157679684666298</p> <p>2 – Encaminhadas por e-mail pelo fotógrafo (51 fotos) repetidas acima</p> <p>Obs. algumas fotos também estão no site do Movimento Vozes do Silêncio (um dos organizadores do Caminhada)</p> <p>https://vozesdosilencio.com/galeria/</p>

Apêndice C — Fichas Descritivas Argentina

Ficha A1

Argentina



Código da Fotografia: MSA.C3.MDMVJ.MH.F1

Descrição da fotografia

No centro da fotografia, em primeiro plano, há uma senhora usando sobre a cabeça um lenço branco, comumente conhecido como “pañuelo blanco”. De semblante alegre, denotado pelo sorriso em seu rosto, sua cabeça e olhar estão levemente direcionados para cima. Ao redor do seu pescoço, preso por uma corda, a senhora carrega um cartão grande, tipo crachá, que está bem visível sobre o seu tórax chegando até o abdômen. O crachá está em posição de destaque na cena e ocupa a parte central do enquadramento evidenciando o ângulo da objetiva de baixo para cima. Esse ângulo, causa o efeito visual de magnitude do objeto central - mulher carregando crachá. O crachá, de formato retangular e cor branca, está dividido em duas partes. Ocupando a parte esquerda, há um retrato, evidenciando o busto de um homem de meia idade, com semblante sério, rosto fino, cabelo e bigode pretos, vestido com paletó e gravata em de cor escura. Esse retrato parece ser um retrato obtido para um documento de identidade. Abaixo do retrato em letras maiúsculas em destaque entre duas linhas retas paralelas, está escrito a palavra “HERMANO”. Ao lado direito do crachá - ao lado do retrato há seis linhas com o a seguinte informação “Carlos Alberto Rizzo Molina, Civil de la Escuela de Mecanica de la Armada, detenido desaparecido el 13 – 12 – 1977 a los 59 años”. Em segundo plano, em desfoque atrás da senhora, observa-se a fachada de um prédio de aproximadamente 4 andares, com tonalidade clara, várias janelas e balcões, denotando uma arquitetura antiga. Uma linha diagonal, na parte superior da imagem, identifica tenuamente, o limite entre o telhado do prédio e o céu. No canto inferior esquerdo há uma mancha escura, sem definição, referente a folhagem de uma árvore, um pouco mais abaixo outra mancha escura indefinida que indica a presença de uma pessoa caminhando.

Informações sobre o morto/desaparecido

Carlos tinha 59 anos quando desapareceu no dia 13 de dezembro de 1977 em Buenos Aires, ele trabalhava na Escola de Mecânica Armada da Marinha (ESMA), que durante a ditadura serviu como um dos maiores Centros Clandestinos de Detenção Tortura e Extermínio da ditadura argentina. Carlos era civil e não há testemunhos sobre estar preso em algum centro clandestino.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Adelina Dolores Lara Rizzo Molina, familiar - irmã do desaparecido. Adelina é filha de Dolores Molina Rizzo, uma das fundadoras das Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, falecida em 1997. Após a morte de sua mãe Adelina, continuou a sua luta, participando das marchas e apesar de não ser mãe de desaparecido, é integrante das Madres da Plaza de Mayo - Línea Fundadora.

Autoria da Fotografia

María Horton

Saturação

() Colorida

(x) Preto e Branco

Data

24 março de 2018

Legenda

(x) Sim () Não

Posição

(x) Horizontal/Paisagem

() Vertical/Retrato

Transcrição: 42 años, Presente! en Plaza de Mayo

Fonte:

(x) rede social do fotógrafo

() redes sociais /site/blog instituições organizadoras

(x) redes sociais/site/blog diversos

(x) arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=10156093946473605&set=a.10156093946258605>

Informações disponíveis em:

<https://memoriaabierta.indice.ar/categoria/1-madres-padres>

<http://www.laretaquardia.com.ar/2015/05/38-anos-despues-de-la-primera-ronda-las.html>

<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-33243-2004-03-25.html>

Ficha A2

Código da Fotografia: MSA.C8.MDMVJ.JB.F2

Descrição da fotografia

Em primeiro plano, centralizado pelo enquadramento, há um jovem de aproximadamente 14 anos, com um singelo sorriso e um olhar fixo para frente. De olhos azuis e cabelos castanhos claros penteados para lado direito, onde a franja cai sobre o seu rosto encostando-a na bochecha. Esse jovem está em pé, veste um casaco azul marinho, sobrepondo-se a um moletom cinza e a uma camiseta verde. O enquadramento prioriza a parte superior do corpo do jovem, onde a sua frente, observa-se que o jovem carrega um retrato fixado por um barbante ao redor de seu pescoço. O retrato em preto e branco é de um outro jovem, aparentemente alguns anos mais velho. Em meio perfil, com cabelos escuros penteados para trás e com um evidente sorriso em seu rosto. Abaixo do retrato está escrito em letras azuis maiúscula “Mi abuelo Enrique” e ao final da frase há um desenho de coração pintado de vermelho. Ao lado da frase, na parte inferior da fotografia, evidencia-se as mãos do jovem, segurando o retrato, como se estivesse mostrando e esperando o registro fotográfico. Ao segurar o retrato, os dedos polegares do jovem menino, tocam ao lado direito no nome Enrique e pelo lado esquerdo o desenho de coração. Em segundo plano, em desfoque, observa-se a movimentação na rua, com pessoas passando atrás e ao lado do jovem.

Informações sobre o morto/desaparecido

Enrique Alberto Colomer, 29 anos, casado com Esther e pai de dois filhos, Enrique e Julieta, moravam na Capital Federal, em Buenos Aires, onde era funcionário da editora Riverside. Com frequência ele viajava pelo interior da Província de Buenos Aires para levar livros de arte e cultura as livrarias locais. Em maio de 1977 em viagem a trabalho pela costa atlântica resolveu parar em Mar de Plata para uma visita ao seu irmão, Roberto Colomer, que a muito tempo não o via. Roberto era médico pediatra, casado com a socióloga Cristina Margarita Fernández, ambos eram militantes peronistas, Enrique, seu irmão mais novo não. De acordo com a filha caçula de Enrique, Julieta Colomer, anteriormente, o tio vivia na Província de

Córdoba, onde era conselheiro municipal (vereador) em Villa Carlos Paz e integrava o partido Frente Justicialista de Liberação. Desde então, antes mesmo do golpe em 1976, começaram a persegui-los e por isso resolveram mudar para Mar del Plata. Durante todo esse tempo, os irmãos não se viam, e é bem provável que seu pai não tivesse conhecimento da militância do irmão e da cunhada. Era 6:30 da manhã do dia 20 de maio de 1977, quando um operativo com presença de militares e pessoas vestidas de civis armados, chegou à casa em Mar de Plata para uma revista geral e levar o casal para interrogatório. Além de Enrique que estava ali de passagem e o casal estavam na casa, a tia de Cristina, a qual abriu a porta, e os quatro filhos do casal, com idades entre 7 anos a 8 meses. Ao entrarem revistaram os cômodos e solicitaram aos donos da casa que os acompanhassem para um interrogatório. Nesse momento, Enrique identificou-se como irmão do médico e assim, resolveram levá-lo junto. Os três, foram levados para a Brigada de Investigações e permanecem desaparecidos até hoje. As crianças e a tia ficaram na casa e presenciaram a cena desde outro cômodo da casa. Segundo relato, o pai de Cristina, que era capitão aposentado da marinha argentina na ocasião procurou e pediu ajuda a autoridades militares, inclusive o próprio oficial Emilio Massera, o qual matinha relação, mas nunca obteve resposta. Massera, foi um dos altos oficiais que articularam o golpe, e foi um dos presidentes durante a ditadura civil-militar argentina.

Após 42 anos, em audiência de julgamento sobre os delitos de lesa humanidade no Tribunal Oral Federal de Mar del Plata, os filhos testemunharam relataram as lembranças do ocorrido naquele dia. Os filhos mais velhos do casal, foram os que puderam descrever com mais detalhes o ocorrido aquele dia.

Julieta Colomer, filha de Alberto, e sobrinha Roberto, apesar de não estar presente no dia do operativo, também pode dar o seu testemunho na audiência. Ela era muito nova quando tudo aconteceu e não tem lembranças de seu pai, de acordo com postagem do dia em 19/06/2019 na sua rede social Facebook, Julieta diz:

Si mi padre está muerto, tampoco sé donde están sus restos.

Esta pregunta se me reitera desde hace muchos años. ¿Dónde están sus restos?

A los familiares de los desaparecidos se nos quitó la posibilidad de despedirnos de nuestros seres queridos... Digo, tras compartir la vida, poder hacer el duelo... compartir la vida para comprender la muerte.

Esta imposibilidad de cerrar el círculo, de no saber dónde está, ni qué pasó con él —con ellos—, nos ha dejado en el limbo, en una realidad inconclusa, clueca, que no cierra, como no cierran las heridas.

Esto me pasa a mí... les pasa a tantas otras y otros familiares... y —a la corta o a la larga— nos pasa a todas y todos los argentinos. Estamos rotos como sociedad hasta tanto no seamos capaces de explicarnos qué fue lo que pasó, cómo fue posible y por qué...

Lo que quiero aportar a este tribunal entonces es esta reflexión que, tras años de militancia e investigación, aun sigue madurando.

Prácticamente no conocí a mi papá, es decir no tengo ningún recuerdo de lo vivido con él en mis cortos 3 años. Lo recuerdo a través de las pocas fotos en las que estamos juntos y felices.

No solo no lo conocí, sino que tuve que padecer vivir mi infancia y adolescencia con el murmullo permanente de que los desaparecidos "algo habrán hecho", "por algo se los llevaron", "por subversivos y terroristas"....

Una sociedad que condenó a los desaparecidos al olvido y consensuó la impunidad y el silencio.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Juan Colomer Perrier, neto do desaparecido.

Autoria da Fotografia

Julieta Bugacoff

Saturação

Colorida

Preto e Branco

Data

24 março de 2019

Legenda

Sim Não

Posição

Horizontal/Paisagem

Vertical/Retrato

Transcrição:**Fonte**

rede social do fotógrafo

redes sociais /site/blog instituições organizadoras

redes sociais/site/blog diversos

arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/julietabugacoff/posts/2962502987103824>

<https://www.instagram.com/p/B-HkBIUAKcZ/>

Informações disponíveis em:

<https://quedigital.com.ar/sociedad/subzona-15-una-pieza-cuatro-nenes-un-militar-y-una-ametralladora/>

<http://www.lajornadaweb.com.ar/2020/05/27/fue-justicia-para-la-familia-colomer/>

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1677261729085535&set=t.100004051726769&type=3>

Ficha A3

Argentina



Código Fotografia: MSA.C2.MDMVJ.MH.F3

Descrição da fotografia

Em primeiro plano, posicionada ao lado direito de quem observa a fotografia há uma senhora em pé evidenciando a parte superior do seu corpo, mais especificamente da cintura para cima. Ela está sorrindo, olhos semiabertos olhando para frente em direção a câmera. Sobre uma blusa laranja, a senhora veste uma camiseta branca com estampa de um retrato em preto e branco de um homem de meia idade de cabelo curto, barba cerrada e um singelo sorriso. Na camiseta, acima do retrato há escrito em letras maiúscula o nome "Daniel Victor Antokoletz". Fixado a camiseta, do lado esquerdo, próximo ao peito, há dois bottons, um menor, na cor azul, sem consegui identificação do que está ali grafado e o outro um pouco maior, onde observa-se a mesma reprodução do retrato da camiseta, porém nesse retrato evidencia-se mais informações. É possível perceber que o homem, está sentado no chão como os braços sobre os joelhos e ao fundo observa-se a linha do horizonte separando a imagem do céu e do mar, indicando que o retratado estava na praia. Sobre a cabeça da mulher há um lenço branco, amarrado ao pescoço. Sobre seu ombro direito há uma aparece a alça de uma sacola ou bolsa. Ao lado da senhora há um homem de meia idade posicionado de perfil, usando uma camiseta verde sobreposta a uma camiseta preta, o homem está segurando o braço da senhora. Ele olha levemente para atrás em direção a ela, onde há algumas pessoas sorrindo.

Em segundo plano, é possível observar várias pessoas próximas umas das outras, ao fundo há um braço segurando uma bandeira azul, ela está um pouco caída e não é possível identificar quais outros elementos informativos há na bandeira. Na parte superior esquerda, há um prédio de cor bege, com sacadas nas janelas. Acima da imagem, próximo a cabeça da senhora, observa-se folhagem de árvores.

Informações sobre o morto/desaparecido

Daniel Antokoletz, nasceu em 22 de fevereiro de 1937 na cidade de Buenos Aires, era advogado, professor universitário, doutor em Direito Internacional e atuava em defesa aos presos políticos da Argentina e Chile. Denunciou reiteradamente aos órgãos internacionais de Direitos Humanos as violações ocorridas durante o período da ditadura civil-militar. Casado com a advogada Liliana María Andrés de Antokoletz, ambos foram levados de sua casa na manhã do dia 10 de novembro de 1976 por um

grupo tarefas – pessoas vestidas de civis e armadas), as quais se identificaram como pertencentes a Forças de Segurança. Ao entrarem na casa, golpearam o casal forçando-os a ficarem no chão enquanto vasculharam minuciosamente a casa por mais de uma hora. Após a revista pela casa, um dos civis faz um telefone dizendo “el festejo está cumplido, ya vamos” ao sair da casa com o casal, os vizinhos e passantes puderam presenciar a atitude dos sequestradores que faziam questão em exhibir as grandes e pequenas armas, atitude que demonstravam de que estavam legitimados e atuavam em exercício da autoridade pública. Entraram nos carros que estavam à frente da casa, um Chevy vermelho e um Ford Falcon azul claro metalizado. Ao chegaram ao destino, o casal foi separado e forma submetidos a sucessivos interrogatórios. Daniel não pertencia a nenhuma organização armada, mas para os militares era considerado muito perigoso porque desempenhava um papel ideológico da subversão, ali os militares disseram que Daniel era “peor que un guerrillero, era un ideólogo”. No início de sua militância, Daniel tendia ao nacionalismo e aos poucos foi se aproximando da ideologia de esquerda e embora tenha se afiliado ao Partido Peronista, ele se definia com um Marxista. Sua passagem pela ESMA está provada por vários sobreviventes, inclusive de sua esposa Liliana, que declarou ouvir os seus gritos durante as torturas e apenas os deixaram ver uma vez, quando ela notou que ele caminhava com muita dificuldade. Liliana permaneceu sete dias no Centro Clandestino da ESMA, foi liberada por não terem considerado relação entre ela e o motivo que levaram a sua detenção, entretanto deveria ficar à disposição do Poder Executivo Nacional. Expressaram também que sabiam que Daniel não pertencia a nenhuma organização armada, mas argumentaram que ele era perigoso, pois desempenhava papel ideológico de subversão, além de ser prestigiado advogado e professor, causando influências indevidas. Até insistiram que ele era judeu, o que foi negado pela sua esposa, não pelo fato de ser algo desonroso, conforme pontuou Liliana, mas simplesmente porque ela não era. Daniel foi visto a última vez na ESMA, pela testemunha Martín Gras e permanece desaparecido até hoje. Sua irmã o recorda como uma pessoa muito carinhosa e solidaria, na infância e adolescência foi bastante travesso, e era pertencedor de um humor inteligente e irônico. Gostava de poema. Iniciou em liceu militar, mas não prosperou na carreira tão distinta da personalidade dele. Na Universidade foi extraordinário, começou Letras e depois mudou para Direito, na Universidade Católica, o que o desagradava pelo fato de ser católica e representar os valores aristocráticos e tentar impô-los o que no seu julgamento não deveria ser o papel de uma Universidade. Sua irmã, María Adela (foto), que era três anos mais nova que ele também cursou Direito concomitante com ele, ela relata que ambos saíram muitos críticos da Universidade. Segundo suas palavras, somos advogados e somos cristão e por isso temos compromisso com a pessoas que são pressas políticas na Argentina, e ambos se interessavam por causas relativas a direitos humanos e meu irmão se especializou em Direito Internacional Público e Diretos Humanos.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

María Adela Antokoletz, irmã do desaparecido, professora de literatura e membro das Madres Plaza de Mayo Línea Fundadora. Sua mãe, com mesmo nome, foi presidente de Madres na década de 1980

Autoria da Fotografia

Mónica Hasenberg

Data

24 março de 2015

Posição Horizontal/Paisagem Vertical/Retrato**Saturação** Colorida Preto e Branco**Legenda** Sim Não**Transcrição:** 24 de marzo 2015 –
Marcha. Mónica Hasenberg-fotógrafa**Fonte** rede social do fotógrafo redes sociais /site/blog instituições organizadoras redes sociais/site/blog diversos arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/M%C3%B3nica-Hasenberg-Fot%C3%B3grafa-151169734895793/photos/a.1010053629007395/1010057582340333>

Informações disponíveis em:

http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/testimon/gard_mariadel.htm

<http://www.memoriaabierta.org.ar/vestigios/objeto132f.html?id=101>

<https://www.espaciomemoria.ar/2019/01/09/daniel-victor-antokoletz/>

<http://www.memoriapalermo.org.ar/docs/Libro-1-Antokoletz-Gard-Daniel.pdf>

Ficha A4



Código da Fotografia: MSA.C3.MDMVJ.MH.F4

Descrição da fotografia

Em primeiro plano, no centro do enquadramento há um senhor em pé, evidenciando apenas a parte superior do seu corpo, um braço está para baixo ao lado do corpo e o outro dobrado atrás das suas costas. Seus cabelos brancos estão penteados para trás. Ele está sorrindo, com o olhar levemente para baixo.

Sobre uma camisa xadrez, ele usa um tipo de avental branco amarrado nas laterais, há algo escrito no avental, mas não é possível identificar, pois sobre esse avental há um crachá com retrato de uma jovem, o crachá ocupa toda região do tórax do homem. O crachá está fixo por um barbante passa ao redor do pescoço do homem. Preso ao avental há um boton branco com uma bandeira que parece ser da Argentina, um símbolo e uma frase ao redor não identificada.

No centro do crachá há o retrato em preto e branco de uma moça sorrindo, de cabelo comprido e pretos, o retrato prioriza o rosto e parece ser um recorte de uma reprodução fotográfica vinda de um álbum recordatório. Na parte superior do crachá, acima do retrato está escrito em letras maiúsculas “MONICA TESZKIEWICZ DESAPARECIDA EL 10 DE JULIO DE 1976 A LOS 21 AÑOS” e na parte inferior do crachá, abaixo do retrato escrito também em letras maiúsculas “NI OLVIDO NI PERDON CASTIGO A LOS CULPABLES”

Em segundo plano, na parte inferior na fotografia, observa-se que o homem está em uma rua onde é possível identificar algumas faixas laterais pintadas no asfalto, um carro estacionado, pessoas e uma estrutura de um toldo branco.

Um pouco mais acima, nas laterais da fotografia como se estivesse emoldurando o homem, observa-se dois prédios, um deles é possível identificar arquitetura antiga e um poste de luz antigo à sua frente. Um pouco mais acima, em ambos lados, é possível identificar pela folhagem que há árvores e acima da cabeça do homem o céu com nuvens.

Informações sobre o morto/desaparecido

Mónica, nasceu em 7 de maio de 1955, solteira, militante da Juventude Peronista, trabalhava como caixa na rede de supermercado Disco, em Buenos Aires, localizado na Avenida Las Heras. Sequestrada em via pública no dia 10 de julho de 1976, com 21 anos, foi levada ao Centro Clandestino da ESMA, onde foi vista por um sobrevivente, que foi testemunha no julgamento da ESM, onde Mónica é um dos casos dessa causa. Foi uma das vítimas dos primeiros voos da morte, assassinada. Sabe-se que Mónica militava em uma igreja em Boedo, junto com Alicia Raboy, última esposa de Paco Urondo, a qual entrou em contato com a família e pode comentar sobre a memória da companheira. A família de Mónica é grande, de origem judia polonesa, entre primos são 11, muitos de segundo grau. Os pais e tios de Mónica todos eram antiperonistas, sem militância política, dos primos 9 (incluindo Mónica) tinha algum tipo de militância ou posição de esquerda, a Mónica a única peronista, suas 2 irmãs não eram de esquerda. De acordo com seu primo Alberto, ele tomou conhecimento do posicionamento político da prima tardiamente, em 1972. E conforme pontua Alberto, fora o relacionamento amoroso entre primos nos encontros familiares, sua ligação com a prima ficou mais forte após o seu desaparecimento. Assim, ele precisou recuperar publicamente a memória da prima e em 2002 escreveu um texto

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Alberto Teszkiewicz, primo da desaparecida, foi membro durante alguns anos da Liga Argentina de Direitos Humanos. De acordo com Alberto, o retrato acima, foi usado pelos primos de Mónica no ato do 30º aniversário do golpe, no ano de 2006. Desde então, alguns dos primos continuam a usar o retrato todos os anos. No ano de 2020, com o cancelamento da marcha pela pandemia do Covid-19, Alberto pendurou a foto na janela de sua casa.

Autoria da Fotografia

Maria Horton

Saturação

() Colorida

(x) Preto e Branco

Data

24 março de 2018

Legenda

() Sim (x) Não

Posição

() Horizontal/Paisagem

(x) Vertical/Retrato

Transcrição: 42 años, Presente! en Plaza de Mayo

Fonte

(x) rede social do fotógrafo

() redes sociais /site/blog instituições organizadoras

() redes sociais/site/blog diversos

(x) arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/photo?fbid=10156093948993605&set=a.10156093946258605>

Informações disponíveis em:

<http://www.robertobaschetti.com/biografia/t/117.html>

<https://www.facebook.com/SitiodeMemoriaESMA/posts/858287397651270/>

<https://www.facebook.com/albertotesz>



Código da Fotografia: MSA.C8.MDMVJ.JB.F5

Descrição da fotografia

Em primeiro plano centralizado na parte superior do enquadramento observa-se um cartaz quadrado fixado por uma haste de madeira. O cartaz de fundo branco, tem na sua parte superior escrito em letras maiúsculas e tamanho grande o nome ANTOÑANZAS NESTOR, logo abaixo, centralizado no cartaz, há um retrato em preto frontal em preto e branco de um homem jovem adulto. Ele tem cabelo preto penteado com gel para o lado direito e costeletas ao redor das orelhas, ele olha para frente e demonstra um leve sorriso nos lábios. Ao redor do pescoço observa-se uma gola de camisa estampada e logo abaixo, na parte inferior do cartaz está escrito também em letras maiúsculas em tamanho um pouco médio DESAPARECIDO 21/4/77 ASESINADO. Sobreposto a palavra ASESINADO, evidencia-se o dedo indicador de uma senhora que segura a haste de madeira. Ela posiciona o cartaz acima de seu rosto, cobrindo sua cabeça e testa, mas mesmo assim é possível ver parte de seu cabelo crespo e grisalho. Ela usa óculos de sol grande e está com semblante sério. De camisa de manga longa com estampado florido e uma bolsa a frente de seu corpo, traspassada por uma longa alça ao redor de seu pescoço. Ao lado da bolsa é possível ver que sua outra mão apoiada na cabeça de uma bengala. A senhora caminha na rua, onde é possível observar uma grande movimentação de pessoas ao seu redor. Na fotografia, essas pessoas estão em segundo plano, assim como parte de uma faixa com outros retratos menores e os prédios nas laterais.

Informações sobre o morto/desaparecido

Nestor Ruben Antoñanzas, nasceu em 23 de julho de 1947 em Mar del Plata. Era estudante de engenharia. Foi sequestrado no dia 22 de abril de 1977 durante o trajeto de Mar de Plata a Buenos Aires. Em 26 de junho do mesmo ano, foi assassinado na região de *El Tejado* em um confronto forjado, nessa ocasião tinha 29 anos. Em 1996, seus restos foram identificados. Em 2018 a Universidade de La Plata onde Néstor estudava prestou uma homenagem 67 ex-alunos e professores que foram vítimas da ditadura entregando em uma cerimônia na mesma Universidade documentos recuperados pela concretização do “*Proyecto Especial de reparación, digitalización y preservación de legajos de estudiantes de la UNLP víctimas del Terrorismo de Estado*” em um trabalho memorial conjunto desenvolvido pela Faculdade de Psicologia, familiares, companheiros de militância e organismos de direitos humanos que reconstruíram a história de vida dos desaparecidos.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Não identificada. S/I

Autoria da Fotografia

Julietta Bugacoff

Posição

() Horizontal/Paisagem
(x) Vertical/Retrato

Data

24 março de 2018

Saturação

() Colorida
(x) Preto e Branco

Fonte

() rede social do fotógrafo
() redes sociais /site/blog instituições organizadoras
() redes sociais/site/blog diversos
(x) arquivo pessoal

Legenda

() Sim (x) Não

Transcrição:**Informações disponíveis em:**

<https://www.facebook.com/1397058827263638/photos/-n%25C3%25A9stor-rub%25C3%25A9n-anto%25C3%25B1anzas-naci%25C3%25B3-en-mar-del-plata-el-23-de-julio-de-1947estudiaba-/1537721239864062/>
<http://colectivoeprosario.blogspot.com/2020/04/murieron-para-que-la-patria-viva-22.html>
<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/a/antonanzas/>
<https://www.pagina12.com.ar/260936-nessor-ruben-antonanzas-liliana-graciela-pachano-de-nario-en>
<https://unlp.edu.ar/ddhh/ingenieria-reconocio-a-sus-alumnos-y-graduados-desaparecidos-durante-la-dictadura-8417>
<https://www.facebook.com/unlp.edu/posts/10155226152397624/>
https://unlp.edu.ar/ddhh/entrega-de-legajos-reparados-de-estudiantes-y-graduados-victimas-del-terrorismo-de-estado-9641?fbclid=IwAR37r0C4ObUnixjh7wuMDqvMv4aW3nZBJr1se4IqthDSy_64PFllleo-jug0
<http://basededatos.parquedelamemoria.org.ar/registros/630/>

Ficha A6

Argentina



Código da Fotografia: MSA.C3.MDMVJ.MH.F6

Descrição da fotografia

Preenchendo quase a totalidade do enquadramento da fotografia, observa-se uma mulher de meia idade segurando com as duas mãos a frente de seu corpo uma placa fixada em uma haste (graveto ou pequeno pedaço de madeira). Na placa há a reprodução de um retrato de uma mulher de cabelo curto, olhar marcante e seriedade no rosto. O retrato, evidencia apenas o rosto da mulher e ocupa praticamente todo o cartaz. Abaixo escrito em letras maiúsculas está o sobrenome da mulher desaparecida TARANTO DE ALTAMIRA, seguido das iniciais R.L. abaixo, na continuidade está grafado - Desap. 13-5-77 Leg.731.7B.26-Embarazada de 7 meses. A mulher que segura o retrato, veste uma camiseta estampada e sobre seus ombros um casaquinho de crochê branco. Ela inclina levemente sua cabeça para a lateral direita, evidenciando o seu rosto atrás do retrato. Com seriedade, ela olha diretamente para frente em direção a câmera.

Em segundo plano, atrás da mulher, observa-se o detalhe de uma faixa com letras grandes e a presença de outras pessoas, é possível supor que estão na rua, pois na parte superior do enquadramento observa-se a fachada de um prédio.

Informações sobre o morto/desaparecido

Rosa Luján Taranto de Altamiranda, nasceu em 13 de dezembro de 1956 em Lanús (Grande Buenos Aires), ela seu companheiro Horácio eram militantes PRT-ERP ela era conhecida por seus companheiros "Rosita" ou "La Gitana". Ambos foram sequestrados em casa em 1 de maio de 1977 na região de Florêncio. Rosa estava grávida de 7 meses, e o casal já tinha dois filhos. No dia

do sequestro o casal foi levado ao Centro Clandestino de Vesúvio. No seu oitavo mês de gravidez Rosa foi levada ao Hospital Militar de Campo de Maio onde nasceu por parto de cesárea a sua filha. Após retornar ao cativo, ela relatou a suas companheiras que pensava em chamar sua filha de María Lujan. A criança foi entregue ao Movimento Familiar Cristão o qual entregou-a a adoção. Sua família adotiva chamou-a de María Belén, ela sempre soube que foi adotada e em 2005 resolveu iniciar uma busca por saber sua origem. Voluntariamente procurou a filial em Córdoba da Associação Abuelas de Plaza de Mayo. Em 2006 iniciou-se a investigação e exames genéticos e no ano seguinte veio a confirmação de que era filha de que era filha de Rosa Láján e Horácio, ambos continuam desaparecidos até hoje. A irmã de Rosa Luján, Gabriela - tia de María Belen se conheceram após todos esses anos.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Não identificada. S/I

Autoria da Fotografia

María Horton

Saturação

- () Colorida
(x) Preto e Branco

Data

24 março de 2017

Legenda

- (x) Sim () Não

Posição

- () Horizontal/Paisagem
(x) Vertical/Retrato

Transcrição: 30.000 presentes
SIEMPRE

Fonte

- (x) rede social do fotógrafo
() redes sociais /site/blog instituições organizadoras
() redes sociais/site/blog diversos
(x) arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/photo?fbid=10155048368298605&set=a.10155048352563605>

Informações disponíveis em:

http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/menores/r_870.htm
<https://www.abuelas.org.ar/caso/altamiranda-taranto-maria-belen-302>
https://www.lavoz.com.ar/politica/una-nieta-recuperada-atestiguara-por-el-robo-de-ninos-en-campo-de-mayo?fbclid=IwAR2IbtV9jbleLdOox2zJA0IZ6vkdaWVNEvDdufPghpOehDmRhMTLH_tnmtl
<https://revistaharoldo.com.ar/nota.php?id=250>
<http://infovarelnse.com.ar/nota/391/a-43-anos-del-ultimo-golpe-de-estado--la-historia-de-gabriela-taranto/>
<https://rominamparfeniuk.blogspot.com/2008/03/32-aos-del-gople-ellos-siguen-buscando.html>
<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-169586-2011-06-07.html>

Ficha A7

Argentina



Código da Fotografia: MSA.C3.MDMVJ.MH.F7

Descrição da fotografia

A cena retratada mostra uma senhora sentada em uma cadeira de rodas. O enquadramento está aproximado o qual a senhora ocupada a maior parte. Seus braços estão dobrados ao lado de seu corpo e as mãos apoiadas na parte lateral da cadeira. Em uma das mãos ela segura o que parece ser um lenço de papel. Ela sorri de forma discreta com olhar voltado para baixo. Ela usa uma saia na cor preta, da qual aparece apenas a parte superior, uma camisa larga de manga $\frac{3}{4}$ e sobre a cabeça um lenço branco amarrado com um laço sob seu queixo. Os seus cabelos são brancos, e aparecem uma parte deles acima de sua testa. EM um dos lados da gola de sua camisa, observasse um pequeno e redondo botom, o qual não é possível se enxergar o que está escrito. E logo mais abaixo, preso em um dos botões da camisa por um pedacinho de pano feito para isso. Há um retrato em preto e branco de um casal. No retrato um jovem casal está sentado bem próximos um do outro, encostados no que parece ser um tipo de sofá – não dá para ver o sofá. Ambos olham fixamente para frente em direção da câmera, ele está voltado para frente e ela meio de lado, vira levemente o pescoço na mesma direção. Ela tem cabelos castanhos claro, comprido, levemente ondulados, olhar e semblante sereno, usa um lenço ao redor do pescoço que destacasse da sua blusa branca. Ele cabelos escuros e curtos, usa uma camisa branca, gravata escura e um paletó cinza claro, o qual está aberto. Sua cabeça está levemente inclinada para baixo e seu olhar levantado para cima, semblante sério, olha fixamente para a pessoa que os fotografa. Abaixo dessa fotografia, que a senhora carrega, está escrito em letras maiúsculas – INÉS ADRIANA COBO, 01-09-1976 22 años e abaixo, RUBEN ALBERTO STORKDALE, 03-09-1977, 25 años. Ao redor da cadeira há algumas pessoas das quais é possível ver apenas a região da cintura para baixo e as mãos, algumas seguram nos apoios atrás da cadeira para empurrá-la

Informações sobre o morto/desaparecido

Inés Adriana Cobo Rondino, “Mafalda” era seu apelido, nasceu em Buenos Aires no ano de 1953. Era estudante de psicologia e trabalhava como jornalista na mesma revista “*Nuestro Holando*”, junto ao seu pai que era diretor da revista. Morava com os pais e sua irmã mais nova. No dia 1º de setembro de 1976 ao sair do trabalho Inés foi sequestrada em via pública e levada aos Centros Clandestinos ESMA e Clube Atlético, com 22 anos. Aos 20 anos conheceu Rúben, começaram um relacionamento. Na ocasião de seu sequestro, Inés estava grávida de aproximadamente 2 meses - seu filho deve ter nascido em cativeiro, entretanto não se sabe com certeza. Inés era integrante da Igreja Metodista e trabalhava na causa dos pobres. Desde o curso secundário militava na Juventude Peronista (JP) onde seus companheiros a chamava de “María” ou “Juanita”.

Rubem Alberto Storkdale, nasceu em Buenos Aires no ano de 1952 trabalhava na agência de publicidade Franca Produções e também em uma fábrica têxtil. Foi sequestrado em via pública um ano após ao sequestro de sua companheira Inés, no dia 03/09/1977. Ruben, também era militante peronista (JP) e depois integrou-se ao grupo de Montoneros, era chamado pelos seus companheiros de “Cao”, “Pablo” ou “Cosme”. Sobre Ruben:

La mamá de Inés le suplicó que se fuera del país. Le prometió, le juró, que si encontraban a Inés se la enviarían a cualquier parte del mundo donde él estuviera. Pero Rubén Alberto no quería que Inés pensara que él era un cobarde. Quería que ella lo continuará amando, y quería quedarse a buscarla, así ella lo encontraba cuando apareciera. Rubén Alberto Stockdale se podría haber salvado, pero no lo hizo a razón de su amor a Inés.
<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/c/coboi/>

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Carmem Isabel Rodino de Cobo, mãe da desaparecida e sogra do desaparecido. Membro da Associação Madres de Plaza de Mayo (Linha Fundadora)

Autoria da Fotografia

María Horton

Data

24 março de 2018

Posição

Horizontal/Paisagem

Vertical/Retrato

Saturação

Colorida

Preto e Branco

Legenda (x) Sim () Não

Transcrição: 42 años, Presente! en Plaza de Mayo.

Fonte

(x) rede social do fotógrafo

() redes sociais /site/blog instituições organizadoras

() redes sociais/site/blog diversos

(x) arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/photo?fbid=10156093964808605&set=a.10156093946258605>

Informações disponíveis em:

http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/testimon/rodino_carmen.htm

<http://www.cptmg.org.br/portal/memoria-de-ines-adriana-cobo-martir-da-causa-dos-pobres-argentina/>

<http://www.robertobaschetti.com/biografia/c/252.html>

<https://www.abuelas.org.ar/caso/stockdale-cobo-91>

<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/c/coboi/>

<https://evangelizadorasdelosapostoles.wordpress.com/2015/09/02/argentina-ines-adriana-cobo-martir-para-la-causa-de-los-pobres/>

<https://www.facebook.com/memoriaexatletico/posts/2897327476949028/>

<http://basededatos.parquedelamemoria.org.ar/registros/3419/>



Código da Fotografia: MSA.C3.MDMVJ.MH.F8

Descrição da fotografia

Em primeiro plano, ocupando a parte central do enquadramento, a cena retratada mostra uma jovem mulher em pé com semblante sério, seus cabelos são castanhos escuros e compridos, ela usa óculos de sol, short, uma bolsinha presa a sua cintura e regata branca estampada com símbolo circular. Inserido nesse círculo há o desenho de um quepe policial e abaixo está escrito em letras maiúsculas "JUICIO Y CASTIGO". Sobre a sua regata há dois botões onde em cada um deles há um retrato de dois homens. A jovem olha para frente em direção da câmera como se estivesse esperando o registro. Em uma das mãos, voltada para baixo ela segura uma garrafinha plástica de água e na outra mão ela empunha sobre seu corpo um cartaz, este preso a uma haste de madeira a qual ela segura firmemente apoiado sobre seu quadril. O cartaz está levemente inclinado em paralelo a jovem e acima de seu rosto. Nesse cartaz há um retrato em preto e branco de um jovem rapaz de traços indígenas, seus cabelos são escuros, liso e curto. Esse retrato parece ser um retrato 3x4 ampliado, ele está com semblante sério e veste um paletó escuro, camisa branca e gravata. Acima do retrato desse jovem rapaz observe o seu nome escrito em letras maiúsculas "WALTER PEREZ LOZA" e abaixo do lado esquerdo o mesmo símbolo da camiseta e do lado direito está escrito em letras maiúsculas e grandes "JUJUY". Em plano de fundo, observe algumas pessoas, há também uma pequena estrutura montada com dois isopores abaixo, e algumas garrafas acima e mais ao fundo é possível ver uma parte de uma faixa escrito

“30.000 veces ver...” (não sendo possível enxergar toda a frase, mas indicando o número bastante conhecido no país referente aos desaparecidos da ditadura). Ainda ao fundo observasse dois prédios, um deles em cor branca e arquitetura com arcos romanos e uma torre com destaque de relógio redondo é o Cabildo, o que indica que o registro foi feito na “Plaza de Mayo”.

Informações sobre o morto/desaparecido

Walter Teófilo Perez Loza, foi o primeiro desaparecido na região de Jujuy, ele era boliviano tinha 19 anos. Foi sequestrado em sua casa em São Pedro de Jujuy em 05/12/1975 (antes do golpe de Estado) pelos agentes paramilitares e militares pertencentes ao grupo denominado tríplice A.

De acordo com a irmã mais nova de Walter, 7 homens armados entraram na casa por volta de 14h golpearam a mãe e as irmãs que também estavam na casa e levaram Walter. Walter era militante do Ejército Revolucionario del Pueblo ERP, professor de piano e estudante de filosofia e letras, alfabetizava pessoas adultas em bairros carentes.

Primeiro o levaram para delegacia em San Pedro de Jujuy e depois para capital, San Salvador de Jujuy, onde ele foi sequestrado pelo grupo RIN 20 que pertencia aos militares. Não há testemunho que o levaram a algum centro clandestino.

Walter era acusado de liderar (ERP), havia um pedido de captura, na região de Jujuy houve muitos sequestros e fuzilamentos e pessoas que se exilaram. A militância articulada entre diversos grupos, como os Montoneros, ERP, etc

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Fabiana Pérez, irmã mais nova de Walter, nascida em Jujuy, e atualmente vive em Capital Federal Buenos Aires.

A família de Fabiana que vive em Jujuy não tem a mesma ideia de manter viva a memória de Walter, é de outra maneira, guardada para eles, a qual Fabiana respeita esse modo. Fabiana é a única que vai a marcha, participa de uma maneira muito particular e tímida, não é tão ativa, está mais só, ela tem amigos que fazem parte de grupos de Direitos Humanos e agrupação H.I.J.O.S, mas não participa ativamente. Ela vai as marchas em uma militância ou agrupação, estou em todas acredita ela, pois compactua, apenas não participa ativamente.

Abaixo transcrição de um trecho que a irmã Fabiana recorda do poema feito por Walter a ela: (algo que Walter escreveu a sua irmã)

Vení, haceme tocar la luna

Me pidió hermanita

Como hacerle entender que no se pueda?

Que es algo imposible

Que se requiere um cohete, um traje espacial, muchas cosas, todas complejas

Muchas veces nos armamos de dificultades y complicaciones

Pero ell y sólo com estirar su manito...

Miro los ojos de Fabianita, grande y inquieto.

Autoria da Fotografia

María Horton

Data

24 março de 2017

Posição Horizontal/Paisagem Vertical/Retrato**Saturação** Colorida Preto e Branco**Legenda** Sim Não**Transcrição:** 30.000 presentes. SIEMPRE.**Fonte** rede social do fotógrafo redes sociais /site/blog instituições organizadoras redes sociais/site/blog diversos arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/photo?fbid=10155048358998605&set=a.10155048352563605>

Informações disponíveis em:

<https://elsubmarinojujuy.com.ar/h-i-j-o-s-se-presento-como-querellante-por-11-detenidos-desaparecidos-bolivianos/>

<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-231719-2013-10-21.html>

<https://www.radioporlamemoria.com.ar/index.php/banco-sonoro/92-walter-perez-loza>

<http://basededatos.parquedelamemoria.org.ar/registros/6865/>

[Comunicação pessoal \(2021\)](#)

Apêndice D — Fichas Descritivas Brasil

Ficha B1

Brasil



Código da Fotografia: MSB.C3.AUDNM.OOSJ.F1

Descrição da fotografia

Em pé, no primeiro plano da fotografia, observa-se um homem de meia idade, de semblante sério, cabelo castanho escuro e curto, bigode e cavanhaque. A imagem registrada evidencia o homem da altura do joelho para cima, olhando para frente em direção a câmera. Ele está sob um toldo branco, onde observa-se a presença de outras pessoas, atrás dele, em segundo plano, nota-se nitidamente dois homens apontando câmeras fotográficas em outra direção, o que denota que está acontecendo um evento que importa registrar. O homem em evidência, veste calça jeans e uma camiseta branca, nela há um desenho em preto e branco, de uma mão de punho fechado segurando uma rosa vermelha. Pendurado no antebraço esquerdo, há um casaco de cores vermelho e azul. Na altura da cintura, ele segura e exhibe um cartaz de tamanho médio com um retrato em preto e branco, nesse cartaz há o retrato de um outro homem de meia idade, com semblante sério olhando para frente, como se fosse uma fotografia documental. Esse homem está fardado, usa um chapéu com insígnia referente as força aérea brasileira, paletó escuro, camisa branca e gravata preta. Abaixo do retrato há nome em letras maiúsculas indicando o seu nome “ALFEU DE ALCÂNTARA MONTEIRO”

Informações sobre o morto/desaparecido

Alfeu de Alcântara Monteiro, nasceu em 31 de março de 1922 em Itaqui (RS), em 1941, aos 21 anos ingressou na Escola Militar no Rio de Janeiro e chegou a patente de tenente-coronel da Aeronáutica e comandava a base aérea de Canoas (RS), foi morto a tiros dentro do seu gabinete por no dia 04 de abril de 1964 por não apoiar o golpe militar. Considerado a primeira pessoa morta pela ditadura civil-militar. Era nacionalista engajado no movimento pela legalidade liderado pelo então governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola. Alfeu impediu um bombardeio no Palácio Piratini, sede do governo em Porto Alegre. Com a renúncia de Jânio Quadros, Alfeu defendeu a posse e permanência do vice João Goulart. Com o golpe de 1964, Alfeu já estava marcado como um não ser apoiador do regime.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Paulo César Pedrini, professor de história e conselheiro do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem). Coordenador da Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo, entidade da qual faz parte desde meados da década de 1980. Não é familiar de Alfeu.

Autoria da Fotografia

Oswaldo Oliveira Santos Júnior

Data

30 março 2019

Posição

- Horizontal/Paisagem
 Vertical/Retrato

Saturação

- Colorida
 Preto e Branco

Legenda Sim Não

Transcrição: 6º Ato Ditadura Nunca Mais - 2019

Fonte

- rede social do fotógrafo
 redes sociais /site/blog instituições organizadoras
 redes sociais/site/blog diversos
 arquivo pessoal

<https://www.flickr.com/photos/144119942@N02/32572936977/in/album-72157690692990233/>

Informações disponíveis em:

Dossiê Ditadura (2009)

Ficha B2

Brasil



Código da Fotografia: MSB.C5.CS.AV.F2

Descrição da fotografia

Em primeiro plano, ocupando a parte central do enquadramento sentada em uma cadeira está uma senhora vestida de preto e cabelos ondulados, curtos e grisalhos, com semblante sério ela está com a cabeça levemente inclinada para o seu lado direito. Ela segura o cartaz pelas extremidades inferiores e o apoia sobre suas pernas. No cartaz há o retrato em preto e branco de uma jovem mulher de cabelos curtos, camiseta branca e com semblante sério. Abaixo do retrato escrito está escrito o nome Ísis Dias de Oliveira. Apesar de ser um retrato posado, não parece ser um tradicional retrato 3x4, pois o seu corpo está levemente inclinado para o lado direito e sua cabeça levemente virada para frente. Ao seu redor, há diversas pessoas, algumas mais próximas também estão sentadas e outras em segundo plano na imagem estão em pé. Ao seu lado esquerdo, próxima a ela, há uma outra mulher sentada em uma cadeira e no canto inferior esquerdo observa-se o rosto de uma menina, ambas também com semblante sério.

Informações sobre o morto/desaparecido

Ísis nasceu em 29 de agosto de 1941 em São Paulo, era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), estudava piano e fez curso de pintura na FAAP. Em 1965 iniciou a faculdade de Ciências Sociais na USP (1965) e em 1968 trancou sua matrícula para ir à Cuba participar de um treinamento de guerrilha. Em 1969, clandestinamente, retornou ao Brasil e mudou-se para o Rio de Janeiro. Ísis foi processada por atos de depredação e assalto, dentre os quais alguns foram arquivados por falta de provas de outros ela foi absolvida. De acordo com uma testemunha, Ísis e uma companheira estavam escondidas em um dos “aparelhos” da (ALN) e foram levadas presas no dia 30 de janeiro de 1972 pelo I Exército do Rio de Janeiro. Desde então sua família, que foi avisada por uma amiga de Ísis, empreendeu diversas buscas sem conseguir encontrá-la. Em

1979 o general Adyr Fiúza confirmou a morte de Ísis entre outros militantes. Em sua homenagem, a praça em frente à sua casa recebeu o seu nome em 1997 e as cidades do Rio de Janeiro e de Recife também a homenagearam com nome de ruas.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Eleonora Menicucci de Oliveira, militante em 1964 ingressou no (PCB) Política Operário (Polop) e depois Partido Operário Comunista (POC) durante os anos da ditadura, ex-presença política do DOI-CODI/SP, socióloga, ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, durante o governo da presidente Dilma Rousseff. O retrato em questão faz parte do acervo do CEMDP.

Autoria da Fotografia

Alice Vergueiro

Data

31 março 2019

Posição

- Horizontal/Paisagem
 Vertical/Retrato

Saturação

- Colorida
 Preto e Branco

Legenda Sim Não

Transcrição: 31.03.2019 - I caminhada do silêncio - pelas vítimas de violência do Estado - para que não se esqueça, para que não se repita - da praça da paz ao monumento dos mortos e desaparecidos políticos - parque ibirapuera

Fonte

- rede social do fotógrafo
 redes sociais /site/blog instituições organizadoras
 redes sociais/site/blog diversos
 arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/alice.vergueiro/posts/10156094868430770>

Informações disponíveis em:

Dossiê Ditadura (2009)

<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/isis-dias-de-oliveira/>



Código da Fotografia: MSB.C4.CS.TM.F3

Descrição da fotografia

A fotografia em preto e branco, mostra na parte central do enquadramento e em primeiro plano, uma senhora em pé mostrada da cintura para cima, cabelo claro, liso na altura do pescoço, usando um casaquinho leve aberto na parte da frente e evidenciando um colar branco sobre o colo. Com as mãos levantadas na altura do tórax ela segura um cartaz de fundo branco que está alinhado na altura de sua cabeça. Nesse cartaz, na parte superior fixado por clips, há um retrato de um homem de meia idade, com cabelo curto e bigode escuros. Ele está no banco da frente de um carro usando um terno branco. Seu braço apoia no banco ao lado e sua cabeça está levemente voltada para trás, olhando sorridente para a pessoa que o fotografa. Abaixo, alinhado ao retrato, escrito à caneta e em letras maiúsculas está o seu nome, RUBENS PAIVA, e ao lado esquerdo em destaque por estar sublinhado e na diagonal, está escrito Presente!. Em segundo plano preenchendo a totalidade do enquadramento observam-se várias pessoas caminhando mais próximo ao lado da referida senhora. Há uma menina de óculos olhando para o lado direito e, um pouco mais atrás da senhora, há uma moça de semblante sério, cabelo longo claro, vestido florido e colar branco segurando a sua frente uma rosa. A parte superior do enquadramento, acima das pessoas, o preto do céu evidencia que já é noite.

Informações sobre o morto/desaparecido

Nasceu na cidade de Santos em 26 de dezembro de 1929. Engenheiro formado pela Universidade Mackenzie (SP), Rubens foi militante estudantil, presidente do centro acadêmico Horácio Lane (CAHL) e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

Em outubro de 1962, foi eleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo do então presidente João Goulart. Na condição de deputado integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada na Câmara dos Deputados para examinar as atividades do IPES-IBAD

(Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Em 1º de abril de 1964, quando o Exército Brasileiro tomou o Congresso Nacional, consumando o Golpe que derrubou Jango, Paiva fez um importante discurso onde convocava estudantes e trabalhadores à resistência, tornando-se, já nesse momento, alvo dos militares golpistas. Foi cassado em uma das primeiras listas e, em consequência, se exilou na Iugoslávia e França, voltando um ano depois ao Rio de Janeiro.

Sua prisão ocorreu no dia 20 de janeiro de 1971, quando a polícia invadiu sua casa, mesmo sem mandato, e ordenou que fosse levado à delegacia. Sem resistência, Rubens Paiva acalmou os invasores e pediu que embainhassem as armas, se trocou e acompanhou os militares até o estacionamento. Paiva foi à delegacia dirigindo o próprio carro. Quando a família conseguiu recuperar o veículo, nas dependências dos policiais, foi provado que o engenheiro havia sido preso (fato negado duramente pela repressão).

Junto a Rubens, foram presas Eunice, sua esposa (por doze dias e Eliana, sua filha por um dia).

Da delegacia, Rubens foi transferido para o DOI-CODI, onde foi interrogado, torturado e assassinado por militares do regime.

Rubens Paiva se tornou símbolo da série de desaparecidos políticos que foram presos pelo governo e nunca mais voltaram, crime que era legitimado pelo AI-5. Assim como muitos militantes da oposição, seu corpo nunca foi encontrado. Sua esposa Eunice Paiva conseguiu só no ano de 1996, 21 anos após o desaparecimento de seu esposo, a certidão de óbito declarando oficialmente a sua viuvez.

De acordo com a entrevista dada pelo coronel da reserva Paulo Malhães à Comissão Nacional da Verdade em 2012, foi por ele confirmada a versão da família de que Rubens Paiva foi torturado até a morte por agentes do Estado. Seu corpo teria sido jogado em um rio na serra fluminense.

Fonte: *e-mail* Núcleo de Memória

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Vera Paiva, filha do desaparecido. Professora Titular no Depto. de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, onde leciona na graduação desde 1987. Na Pós-graduação é orientadora nos programas de Psicologia Social/IPUSP, Medicina Preventiva/FMUSP e Saúde Pública/FSPUSP. Tem se dedicado à inovação das práticas de saúde (prevenção e cuidado), em especial, no campo da Aids, com ênfase no estudo psicossocial da desigualdade, em especial no campo das sexualidades e dos gêneros. No Conselho Federal de Psicologia, preside a Comissão Nacional de Direitos Humanos (2014-16). No Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH, Lei 12 986) representa a sociedade civil.

Autoria da Fotografia

Tiago Macambira

Data

31 março 2019

Posição

- Horizontal/Paisagem
 Vertical/Retrato

Saturação

- Colorida
 Preto e Branco

Legenda Sim Não

Transcrição: Primeira Caminhada do Silêncio – ato realizado no dia 31/03/2019 em homenagem às vítimas da ditadura de 1964

Fonte

- rede social do fotógrafo
 redes sociais /site/blog instituições organizadoras
 redes sociais/site/blog diversos
 arquivo pessoal

<https://www.flickr.com/photos/macambira/albums/72157707925193764>

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10218646984594363&type=3>

Informações disponíveis em:

Dossiê Ditadura (2009)

Ficha B4

Brasil



Código da Fotografia: MSB.C5.CS.AV.F4

Descrição da fotografia

Na fotografia é possível identificar que é noite. Em primeiro plano, centralizada no enquadramento fotográfico há uma mulher jovem adulta, de cabelo escuro e curto, semblante sério e olhar fixo a sua frente. Em uma de suas mãos ela segura posicionada a sua frente, na altura do peito, abaixo do seu rosto o retrato de um homem e botões de rosas vermelhas. O retrato em preto e branco mostra um jovem adulto, de cabelo escuro e curto. Seu rosto está virado para frente alinhado ao rosto da mulher que o empunha. O olhar do homem está levemente voltado para o lado direito, ele não sorri, mas também não está sério. Abaixo do retrato escrito em letras maiúsculas está o nome dele, Antônio Benetazzo. Na outra mão, em paralelo ao retrato, a mulher segura uma vela branca acesa que ilumina a parte central da fotografia evidenciando o retrato do homem e parte do seu rosto. Em segundo plano, observam-se várias pessoas atrás da mulher, todas estão sérias e algumas olham para frente, outras para baixo ou para o lado, elas caminham como se estivessem em procissão. Na parte superior direita da imagem cabe destacar outro ponto de luz que quebra pontualmente o escuro da noite. Parece ser luz artificial, talvez proveniente de um poste, ficando o rosto da mulher posicionado entre estas luzes.

Informações sobre o morto/desaparecido

Antônio Benetazzo nasceu em 1º de novembro de 1941 na cidade de Verona, na Itália, e em 1950, aos nove anos, mudou-se para o Brasil. Em 1962, quando era estudante de arquitetura e filosofia na USP, ingressou no PCB, tendo destacada atuação em movimentos culturais políticos promovidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi professor de história em cursinho pré-vestibular, no qual procurava transmitir uma versão crítica da sua disciplina e da atualidade. Em 1967 desligou-se do PCB, passou a militar na Dissidência Estudantil do referido partido e ingressou como militante na ALN. Participou do Congresso da UNE ocorrido 1968 em Ibiúna e em 1969 largou a universidade e seu emprego e passou a viver na clandestinidade. Nesse mesmo ano viajou para

Cuba, onde participou do treinamento de guerrilha. Voltou ao Brasil em 1971 e integrou-se ao grupo militante Molipo, no qual desempenhou papel de redator do jornal Imprensa Popular. Antônio foi preso em 28 de outubro de 1972 ao entrar na casa de um companheiro de militância. De lá foi levado ao DOI-CODI/SP, onde, segundo testemunhas, foi torturado durante dois dias e não resistiu. Na ocasião houve diversas versões sobre a sua morte, entre elas a de que durante interrogatório Antônio informou haver um encontro marcado com um companheiro, então na hora e no local marcados desse encontro ele foi escoltado por agentes militares e em momento oportuno, em uma tentativa de fuga, ele atravessou a frente de um caminhão que não conseguiu frear a tempo e acabou morrendo a caminho do pronto-socorro. Na ocasião esse fato foi investigado por amigos e familiares que constataram que naquele dia não houve nenhuma morte por atropelamento. Antônio foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, mas seus familiares conseguiram recuperar seus restos mortais. Foi feita a autópsia e o laudo confirmou a morte por atropelamento. Em 1996, a partir do trabalho da CEMDP e investigação detalhada das fotografias da autópsia, a *causa mortis* da sua certidão de óbito foi alterada para “consequências sofridas por tortura e indícios de ferimentos a bala”. Em homenagem a ele a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma praça localizada atrás do Museu de Artes de São Paulo.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Valdirene Gomes, cineasta. Não é familiar de Antônio Benetazzo.

Autoria da Fotografia

Alice Vergueiro

Posição

Horizontal/Paisagem

Vertical/Retrato

Data

31 março 2019

Saturação

Colorida Preto e Branco

Legenda Sim Não

Transcrição: 31.03.2019 - I caminhada do silêncio - pelas vítimas de violência do Estado - para que não se esqueça, para que não se repita - da praça da paz ao monumento dos mortos e desaparecidos políticos - parque ibirapuera

Fonte

rede social do fotógrafo

redes sociais /site/blog instituições organizadoras

redes sociais/site/blog diversos

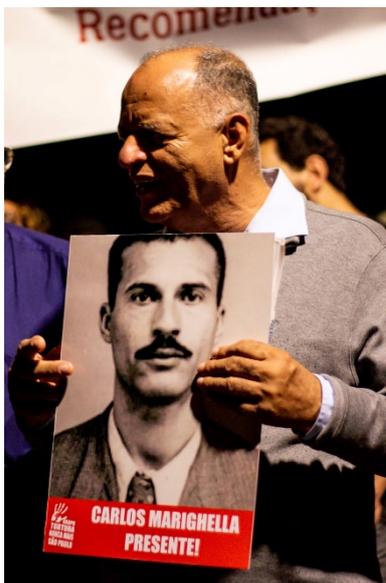
arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/alice.vergueiro/posts/10156094868430770>

Informações disponíveis em: Dossiê Ditadura (2009)

Ficha B5

Brasil



Código da Fotografia: MSB.C6.CS.APA.F5

Descrição da fotografia

A fotografia mostrar um senhor em pé posicionado no enquadramento fotográfico suavemente para lateral direita e ocupando quase a totalidade da cena retratada. Há uma sombra sobre o rosto dele. Ele direciona o olhar para a diagonal direita do quadro como se estivesse conversando com alguém. A sua cabeça está reluzente e evidencia calvície na parte superior da cabeça e, nas laterais evidencia cabelos curtos e brancos. A fotografia mostra-o da cintura para cima, ele usa um pulôver bege sobre uma camisa clara, da qual é possível ver o detalhe da manga no braço esquerdo e o colarinho. Com os braços flexionados para frente ele segura as laterais de um cartaz retangular onde há um retrato frontal de um homem, em preto e branco. O jovem rapaz é magro, usa um paletó cinza sobre uma camisa branca e gravata. Seu cabelo é curto e castanho escuro, além de bigode da mesma cor. Pela expressão do rosto, nem sorrindo e nem sério demais e a formalidade da sua roupa, é possível que o retrato tenha sido feito para um documento de identidade. O retrato ocupa a totalidade do cartaz e apenas na parte inferior há uma faixa em vermelho, sobreposta ao paletó do retrato, onde está escrito em letras maiúsculas branca centralizada ao retrato, CARLOS MARIGHELLA PRESENTE! Ao lado direito da faixa em questão, também na cor branca, há um símbolo de uma mão aberta e na palma há o formato do mapa do Brasil em vermelho, na mesma cor da faixa, dando a impressão que a mão está sangrando. Abaixo do símbolo da mão está escrito também em branco e letras maiúsculas, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS SÃO PAULO. No fundo da fotografia é possível identificar que há outras pessoas ao redor do homem e, na parte superior, na altura da cabeça há uma faixa branca, evidenciando parte do que está escrito nela com letras vermelhas.

Informações sobre o morto/desaparecido

Carlos Marighella, nasceu em 05 de dezembro de 1911 em Salvador (BA), foi morto em 04 de novembro de 1969 e desde muito jovem, ainda em Salvador estava engajado política. Em 1945 foi deputado federal pelo Partido Comunista Brasileira (PCB) e em 1952 passou integrar a Comissão Executiva do (PCB), em 1966 publicou

o livro “A crise brasileira” onde analisa a sociedade brasileira e discorda da ideologia mais branda de revolução e de fazer alianças que o PCB conduzia, e assim em 1967 rompeu com partido e nesse mesmo ano, saiu clandestinamente do Brasil para participar da 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba e ao lado de diversos revolucionários, como Che Guevara, Marighella empunha a bandeira de luta armada. Ao retornar de Cuba fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de luta armada com forte influência e força dentro do cenário militante brasileiro, sua liderança alcançava cada vez mais adeptos da ideologia considerada terrorista. Foi um importante líder comunista, com forte influência considerado na época da ditadura o inimigo número 1º do Estado. Foi morto a tiros em uma emboscada feita pela ação militar.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato.

Carlinhos Marighella, filho de Marighella na época em que seu pai foi morto tinha 21 anos.

Autoria da Fotografia

Ana Patrícia Almeida

Saturação

Colorida

Preto e Branco

Data

31 março 2019

Legenda

Sim Não

Posição

Horizontal/Paisagem

Vertical/Retrato

Transcrição:

Fonte

rede social do fotógrafo

redes sociais /site/blog instituições organizadoras

redes sociais/site/blog diversos

arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/photo?fbid=2272971342754358&set=pcb.2356791151219359>

https://www.facebook.com/events/2327473097484498/?post_id=2356791151219359&view=permalink

Informações disponíveis em:

Dossiê Ditadura (2009)

<http://www.agenciadenoticias.uniceub.br/?p=22810>

<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/05/em-1969-morte-de-marighella-era-anunciada-pela-imprensa>

<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-marighella/>

Ficha B6

Brasil



Código da Fotografia: MSB.C5.CS.AV.F6

Descrição da fotografia

Na parte inferior central da fotografia, observa-se uma mulher, o enquadramento evidencia apenas a metade superior de seu rosto que está voltada para frente em direção a câmera. Ela tem cabelo loiro escuro/claro ondulado e usa óculos escuro. Com os braços levantados, ela usa duas pulseiras, uma em cada pulso e três anéis pretos. Ela segura um cartaz vertical com um retrato em preto e branco. O retrato evidencia o rosto de um jovem menino de cabelo castanho escuro e curto. De olhos fechados e os lábios entreabertos, ele está deitado sobre o que parecer ser uma mesa de madeira escura, onde na parte inferior observa-se o desenho do entalhe na borda da mesa. O menino está sem camisa, sua cabeça está levemente encostada no seu ombro. Do outro lado, próximo ao outro ombro há uma vela acesa. Ao redor do menino, próximo a sua cabeça, há duas pessoas em pé, das quais é possível apenas visualizar detalhes de seus corpos. Em primeiro plano, a frente da mesa observa-se duas mãos, uma sobreposta a outra, e em segundo plano, atrás da mesa, observa-se um homem de camisa branca, a manga está dobrada e o braço parece estar apoiado a mesa, atrás do menino. Abaixo do retrato acima descrito, está escrito em letras vermelhas maiúsculas, EDSON LUIZ DE LIMA SOUTO. Ao lado esquerdo da mulher que levanta o referido retrato, há um jovem rapaz de cabelos encaracolados caídos sobre sua testa, barba rala, óculos de grau e camisa preta, ele está segurando uma câmera fotográfica e olha atentamente para a mesma direção em que a mulher olha. O plano de fundo da fotografia, está desfocado, mas denota que há uma grande quantidade de pessoas atrás da mulher.

Informações sobre o morto/desaparecido

Nasceu em 24 de fevereiro de 1950, em Belém (PA), mudou-se para Rio de Janeiro a busca de melhores condições de vida. Era estudante secundarista matriculado no Instituto Cooperativo de Ensino, e de acordo com seus colegas de curso ele não era líder estudantil. Nos dias que antecederam o ocorrido, os estudantes estavam agitados e promoviam manifestações recorrentes sobre uma demolição feita pelo governo das instalações da escola. No dia 28 de março de 1968, policiais militares invadiram o restaurante Calabouço no Rio de Janeiro onde haviam diversos

estudantes, alguns armados com apenas pedras e paus, houve uma certa agitação, policiais começaram a atirar e atingiu fatalmente Edson Luiz de Lima Souto, outras seis pessoas foram atingidas e levadas ao hospital. Edson Luiz, tinha 18 anos. Seu corpo foi carregado pelos colegas em procissão pelo centro do Rio até as escadarias da Assembléia Legislativa, onde foi velado durante toda a noite. Os manifestantes não permitiram levar o corpo ao IML e a necropsia foi feita no local sob o cerco da Polícia Militar e agentes do Deops. O caso ganhou notoriedade, artistas suspenderam apresentações, seu corpo foi levado em cortejo por cerca de 50 mil pessoas até Cemitério São João Batista. Após a sua morte, as manifestações estudantis aumentaram e foram violentamente reprimidas e mesmo assim houve a missa de sétimo dia aconteceu com um grande público na Igreja da Candelária e na saída a cavalaria armadas e fuzileiros estavam lá para reprimir qualquer ato de rebeldia, houve repressão e algumas pessoas foram feridas.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Não identificado.S/I

Autoria da Fotografia

Alice Vergueiro

Horizontal/Paisagem

Vertical/Retrato

Data

31 março 2019

Saturação

Colorida

Preto e Branco

Posição

Legenda Sim Não

Transcrição: 31.03.2019 - I caminhada do silêncio - pelas vítimas de violência do Estado - para que não se esqueça, para que não se repita - da praça da paz ao monumento dos mortos e desaparecidos políticos - parque ibirapuera

Fonte

rede social do fotógrafo

redes sociais /site/blog instituições organizadoras

redes sociais/site/blog diversos

arquivo pessoal

<https://www.facebook.com/alice.vergueiro/posts/10156094868430770>

Informações disponíveis em:

Dossiê Ditadura (2009)

<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edson-luis-de-lima-souto/>

Ficha B7

Brasil



Código da Fotografia: MSB.C3.AUDNM.OOSJ.F7

Descrição da fotografia

Em primeiro plano, preenchendo totalmente o enquadramento há um banner flexível desenrolado de um pouco mais de 1 metro sendo segurado por duas mulheres, uma em cada lado do banner. A mulher da direita está posicionada de lado, olhando para a outra mulher, ela usa calça social cinza escuro, uma camisa de manga longa preta, um lenço colorido sobre a camisa e usa óculos, e cabelos na altura dos ombros com algumas mechas dourada. A outra mulher está posicionada para frente, ela usa uma sandália marrom, calça jeans, camisa de manga curta preta e uma bolsa verde transpassada a sua frente, seus cabelos são compridos e castanhos escuros, ela direciona o olhar para lateral e está com semblante sério. No banner que elas seguram há um retrato de um jovem homem, na posição frontal, parece um retrato feito para um documento de identidade. O homem é magro, rosto fino, sobrancelhas grossas, cabelos curtos e penteados para o lado, ele está com semblante sério, usa um paletó escuro, camisa branca e gravata. Logo abaixo do retrato evidencia-se uma faixa, onde é possível enxergar parte do que ali está escrito, em letras maiúsculas "... O MACEDO LACERDA", e abaixo do nome "8-7-1949 / 28-10-1976". A frente do retrato e das mulheres há algumas cadeiras de plástico em cor amarelo. Em segundo plano situada um pouco mais acima há outra faixa fixada sobre estruturas de um toldo, nessa faixa está escrito em destaque e letras maiúscula "DITADURA" abaixo em letras um pouco menores "EMPRESAS APOIARAM, REPRIMIRAM E LUCRARAM" "TRABALHADORES EXIGEM JUSTIÇA!" em letras pequenas "FÓRUM DOS TRABALHADORES", ainda nessa faixa sublinhado em cor vermelha no canto diagonal direito está escrito "REPARAR JÁ". Ao lado dessa faixa um pouco menos visível há um banner do qual dá para ver as seguintes palavras "6º ATO UNIFICADO DITADURA NUNCA MAIS". Atrás das mulheres observasse que há várias pessoas no local.

Informações sobre o morto/desaparecido

Gildo Macedo Lacerda, nasceu em julho de 1949 em Ituiutaba (MG), era estudante universitário, militante integrante a Ação Popular (AP), Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Desde quando era estudante secundarista Gildo era engajado no movimento estudantil de sua cidade e quando muda-se para a capital não foi diferente. Em 1968, no auge da ditadura, Gildo participou do Congresso da UNE em Ibiúna (SP) e nesse contexto ele e os milhares de jovens que ali estavam foram presos pelas forças militares. Nessa ocasião foram libertados, porém compuseram a lista de potenciais subversivos e, portanto, passaram a ser vigiados pela segurança nacional. Em 1969, Gildo foi eleito vice-presidente da UNE e desde então passou ser alvo da ditadura e precisou viver na clandestinidade. Mudou-se para Salvador (BA), onde conheceu a militante Mariluce Moura (1972), se casaram e em 1973 estavam esperando uma filha. Nesse mesmo ano, ambos foram presos e torturados, sua esposa foi libertada e ele transferido para Recife, onde havia estrutura do DOI-CODI, local onde foi interrogado e torturado junto com companheiros que também levados para lá. Segundo relatório oficial, publicado também pela imprensa, Gildo foi morto por um militante companheiro durante um tiroteio. Esse episódio assim como tantos outros ocorridos durante esse período foi forma de encobrir a morte ocasionada pela tortura. O episódio em questão, envolvendo três mortes, ficou conhecida como “Teatro de Caxangá” relativo à avenida onde o fantasioso fato teria ocorrido. De acordo com testemunhas sobreviventes Gildo foi brutalmente torturado e não resistiu. Na época não houve emissão de atestado de óbito e seu corpo, supostamente foi enterrado como indigentes no Cemitério da Várzea e a tentativa da família em identificar o corpo até o momento não foi concretizada. Desaparecimento em 28/10/1973, Recife (PE).

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Mariluce Moura, esposa e Tessa Moura Lacerda, filha do desaparecido, a esposa estava grávida na ocasião e foi libertada, a filha quando nasceu seu pai já havia morrido e não o conheceu. Somente em 1995 com a lei 9140, quando Tessa tinha 18 anos foi emitida certidão de óbito do pai e assim ela pode ser reconhecida oficialmente como sua filha, e apenas em 2019, houve ratificação em relação a causa mortis de seu pai e o reconhecimento do Estado.

Autoria da Fotografia

Oswaldo Oliveira Santos Jr

Data

31 março 2019

Posição

() Horizontal/Paisagem

(x) Vertical/Retrato

Saturação

(x) Colorida

(x) Preto e Branco

Legenda (x) Sim () Não

Transcrição: 6º Ato Ditadura Nunca Mais - 2019

Fonte

() rede social do fotógrafo

(x) redes sociais /site/blog instituições organizadoras

() redes sociais/site/blog diversos

(x) arquivo pessoal

<https://www.flickr.com/photos/144119942@N02/40549212973/in/album-72157690692990233/>

Informações disponíveis em:

Dossiê Ditadura (2009)

<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/gildo-macedo-lacerda/>

<https://www.facebook.com/tessalacerda/posts/10224038935590026>

<https://jornalggn.com.br/para-que-nao-se-repita/no-dia-de-hoje-20-de-marco-jose-carlos-novaes-da-mata-machado-presente-gildo-macedo-lacerda-presente/>

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/>

[ed770 homenagem a gildo macedo lacerda/?fbclid=IwAR3aIF0IetTflnoP9eJGXLWKVQFL7BFn5fHv7PmKbDmoD7MJ5KR5aLOKdyQ](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed770-homenagem-a-gildo-macedo-lacerda/?fbclid=IwAR3aIF0IetTflnoP9eJGXLWKVQFL7BFn5fHv7PmKbDmoD7MJ5KR5aLOKdyQ)

Ficha B8

Brasil



Código da Fotografia: MSB.C8.CS.ACR.F8

Descrição da fotografia

Em primeiro plano, na parte central do enquadramento, há duas mulheres sentadas, a frente de seus corpos elas seguram cada uma um pequeno cartaz onde é possível identificar o retrato do mesmo homem em ambos os cartazes. A mulher estada a direita, é uma senhora com cabelos curtos e brancos, ela usa óculos. O retrato impresso em papel está colado sobre uma base de papelão, onde é possível ver a parte de cima do papelão e algumas dobras mais abaixo. O cartaz está apoiado em uma bolsa que está sobre as suas pernas. Abaixo do retrato é possível ver escrito parte do nome do retratado e mais abaixo algo que não é possível enxergar pois as letras são muito pequenas. Ela veste calça e camisa preta. A mulher ao lado, é uma jovem de cabelos castanhos escuros, ela usa uma regata preta e uma cala listrada nas cores preto e branco e uma bolsa colorida. Ela segura a sua frente o retrato que é uma impressão em papel cartão. Ambas estão com o semblante sério e olhar direcionado para frente levemente para cima. O retrato em questão é retrato frontal, feito provavelmente para um documento de identificação. O homem retratado é jovem, magro de cabelos castanhos, curtos penteados para um dos lados, ele usa óculos, bigode, e um paletó, camisa e gravata, seu semblante está sério. Acima do retrato em letras maiúsculas evidencia-se o nome “LUIZ EDURDO DA ROCHA MERLINO” e abaixo do retrato está escrito também em letras maiúsculas “PRESENTE”. Em segundo plano, ao redor delas há muitas pessoas sentadas e outras em pé. A imagem evidencia também um gramado e árvores.

Informações sobre o morto/desaparecido

Luiz Eduardo da Rocha Merlino, nasceu em 18 de outubro de 1948 em Santos. Em 1966 mudou-se para São Paulo para trabalhar como jornalista, nessa ocasião começou sua militância política primeiro se filiou-se ao Política Operária (Polop) e em 1968 militava junto as causas do Partido Operário Comunista (POC). Em 1970 viajou par França junto com sua companheira Angela Maria Mendes de Almeida que também era militante. Lá passaram aproximadamente 6 meses em conversas com dirigentes comunistas franceses. Retornou ao Brasil em 10 de julho de 1971 e, em 15 de julho do mesmo ano (5 dias após a sua chegada), foi levado preso por militares

desde a casa da sua mãe para o Destacamento de Operações de Informações do II Exército (DOI), em São Paulo. Ali ele foi brutalmente torturado e morreu em decorrência das torturas, ele tinha 23 anos. Na época a versão oficial fornecida pelo Estado foi de que Merlino que estava sendo transferido para outra unidade para prestar depoimento em uma tentativa de fuga havia se suicidado ao jogar-se a frente de um automóvel. A missa de sétimo dia, ocorreu na Catedral da Sé e contou com a presença de 770 jornalista, de acordo com informação da imprensa.

Nome ou identificação da pessoa que carrega o retrato

Angela Maria Mendes de Almeida, companheira e Tatiana Merlino, sobrinha.

Autoria da Fotografia

Alessandro Carbone Romano/Camilo Tavares

Data

31 março 2019

Posição

Horizontal/Paisagem

Vertical/Retrato

Saturação

Colorida

Preto e Branco

Legenda Sim Não

Transcrição: I Caminhada do Silêncio – Fotos Nexo. Imagens registradas pela equipe Nexo Filmes.

Fonte

rede social do fotógrafo

redes sociais /site/blog instituições organizadoras

redes sociais/site/blog diversos

arquivo pessoal

<https://www.flickr.com/photos/144119942@N02/albums/72157679684666298>

Informações disponíveis em:

Dossiê Ditadura (2009)

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1304200810.htm>

<https://apublica.org/2011/07/merlino-x-ustra-memoria-de-um-tempo-nao-vivido/>

<https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/100655797/parentes-de-vitimas-da-ditadura-militar-pedem-novo-depoimento-de-ustra-a-cnv?ref=amp>

<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/>

<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/angela-mendes-de-almeida/>

<https://www.coletivomerlino.org/>

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Tatiana_Merlino?fbclid=IwAR1R8JrGtTp39jJc0zQ5eOpRjF9u5zQNhTp46rZ76Qg7q9MNkbzFwlg5kjk

<https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/08/denuncia-coronel-ustra-merlino.pdf>

ANEXOS

Lista de Fotografias com usos de retratos Argentina - 360



MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (1).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (10).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (11).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (12).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (13).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (14).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (15).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (16).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (17).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (18).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (19).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (2).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (3).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (4).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (5).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (6).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (7).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (8).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2014 (9).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (20).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (21).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (22).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (23).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (24).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (25).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (26).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (27).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (28).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (29).jpg

MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (30).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (31).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (32).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (33).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (34).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2016 (35).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2017 (36).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2017 (37).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2017 (38).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2017 (39).jpg



MSA.C1.MDMVJ.CB 2017 (40).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (41).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (42).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (43).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (44).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (45).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (46).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (47).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (48).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (49).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (50).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (51).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (52).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (53).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (54).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (55).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (56).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (57).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (58).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (59).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (60).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (61).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (62).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (63).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (64).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (65).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (66).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (67).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (68).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (69).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (70).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (71).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2014 (72).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (100).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (101).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (102).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (103).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (104).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (105).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (106).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (107).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (73).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (74).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (75).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (76).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (77).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (78).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (79).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (80).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (81).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (82).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (83).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (84).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (85).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (86).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (87).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (88).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (89).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (90).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (91).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (92).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (93).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (94).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (95).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (96).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (97).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (98).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2015 (99).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (108).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (109).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (110).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (111).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (112).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (113).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (114).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (115).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (116).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (117).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (118).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (119).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (120).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (121).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (122).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (123).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (124).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (125).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (126).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (127).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (128).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (129).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (130).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (131).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (132).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (133).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (134).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (135).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (136).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (137).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (138).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (139).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (140).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2016 (141).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (142).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (143).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (144).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (145).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (146).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (147).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (148).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (149).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (150).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (151).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (152).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (153).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (154).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (155).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (156).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (157).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (158).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (159).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (160).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (161).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (162).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (163).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (164).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (165).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (166).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (167).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (168).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (169).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (170).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (171).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (172).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (173).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (174).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (175).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (176).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (177).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (178).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (179).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (180).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (181).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (182).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (183).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (184).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (185).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (186).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (187).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (188).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (189).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (190).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (191).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (192).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (193).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (194).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (195).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (196).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (197).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (198).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (199).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (200).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (201).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (202).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (203).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (204).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (205).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (206).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (207).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (208).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (209).jpg

MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (210).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (211).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (212).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (213).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (214).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (215).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (216).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (217).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (218).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (219).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (220).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (221).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (222).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (223).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (224).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (225).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (226).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (227).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (228).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (229).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (230).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (231).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (232).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (233).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (234).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (235).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (236).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (237).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (238).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (239).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (240).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (241).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (242).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (243).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (244).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (245).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (246).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (247).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (248).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (249).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (250).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (251).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (252).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (253).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (254).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (255).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (256).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (257).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (258).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (259).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (260).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (261).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (262).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (263).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (264).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (265).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (266).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (267).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (268).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (269).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (270).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (271).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (272).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (273).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (274).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (275).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (276).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (277).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (278).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (279).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (280).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (281).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (282).jpg



MSA.C2.MDMVJ.MH 2017 (283).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (284).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (285).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (286).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (287).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (288).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (289).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (290).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (291).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (292).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (293).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (294).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (295).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (296).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (297).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (298).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (299).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (300).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (301).jpg

MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (302).jpg

MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (303).jpg

MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (304).jpg

MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (305).jpg



MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (306).jpg

MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (307).jpg

MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (308).jpg

MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (309).jpg

MSA.C3.MDMVJ.MH 2017 (310).jpg



MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (311).JPG

MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (312).JPG

MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (313).JPG

MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (314).JPG

MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (315).jpg



MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (316).jpg

MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (317).jpg

MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (318).jpg

MSA.C4.MDMVJ.NA 2018 (319).jpg

MSA.C5.MDMVJ.PU 2015 (320).jpg



MSA.C5.MDMVJ.PU 2015 (321).jpg

MSA.C5.MDMVJ.PU 2015 (322).jpg

MSA.C5.MDMVJ.PU 2015 (323).jpg

MSA.C5.MDMVJ.PU 2015 (324).jpg

MSA.C5.MDMVJ.PU 2015 (325).jpg



MSA.C5.MDMVJ.PU 2015 (326).jpg

MSA.C5.MDMVJ.PU 2015 (327).jpg

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (328).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (329).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (330).JPG



MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (331).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (332).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (333).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (334).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (335).JPG



MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (336).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (337).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (338).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (339).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (340).JPG



MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (341).JPG

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (342).jpg

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (343).jpg

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (344).jpg

MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (345).jpg



MSA.C6.MDMVJ.MJ 2017 (346).jpg



MSA.C7.MDMVJ.CG 2019 (347).jpg



MSA.C7.MDMVJ.CG 2019 (348).jpg



MSA.C7.MDMVJ.CG 2019 (349).jpg



MSA.C7.MDMVJ.CG 2019 (350).jpg



MSA.C7.MDMVJ.CG 2019 (351).jpg



MSA.C7.MDMVJ.CG 2019 (352).jpg



MSA.C7.MDMVJ.CG 2019 (353).jpg



MSA.C7.MDMVJ.CG 2019 (354).jpg



MSA.C8.MDMVJ.JB 2017 (355).jpg



MSA.C8.MDMVJ.JB 2017 (356).jpg



MSA.C8.MDMVJ.JB 2017 (357).jpg



MSA.C8.MDMVJ.JB 2017 (358).jpg



MSA.C8.MDMVJ.JB 2017 (359).jpg



MSA.C8.MDMVJ.JB 2017 (360).jpg

Lista de Fotografias com usos de retratos Brasil – 211



MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (1).jpg

MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (2).jpg

MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (3).jpg

MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (4).jpg

MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (5).jpg



MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (6).jpg

MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (7).jpg

MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (8).jpg

MSB.C1.AUDNM.PR 2014 (9).jpg

MSB.C2.AUDNM.MB 2015 (10).jpg



MSB.C2.AUDNM.MB 2015 (11).jpg

MSB.C2.AUDNM.MB 2015 (12).jpg

MSB.C2.AUDNM.MB 2015 (13).jpg

MSB.C2.AUDNM.MB 2015 (14).jpg

MSB.C2.AUDNM.MB 2015 (15).jpg



MSB.C2.AUDNM.MB 2015 (16).jpg

MSB.C2.AUDNM.MB 2015 (17).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (18).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (19).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (20).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (21).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (22).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (23).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (24).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (25).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (26).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (27).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (28).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (29).jpg

MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (30).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (31).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (32).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (33).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (34).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (35).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (36).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (37).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (38).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (39).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (40).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (41).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (42).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (43).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (44).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (45).jpg



MSB.C2.AUDNM.OO 2015 (46).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (47).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (48).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (49).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (50).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (51).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (52).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (53).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (54).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (55).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (56).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (57).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (58).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (59).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (60).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (61).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (62).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (63).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (64).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (65).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (66).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (67).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (68).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (69).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (70).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (71).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (72).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (73).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (74).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (75).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (76).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (77).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (78).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (79).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (80).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (81).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (82).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (83).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (84).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (85).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (86).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (87).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (88).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (89).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (90).jpg



MSB.C3.AUDNM.OO 2019 (91).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (100).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (101).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (102).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (103).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (104).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (105).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (106).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (107).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (108).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (109).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (110).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (111).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (112).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (113).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (114).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (115).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (116).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (117).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (118).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (119).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (120).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (121).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (122).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (123).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (124).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (125).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (92).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (93).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (94).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (95).jpg



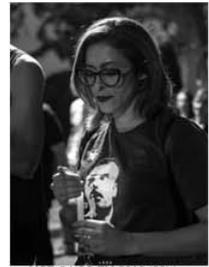
MSB.C4.CS.TM 2019 (96).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (97).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (98).jpg



MSB.C4.CS.TM 2019 (99).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (126).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (127).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (128).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (129).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (130).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (131).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (132).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (133).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (134).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (135).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (136).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (137).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (138).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (139).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (140).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (141).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (142).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (143).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (144).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (145).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (146).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (147).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (148).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (149).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (150).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (151).jpg



MSB.C5.CS.AV 2019 (152).jpg



MSB.C6.CS.AA 2019 (153).jpg



MSB.C6.CS.AA 2019 (154).jpg



MSB.C6.CS.AA 2019 (155).jpg



MSB.C6.CS.AA 2019 (156).jpg



MSB.C6.CS.AA 2019 (157).jpg



MSB.C6.CS.AA 2019 (158).jpg



MSB.C6.CS.AA 2019 (159).jpg



MSB.C6.CS.AA 2019 (160).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (161).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (162).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (163).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (164).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (165).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (166).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (167).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (168).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (169).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (170).jpg



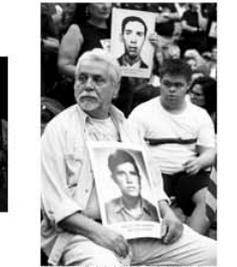
MSB.C7.CS.MH 2019 (171).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (172).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (173).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (174).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (175).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (176).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (177).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (178).jpg



MSB.C7.CS.MH 2019 (179).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (180).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (181).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (182).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (183).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (184).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (185).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (186).JPG



MSB.C8.CS.AC 2019 (187).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (188).JPG



MSB.C8.CS.AC 2019 (189).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (190).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (191).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (192).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (193).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (194).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (195).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (196).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (197).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (198).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (199).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (200).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (201).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (202).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (203).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (204).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (205).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (206).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (207).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (208).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (209).jpg



MSB.C8.CS.AC 2019 (210).JPG



MSB_CS.AC 2019 (211).jpg